

# Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2009



Estudos SEGIB Nº 4

## Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2009



Secretaría General Iberoamericana    Secretaria-Geral Ibero-Americana

Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB)  
Paseo Recoletos, 8  
28008-Madrid

® Copyright SEGIB

Novembro de 2009

Autora do Relatório:  
Cristina Xalma, investigadora da Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB)

Direcção:  
Jose María Vera, Director de Planeamento da Secretaria para a Cooperação da  
Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB)

Fotografia da capa:  
Projecto de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral entre a Colômbia e Cuba:  
"Fomento da Sericultura e da Transformação do Casulo de Seda em Produtos  
Artesanais". Participaram: pela Colômbia, a Corporação para o Desenvolvimento da  
Sericultura do Cauca (CORSEDA) e, por Cuba, a Estação Experimental de Pastagens  
e Forragens Índio Hatuey MES.

Produção:  
byPrint

Depósito Legal: M-47875-2009

ÍNDICE

---

## ÍNDICE DE MATÉRIAS

---

APRESENTAÇÃO	1
PREFÁCIO	5
* A cargo de Rebeca Grynspan, Directora do PNUD, Gabinete Regional para a América Latina e as Caraíbas	
RESUMO EXECUTIVO	9
CAPÍTULO I. A COOPERAÇÃO SUL-SUL*	13
*A cargo dos 22 Responsáveis pela Cooperação Ibero-americana	
A Conferência Ibero-americana e a Cooperação Sul-Sul	
Os Recursos da Cooperação Internacional e dos Países de Rendimento Médio	
O Plano de Acção de Buenos Aires	
Uma visão da Cooperação Sul-Sul na América Latina	
A agenda internacional para uma cooperação mais efectiva	
A nova arquitectura da Cooperação Internacional	
Desenvolvimentos futuros	
Anexo. Revisão histórica da Cooperação Sul-Sul (2000-2009)*	
* A cargo de Cristina Xalma, Investigadora da SEGIB	
CAPÍTULO II. IBERO-AMÉRICA E A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL	29
Um estudo com mais e melhor informação	
Acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral	
Matrizes de oferta e de recepção de cooperação	
Instrumentos e modalidades	
Mapas de Distribuição geográfica	
Padrões de cooperação e determinantes de fluxos	
Acções e sectores de actividade	
Perfil regional das necessidades e das capacidades	
Recursos mobilizados para financiar a cooperação	
Destinatários da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral	
CAPÍTULO III. A COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR NA IBERO-AMÉRICA	81
Cooperação Sul-Sul e Triangular: uma modalidade no auge	
Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América: uma caracterização	
Parceiros e Participação na Cooperação Triangular	
Sectores de actividade e perfis de capacidades e necessidades	
Financiamento da Cooperação Triangular e Destinatários	



---

CAPÍTULO IV. COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL. ANÁLISE CASUÍSTICA \_\_\_\_\_ 99

Introdução

A Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional através de uma selecção de casos.

Avanços e desafios na Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional

CAPÍTULO V. BOAS PRÁTICAS NA COOPERAÇÃO HORIZONTAL E TRIANGULAR \_\_\_\_\_ 109

Definição e Identificação de Boas Práticas de Cooperação Sul-Sul

Boas Práticas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

Boas Práticas de Cooperação Triangular

CAPÍTULO VI. A IBERO-AMÉRICA NA AJUDA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO (AOD) MUNDIAL \_\_\_\_\_ 119

Introdução

Fluxos internacionais da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD)

A Ajuda ao Desenvolvimento destinada à América Latina

A AOD de Espanha, de Portugal e de Andorra em relação aos seus parceiros ibero-americanos

CAPÍTULO VII. A COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA A FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO\* \_\_\_\_\_ 133

\* A cargo do Sistema Económico Latino-americano e das Caraíbas (SELA)

Introdução

A Facilitação do Comércio: uma abordagem

A Cooperação para a Facilitação do Comércio: tendências actuais

Conteúdo da Cooperação Norte-Sul para a Facilitação do Comércio

Montantes, Destinos e Sectores da AOD para a Facilitação do Comércio

A Cooperação Sul-Sul para a Facilitação do Comércio na América Latina e nas Caraíbas

Como conclusão: desafios face ao futuro

BIBLIOGRAFIA \_\_\_\_\_ 141

ANEXO \_\_\_\_\_ 145



---

## ÍNDICE DE FIGURAS

---

### QUADROS

- Quadro I.1. A Cooperação Sul-Sul nos cenários regional e internacional (2000-2009)
- Quadro II.1. A difusa fronteira entre parceiro ofertante e parceiro receptor: problemas metodológicos
- Quadro II.2. Dificuldades para classificar as acções por sectores de actividade
- Quadro II.3. Turismo, cooperação e desenvolvimento
- Quadro II.4. A cooperação no sector da biotecnologia: um valor acrescentado
- Quadro II.5. A coordenação de políticas sociais na luta contra a indigência e a pobreza
- Quadro II.6. O sistema de cooperação do Uruguai: contribuições para a sua construção
- Quadro II.7. A resposta solidária da Ibero-América face aos desastres naturais
- Quadro II.8. A Cooperação para a universalização do acesso à água potável. O caso salvadorenho.
- Quadro II.9. Cooperação e transformação produtiva: o caso venezuelano
- Quadro II.10. O fortalecimento institucional na cooperação entre a Argentina e a Bolívia
- Quadro II.11. O valor económico da Cooperação Horizontal Sul-Sul. Nota metodológica.
- Quadro III.1. A Espanha e a Cooperação Triangular com outros parceiros ibero-americanos. 2008.
- Quadro III.2. Perante os furacões que afectaram Cuba: Ajuda Humanitária e Triangular
- Quadro IV.1. Assistências técnicas intra-regionais no quadro do MERCOSUL
- Quadro IV.2. O Programa Ibero-americano de Bancos de Leite Humano
- Quadro IV.3. A ALBA e os seus projectos grannacionais
- Quadro IV.4. O Programa Mesoamericano de Biocombustíveis
- Quadro IV.5. O Plano Andino de Saúde nas Fronteiras (PAMAFRO)
- Quadro V.1. O Programa Ibero-americano de Fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul
- Quadro V.2. Critérios para identificar uma Boa Prática. A opção da Argentina.
- Quadro VII.1. O Plano de Assistência Técnica da Organização Mundial do Comércio (OMC)

### ESQUEMAS

- Esquema II.1. Variáveis de interpretação da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral
- Esquema II.2. Modalidades de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Proposta da Venezuela.
- Esquema II.3. A intensa cooperação entre os principais parceiros ofertantes e receptores. 2008.
- Esquema III.1. Estrutura da relação triangular, principais primeiros parceiros ofertantes. 2008.



---

## GRÁFICOS

- Gráfico II.1. Contribuições para a alteração do número de acções, segundo o parceiro. 2007-2008.
- Gráfico II.2. Acções e projectos estimados, segundo o parceiro. 2008.
- Gráfico II.3. Alteração na participação sobre o total de acções, segundo o parceiro ofertante ou receptor. 2007-2008.
- Gráfico II.4. Acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por sectores de actividade. 2008.
- Gráfico II.5. Distribuição do custo económico da cooperação, segundo os parceiros ofertantes. 2008.
- Gráfico II.6. Distribuição do custo económico da cooperação, segundo os parceiros receptores. 2008.
- Gráfico II.7. Distribuição da contribuição financeira de cinco países, segundo o parceiro receptor. 2008.
- Gráfico III.1. Participação dos diferentes parceiros na Cooperação Triangular, segundo o papel. 2008.
- Gráfico VI.1. Total AOD líquida destinada aos países em desenvolvimento. 2000-2008.
- Gráfico VI.2. Peso dos Países de Rendimento Médio sobre o total da AOD mundial. 2000-2007.
- Gráfico VI.3. Participação das diferentes regiões na AOD líquida mundial. 2000-2007.
- Gráfico VI.4. AOD líquida destinada aos países Ibero-americanos e países em desenvolvimento. 2000-2007.
- Gráfico VI.5. Participação sobre o total da AOD da região, por países. 2006-2007
- Gráfico VI.6. Distribuição da AOD líquida destinada aos Países Ibero-americanos, segundo o doador. 2006-2007.
- Gráfico VI.7. AOD líquida bilateral que a Espanha destina a outros países da Ibero-América. 2000-2008.
- Gráfico VI.8. Participação dos países sobre a AOD destinada pela Espanha à região. 2007-2008
- Gráfico VI.9. AOD líquida bilateral que Portugal destina a outros países da Ibero-América. 2000-2008.

## MAPAS

- Mapa II.1. Distribuição geográfica das acções de cooperação, segundo o parceiro ofertante
- Mapa II.2. Distribuição geográfica das acções de cooperação, segundo o parceiro receptor
- Mapa II.3. Distribuição geográfica das acções de cooperação oferecidas por Cuba
- Mapa II.4. Distribuição geográfica das acções de cooperação oferecidas pela Argentina
- Mapa II.5. Distribuição geográfica das acções de cooperação oferecidas pelo Brasil

## MATRIZES

- Matriz II.1. Acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2008
- Matriz II.2. Alteração do número de acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2007-2008
- Matriz II.3. Acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por sectores de actividade. 2008
- Matriz II.4. Abordagem do custo económico ao qual ascendem as acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2008. (Informação parcial e incompleta)
- Matriz A.1. Acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral entre os Países Ibero-americanos, não discriminadas sectorialmente. 2008.
- Matriz A.2. Aproximação preliminar à contribuição económica de cada parceiro ofertante, aquando da execução das acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2008. (Informação parcial e incompleta)
- Matriz A.3. Aproximação preliminar à contribuição económica de cada parceiro receptor, aquando da execução das acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2008. (Informação parcial e incompleta)





---

## TABELAS

- Tabela II.1. Acções de cooperação executadas como projectos, segundo o país. 2008.
- Tabela II.2. Acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por sectores de actividade. 2008.
- Tabela II.3. Grupo sectorial no qual se situam as acções dos principais parceiros ofertantes. 2008.
- Tabela II.4. Grupo sectorial no qual se situam as acções dos principais parceiros receptores. 2008.
- Tabela II. 5. Jovens bolseiros em Programas de Formação Universitária. Cuba e Venezuela. 2008.
- Tabela II. 6. Destinatários da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral desenvolvida no Peru. 2008.
- Tabela III.1. Cooperação Triangular, com o Chile como primeiro parceiro ofertante. 2008.
- Tabela III.2. Cooperação Triangular, com o México como primeiro parceiro ofertante. 2008.
- Tabela III.3. Cooperação Triangular, com o Brasil e a Argentina como primeiros parceiros ofertantes. 2008.
- Tabela III.4. Cooperação Triangular, segundo os parceiros (bilaterais ou outros). 2008.
- Tabela IV.1. Características dos Sistemas de Cooperação Regional
- Tabela IV.2. Sistemas de Cooperação no quadro do MERCOSUL
- Tabela V.1. Boas Práticas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, segundo parceiro receptor
- Tabela V.2. Boas Práticas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, com a Argentina como parceiro ofertante
- Tabela V.3. Boas Práticas de Cooperação Triangular, segundo o parceiro receptor
- Tabela VI.1. AOD líquida destinada aos países Ibero-americanos. 2006-2007.
- Tabela VI.2. AOD líquida destinada aos países Ibero-americanos, segundo o doador. 2006-2007.
- Tabela VI.3. AOD líquida destinada pela Espanha aos países Ibero-americanos. 2007-2008.
- Tabela VI.4. AOD líquida destinada por Portugal aos países Ibero-americanos. 2007-2008.
- Tabela VI.5. AOD líquida destinada por Andorra aos países Ibero-americanos. 2008.
- Tabela VII.1. Fundos para as “Políticas e Regulamentos Comerciais” e para a Facilitação do Comércio. 2001-2006.
- Tabela VII.2. Participação nos fundos para a Facilitação do Comércio, segundo o país e a actividade. 2001-2006.
- Tabela VII.3. Modalidades da Cooperação Sul-Sul para a Facilitação do Comércio
- Tabela A.1. A Cooperação para o Desenvolvimento e os seus diferentes Sectores de Actividade



APRESENTAÇÃO

---

## APRESENTAÇÃO

---

Durante o mês de Novembro de 2007, coincidindo com a XVII Cimeira realizada em Santiago do Chile, os países membros da Conferência Ibero-americana declararam o seu apoio explícito à Cooperação Sul-Sul na América Latina. Nesse sentido, o ponto 38 do Programa de Acção da referida Cimeira encomendava à Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB) a preparação de um relatório anual sobre a Cooperação Sul-Sul.

No âmbito desta declaração, a SEGIB apresentará na XIX Cimeira do Estoril aquela que já é a terceira edição do Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2009. Esta edição apresenta uma revisão do sucedido ao longo do ano de 2008 com a Cooperação Sul-Sul levada a cabo na região nas suas modalidades: Horizontal Bilateral, Horizontal Regional e Triangular. Relativamente a cada modalidade, expõe-se o que se realizou em 2008, as eventuais alterações comparativamente a 2007, bem como uma selecção de Boas Práticas.

Como novidades de destaque, o Relatório inclui este ano, como capítulo introdutório, as primeiras reflexões sobre a visão que os países ibero-americanos têm sobre a Cooperação Sul-Sul. Trata-se de um documento elaborado a partir dos debates que os Responsáveis da Cooperação mantiveram no âmbito das reuniões realizadas em 2009 e que, no futuro, continuará sujeito à reflexão e ao debate.

Por seu lado, o Relatório é integrado a partir deste momento no Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul aprovado na XVIII Cimeira de San Salvador, em Outubro de 2008. O referido Programa culmina os esforços iniciados pelos Responsáveis da Cooperação em 2007, com o objectivo de impulsionar a melhoria dos sistemas de informação dos países, a capacitação das equipas e a construção de um Banco de Boas Práticas. Todos os avanços que se registarem no quadro do Programa traduzir-se-ão, indubitavelmente, em futuras melhorias na metodologia, no tratamento da informação e nos resultados deste Relatório.

Finalmente, cabe destacar também como uma das principais novidades, a participação de dois organismos internacionais: o Sistema Económico Latino-americano e das Caraíbas (SELA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O primeiro, através das suas reflexões sobre a Cooperação Sul-Sul para a Facilitação do Comércio, e o segundo mediante o apoio à sua publicação e difusão, e preambulando este Relatório. Para a Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB), a soma dos esforços converge para o que é, sem dúvida, o compromisso último deste Relatório: contribuir para a consolidação da Cooperação Sul-Sul como uma ferramenta para a melhoria do desenvolvimento e do bem-estar dos povos da Ibero-América.

## Responsáveis pela Cooperação Ibero-americana, a 1 de Novembro de 2009

PAÍS	ORGANISMO	TITULAR RESPONSÁVEL
ANDORRA	Ministério de Assuntos Exteriores, Cultura e Cooperação	Sra. María Ubach
ARGENTINA	Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto	Sra. Julia Levi
BOLÍVIA	Ministério do Planeamento e Desenvolvimento	Sr. Javier Fernández
BRASIL	Agência Brasileira de Cooperação (ABC)	Sr. Marco Farini
COLÔMBIA	Direcção de Cooperação Internacional; Ministério das Relações Exteriores	Sr. Enrique Maruri
COSTA RICA	Direcção de Cooperação Internacional Ministério das Relações Exteriores e Culto	Sra. Circe Villanueva Monje
CUBA	Ministério para o Comércio Exterior e para o Investimento Estrangeiro	Sr. Orlando Hernández
CHILE	Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI)	Sra. María Cristina Lazo
EQUADOR	Agência Equatoriana de Cooperação Internacional (AGECI)	Sra. Gabriela Rosero
EL SALVADOR	Ministério das Relações Exteriores	Sr. Jaime Miranda
ESPAÑA	Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e para o Desenvolvimento (AECID)	Sra. Julia Olmo
GUATEMALA	Secretaria do Planeamento e Programação da Presidência	Sra. Delfina Mux Canci
HONDURAS	Secretaria das Relações Exteriores	Sra. Guadalupe Hung
MÉXICO	Direcção-Geral de Cooperação Técnica e Científica Secretaria das Relações Exteriores	Sr. Máximo Romero
NICARÁGUA	Ministério das Relações Exteriores	Sr. Valdrack Jaentschke
PANAMÁ	Ministério das Relações Exteriores	Sr. Francisco Matos
PARAGUAI	Ministério das Relações Exteriores	Sra. Claudia Patricia Aguilera
PERU	Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI)	Sr. Carlos Hely Pando Sánchez
PORTUGAL	IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento	Sr. Manuel Augusto Correia
R. DOMINICANA	Subsecretaria Técnica da Presidência	Sra. América Bastidas
URUGUAI	Ministério das Relações Exteriores	Sra. Zulma Guetmán
VENEZUELA	Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores	Sr. Rubén Molina



PREFÁCIO

O PNUD considera o Desenvolvimento de Capacidades como o seu contributo mais integral para o desenvolvimento humano. O Sistema das Nações Unidas está comprometido a ajudar os países a alcançarem os Objectivos do Milénio e outros resultados de desenvolvimento nacional, de forma sustentável. Os países da América Latina e das Caraíbas identificaram particulares desafios relacionados com o desenvolvimento de capacidades. Enquanto que a maioria dos países podem ser classificados como Países de Rendimento Médio, e os activos de capacidade existem num determinado conjunto de áreas, actores tanto governamentais como não governamentais identificam necessidades de capacidade no planeamento estratégico, na implementação de programas e na prestação de serviços, nas áreas da segurança, da justiça e do estado de direito, na redução do risco de catástrofes, na cooperação para o desenvolvimento, na energia e ambiente e no VIH/SIDA. Isto sucede especialmente nos níveis sub-nacionais. O fortalecimento das capacidades institucionais e dos recursos humanos deve ser um componente fundamental em toda a cooperação regional, no apoio técnico e nas soluções Sul-Sul, oferecendo aos governos da região uma abordagem integral sobre como melhorar a programação e a implementação de iniciativas fulcrais ao nível do desenvolvimento, nacional e local.

A Cooperação Sul-Sul posicionou-se como uma prioridade na região e adiciona elementos importantes às discussões sobre como podemos melhorar a efectividade do desenvolvimento. O PNUD desempenha um papel crucial na facilitação do conhecimento, nas políticas, nas reformas institucionais e na fertilização da aprendizagem, nos factores necessários para fortalecer ainda mais as capacidades nacionais para melhorar as políticas, o planeamento, a monitorização e a avaliação, a coordenação da ajuda e soluções sul-sul na região.

Este Relatório reúne e analisa as tendências da cooperação horizontal, bilateral e triangular que estão presentes e que se estão a desenvolver na América Latina, tendo em consideração as características, os fluxos, as acções, os padrões e perfis presentes nas experiências dos países. Os resultados revelam a sólida interacção entre os países da região e os que se encontram fora dela, como é o caso de alguns países europeus e asiáticos que participam em processos de cooperação triangular.

O PNUD disponibilizou apoio aos países da região, promovendo o intercâmbio de informação, de conhecimento e de boas práticas. Adicionalmente, apoiou a facilitação da cooperação sul-sul no que diz respeito à competitividade, ao fortalecimento de alianças entre os países em desenvolvimento, ao intercâmbio de experiências e de tecnologias e à promoção e facilitação de redes de especialistas e de instituições.

O conhecimento que os nossos colegas reuniram foi extremamente importante para vários países, na medida em que tiveram a oportunidade de aprender a partir de experiências de êxito e puderam aplicá-las nos seus próprios contextos. O desafio que enfrentamos actualmente é de suma importância e, na medida em que a solicitação de programas e de projectos que possam fortalecer as capacidades dos países tem vindo a aumentar, os recursos terão que igualar essa necessidade. Por conseguinte, é fundamental realizar processos continuados como o apresentado neste Relatório, que ajudem a identificar experiências de êxito, as quais, por sua vez, possam ser adaptadas e transferidas de um país para o outro. Este documento oferece uma oportunidade para abrir o debate e para partilhar visões sobre um conjunto de temas relacionados com o desenvolvimento económico e com os papéis que os países em desenvolvimento desempenham num mundo em constante mudança. Facilitará também a abertura de espaços para uma maior criação de redes e de intercâmbio entre os países em desenvolvimento, permitindo a documentação e a difusão de experiências do Sul e das soluções para problemas específicos.

---

Espero que este Relatório seja de grande utilidade para os agentes governamentais, para os profissionais do desenvolvimento e para os consultores e investigadores, que os possa ajudar a incrementar a consciencialização acerca das actuais soluções sul-sul, replicando as boas práticas de desenvolvimento e conseguindo assim uma maior cobertura para as populações vulneráveis. As Agências de Cooperação Nacional têm um papel importante a cumprir no que diz respeito à evidência, à identificação e/ou à proposta de potenciais soluções, bem como ao desenvolvimento de capacidades para documentar, aprender e intercambiar entre os países e fomentar a cooperação sul-sul conjuntamente com o Desenvolvimento de Capacidades.

Para o PNUD foi uma experiência maravilhosa ter participado na elaboração deste Relatório. Quero desde já agradecer à Equipa da SEGIB e expressar a minha gratidão aos países parceiros e aos governos por tornarem isto possível. Consideramos que se trata de um ponto de partida importante, e queremos agradecer a todas as pessoas e instituições que nos ajudaram a conceber este documento, especialmente à SEGIB, parceiro crucial neste esforço.

Rebeca Grynspan,  
Directora do PNUD  
Gabinete Regional  
América Latina e Caraíbas





## RESUMO EXECUTIVO

---

## RESUMO EXECUTIVO

---

O presente relatório começa com um capítulo que inclui uma primeira aproximação à visão que os países Ibero-americanos têm sobre a Cooperação Sul-Sul. Trata-se de um texto elaborado pelos 22 Responsáveis da Cooperação da Conferência Ibero-americana. Como se pode deduzir da sua leitura, nos últimos anos a Cooperação Sul-Sul experimentou um renovado auge: diversificou-se (em instrumentos e participantes), converteu-se numa referência a ser tida em consideração nos fóruns internacionais sobre a Cooperação para o Desenvolvimento e começou a articular uma agenda própria de debate, muito focalizada em como conseguir *mais e melhor* Cooperação Sul-Sul.

A América Latina não foi alheia a toda esta evolução. Antes pelo contrário, a região deixou a sua marca na evolução da Cooperação Sul-Sul: fomentou o debate sobre esta modalidade e participou activamente nos principais fóruns de Cooperação Internacional. Além disso, impulsionou o seu alargamento mediante modalidades bem distintas, entre as quais se destacaram a *Cooperação Horizontal Sul-Sul* (nas suas versões *Bilateral* e *Regional*) e a *Cooperação Triangular*.

Com efeito, na América Latina, e entre 2007 e 2008, as acções de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* aumentaram 27%: de 1.480 em 2007 para as 1.879 em 2008. Foram perto de 1.880 acções nas quais o papel de *parceiro ofertante* recaiu, em quase 80% dos casos, em Cuba, na Argentina, no México e no Brasil. As 20% restantes foram oferecidas pelo Chile, pela Venezuela e pela Colômbia, e com um carácter pontual, pelo Uruguai, pela Costa Rica, pelas Honduras, pela Nicarágua, por El Salvador, pelo Panamá, pelo Peru e pelo Equador. No papel de *parceiro receptor*, a Venezuela (dada a sua especial relação com Cuba) e o Paraguai (pela sua também especial relação com a Argentina) explicaram mais de metade da cooperação recebida (aproximadamente 740 acções). El Salvador e a Bolívia receberam 18% e as restantes distribuíram-se entre dois grandes grupos: um, constituído pelos países cuja participação relativa sobre o total das acções variou entre os 2,6% e os 4% e um outro com participações que nunca ultrapassaram os 2,5%. O primeiro coincidiu com países localizados nas Caraíbas (Cuba e a República Dominicana), nos Andes (o Equador, o Peru e a Colômbia) e na América Central (a Nicarágua e as Honduras) e o segundo grupo abrangeu o Cone Sul (o Brasil, o Uruguai, a Argentina e o Chile), para além do México e do Panamá.

Por sectores de actividade, em 2008, quase 1.000 acções (cerca de 55% das 1.879 registadas) destinaram-se ao fortalecimento de capacidades na área económica. As restantes acções (aproximadamente 850) foram distribuídas nuns 50% entre as que foram impulsionadas para melhorar as condições sociais da população latino-americana e em outros 50% pelas que perseguiram resultados positivos em outras áreas como a Cultura, o Género, o Fortalecimento institucional, a Ajuda humanitária, a Prevenção de Catástrofes ou o Ambiente. Apenas 2,7% das acções registadas a nível regional não puderam ser classificadas sectorialmente.

A distribuição sectorial das acções foi determinada pelo *perfil das necessidades e capacidades* demonstrado pelos parceiros. Na realidade, a maioria das acções dos principais *parceiros ofertantes* concentrou-se na área económica: 70% das de Cuba e 60% das argentinas, e por volta de 50% das oferecidas tanto pelo Brasil como pela Venezuela. Por outro lado, o Chile e a Colômbia realizaram a maior parte das suas acções (45% e 50%, respectivamente) nas áreas de Fortalecimento institucional, Ambiente, Ajuda Humanitária ou Prevenção de Catástrofes. Nenhum destes parceiros concentrou a maioria da sua cooperação em sectores de dimensão social, embora a participação relativa deste tipo de acções sobre o total das oferecidas se tenha movido numa margem muito vasta que oscilou entre uma percentagem mínima de 11% no caso argentino e uma máxima de 40% no caso da Venezuela.

---

Relativamente aos *parceiros receptores*, a Venezuela, Cuba e o Paraguai concentraram entre 70 a 80% da cooperação recebida em sectores económicos. Para o Peru e para a Nicarágua, a cooperação recebida nesta área também foi a mais importante, embora tenha registado participações relativas inferiores, de 50% e de 35%, respectivamente. Os outros *parceiros receptores* (El Salvador, a Costa Rica, a Colômbia, o Equador e a República Dominicana) concentraram-se em fortalecer as suas instituições, em atenuar o impacto das catástrofes naturais de que foram alvo em 2008, assim como em melhorar as condições ambientais. Por último, a Bolívia foi o único país que concentrou a proporção mais elevada das acções recebidas (35,4%) nos sectores sociais; os restantes países registaram percentagens de participação neste sector de actividade abaixo dos 20%.

Embora a informação disponível é todavia parcial e incompleta, e a metodologia utilizada deva ser aperfeiçoada, pode-se concluir neste momento que o custo económico ao qual ascendeu uma parte das acções de 2008 superou, no mínimo, os 13 milhões de dólares. Pode-se também afirmar que cerca de 80% desse montante (10.300.000 dólares) corresponderam ao financiamento assumido para executar as acções participadas pelo Brasil no seu papel de *parceiro ofertante*. Os restantes 2,7 milhões satisfizeram a cooperação que o Chile, a Argentina, o México e a Colômbia realizaram em outros países da região.

Por outro lado, dos 13 milhões que se estima que a cooperação ascendeu em 2008, mais de 20% correspondeu ao custo económico das acções nas quais o Paraguai participou como *parceiro receptor*. De acordo com os dados disponíveis, o Uruguai mobilizou, como receptor, mais de 1.725.000 dólares (13% do total). As acções participadas por Cuba, pelo Peru, pela Bolívia, pelo Equador, pela Costa Rica, pelo Panamá, por El Salvador, pela Argentina, pelo México, pela Colômbia, pelas Honduras, pela Guatemala e pela Nicarágua tiveram um custo mínimo que variou entre os 250.000 e os 1.250.000 dólares. Os restantes países registaram montantes inferiores e/ou não significativos.

Ao nível da *Cooperação Sul-Sul e Triangular*, em 2008 e na América Latina, registaram-se nesta modalidade 72 acções/projectos. É de assinalar que, em 60% das triangulações, a execução técnica da cooperação recaiu, no âmbito do exercício do papel de *primeiro parceiro ofertante*, no Chile e no México (35% e 25% do total, respectivamente). Outros 30% foram explicados, de maneira conjunta, pelo Brasil, pela Argentina e pela Costa Rica. Entretanto, as acções impulsionadas pela Bolívia, pela Colômbia e por Cuba assumiram um carácter pontual (1,5% em cada caso).

A maioria do financiamento das acções de Cooperação Triangular correspondeu, por seu lado, ao Japão e à Alemanha, países esses que exerceram o papel de *segundo parceiro ofertante* em 67% e em 24% das ocasiões, respectivamente. Os 9% restantes são explicados por outros parceiros pontuais, entre os quais se encontra a Espanha. Cabe acrescentar, contudo, que tanto a forte presença do Japão e da Alemanha, como a crescente actividade por parte de Espanha, foram influenciadas pela forma como a Cooperação Triangular com a América Latina foi incluída nas suas respectivas estratégias de Cooperação Internacional.

É de destacar como *parceiro receptor* de Cooperação Triangular o Equador, país que concentrou praticamente 27% do total das acções realizadas sob esta modalidade. A restante Cooperação Triangular distribuiu-se, por ordem de importância relativa, entre a Nicarágua, o Paraguai e El Salvador (pesos relativos entre 10% e 20%), a Guatemala, a Colômbia e a Bolívia (superior a 5%), as Honduras (4%), a República Dominicana, a Costa Rica e o Peru (menos de 5%).

Devido às suas características (marcado carácter multi-sectorial e uma forte complexidade científico-tecnológica), as acções de Cooperação Triangular concentraram-se em sectores como o ambiente (gestão de resíduos sólidos ou de bacias hidrográficas), o fortalecimento dos Governos (a aplicação de metodologias de

---

desenvolvimento territorial e de gestão urbana), a agricultura (investigações e aplicações fitossanitárias), a saúde reprodutiva (desde as fases de investigação até à aplicação de novas técnicas), as políticas sociais (de construção de casas sismo-resistentes) e o saneamento de água potável.

Embora não se disponha de uma informação completa sobre o custo económico ao qual ascenderam as acções de Cooperação Triangular, pode-se no entanto afirmar que os projectos levados a cabo pelo Brasil e pelo Chile atingiram, no mínimo, os 575.000 e os 365.000 dólares, respectivamente. Podemos ainda adiantar, que no seu apoio às triangulações com a região, as contribuições mínimas do Canadá, do Japão e da Alemanha variaram entre os 85.000 e os 150.000 dólares. Relativamente aos restantes dados disponíveis, estes voltam a ser pontuais e /ou não significativos.

No que diz respeito à terceira modalidade de cooperação, a *Horizontal Sul-Sul Regional* e à semelhança do que sucedeu no ano anterior, os sistemas de cooperação dos principais esquemas de integração latino-americanos revelam características próprias e muito distintas entre si. A maioria não impulsiona de uma forma sistemática as iniciativas de carácter horizontal, as quais, contudo, surgem de maneira pontual e como resultado de dinâmicas igualmente diversas. Nesse sentido, em 2008 identificaram-se algumas experiências que, enquadradas na Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), na Comunidade Andina de Nações (CAN), no Projecto Mesoamericano, no MERCOSUL e na Conferência Ibero-americana, responderam às características que se associam a um projecto de âmbito *Horizontal Sul-Sul Regional*. Contudo, é necessário continuar a avançar na identificação de um maior número de projectos, bem como a ajustar a conceptualização desta modalidade à realidade dos sistemas regionais.

Por outro lado, em 2008 identificaram-se Boas Práticas de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* e de *Cooperação Triangular*. As experiências seleccionadas foram protagonizadas pela Argentina, pelo Chile, pela Colômbia, pelo México e pela Venezuela (*parceiros ofertantes* na modalidade bilateral e executores técnicos na triangular), a Bolívia, Cuba, El Salvador, a Nicarágua, o Panamá, o Paraguai, a República Dominicana e o Uruguai (*parceiros receptores*). Abrangeram sectores muito diversos, entre os quais se destacam a segurança alimentar, o desenvolvimento local, a protecção ambiental, o fortalecimento dos direitos humanos, entre outros. Todas estas Boas Práticas obtiveram uma avaliação positiva quer no modo como foram geridas e desenvolvidas quer pelos resultados obtidos através das mesmas. Porém, em futuras edições do Relatório, a conceptualização deste tipo de experiências, bem como a sua identificação irão ser impulsionadas pelo desenvolvimento do Programa Ibero-americano de Fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul, aprovado em 2008 na Cimeira Ibero-americana de San Salvador.

O impulso à Cooperação Sul-Sul na América Latina coincidiu com a progressiva deslocação da região como receptora da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) mundial. De facto, em 2008, a participação relativa da América Latina sobre o total mundial situou-se nos 4,3%, a percentagem mais baixa registada desde o início da presente década. Esta descida não foi compensada nem sequer pelo esforço de Espanha, país que em 2008 aumentou a sua ajuda à região em aproximadamente 1.300 milhões de dólares (mais 25% do que em 2007), e que passou a partilhar conjuntamente com os Estados Unidos a liderança regional em termos de doador. Como em outros anos, a maior proporção da AOD regional concentrou-se na América Central e nos países andinos, para além do Brasil, cuja AOD aumentou até situar-se na sexta com maior volume relativo.

Finalmente, é de referir que o presente Relatório inclui uma primeira abordagem, sob a égide do Sistema Económico Latino-americano e das Caraíbas (SELA), sobre outra modalidade de Cooperação Sul-Sul: a que visa a Facilitação do Comércio. Os avanços relativamente a esta modalidade focalizam-se, neste momento, no âmbito conceptual. Fica pendente, para futuras edições, a identificação de experiências regionais que se enquadrem nesta modalidade de cooperação.

**CAPÍTULO I**  
**A COOPERAÇÃO SUL-SUL**

### A Conferência Ibero-americana e a Cooperação Sul-Sul

---

A Cimeira Ibero-americana é a reunião anual de Chefes de Estado e de Governo dos 22 países da América Latina e da Europa de língua hispana e portuguesa.<sup>II</sup> A sua origem está associada à comemoração dos 500 anos do encontro entre dois mundos, onde a Espanha apresentou a iniciativa de convocar uma Cimeira Ibero-americana.

Na primeira Cimeira, celebrada em Guadalajara (México), em 1991, aprovaram-se os objectivos da Conferência Ibero-americana, destacando-se a vontade política dos governos da Ibero-América de propiciar soluções aos desafios da região e de converter o conjunto de afinidades históricas e culturais que ligam as nações ibero-americanas num instrumento de unidade e desenvolvimento, baseado no diálogo, na cooperação e na solidariedade.

O Sistema Ibero-americano de Cooperação foi criado com o objectivo de estabelecer um quadro institucional que regule as relações de cooperação ao nível da Conferência Ibero-americana. Actualmente, o Sistema Ibero-americano de Cooperação é coordenado pela Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB), cuja função consiste em articular, fortalecer e zelar pela qualidade desta Cooperação.<sup>III</sup>

Desde o ano de 2007, a SEGIB, conjuntamente com os 22 Responsáveis da Cooperação Ibero-americana, têm vindo a preparar um relatório, que este ano, na sua terceira edição, inclui informação geral sobre os projectos de Cooperação Sul-Sul mais relevantes levados a cabo na região.

A modo de introdução da terceira edição do Relatório, este capítulo foi elaborado pelos Responsáveis da Cooperação. Tendo em conta a diversidade de aproximações e práticas, o que se apresenta nestas páginas mostra uma primeira abordagem daquilo que se continuará a reflectir e a trabalhar entre os 22 países Ibero-americanos.

<sup>I</sup> Este Capítulo baseia-se nas respectivas propostas preparadas pela Argentina e pelo México, nas quais se incluíram algumas reflexões que emergem de debates anteriores dos Responsáveis da Cooperação. Esta versão do Capítulo inclui os comentários feitos por outros países Ibero-americanos. O Capítulo não representa a opinião e a posição da República Bolivariana da Venezuela em relação à Cooperação Sul-Sul. Os conteúdos do Capítulo continuarão a ser reflectidos e enriquecidos em futuras reuniões.

<sup>II</sup> Os países membros da Conferência são a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Chile, a Colômbia, a Costa Rica, Cuba, o Equador, El Salvador, a Espanha, a Guatemala, as Honduras, o México, a Nicarágua, o Panamá, o Peru, o Paraguai, Portugal, a República Dominicana, o Uruguai, a Venezuela e a Andorra.

<sup>III</sup> Na V Cimeira Ibero-americana, celebrada em San Carlos de Bariloche (Argentina), em 1995, foi assinada a Convenção para a Cooperação Ibero-americana no Quadro da Conferência Ibero-americana através da qual se cria o Sistema Ibero-americano de Cooperação como instrumento reitor dos programas e projectos de cooperação resultantes das Conferências. A Convenção para a Cooperação Ibero-americana entrou em vigor a 4 de Dezembro de 1996.

---

## Os Recursos da Cooperação Internacional e dos Países de Rendimento Médio

---

Com a realização da Cimeira do Milénio de 2000, a comunidade internacional contou pela primeira vez com objectivos quantificáveis, metas e indicadores consignados nos “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” (ODM). Num contexto de escassez de fundos para financiar os ODM com vista à sua consecução em 2015, realizou-se em 2002 a “Conferência do Financiamento para o Desenvolvimento”, em Monterrey, de onde surge o Consenso com o mesmo nome. Nesse encontro, entre outras medidas sobre o comércio, o cancelamento da dívida e os recursos nacionais dos países em desenvolvimento, os doadores ratificaram o compromisso de destinar 0,7% do PIB para o cumprimento dos ODM.<sup>IV</sup>

Cabe destacar que nos últimos anos se reverteu a tendência decrescente, alcançando a AOD global, no ano de 2008, os 120.000 milhões de dólares, o dobro do que há cinco anos.<sup>V</sup> Apesar disso, este montante equivale a 0,3% do PIB dos países doadores, ou seja ainda longe da meta estabelecida pelas Nações Unidas de destinar 0,7 %. Além disso, os recursos destinados à América Latina sofreram uma redução de quase 5.000 milhões de dólares, passando de significar aproximadamente 10 % do total para menos de 5 %.<sup>VI</sup>

Este facto aponta a tendência para concentrar os fluxos da AOD nos países de menor desenvolvimento relativo, em detrimento dos países catalogados de rendimento médio (PRM), como são quase todos os da América Latina. A classificação, que utiliza o “rendimento per capita” como único indicador, é de utilidade relativa para avaliar as necessidades de cooperação de cada país, uma vez que unifica situações mas não revela as assimetrias entre os próprios Países de Rendimento Médio, ocultando desse modo realidades que merecem a atenção da comunidade internacional através da AOD. Por conseguinte é necessário prosseguir com um melhor entendimento relativamente aos critérios de classificação, principalmente no actual contexto da crise financeira.

O exposto anteriormente demonstra que a cooperação não é estática mas, antes pelo contrário, evolui com o tempo. Como tal, a heterogeneidade dos Países de Rendimento Médio precisa que a cooperação internacional para o desenvolvimento seja concebida como um sistema global de apoio aos esforços de progresso económico e social dos mesmos, ao longo de todo o seu processo de desenvolvimento, modulando a intensidade e adaptando os conteúdos de ajuda às necessidades específicas de cada etapa.

Deixar os PRM fora da atenção da AOD equivale a penalizá-los pelos níveis de desenvolvimento adquiridos, bem como a limitar-lhes o potencial como parceiros para o desenvolvimento de esforços conjuntos relativamente a terceiros países de menor desenvolvimento relativo.

No entanto, a redução da AOD ao nível dos PRM contribuiu, entre outras causas, para que os nossos países se esforcem um pouco mais todos os dias para oferecer Cooperação Sul-Sul, no sentido de dar resposta às necessidades de desenvolvimento. Assim, os PRM apresentam uma clara dualidade; por um lado, são cooperantes em relação a outros países de igual ou menor desenvolvimento, e por outro, continuam a requerer AOD em sectores estratégicos.<sup>VII</sup>

<sup>IV</sup> Resolução da Assembleia Geral da ONU, A/CONF.198/3, “Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento”, 1 de Março de 2002, p. 11

<sup>V</sup> Consultar: <http://www.oecd.org/dataoecd/46/19/43161677.pdf>

<sup>VI</sup> Consultar: <http://www.oecd.org/dac/stats/idsoline> e SEGIB (2008). *II Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*, p.116

<sup>VII</sup> Esta situação levou aos países da nossa região a organizarem-se e a participarem activamente nos Fóruns Internacionais para discutir a base conceitual da classificação, assim como a orientação da cooperação com este grupo de países. O último destes Fóruns foi a “Conferência Internacional de Cooperação para o desenvolvimento com Países de Rendimento Médio”, celebrada em Windhoek (Namíbia), entre os dias 4 e 6 de Agosto de 2008.



---

## O Plano de Acção de Buenos Aires

---

No seu relatório de 2007, o Comité de Alto Nível sobre a Cooperação Sul-Sul das Nações Unidas reconheceu que esta cooperação se intensificou de uma maneira notável, impulsionada pela solidariedade, pelos excelentes resultados económicos de diversos países em desenvolvimento, por um aumento das actividades que visam a integração sub-regional e regional e devido à atenção prestada à redução da pobreza no quadro das iniciativas orientadas para cumprir os ODM.<sup>viii</sup>

Porém, as origens desta cooperação, que agora está a avançar significativamente, datam de há mais de 30 anos. Na realidade, um marco crucial na história da Cooperação Sul-Sul teve lugar no dia 12 de Setembro de 1978, em Buenos Aires, quando as delegações de 138 Estados adoptaram, por consenso, o Plano de Acção para Promover e Realizar a Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento (CTPD).<sup>ix</sup>

Nessa altura procurou-se unir as quatro partes do mundo, a setentrional, a meridional, a oriental e a ocidental, com o objectivo de impulsionar a CTPD com vista a construir uma verdadeira associação mundial para o desenvolvimento. Por outro lado, devemos ter presente que a CSS antecede a Declaração de Buenos Aires de 1978. A negociação e a redacção do instrumento duraram mais de 5 anos, período durante o qual se realizaram múltiplas conferências sobre o tema, pelo mundo inteiro.<sup>x</sup>

O Plano de Acção de Buenos Aires (PABA) foi único no seu género e na sua época, dado que introduziu profundas alterações nos critérios ao nível da assistência para o desenvolvimento e deu um maior relevo à capacidade nacional e colectiva dos países em desenvolvimento para valer-se de meios próprios, configurando assim os fundamentos de uma nova ordem económica internacional baseada na cooperação entre os países em desenvolvimento.

O PABA proporciona um entendimento sobre as acções da CTPD, ao assinalar no seu parágrafo 5 que esta *“É uma força decisiva para iniciar, conceber, organizar e fomentar a cooperação entre os países em desenvolvimento para que possam criar, adquirir, adaptar, transferir e partilhar conhecimentos e experiências em benefício mútuo, e também para que possam alcançar a auto-suficiência nacional e colectiva, a qual é fundamental para o seu desenvolvimento social e económico.”*

O PABA, que resultou da Conferência das Nações Unidas sobre a Cooperação Técnica entre os países em Desenvolvimento,<sup>xi</sup> esboça as melhores práticas para a CTPD. Contudo, refere claramente que não pretende reduzir a *“responsabilidade dos países desenvolvidos”*. Ou seja, paralelamente aos esforços de cooperação por parte dos países desenvolvidos, os países em desenvolvimento caminham para um exercício próprio que não substitui as acções tradicionais de cooperação.<sup>xii</sup>

<sup>viii</sup> Consultar: SSC/15/1. 15º período de sessões, Nova Iorque, 29 de Maio a 1 de Junho de 2007, Tema 2 do programa provisório, [http://tcdc.undp.org/SSC151/SSC15-1\\_SPA.pdf](http://tcdc.undp.org/SSC151/SSC15-1_SPA.pdf), consultada a 17 de Setembro de 2009.

<sup>ix</sup> Consultar: [http://tcdc.undp.org/knowledge\\_base/bapa\\_spanish.aspx](http://tcdc.undp.org/knowledge_base/bapa_spanish.aspx).

<sup>x</sup> Consultar: [http://tcdc.undp.org/knowledge\\_base/bapa\\_spanish1.html#emblem](http://tcdc.undp.org/knowledge_base/bapa_spanish1.html#emblem).

<sup>xi</sup> Como resultado da Conferência que deu lugar à subscrição do PABA, a Assembleia Geral das Nações Unidas em 1978 criou a Unidade de Cooperação Sul-Sul, que por seu lado recebe ordens do Comité de Alto Nível em Cooperação Sul-Sul da Assembleia Geral. A Unidade de Cooperação Sul-Sul encontra-se adscrita ao PNUD. Consultar: <http://tcdc.undp.org/aboutus.aspx>

<sup>xii</sup> Parágrafos 6 e 8 do PABA: *“...Isso não reduz em absoluto a responsabilidade dos países desenvolvidos de adoptarem as medidas políticas necessárias, em particular, o aumento da assistência ao desenvolvimento para acelerar o avanço dos países em desenvolvimento.”* ... *“A CTPD não é um fim em si mesma, nem é uma substituta da cooperação técnica com os países desenvolvidos.”* [Ênfase adicionada].

---

O âmbito de aplicação do PABA estende-se para além do actual conceito de AOD, o qual, na maioria dos casos, está associado ao cumprimento dos ODM, uma vez que inclui diversas áreas e sectores de cooperação adicionais, tratando-se assim de um elemento que diferencia a cooperação sul-sul da tradicional norte-sul.<sup>xiii</sup>

## Uma visão da Cooperação Sul-Sul na América Latina

---

Ao cumprir-se trinta e um anos da formulação do Plano de Acção de Buenos Aires, podemos dizer que a Cooperação Sul-Sul exigiu nos últimos anos um renovado impulso que compromete os países que a promovem a oferecer uma cooperação solidária, baseada no trabalho conjunto e no aumento de capacidades.

Actualmente, a Cooperação Sul-Sul não conta com uma definição aceite a nível geral. Contudo, os seus princípios foram apresentados no quadro da mencionada Conferência das Nações Unidas, celebrada em 1978. Nessa ocasião, expressou-se que a CSS é um *“processo consciente, sistemático e politicamente motivado, elaborado com o objectivo de criar uma estrutura de múltiplas ligações entre os países em desenvolvimento”*.<sup>xiv</sup> Este processo faz com que os países cooperantes não interfiram nos assuntos de outros estados, destacando-se a igualdade entre os associados e o respeito pelos conteúdos locais do desenvolvimento.

A Cooperação Sul-Sul constitui uma opção viável para apoiar o desenvolvimento a partir dos recursos e da experiência que cada país pode partilhar com outros de igual ou menor desenvolvimento relativo, mediante um processo de cooperação mútua. Na prática, apresenta-se como uma forma de cooperação independente que não se baseia em critérios económicos e que oferece associações estratégicas entre iguais no sentido de alcançar objectivos comuns. Na Cooperação Sul-Sul todos são beneficiados, uma vez que se trata de um processo permanente de aprendizagem e de transmissão de conhecimentos em ambos os sentidos.

A prática resultante da Cooperação Sul-Sul recomenda que conceitos como o de “ajuda ao desenvolvimento”, utilizados pelos doadores tradicionais, devem ser alterados para se adaptarem à nova realidade, realidade essa em que os actores preferem falar de cooperação internacional para o desenvolvimento.

### **Com o objectivo de avançar num melhor entendimento, indicam-se a seguir os critérios e as fortalezas da Cooperação Sul-Sul na nossa região:**

1. A Cooperação Sul-Sul baseia-se na solidariedade para o aumento de capacidades através da cooperação técnica. Trata-se de um compromisso voluntário entre países que pretendem abordar conjuntamente os reptos do desenvolvimento e os desafios da pobreza e da desigualdade.
2. Esta cooperação é direccionada a todos os sectores e âmbitos que forem necessários, evitando uma relação vertical e assistencialista na procura do desenvolvimento e optando pela associação horizontal entre actores como princípio básico de actuação.

<sup>xiii</sup> O parágrafo 17 do PABA recomenda encaminhar as acções da CTPD em áreas como: “do emprego e do desenvolvimento dos recursos humanos, da pesca, da alimentação e da agricultura, da saúde, da industrialização, da informação, da integração da mulher nas actividades de desenvolvimento, da cooperação monetária e financeira, das matérias-primas, da ciência e da tecnologia, da cooperação técnica e dos serviços consultivos, das telecomunicações, do turismo, do comércio e do transporte e das comunicações ...”

<sup>xiv</sup> Como parte dos preparativos da Conferência das Nações Unidas sobre a Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento, o Administrador do PNUD convocou o Grupo de Consultores sobre a Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento no Kuwait, em Junho de 1977, onde se criou este primeiro conceito de Cooperação Sul-Sul

- 
3. A Cooperação Sul-Sul não substitui a tradicional Norte-Sul, e nem é subsidiária ou um instrumento desta. Antes pelo contrário, espera articular-se, quando assim for viável, com os planos e programas da Cooperação Norte-Sul, a partir da sua própria experiência e com vista a atingir os melhores resultados de forma eficiente e solidária. O espaço para esta articulação são os requerimentos dos países em desenvolvimento reflectidos nos seus planos e prioridades nacionais.
  4. A Cooperação Sul-Sul aposta por uma relação entre os cooperantes que oferecem e procuram benefícios em condições de reciprocidade.
  5. A Cooperação Sul-Sul encontra uma grande aceitação, uma vez que provém de acordos entre países que enfrentam desafios de desenvolvimento similares a nível local e global, facilitando assim a adequação das acções às necessidades e perspectivas comuns. Este facto favorece o entendimento mútuo e permite, para além disso, partilhar modelos de gestão já implementados pelos países do sul, onde se têm em consideração quer os acertos quer os erros e as lições aprendidas.
  6. A Cooperação Sul-Sul, como foi consignada no PABA, desenvolve a sua acção em diversos sectores, tendo a sua principal fortaleza no âmbito da cooperação técnica e do fortalecimento de capacidades. Os peritos que os países colocam à disposição na CSS, são especialistas e técnicos com uma vasta experiência nos seus respectivos sectores de actividade, uma vez que provém das fileiras das suas respectivas administrações. Como tal, os especialistas da CSS significam um custo que deve ser reconhecido pelos outros actores da cooperação.
  7. Os países em desenvolvimento, especialmente numa mesma região, partilham experiências comuns, assim como vínculos culturais que facilitam a compreensão mútua e podem melhorar a efectividade dos projectos e dos programas de cooperação.
  8. Os países fazem um uso efectivo das tecnologias no âmbito da Cooperação Sul-Sul, dado que os recursos tecnológicos dos países em desenvolvimento ofertantes de cooperação apresentam características de adaptabilidade que facilitam a sua utilização, manutenção e conservação.
  9. A Cooperação Sul-Sul aposta pela eficácia e eficiência na utilização dos recursos de qualquer tipo, limitando os custos e colocando em jogo experiências contrastadas.
  10. Esta forma de cooperação favorece as relações entre países de uma mesma região, promovendo a integração e as boas relações de vizinhança, bem como a relação com países parceiros de outras regiões, com os quais se pode estabelecer alianças.

A Cooperação Sul-Sul permitiu igualmente o surgimento de novas modalidades de intervenção como é o caso da Triangular. Na Cooperação Triangular os PRM assumem um papel crucial ao contribuir com os seus recursos humanos formados, com as suas próprias experiências de “casos de estudo” e com as tecnologias apropriadas e recursos em espécie. A Cooperação Triangular é um claro exemplo de que esta actividade não é estática mas que evolui com o tempo. Há apenas dois anos, a Cooperação Triangular era entendida exclusivamente como aquela que resultava da associação estratégica entre um doador tradicional, um fornecedor de cooperação para o desenvolvimento e um terceiro país beneficiário. Actualmente, existem exemplos bem sucedidos de cooperação triangular entre países que promovem a Cooperação Sul-Sul. De tal forma, que os doadores tradicionais estão a actualizar os seus modelos de cooperação triangular reconhecendo o contributo substancial oferecido pelos cooperantes Sul-Sul através dos seus especialistas, entre outros contributos.

---

Por conseguinte, os doadores tradicionais podem aproveitar as capacidades e as potencialidades que oferece uma associação estratégica com os PRM que realizam uma Cooperação Sul-Sul, de forma a canalizarem, não só os seus recursos, mas também a sua experiência em cooperação, impulsionando e multiplicando o potencial dos países em desenvolvimento, mediante programas triangulares nos quais é fundamental apoiar exemplos de êxito de Cooperação Sul-Sul.

## A agenda internacional para uma cooperação mais efectiva

---

Após a entrada em vigor do PABA, os governos e os diversos organismos regionais e internacionais, como o ECOSOC, o PNUD, os Bancos de Desenvolvimento e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE),<sup>xv</sup> entre outros, empenharam-se na procura da efectividade da ajuda, com o objectivo de verem resultados concretos. Posteriormente à Cimeira do Milénio e à Conferência de Monterrey, em 2005, os doadores tradicionais subscreveram a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda.<sup>xvi</sup>

A Declaração de Paris constituiu um acordo no qual os doadores tradicionais, a maioria membros do CAD da OCDE, assumiram compromissos importantes. A Declaração foi questionada por muitos países que consideraram que não se tinha dado atenção às perspectivas de outros actores da cooperação e do desenvolvimento, tais como a Cooperação Sul-Sul, os organismos da sociedade civil, os Fundos Soberanos e os cooperantes não tradicionais ou não membros do CAD.

Em Setembro de 2008, durante a Reunião de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, assinou-se a Agenda de Acção de Acra (AAA)<sup>xvii</sup>. A AAA foi negociada com base nos compromissos da Declaração de Paris, mas, nesta ocasião, com a participação de países parceiros, da sociedade civil e de cooperantes não tradicionais.

A AAA pretende acelerar os progressos no cumprimento dos compromissos da Declaração de Paris<sup>xviii</sup> e assume um reconhecimento importante dos outros actores de cooperação internacional para o desenvolvimento<sup>xix</sup>, propondo a construção de associações mais eficazes e inclusivas para o desenvolvimento através do trabalho conjunto.

<sup>xv</sup> A OCDE é a sede do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), Gabinete que conta entre as suas funções a de registar as acções de cooperação destinadas aos países em desenvolvimento, designadamente no referente aos montantes financeiros. O CAD é composto pela maioria dos países desenvolvidos e, nesse sentido, é o grupo de doadores tradicionais, que, nos últimos anos tem incidido directamente na agenda mundial de cooperação e desenvolvimento.

<sup>xvi</sup> A Declaração de Paris sobre a Efectividade da Ajuda propõe a adopção de 5 princípios fundamentais para a cooperação internacional para o desenvolvimento: a apropriação, a harmonização, o alinhamento, a gestão orientada para resultados e a mútua responsabilidade. Consultar: <http://www.oecd.org/dataoecd/53/56/34580968.pdf>.

<sup>xvii</sup> Consultar: <http://www.oecd.org/dataoecd/58/19/41202043.pdf>.

<sup>xviii</sup> Predictibilidade – doadores facilitarão 3-5 anos de informação dos seus planos de cooperação aos países parceiros. Controlo de sistemas – os controlos de administração dos países parceiros serão utilizados para canalizar a cooperação como uma primeira opção, em vez dos controlos de administração dos doadores. Condicionalidade – os doadores optarão por gastar o dinheiro da cooperação em função das condições e das perspectivas dos próprios países receptores. Untying – os doadores atenuarão as restrições que impedem os países em desenvolvimento adquirir os seus fornecimentos de ajuda e de serviços a quem ofereça a melhor qualidade e um baixo preço.

<sup>xix</sup> O parágrafo 9 da AAA refere que: “Nos últimos anos, mais actores envolvidos no desenvolvimento — os países de rendimento médio, os fundos mundiais, o sector privado, as organizações da sociedade civil— têm vindo a aumentar as suas contribuições e a proporcionar experiências valiosas. Isto também gera desafios para a gestão e coordenação. Todos os actores envolvidos no desenvolvimento trabalharam em conjunto em associações mais inclusivas, para que todas as nossas iniciativas tenham um maior efeito sobre a redução da pobreza.

---

A AAA reconhece, no seu parágrafo 19, as contribuições realizadas por todos os actores envolvidos no desenvolvimento, “*em particular, o papel que cumprem os países de rendimento médio, como fornecedores e receptores de ajuda*”. Em especial, a AAA ressalta a importância e as particularidades da cooperação Sul-Sul e reconhece o que se pode aprender da experiência dos países em desenvolvimento, alentando um maior desenvolvimento da cooperação triangular. Cabe ainda destacar que vários países latino-americanos lideraram os esforços que conduziram ao reconhecimento da CSS na Agenda de Acção de Acra.

A Declaração de Doha sobre o Financiamento para o Desenvolvimento<sup>xx</sup> também reconheceu o contributo e o papel dos países de rendimento médio na concretização dos principais compromissos internacionais nesta matéria.<sup>xxi</sup>

Consideramos que o processo decorrente da AAA é extremamente relevante para a AOD, porque permite avançar para uma cooperação eficaz, baseada na associação e em princípios resultantes da sua experiência de décadas, no exercício da cooperação. Os avanços na AAA internacional são úteis para a gestão e a negociação da cooperação internacional, e considera-se positivo que o processo de Paris se tenha alargado e aberto em Acra à participação e ao reconhecimento de outros actores.

Ao assumir que a CSS possui uma identidade que emerge do PABA e que se desenvolve através da experiência, constatamos que entre os países Ibero-americanos existem diversas aproximações à relação da CSS com estes processos. Para determinados países da região é importante que a CSS avance para a agenda e para os princípios estabelecidos no processo de Paris e de Acra, procurando, cada vez mais, associações estratégicas, entre iguais, com os doadores tradicionais. Contudo, outros países da região ressaltam que a CSS necessita do seu espaço e que deve chegar a um consenso no que diz respeito aos princípios e objectivos que a orientam, os quais não devem ser necessariamente aqueles que foram definidos no processo da Eficácia da Ajuda.

Em qualquer caso, consideramos positivo que se desenvolvam análises e diálogos conjuntos<sup>xxii</sup> que visem estudar e avaliar como Paris e Acra se podem articular na Cooperação Sul-Sul e como é que esta influi e enriquece, a partir da sua experiência, os princípios resultantes do processo da Eficácia da Ajuda.

<sup>xx</sup> <http://www.un.org/spanish/ffd/2008/>.

<sup>xxi</sup> Consultar: parágrafo 49 da Declaração de Doha: “Reiteramos o nosso apoio à cooperação Sul-Sul, assim como à cooperação Triangular, as quais contribuem com recursos adicionais fundamentais para a execução dos programas de desenvolvimento. Reconhecemos a importância, as diferenças históricas e as particularidades da cooperação Sul-Sul, e destacamos que esse tipo de cooperação deveria ser considerada como uma expressão de solidariedade de cooperação entre países, baseada nas experiências e nos objectivos partilhados. Ambas as formas de cooperação apoiam um programa de desenvolvimento que aborda as necessidades e as expectativas particulares dos países em desenvolvimento. Também consideramos que a cooperação Sul-Sul complementa, não substitui, a cooperação Norte-Sul. Reconhecemos a função que exercem os países em desenvolvimento de rendimentos médios como fornecedores e destinatários da cooperação para o desenvolvimento. Da mesma forma, poder-se-ia fortalecer a cooperação regional como uma via eficaz para mobilizar os recursos para o desenvolvimento, por exemplo, reforçando as instituições financeiras regionais para que prestem uma melhor ajuda ao aperfeiçoamento dos sectores fundamentais dos países em desenvolvimento.” <http://www.un.org/spanish/comun/docs/?symbol=A/CONF.212/L.1/Rev.1>.

<sup>xxii</sup> Destacam-se os levados a cabo no quadro do *Task Team on South-South Cooperation*, integrado no Grupo sobre a Eficácia da Ajuda do CAD. Fazem parte do Task Team, entre outros, as Honduras, o México, a Espanha e a Colômbia [país que o preside]. É responsável pelo fomento da aprendizagem mútua entre a implementação da Declaração de Paris e a Cooperação Sul-Sul. No mesmo âmbito do CAD cabe destacar também o *Policy Dialogue on Development Co-operation*, uma reunião que teve lugar nos passados dias 28 e 29 de Setembro de 2009, no México

---

## A nova arquitectura da Cooperação Internacional

---

Na Cimeira Mundial de 2005,<sup>xxiii</sup> os Chefes de Estado e de Governo encomendaram ao Conselho Económico e Social a realização de Análises Ministeriais Anuais para avaliar os progressos e as dificuldades nacionais na consecução dos ODM, e a celebração de um Fórum sobre a Cooperação para o Desenvolvimento, de dois em dois anos.<sup>xxiv</sup>

Este Fórum, que é uma das principais novas funções do ECOSOC, tem como objectivo melhorar a coerência e a eficácia das actividades dos diferentes associados para o desenvolvimento. Mediante a análise das tendências e dos progressos na cooperação internacional para o desenvolvimento, o Fórum proporciona uma orientação normativa e recomendações para melhorar a qualidade e as repercussões desta actividade. O Fórum reúne todos os actores do desenvolvimento (os países membros, as organizações do sistema das Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a OCDE, os bancos regionais de desenvolvimento e os representantes da sociedade civil e do sector privado) no sentido de que os mesmos estabeleçam um diálogo sobre questões fundamentais de políticas que afectam a qualidade e o impacto da cooperação. A sua focalização nas Nações Unidas assegura que os processos de debate sejam abrangentes, com reuniões em que participam as inúmeras partes interessadas, propiciando oportunidades para os insumos dos países em desenvolvimento e da sociedade civil.

O Fórum de Alto Nível do ECOSOC proporciona um espaço ideal para que os países que promovem a Cooperação Sul-Sul possam reflectir sobre esta actividade e partilhem com os doadores tradicionais a sua visão e entendimento da cooperação internacional para o desenvolvimento. Tendo em consideração a grande presença de países, pode ser também o âmbito adequado para articular, de maneira integral, as reflexões sobre a nova estrutura que está demandando a cooperação internacional numa altura em que se transita por estádios e situações cada vez mais complexos. Finalmente, reconhecemos que se deverá evitar a duplicidade de fóruns e consolidar os já existentes.

<sup>xxiii</sup> Trata-se da Cimeira do Milénio +5, celebrada em Nova Iorque entre os dias 14 e 16 de Setembro de 2005, por ocasião do 60.º período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas.

<sup>xxiv</sup> Resolução da Assembleia Geral da ONU, A/RES/60/1, "General Assembly", 24 de Outubro de 2005, p. 33. Para mais informações sobre o Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento, consultar <http://www.un.org/ecosoc/newfunct/2010dcf.shtml>

---

## Desenvolvimentos futuros

---

É um facto que, actualmente, se reconhece a presença significativa de novos actores da cooperação nos fóruns internacionais. Perante esta realidade, na qual os fluxos e os mecanismos da cooperação internacional para o desenvolvimento se tornam cada vez mais importantes e ao mesmo tempo complexos, a Cooperação Sul-Sul deve continuar a renovar-se, crescendo e articulando a sua actuação com outros actores e com outras formas de cooperação na procura de melhores resultados.

Somos conscientes dos desafios que enfrentamos e da necessidade de reforçar a nossa capacidade de actuação. Por isso, implementámos o Programa Ibero-americano de Fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul, aprovado na XVIII Cimeira Ibero-americana de San Salvador, cujos objectivos apontam para uma melhoria dos sistemas de informação e de coordenação, da formação do nosso pessoal, da detecção de boas práticas e de lições aprendidas e da continuação do trabalho iniciado neste documento: o debate e a conformação de posições e de acordos sobre a Cooperação Sul-Sul.

Por conseguinte, um dos desafios é consolidar uma metodologia que permita prestar informação sobre as acções de cooperação, incluindo a quantificação do seu funcionamento. Com a finalidade de contribuir para o avanço neste âmbito, o terceiro Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América é elaborado com o objectivo de dar visibilidade às acções que esta importante parte do mundo leva a efeito em matéria de cooperação internacional para o desenvolvimento.

Para os países membros da Conferência Ibero-americana, para os da América Latina, com os quais fazemos Cooperação Sul-Sul, e para os Europeus que a apoiamos através de triangulações e de Programas Ibero-americanos, esta actividade é o melhor reflexo da nossa aposta pela erradicação da pobreza e por uma ordem económica mais justa, mediante uma cooperação solidária, equitativa e sustentável.

## Revisão histórica da Cooperação Sul-Sul (2000-2009)\*

O Quadro I.1 mostra os factos e os eventos que, tanto a nível regional como internacional, têm vindo a determinar a dinâmica da Cooperação Sul-Sul desde o ano 2000 até aos dias de hoje. Parte destes eventos, já mencionados pelos Responsáveis da Cooperação no texto precedente, referem-se a Fóruns e a Conferências internacionais que, por distintas razões, influíram na evolução recente da Cooperação Sul-Sul. Entre estes, destacamos a Cimeira do Milénio (2000); a Cimeira sobre o Financiamento para o Desenvolvimento de Monterrey (2002) e a que foi celebrada para a sua posterior revisão (Doha, 2008); os Fóruns de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda (Roma, 2003; Paris, 2005; Acra, 2008); ou o mais recente Primeiro Fórum de Alto Nível sobre a Cooperação para o Desenvolvimento, organizado pelo Conselho Económico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas, realizado em Nova Iorque, em Julho de 2008.

Os restantes eventos englobados no referido Quadro referem-se, por seu lado, aos factos e eventos que, entre os anos 2000 e 2009, determinaram a urgência de existirem mais e diferentes formas de Cooperação Sul-Sul. Este processo, que detalhamos a seguir, pode ser analisado através daquilo que aconteceu em três níveis: no conjunto dos países em desenvolvimento; na América Latina e entre as diferentes regiões em desenvolvimento.

Na realidade, durante estes anos, a Cooperação Sul-Sul transformou-se num dos eixos condutores das reuniões celebradas pelos países em desenvolvimento, especialmente nos quadros do Grupo dos 77 (G77) e do Movimento dos Países Não-Alinhados (MNOAL);<sup>i</sup> dos grupos que tomaram consciência da sua vulnerabilidade perante os denominados *novos problemas globais*. Neste cenário internacional, o mundo em desenvolvimento assumiu o potencial que a Cooperação Sul-Sul lhe conferia para dar resposta aos problemas que enfrentava. Consequentemente, e nas suas sucessivas cimeiras (especialmente na Primeira e na Segunda Cimeira do Sul do G77 -Marraquexe, 2003 e Doha, 2005- e na XIV Cimeira do MNA- Havana, 2006), estes países reivindicaram a utilização da Cooperação Sul-Sul sob múltiplas dimensões: numa dimensão política, para obter uma maior participação e voz nas instituições e fóruns multilaterais e numa dimensão económica, designadamente nas suas vertentes comercial e financeira.<sup>ii</sup>

Por seu lado, a América Latina destacou-se como a região em desenvolvimento mais activa em termos de Cooperação Sul-Sul, tanto pela sua influência em relação ao avanço conceitual que teve esta modalidade, como pelo surgimento de experiências cada vez mais inovadoras que traçaram o caminho por onde a Cooperação Sul-Sul pode transitar. Neste sentido, e graças à multiplicação dos debates de carácter regional,<sup>iii</sup> a América Latina avançou em direcção ao estabelecimento de consensos que mais tarde se impuseram em espaços mais amplos como o G77 ou o MNA. Exemplo disso é a Primeira Cimeira do Sul, que se celebrou em Marraquexe em 2003, e que se baseou, em grande parte, na denominada *Declaração de Caracas sobre a Cooperação Sul-Sul*, declaração que resultou da Reunião Regional da América Latina e das Caraíbas do G77, preparatória da Cimeira acima referida. A partir desta Cimeira consolidaram-se as linhas que definiram uma cooperação que se destaca pelos seus “*aspectos éticos, humanos e sociais*”.

\* No caso do anexo, a autoria é de Cristina Xalma, investigadora da Secretaria de Cooperação da Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB).



## Quadro I.1. A Cooperação Sul-Sul nos cenários regional e internacional (2000–2009)

Ano (mês)	Evento	Âmbito	Contributos
2000 (04)	Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Grupo dos 77. Havana (Cuba)	Multilateral (Nações Unidas/G77)	Debate sobre como a globalização, a falta de acesso às tecnologias e a AOD mundial insuficiente, entre outros, afectam os países em desenvolvimento. Procuram-se respostas conjuntas, entre as quais se destaca a Cooperação Sul-Sul. É convocada para 2003 a Primeira Conferência de Alto Nível sobre a Cooperação Sul-Sul.
2000 (09)	Cimeira de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas. Nova Iorque (Estados Unidos)	Multilateral (Nações Unidas)	Através da Declaração do Milénio, os países comprometem-se a trabalhar para a consecução em 2015 dos Objectivos do Milénio (ODM). Devemos destacar o Objectivo 8, focalizado nas necessidades dos países mais desfavorecidos e que reclama uma maior e melhor ajuda.
2001 (08)	10ª Reunião Intergovernamental de Acompanhamento e de Coordenação da CEPD. Teerão (Irão)	Multilateral (Nações Unidas/G77)	Coincide com o 20º aniversário da adopção do Plano de Acção de Caracas sobre a Cooperação Económica entre Países em Desenvolvimento (CEPD). Adopta-se o denominado Consenso de Teerão, através do qual se reclama uma maior visibilização e um maior impulso à Cooperação Sul-Sul.
2002 (03)	I Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento. Monterrey (México)	Multilateral/Bilateral	Os doadores tradicionais assumem compromissos financeiros com os ODM. De maneira explícita, os pontos 19 e 43 da sua Declaração Final incitam ao conhecimento de experiências de êxito na Cooperação Sul-Sul e Triangular, assim como o seu fortalecimento como via para melhorar a eficácia da ajuda.
2002 (03)	XV Reunião de Directores de Cooperação Internacional da América Latina e das Caraíbas. Montevideo (Uruguai)	Regional intergovernamental (SELA)	Debate-se sobre os novos paradigmas da cooperação internacional (novos actores e modalidades). Dá uma especial atenção à CTPD, da qual se valorizam: os êxitos e os resultados obtidos desde a sua institucionalização em 1978; tendências e perspectivas.
2003 (02)	XIII Cimeira do Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA). Kuala Lumpur (Malásia)	Multilateral (MNA)	Tem como referências a Cimeira da Havana (2000) e a reunião de Teerão (2001). Secunda os acordos alcançados em ambos os eventos. Na sua Declaração Final manifesta o apoio à “ <i>melhoria da Cooperação Sul-Sul em todas as áreas de (...) relações</i> ”.
2003 (05)	XV Reunião de Directores de Cooperação Internacional da América Latina e das Caraíbas. Cidade do Panamá (Panamá)	Regional intergovernamental (SELA)	Dedicada à relação entre “Financiamento do Desenvolvimento e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)”, insta a aproveitar as capacidades desenvolvidas por alguns países latino-americanos para promover actividades de Cooperação Sul-Sul que incidam na consecução dos ODM.
2003 (09)	Reunião de chanceleres da Índia, do Brasil e da África do Sul. Brasília (Brasil)	Trilateral/ Inter-regional	Encontro fundacional do Fórum de Diálogo Brasil, Índia e África do Sul. É assinada a Declaração de Brasília, onde os três países expressam “ter criado as bases estruturais para desenvolver uma cooperação estratégica Sul-Sul”. Como objectivo geral propõe-se promover o diálogo, a CSS e a procura de posições comuns em assuntos de importância internacional.
2003 (12)	58º Período de Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque (Estados Unidos)	Multilateral (Nações Unidas)	Nesta Assembleia decide-se deixar de utilizar o termo “Cooperação Técnica entre países em Desenvolvimento”, termo substituído, para efeitos oficiais, pelo de “Cooperação Sul-Sul”.
2003 (12)	Conferência de Alto Nível sobre a Cooperação Sul-Sul ou Primeira Cimeira do Sul. Marraquexe (Marrocos)	Multilateral (Nações Unidas/G77)	No 25º aniversário do Plano de Acção de Buenos Aires (1978), é analisado o papel da Cooperação Sul-Sul na nova arquitectura de cooperação internacional. Estabelecem-se novos alinhamentos para favorecer a cooperação económica e social entre os países em desenvolvimento; e insta-se a coordenar posições para enfrentar os problemas globais. A América Latina assume nesta Conferência uma posição própria, apresentada na <i>Declaração de Caracas sobre a Cooperação Sul-Sul</i> , consensuada em Junho na Reunião Regional dos países ALC do G77.

**Quadro I.1. A Cooperação Sul-Sul nos cenários regional e internacional (2000-2009)**  
(continuação)

Ano (mês)	Evento	Âmbito	Contributos
2004 (03)	I Reunião da Comissão Mista Trilateral do Fórum IBAS (Índia, Brasil, África do Sul). Nova Deli (Índia)	Trilateral/ Inter-regional	É assinada a Agenda de Nova Deli para a Cooperação em áreas sectoriais diferentes. É lançado o Fundo IBAS para Lutar contra a Fome e a Pobreza. Administrado pelo PNUD, recebe recursos dos três países até um valor de 3 milhões de dólares. Uma parte já foi destinada a projectos na Guiné-Bissau e no Haiti.
2004 (12)	59º Período de Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque (Estados Unidos)	Multilateral (Nações Unidas)	A resolução 59/250 insta as organizações e os órgãos do sistema das Nações Unidas a incorporar, nos seus programas e através de actividades nos países e gabinetes locais, modalidades de apoio à <i>Cooperação Sul-Sul</i> . Foi estabelecido o dia 19 de Dezembro como o dia comemorativo das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul.
2005 (03)	II Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento. Paris (França)	Multilateral (OCDE)	É impulsionada a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda que estabelece os princípios que devem garantir a eficácia de todo o tipo de cooperação. A Declaração de Paris não faz referência explícita à Cooperação Sul-Sul. No entanto, os fóruns preparatórios que a antecedem (o de <i>parternariados</i> , em Fevereiro), reconhecem que a Cooperação Sul-Sul e a Triangular podem “ <i>melhorar a eficiência e a eficácia da ajuda</i> ”.
2005 (05)	I Cimeira América do Sul - Países Árabes (Aspa). Brasília (Brasil)	Inter-regional	Através da Declaração de Brasília, expressa-se a vontade de construir “ <i>uma agenda bi-regional para o desenvolvimento</i> ”. Da Cimeira emanam vários acordos de cooperação científica, técnica, cultural e de facilitação para incrementar o comércio e os investimentos mútuos.
2005 (05)	XVII Reunião de Directores de Cooperação Internacional da América Latina e das Caraíbas. Caracas (Venezuela)	Regional intergovernamental (SELA)	Debate sobre políticas e mecanismos que fortaleçam e impulsionem a Cooperação Sul-Sul. Destaca-se, no entanto, o apelo à constituição de uma organização para a cooperação e o desenvolvimento dos países do Sul (“ <i>uma espécie de OCDE do Sul</i> ”).
2005 (06)	Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul ou Segunda Cimeira do Sul. Doha (Qatar)	Multilateral (Nações Unidas/G77)	Promove-se o Plano de Doha, através do qual se discriminam iniciativas que deveriam permitir estimular um aumento da Cooperação Sul-Sul em todas as regiões do mundo e em todas as suas modalidades. É criado o Fundo do Sul para o Desenvolvimento e a Ajuda Humanitária, o qual poderá contribuir para atingir as metas e os objectivos da Cooperação Sul-Sul.
2005 (06)	III Reunião Ministerial de Energia das Caraíbas e/ou I Encontro Energético de Chefes de Estado e/ou de Governo das Caraíbas. Puerto de la Cruz (Venezuela)	Regional	Nasce a Petrocaribe (filial da empresa estatal venezuelana PDVSA). Tem como função executar o já ratificado Acordo de Cooperação Energética entre a Venezuela e os países da América Central e das Caraíbas; assim como gerir o <i>Fundo ALBA-Caraíbas</i> destinado ao financiamento de programas sociais e económicos. Uma parte dos recursos do Fundo provém da poupança na factura petrolífera que gera a aplicação do Acordo Energético.
2005 (10)	VI Reunião da Comissão Mista entre Cuba e a Venezuela. Caracas (Venezuela)	Bilateral/ Regional	Cuba e Venezuela assinam o Tratado Constitutivo da <i>Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América</i> (ALBA). Constitui um modelo de integração baseado no fomento da complementaridade e também da solidariedade e da cooperação entre os povos. Incorporação posterior da Bolívia (2006); da Nicarágua e da Dominica (2007); e das Honduras (2008).
2006 (09)	XIV Cimeira do Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA). Havana (Cuba)	Multilateral (MNOAL)	Defende uma Cooperação Sul-Sul que, embora sendo um complemento da Cooperação Norte-Sul, permita melhorar as capacidades nacionais dos países não-alinhados. Isto deve contribuir também para melhorar a sua posição económica, comercial e política num contexto internacional que deve tender para o multilateralismo.
2006 (09)	I Cimeira de Chefes de Estado do IBAS. Brasília (Brasil)	Trilateral/Inter-regional	Os três países membros asseguram que a sua aproximação fortalece a posição dos países em desenvolvimento nos fóruns internacionais. Tal como foi aprovado na Comissão Mista que precede esta Cimeira (Março 2006), reafirmam que a “ <i>Cooperação Sul-Sul é um componente essencial para o desenvolvimento internacional</i> ”.

**Quadro I.1. A Cooperação Sul-Sul nos cenários regional e internacional (2000-2009)**  
(continuação)

Ano (mês)	Evento	Âmbito	Contributos
2006 (11)	I Cimeira África e América do Sul (ASA). Abuja (Nigéria)	Inter-regional	Adoptam-se a Declaração, a Resolução e o Plano de Acção de Abuja, através dos quais se constroem as bases de uma nova relação Sul-Sul entre ambas as regiões, através de acordos de cooperação em diferentes áreas (energética, financeira e educativa...). Também se pactua uma cooperação de tipo político, para que as duas regiões unam as suas vozes em temas como a reforma da ONU ou as negociações da OMC.
2007 (03)	Conferência Intergovernamental sobre Países de Rendimento Médio (PRM). Madrid (Espanha)	Multilateral/ Bilateral (Nações Unidas/ Espanha)	Num contexto de afastamento dos PRM como receptores de ajuda e sob uma perspectiva de cooperação, são abordadas opções de resposta aos problemas que enfrentam estes países. Destacam-se as respostas protagonizadas pelos próprios PRM através da <i>Cooperação Sul-Sul e Triangular</i> . Insiste-se com os doadores tradicionais para que apoiem estas opções.
2007 (09)	II Conferência Intergovernamental sobre Países de Rendimento Médio. San Salvador (El Salvador)	Multilateral/ Bilateral (Nações Unidas/ El Salvador)	Os PRM apresentam à comunidade internacional propostas concretas para apoiar a cooperação Sul-Sul, Triangular e Regional, assim como a reivindicação de mais espaços de participação e voz nos fóruns e instituições internacionais.
2007 (11)	XVII Cimeira Iberoamericana. Santiago de Chile (Chile)	Regional intergovernamental	No ponto 38, o Programa de Acção incentiva a Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB) para que “ <i>apoie a preparação de Iniciativas de Cooperação Ibero-americana para a promoção da Cooperação Sul-Sul e Triangular, tendo como base o relatório anual sobre esta cooperação realizado pela SEGIB</i> ”.
2007 (12)	62º Período de Sessões da AGNU e 15º Período de Sessões do Comité de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul. Nova Iorque (EUA)	Multilateral (Nações Unidas)	Revisão exaustiva da Cooperação Sul-Sul no quadro da Cooperação Internacional. Insiste-se numa maior integração entre a CTPD e a CEPD. Decide-se que o programa provisório do 64º período de sessões da AGNU (final de 2009) inclua o sub-tema “Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento”.
2007 (12)	Acto fundacional do Banco del Sur. Buenos Aires (Argentina)	Regional (UNASUR)	É fundado o <i>Banco del Sur</i> . Composto pela Argentina, pela Bolívia, pelo Brasil, pelo Equador, pelo Paraguai e pelo Uruguai, tem um capital inicial de 7000 milhões de \$US. Com contribuições por parte de cada país de acordo com as suas possibilidades, pretende ser um banco de desenvolvimento e de integração para os 12 países que fazem parte da futura UNASUR (antiga Comunidade Sul-americana de Nações). Não exclui ampliar o seu raio de acção a qualquer país da região.
2008 (01)	VI Cimeira da ALBA. Caracas (Venezuela)	Regional (ALBA)	Acta constitutiva do Banco da ALBA. Composto pela Bolívia, por Cuba, pela Nicarágua e pela Venezuela, tem um capital inicial de cerca de 1000 milhões de \$US. É constituído para financiar programas e projectos de desenvolvimento solicitados pelos países membros e que tenham surgido no quadro das cimeiras.
2008 (05)	Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da antiga Comunidade Sul-Americana de Nações. Brasília (Brasil)	Regional (UNASUR)	Constituição formal da UNASUR. Composta pela Argentina, pela Bolívia, pelo Brasil, pelo Chile, pela Colômbia, pelo Equador, pela Guiana, pelo Paraguai, pelo Peru, pelo Suriname, pelo Uruguai e pela Venezuela, constitui uma tentativa de criar um quadro institucional que fortaleça a integração da região nos âmbitos comercial, financeiro e energético, entre outros; assim como um espaço de concertação política que permita unir posições no cenário internacional. De forte perfil político, não exclui a sua ampliação ao resto da América Latina.
2008 (07)	I Fórum de Alto Nível sobre Cooperação para o Desenvolvimento (FCD/ ECOSOC). Nova Iorque (EUA)	Multilateral ECOSOC (Nações Unidas)	O relatório preparado para este fórum dedica uma secção à cooperação sul-sul e triangular. No relatório reafirmam-se os princípios básicos desta cooperação e insiste-se no seu carácter complementar em relação à cooperação Norte-Sul. Durante o Fórum, também se manifestam as discrepâncias entre os países no que diz respeito ao papel que a CAD/OCDE deve ter como referente da CSS. Debate-se se o FCD pode acabar por actuar como o “CAD do Sul”.

**Quadro I.1. A Cooperação Sul-Sul nos cenários regional e internacional (2000–2009)**  
(continuação)

Ano (mês)	Evento	Âmbito	Contributos
2008 (08)	III Conferência Intergovernamental sobre Países de Rendimento Médio. Windhoek (Namíbia)	Multilateral/ Bilateral (Nações Unidas/ Namíbia)	Os PRM ratificam os acordos de Madrid e de San Salvador sobre a Cooperação Sul-Sul e Triangular. Preparam um documento de posição comum face à próxima Cimeira de Doha. Incentivam a convocatória do 30+1 aniversário do Plano de Buenos Aires.
2008 (09)	Terceiro Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento. Acra (Gana)	Multilateral (Nações Unidas/CAD)	Pretende acelerar e aprofundar a aplicação da Declaração de Paris, assim como rever o seu cumprimento. Tem como resultado a Agenda de Acção de Acra, cujo ponto 19b reconhece o papel dos países de rendimento médio como fornecedores de ajuda; destaca a importância e as particularidades da cooperação sul-sul; e incentiva um maior desenvolvimento da cooperação triangular.
2008 (10)	XVIII Cimeira Iberoamericana. San Salvador (El Salvador)	Regional Intergovernamental	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e Uruguai impulsionam o <i>Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul</i> . Tal como estabelece o Documento de Formulação, este programa é criado para "fortalecer e dinamizar a Cooperação Horizontal Sul-Sul Ibero-americana, contribuindo para a qualidade e para o impacto das suas acções, assim como para a extensão de boas práticas associadas às mesmas".
2008 (10)	Banco Mundial	Multilateral	Lançamento do <i>South-South Experience Exchange</i> , um mecanismo de facilitação financeira para incentivar o intercâmbio Sul-Sul de experiências no fomento do desenvolvimento e na luta contra a pobreza. Espera reunir 10 milhões de dólares. Dois dos seus oito contribuintes são o México e a Espanha.
2008 (12)	Conferência internacional de acompanhamento do cumprimento dos compromissos da Cimeira de Monterrey. Doha (Qatar)	Multilateral	Incentiva-se os países a aprofundar e a melhorar a Cooperação Sul-Sul e Triangular. Nos pontos 49 e 50 da sua Declaração Final, instam-se os países a torná-la mais eficaz conforme os critérios assumidos na Declaração de Paris. Insiste-se ainda no seu carácter complementar em relação à Cooperação Norte-Sul.
2008 (12)	XIX Reunião de Directores de Cooperação Internacional da América Latina e das Caraíbas. Cidade do México (México)	Regional Intergovernamental (SELA)	Dedicada à "Cooperação Internacional para a Facilitação do Comércio na América Latina e nas Caraíbas", incide na necessidade de orientar a Cooperação Sul-Sul de forma a facilitar o comércio e o seu pretendido impacto positivo sobre o ODM1 ( <i>Erradicação da pobreza extrema e da fome</i> ).
2009 (02)	Grupo de Trabalho sobre a Eficácia da Ajuda (WP-EFF)	Multilateral (CAD)	Impulsiona-se o <i>Task Team on South-South Cooperation</i> , ao qual pertencem, entre outros, as Honduras, o México, a Espanha e a Colômbia (que o preside). É responsável por fomentar a aprendizagem mútua entre a implementação da Declaração de Paris e a Cooperação Sul-Sul. Afecta fundamentalmente os sócios da CSS aderentes, por seu lado, à Declaração de Paris.
2009 (03)	II Cimeira América do Sul - Países Árabes (Aspa). Doha (Qatar)	Inter-regional	Debate sobre a crise financeira mundial e o seu impacto nas duas regiões, assim como sobre as medidas em conjunto que se poderiam tomar, colocando o foco nas iniciativas de Cooperação Sul-Sul.
2009 (11)	II Cimeira África e América do Sul (ASA). Caracas (Venezuela)	Inter-regional	Procura construir bases sólidas para a cooperação económica, para a integração e para o desenvolvimento sócio-económico de ambas as regiões.
2009 (11)	30+1 aniversário do Plano de Acção de Buenos Aires sobre CTPD. Nairobi (Quénia)	Multilateral (Nações Unidas)	Pendente de celebrar ao fecho desta edição. Pretende rever o Plano de Acção de Buenos Aires, 31 anos depois do seu impulso. A América Latina apresenta-se neste evento com uma posição comum relativamente à Cooperação Sul-Sul, posição assumida devido ao debate mantido no seio das reuniões de Responsáveis de Cooperação da Conferência Ibero-americana.

**Fonte:** Altman (2009); Ayllón (2009); Cardona (2008); Lechini (2009 e 2007); Martínez Vial (2007); Peña (2009); Rodríguez Asier (2008); Serbin (2009); UNDP (2004); declarações do Segundo e do Terceiro Fórum sobre a Eficácia da Ajuda (Paris 2005 e Acra 2008), de Doha (2 de Dezembro de 2008), da Primeira e da Segunda Cimeira do Sul (Marraquexe, 2003 e Doha, 2005), e Declaração de Havana (2000); Acordo de Cooperação Energética de Petrocaribe (2005); Tratado constitutivo da UNASUR (<http://www.mre.gov.br/>); portais digitais da ALBA ([www.alba.org](http://www.alba.org)), das Nações Unidas ([www.un.org](http://www.un.org)), do Movimento dos Países Não-Alinhados ([www.cubanoal.cu](http://www.cubanoal.cu)); G77 ([www.g77.org](http://www.g77.org)); e do ECOSOC ([www.un.org/ecosoc](http://www.un.org/ecosoc)).

---

Contudo, a América Latina destacou-se principalmente pela sua capacidade de gerar novas e cada vez mais distintas formas de Cooperação Sul-Sul. Apenas numa década, a Cooperação Sul-Sul expandiu-se em toda a região através de formatos bem diferenciados. Para além da multiplicação de acordos de carácter bilateral, surgiram iniciativas de todo o género: esquemas de integração (a Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América -ALBA-, o Projecto Mesoamérica ou UNASUR, estes últimos herdeiros, respectivamente, do Plano Puebla-Panamá e da Comunidade Sul-americana de Nações); esquemas preferenciais de financiamento de países com um maior nível de desenvolvimento relativo para outros de menor nível (Petrocaribe); os respectivos bancos de desenvolvimento regional (é o caso dos recém-criados Banco da ALBA e *Banco del Sur*). Todas estas formas transformaram-se numa referência de uma cooperação em constante processo de reinvenção.

Finalmente, a actividade Sul-Sul a nível inter-regional tampouco cessou. De uma forma geral, esta actividade manifestou-se na multiplicação de cimeiras entre regiões em desenvolvimento, destacando-se entre elas as denominadas Cimeiras ASPA (América do Sul com os Países Árabes) e ASA (África com a América do Sul). Nestas Cimeiras reproduziu-se uma parte da dinâmica que já se tinha evidenciado nos marcos que aglutinam o conjunto de países em desenvolvimento: foram abordados os problemas comuns, assim como fórmulas de resposta através da Cooperação Sul-Sul; e pactuaram-se acordos de cooperação política, económica e comercial. Registaram-se também outras experiências (como o denominado Fórum IBSA, iniciativa trilateral nascida em 2003 e que reúne a Índia, o Brasil e a África do Sul), as quais chamaram a atenção pela sua singularidade e que acabaram por constituir um dos exemplos mais ricos de cooperação inter-regional, entre aqueles que conhecemos.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> Todos os países latino-americanos membros da Conferência Ibero-americana, excepto o México, também fazem parte tanto do G77 como do MNOAL.

<sup>ii</sup> Para além dos apelos gerais ao reforço dos mecanismos de cooperação comercial e financeira entre os países em desenvolvimento, impulsionam-se também iniciativas concretas como o Fórum Empresarial de Cooperação Sul-Sul do MNOAL que nasceu na Cimeira de Havana (2006).

<sup>iii</sup> Destacam-se, por um lado, os realizados no quadro das Reuniões de Directores de Cooperação Internacional do Sistema Económico Latino-Americano e das Caraíbas (SELA). Nessas reuniões foram tratadas questões que afectam tanto as diferentes modalidades de Cooperação Sul-Sul (técnica e económica), como o tipo de relação que se estabelece entre a própria Cooperação Sul-Sul e outros aspectos da cooperação internacional, como podem ser, por exemplo, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Por outro lado, temos de destacar também os que se estão a realizar no quadro das reuniões dos Responsáveis de Cooperação da Conferência Ibero-americana.

CAPÍTULO II  
IBERO-AMÉRICA E  
*A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL*

### Um estudo com mais e melhor informação

À semelhança das edições anteriores do presente Relatório, o estudo sobre a *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* na América Latina alimenta-se de uma única fonte de informação: as declarações das Agências e/ou Direcções-Gerais de Cooperação dos 19 países latino-americanos que são membros, pelo seu lado, da Conferência Ibero-americana.

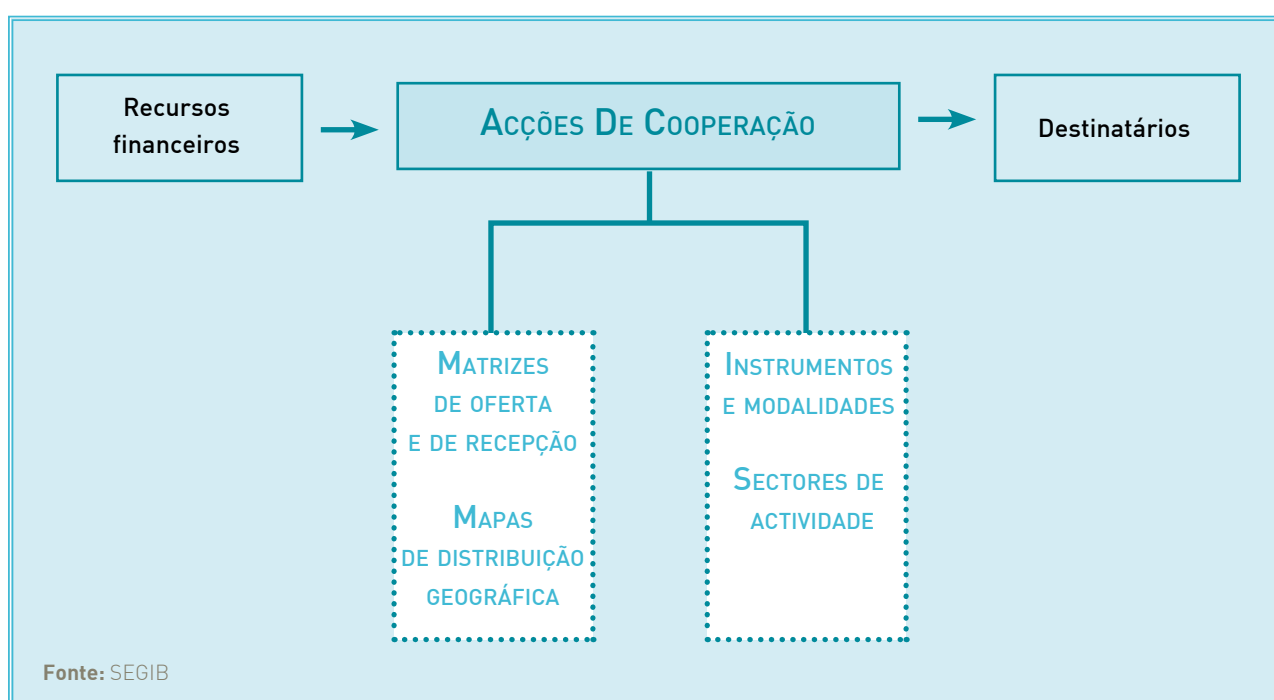
Ano após ano, o esforço despendido por estes países para gerar essa informação da forma mais completa e rigorosa possível, vai dando os seus frutos. Neste sentido, para este relatório:

a) Todos os países reportaram (com a única excepção das Honduras) o número de acções de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* nas quais participaram durante 2008, tanto no exercício do papel de *parceiro ofertante* como no de *parceiro receptor*. Adicionaram igualmente informação sobre os sectores de actividade em que se desenvolveram essas acções.

b) Alguns deles, também:

- discriminaram as acções por instrumentos (identificando se as mesmas eram executadas através de projectos ou de outras ferramentas) e por modalidades (definidas, por exemplo, como de “solidariedade” ou de “complementaridade”, consoante o nível de desenvolvimento relativo dos países participantes – diferente ou similar, respectivamente);
- proporcionaram dados sobre os recursos financeiros mobilizados para executar esta cooperação, bem como sobre os destinatários das referidas acções.

### Esquema II.1. Variáveis de interpretação da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*



---

Consequentemente, o estudo sobre a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral na Ibero-América também avançou. O Esquema II.1 apresenta, a título de síntese, os dados aos quais se teve acesso (recursos financeiros, número de acções, instrumentos, modalidades, sectores de actividade e destinatários), bem como as fórmulas de apresentação utilizadas para a sua análise (principalmente, matrizes de oferta e de recepção de acções e mapas de distribuição geográfica). Uma visão combinada de tudo isso permite obter um panorama cada vez mais completo sobre como se encontra e como está a evoluir esta cooperação na América Latina.

### **Acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral**

---

Esta secção apresenta as acções da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* que tiveram lugar em 2008. O número de acções realizadas; entre que países houve intercâmbio das mesmas; qual a intensidade da colaboração entre os diversos parceiros ou quais os factores que influíram nesse processo; estas são algumas das questões às quais é possível responder com a informação disponibilizada.

Por conseguinte, a abordagem das acções de cooperação abrange desde a sua distribuição geográfica até à sua diferenciação, no que diz respeito aos projectos de cooperação. Do mesmo modo, o facto de que uma parte dos dados seja a continuação dos que se encontram incluídos no anterior relatório, também permite saber se existiram alterações significativas de um ano para o outro. A análise sectorial, por sua vez, permite continuar a aprofundar no perfil de *necessidades e capacidades* da região, e avançar assim para uma concepção mais efectiva das estratégias de fomento da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* na América Latina.

#### *Matrizes de oferta e de recepção de cooperação*

A Matriz II.1 apresenta a informação relativa às *acções de cooperação* nas quais participaram os países em 2008:

- a) Cada casa informa sobre o número de acções intercambiadas por um par de parceiros: na respectiva horizontal, identifica-se o nome do país que exerce, nessas acções, o papel de *parceiro ofertante*; na vertical, aquele que age como *parceiro receptor*.
- b) As casas das últimas fila e coluna apresentam o total das acções em que cada país participou: novamente como *parceiro ofertante* ou *receptor*, respectivamente.
- c) A soma final da última coluna e da última fila coincide, e refere-se ao número total de acções executadas nesse ano.

De acordo com o exposto anteriormente, constata-se que no ano de 2008 os parceiros ibero-americanos intercambiaram entre si 1.879 acções de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*. O número em si só é significativo se o compararmos com os resultados do ano anterior, 2007, quando estes mesmos países participaram num total de 1.480 acções. Isto significa que, entre 2007 e 2008, e tal como se deduz da Matriz II.2., os países registaram praticamente mais 400 acções do que no exercício transacto (um aumento equivalente a 27%).



## Matriz II.1. Acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2008

Em unidades

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																	TOTAL			
		PRM-BAIXO											PRM-ALTO									
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá		Uruguai	Venezuela	
PRM-BAIXO	Bolívia																			0		
	Brasil	13		12	19	12	21	3	5	9	16	10	7	10		27	3	6	12	21	206	
	Colômbia	1			4	1	26	8	5		5	6	1	1		13	1	6	1		79	
	Cuba	9	2	9		8	1	8	5	4	3	1	11	2	1	1	1	5	4	448	523	
	Equador																			1	1	
	El Salvador																			1	1	
	Guatemala																				0	
	Honduras																				2	2
	Nicarágua																				2	2
	Paraguai																			1	2	3
	Peru			3						1	1											5
R. Dominicana																					0	
PRM-ALTO	Argentina	62	6	4	10	12	37	1	5	5	302	23	6		12	2	13	1	18	519		
	Chile	22		4	5	10	54	4	2	8	5	3	5	1	7	2	2	6		140		
	Costa Rica			5										1						6		
	México	21	2	13	3	21	52	15	22	18		10	25	2	12	1		15	4	1	237	
	Panamá			1																	1	
	Uruguai		5	1	1	1			1		1			6	5		4			3	28	
	Venezuela	16	11	2	20	9	3	2	4	25	5	3	2	12	2	1	3		6		126	
<b>TOTAL</b>	<b>144</b>	<b>26</b>	<b>54</b>	<b>62</b>	<b>74</b>	<b>194</b>	<b>41</b>	<b>49</b>	<b>70</b>	<b>338</b>	<b>56</b>	<b>57</b>	<b>34</b>	<b>21</b>	<b>62</b>	<b>16</b>	<b>47</b>	<b>35</b>	<b>499</b>	<b>1.879</b>		

Em conformidade com os critérios do Banco Mundial, os países foram classificados por níveis de rendimento: Médio-Baixo (entre 936 e 3.705 dólares); Médio-Alto (entre 3.706 e 11.455 dólares por habitante).

Nota: Os dados facilitados pelos países sobre o número de acções de cooperação que recebem/oferecem de/em outro país nem sempre coincidem. Aliás, é possível que existam dois números diferentes por cada uma das casas da matriz que deve ser completada. Para solucionar estas divergências, entre os dois números atribuídos, opta-se sempre pelo maior. Caso existam fortes discrepâncias, consultam-se os países atingidos para que decidam conjuntamente o número que considerem correcto.

Fonte: SEGIB com base nas declarações das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação.

## Matriz II.2. Alteração do número de acções de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* 2007-2008

Em unidades

PARCEIROS OFERTANTES	PARCEIROS RECEPTORES																		TOTAL		
	PRM-BAIXO												PRM-ALTO								
	Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R.Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai		Venezuela	
<b>PRM-BAIXO</b>	Bolívia																			0	
	Brasil	+9		+12	+19**	+3	0	+3	+5*	+2	+16*	+1	-2	+5	-2	+21	+3	+6*	+12*	+20	+133
	Colômbia	0			-6	-1	0	+1	-1		-3	-5	-3	+1	-1	0	-6	+1	-1	-1	-25
	Cuba	-3	+2	-3		-7	+1	-15	+1	-5	+1	-1	-1	0	-1	+1	-1	-27	-6	-52	-116
	Equador				-1															+1	0
	El Salvador																			+1	+1
	Guatemala																				0
	Honduras					-1														+2	+1
	Nicarágua																			+2	+2
	Paraguai																		+1	+2	+3
	Peru			+2					+1	0											+3
	R. Dominicana																				0
<b>PRM-ALTO</b>	Argentina	+45	+6	-2	+5	-14	0	-5	+1	+1	+290	+12	+3		0	+1	+11	+1	+18	+373	
	Chile	+4	-1	-10	+3	-1	30	-3	-14	-5	-1	-8	-1	-1	1	-1	0	+2			-6
	Costa Rica			+5																	+5
	México	+6	+2	-1	+2	+6	10	+2	+10	-39	-5	+3	+15	+2	+12	-14		0	+4	+1	+16
	Panamá			-1																	-1
	Uruguai		+5	+1	+1	+1		+1		-1	-1	-1	+6	+4		+4				+3	+23
	Venezuela	+5	+9	+1	-14	-6	-2	-1	+3	-5	+3	0	-12	+6	0	0	+2		-2		-13
	<b>TOTAL</b>	<b>+66</b>	<b>+23</b>	<b>+4</b>	<b>+9</b>	<b>-19</b>	<b>+38</b>	<b>-18</b>	<b>+6</b>	<b>-50</b>	<b>+300</b>	<b>+1</b>	<b>-2</b>	<b>+19</b>	<b>+12</b>	<b>+9</b>	<b>+2</b>	<b>-9</b>	<b>+11</b>	<b>-3</b>	<b>+399</b>

Em conformidade com os critérios do Banco Mundial, os países foram classificados por níveis de rendimento: Médio-Baixo (entre 936 e 3.705 dólares); Médio-Alto (entre 3.706 e 11.455 dólares por habitante).

Nota: Nos casos marcados com um (\*) (os relativos às acções em que o Brasil participou como *parceiro ofertante*, e Cuba, as Honduras, o Paraguai, o Panamá e o Uruguai como *parceiros receptores*), não se dispõe de informação correspondente ao ano anterior. Por conseguinte, nos referidos casos, e para avaliar a alteração do número de acções entre 2007 e 2008, o critério adoptado consistiu em atribuir ao ano 2007 o valor 0. Nas casas correspondentes, o dado de 2008 (Matriz II.1) coincide portanto com o atribuído à alteração verificada (Matriz II.2).

Fonte: SEGIB com base nas declarações das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação.

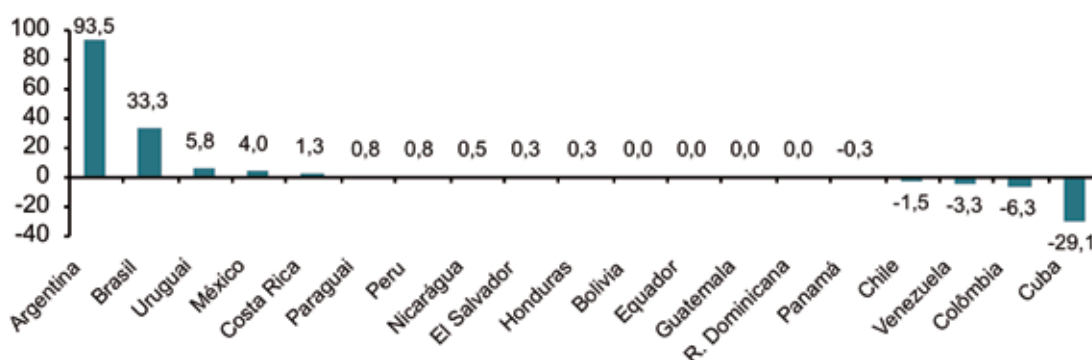
Tal como sugere a observação conjunta da Matriz II.2. e dos Gráficos II.1., o contributo dos países para o incremento registado foi muito desigual. Nomeadamente:

- a) Desde a óptica dos *parceiros ofertantes*, aqueles que mais contribuíram para o referido aumento foram a Argentina e o Brasil, que registaram, respectivamente, 373 e 133 acções mais do que no ano anterior. Ambos os registos compensaram a contribuição de Cuba, a qual, embora mantendo-se como primeiro *parceiro ofertante* da região, passou de 639 acções em 2007 para 523 em 2008. Entre as restantes contribuições positivas destacaram-se o Uruguai e o México, dois países que agregaram cerca de cinquenta novas acções.
- b) Desde o ponto de vista dos *parceiros receptores*, o maior contributo proveio do Paraguai, um país que por si só explicou as três quartas partes das quase 400 novas acções registadas. A seguir, posicionaram-se a Bolívia (66) e El Salvador (38) e, a uma distância relativa, o Brasil e a Argentina (mais de 40 novas acções entre os dois). Mediante estes aumentos, e com alguma contribuição, compensaram-se as descidas registadas por países como a Nicarágua (50 acções menos), bem como pelo Equador e pela Guatemala, que em 2008 receberam cada um cerca de 20 acções menos do que no ano de 2007.

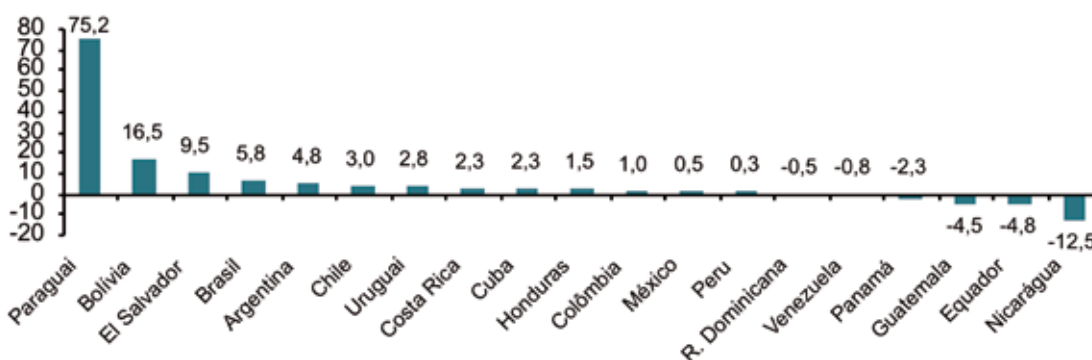
### Gráfico II.1. Contribuições para a alteração do número de acções, segundo o parceiro 2007-2008

Em percentagem

#### II.1.A. Sobre o número de acções oferecidas



#### II.1.B. Sobre o número de acções recebidas



Fonte: SEGIB, a partir dos dados das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação

---

Contudo, as variações verificadas explicam-se por motivos de diferente natureza. Neste sentido, é um facto que alguns países registaram um aumento ou uma diminuição *real* ou efectiva do número de acções nas quais participaram; porém, em outros casos, as alterações resultaram de aspectos metodológicos e/ou dos sistemas de registo. Por exemplo:

- a) Em 2008, Cuba registou uma redução efectiva do número de acções nas quais participara como *parceiro ofertante*. Para tal, foi decisivo o impacto que a ilha sofreu aquando da passagem dos três furacões entre os meses de Setembro e Novembro desse mesmo ano. As perdas decorrentes foram calculadas em cerca de 10.000 milhões de dólares (20% do PIB). A necessidade de enfrentar esta situação limitou (e, segundo parece, ainda continua a limitar durante 2009) a capacidade de Cuba para mobilizar recursos e desempenhar acções de cooperação no exterior.
- b) No caso do Brasil, o aumento verificado entre 2007 e 2008 (133 acções) deveu-se, em grande medida, à actualização dos registos de informação. De facto, os dados correspondentes à cooperação em que este país participou em 2007 (73 acções como *parceiro ofertante*) não foram facilitados pelo próprio Brasil (o qual reportou informação de 2006), mas sim através das declarações dos *parceiros receptores*. Relativamente ao ano de 2008, o Brasil actualizou os seus registos e reportou 142 acções. O dado actualizado adicionou-se a outras 64 acções que apenas tinham sido identificadas pelos *parceiros receptores*. O número final, 206 acções, quase que triplicou o de 2007.
- c) Aspectos relacionados com o registo e com uma melhor identificação das acções contribuíram também para os aumentos registados pelo Uruguai. Em 2008, este país começou a desenvolver um sistema de informação que já lhe permitiu melhorar o registo da cooperação em que participa, quer no âmbito Norte-Sul quer no Sul-Sul.
- d) Questões metodológicas e de conceitualização levaram o México a registar um aumento (16 acções) relativamente menor. De facto, o México desenvolveu uma grande parte da sua cooperação através de projectos. Como veremos na secção a seguir, isto significa que cada acção declarada pelo México poderia dividir-se em múltiplas actividades desempenhadas num período superior a dois anos. Muitos dos projectos de 2007 poderiam ter tido continuidade em 2008, o que explicaria que, quando se realizou a avaliação das alterações ocorridas de um ano para o outro, a variação tenha sido muito pequena.

Finalmente, é de salientar que, em 2008, a composição das matrizes se deparou com algumas dificuldades. Por conseguinte, alguns países afirmaram que, na realização de determinadas acções e consoante a lógica de intercâmbio de capacidades e de fortalecimento mútuo que caracteriza a *Cooperação Horizontal Sul-Sul* Bilateral, foi difícil, nalgumas ocasiões, identificar qual era o *parceiro* que desempenhava o papel de *receptor* e qual o de *ofertante*. A confusa fronteira entre ambos os papéis afecta a atribuição das acções nas suas respectivas casas e, naturalmente, ao cálculo final das acções. O critério seguido para resolver esta situação relativamente a 2008, bem como o debate metodológico que, conseqüentemente, foi aberto, podem ser observados no Quadro II.1.

## Quadro II.1. A difusa fronteira entre *parceiro ofertante* e *parceiro receptor*: problemas metodológicos

Uma revisão aprofundada da casuística sob a qual se desempenham as acções e os projectos de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*, mostra as dificuldades com as quais muitas vezes se depara, para distinguir com nitidez o papel desenvolvido nessas acções e nesses projectos, cada um dos parceiros participantes. De facto, distinguem-se diferentes casos:

- a) Um primeiro caso, em que os parceiros apresentam diferenças significativas quanto aos seus níveis de desenvolvimento relativo, pelo que a cooperação consiste habitualmente na *transferência de capacidades* de um parceiro para o outro. Este tipo de relação facilita a identificação dos participantes nos seus respectivos papéis de *parceiro ofertante* e de *parceiro receptor*. Por exemplo, este perfil coincidiria com o de uma acção em que o Chile (*parceiro ofertante*) ajuda tecnicamente a El Salvador (*parceiro receptor*) para que desenvolva um sistema de avaliação ambiental dos projectos ou obras destinadas ao saneamento e ao abastecimento de água potável.
- b) Um segundo caso, em que os parceiros apresentam um nível semelhante de desenvolvimento relativo, numa área concreta de actividade (educação, energia, ambiente...), o que dá lugar a um *intercâmbio de capacidades* entre parceiros. Neste caso, a identificação dos papéis pode ser mais complexa. De referir, como exemplo, os intercâmbios que mantêm alguns países como o México e o Uruguai na área da saúde. Neste contexto, ambos são bons especialistas no desenvolvimento de vias normativas: o Uruguai, na normativa que regula a proibição de fumar nos espaços públicos; o México, na que regula a abordagem de controvérsias entre usuários e prestadores de serviços na área da saúde. Neste sentido:
  - Em cada acção concreta é relativamente fácil distinguir o papel desempenhado por cada parceiro: quando o Uruguai capacita o México na regulação do consumo de tabaco, o primeiro age como *parceiro ofertante* e o segundo como *receptor*; os papéis invertem-se quando o Uruguai (como *parceiro receptor*) solicita ao México (*parceiro ofertante*) aconselhamento sobre a abordagem das controvérsias na área da saúde.
  - A identificação torna-se mais complicada quando o quadro de referência se alarga à acção global de intercâmbio mútuo de conhecimentos relativas a normativas que afectam o sistema da saúde pública. Nestes casos, nos quais a transferência poderia denominar-se *bidireccional*, distinguir quem desempenha o papel de *parceiro ofertante* e quem o faz como *receptor* torna-se uma tarefa difícil.

Estas dificuldades não são meramente pontuais. Vários países alegam que, muitas vezes, é difícil identificar os papéis que cada parceiro exerce ao participar de determinadas acções ou projectos de *Cooperação Horizontal Sul-Sul*. Como é o caso, por exemplo, da Argentina, ao referir-se aos intercâmbios que mantêm com Cuba no sector da biotecnologia; ou a já mencionada Venezuela, no que diz respeito à cooperação com o sector científico-tecnológico cubano.

Os problemas de identificação do papel levado a cabo por uns e por outros gera, por seu lado, um problema de medição: na construção, por exemplo, das matrizes de *oferta* e de *recepção* de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, a acção é atribuída a que parceiro? Ao *parceiro ofertante*? ao *receptor*? a *ambos*?. Tal como se observa nas matrizes seguintes (elaboradas para ilustrar o exposto anteriormente), a resposta a estas questões não é única:

- a) Por um lado, a Venezuela sugere (Opção 1) que, na altura de contabilizar as acções e os projectos, estes sejam atribuídos, por igual, às duas possíveis combinações de papéis: uma acção supondo que o país A actua como *parceiro ofertante* e o país B como *parceiro receptor*; e outra acção em que se invertem os papéis, assumindo-se assim que o país A actua como *parceiro receptor* e o B como *ofertante*. Como se pode constatar na Opção 1 da matriz utilizada como exemplo, o risco desta opção é a dupla contabilização das acções, pois uma mesma acção fica reflectida duas vezes.

## Quadro II.1. A difusa fronteira entre *parceiro ofertante* e *parceiro receptor*: problemas metodológicos (continuação)

b) Por outro lado, outros países (Opção 2) preferem, de momento, atribuir a acção ou o projecto a uma única combinação de papéis. Para tal, diferenciam qual dos dois exerce *mais* como *parceiro ofertante* e qual dos dois exerce *mais* como *parceiro receptor*. Os critérios em que se baseiam podem ser vários. Geralmente, atribui-se o papel de *parceiro ofertante* ao país que assume a “sede” da acção. Contudo, em determinadas situações, o critério pode ser outro, como a assunção de uma maior parte do financiamento ou a contribuição de mais conhecimentos, entre outros.

### Matrizes de oferta e de recepção de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*. Opções de contabilização

Segundo o número de acções/projectos

#### Opção 1 (Venezuela)

Parceiros ofertantes	Parceiros receptores			
	A	B	C	Total
A	1	1		2
B		1		1
C			1	1
Total	1	1	1	3

#### Opção 2 (restantes países)

Parceiros ofertantes	Parceiros receptores			
	A	B	C	Total
A	1			1
B		1		1
C			1	1
Total	1	1	1	3

De momento, no presente ano, e de forma a respeitar o critério maioritário, as matrizes de oferta e de recepção de cooperação elaboram-se atribuindo cada acção ou projecto a uma única combinação de papéis. As discrepâncias existentes e a “inexactidão”, não obstante, com a qual os termos *parceiro ofertante* e *receptor* parecem designar uma realidade muito mais rica, assim como as consequentes dificuldades de contabilização, remetem a um debate metodológico que, sem dúvida, reflectir-se-á nas soluções que venham a adoptar os países nas futuras edições deste Relatório.

**Fonte:** Ministério da Saúde Pública (MSP) da República do Uruguai; Ministério do Poder Popular para a Saúde e Protecção Social e Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela; Ministério para as Relações Exteriores e o Culto da República da Argentina.

### Instrumentos e modalidades

Conforme foi referido no Relatório anterior,<sup>1</sup> as *acções de cooperação* constituem a *unidade comum* através da qual os países ibero-americanos acordaram identificar a *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* em que participam. A sua utilização permite uma primeira quantificação desta cooperação e, consequentemente, uma análise da realidade sobre exercícios de estatística e de comparabilidade que, embora com base na sua simplicidade, não seriam possíveis.

Contudo, na procura desse denominador comum, as *acções* acabam por incluir realidades muito heterogéneas. Neste sentido, quando as ditas *acções* se discriminam, por exemplo, por instrumentos ou modalidades, as conclusões inicialmente obtidas podem matizar-se e incluso serem modificadas. O caso mais emblemático acontece quando as *acções* se diferenciam de um dos seus mais importantes instrumentos de execução: *os projectos*.

Na realidade, no quadro da Conferência Ibero-americana, assume-se que uma *acção* se refere à “*execução de uma ou várias actividades que, num período variável, cumprem um objectivo concreto*”. Essas *acções* podem ser realizadas através de distintos instrumentos, entre os quais se destacam “*estudos, assessoria, estágios, capacitações*” e também, “*projectos de cooperação*”. Os *projectos*, por seu lado, caracterizam-se pela “*execução de múltiplas actividades (...) durante um período mínimo de dois anos*” e têm como objectivo último “*transferir capacidades, pelo menos, para um dos parceiros*” (Questionário SEGIB, 2009).

Como se conclui do exposto anteriormente, a “dimensão” da cooperação, os resultados obtidos ou o esforço levado a cabo pelos *parceiros*, pode ser muito diferente, dependendo se as *açções* estão a ser desenvolvidas através de projectos ou de outros instrumentos. Deste modo, e para o ano de 2008, nem todos os países tiveram a oportunidade de contribuir com informação relativa a esta diferença. Contudo, a Tabela II.1 resume a informação facilitada pelos países que, pela sua vez, declararam que parte das *açções* em que participaram se traduziu efectivamente em projectos.<sup>2</sup>

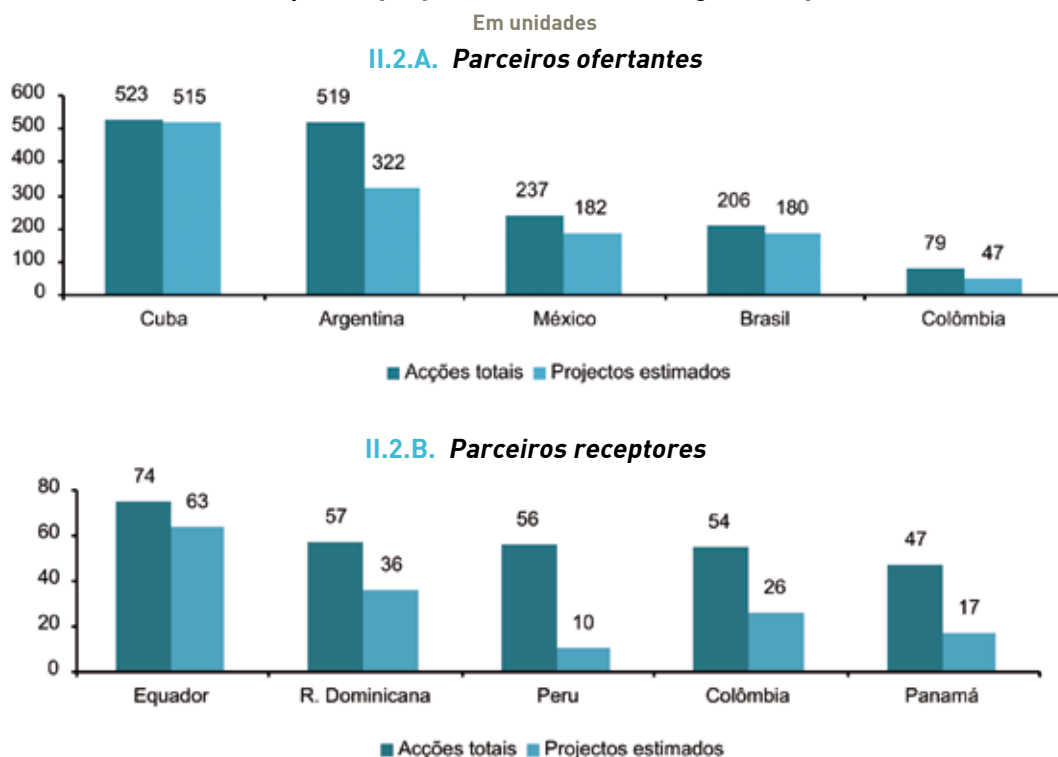
**Tabela II.1. Açções de cooperação executadas como projectos, segundo o país. 2008**

Em percentagem			
<i>Parceiro ofertante</i>		<i>Parceiro receptor</i>	
Cuba	98,4%	Equador	85,2%
Brasil	87,3%	República Dominicana	63,3%
México	76,6%	Colômbia	48,5%
Argentina	62,9%	Panamá	35,5%
Colômbia	59,1%	Peru	18,2%

Nota: Os valores foram obtidos através do cálculo da participação dos projectos sobre o total das *açções* declaradas como parceiro ofertante ou receptor, por cada um destes países. Fonte: SEGIB, a partir dos dados das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação

Combinando os dados disponíveis, é possível realizar um pequeno exercício de estimativa<sup>3</sup> que, embora com nuances, serve para ilustrar as diferenças que a distinção entre *açções* e projectos incorpora às conclusões gerais. Resultado desse exercício são os Gráficos II.2., que comparam o número de *açções* em que alguns países participaram como *parceiros ofertantes* ou *receptores* em 2008, com o número de projectos nos quais poderiam ter participado ao longo desse mesmo ano.

**Gráfico II.2. Açções e projectos estimados, segundo o parceiro. 2008**



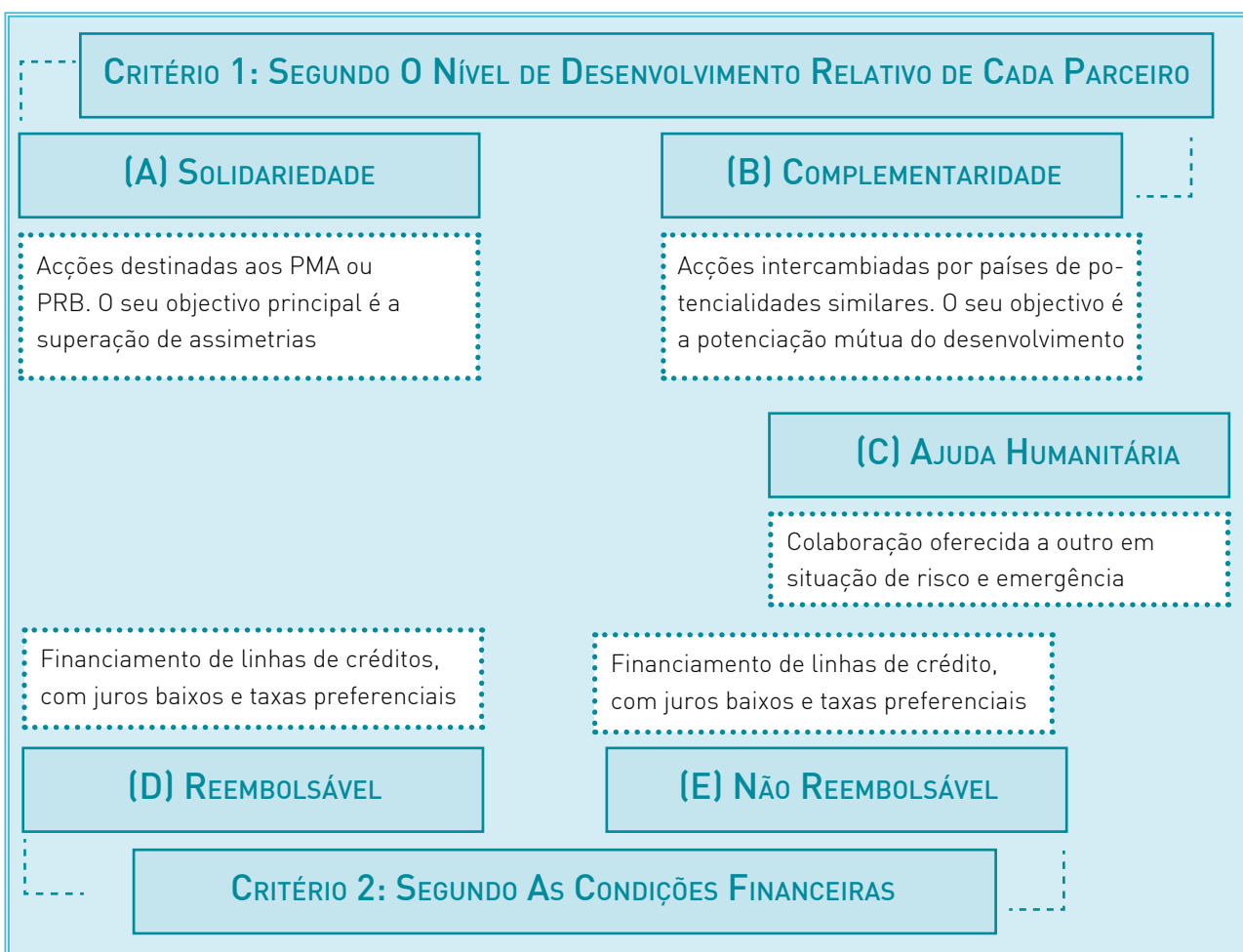
Fonte: SEGIB, a partir dos dados das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação

A título de exemplo e como resultados destacáveis deste exercício:

- a) Do lado dos *parceiros ofertantes*, a Argentina, situada em 2008 a apenas 4 acções de Cuba (519 face a 523, respectivamente) ficaria a quase 200 projectos de distância (322 face a 515). Por outro lado, os dados do México e Brasil convergiram, visto que passariam das 237 e 206 acções registadas para os 182 e 180 projectos.
- b) Do lado dos *parceiros receptores*, uma disposição por *acções* entre a Colômbia, a República Dominicana, o Equador, o Panamá e o Peru, posicionaria este último país na terceira posição. Contudo, numa estimativa de projectos, o Peru seria ultrapassado pela Colômbia e o Panamá, que antes estavam em quarta e quinta posição, respectivamente.

Por último, os resultados obtidos através de uma medição por *acções* também poderiam ser matizados e/ou enriquecidos caso estas se decompussem por modalidades. Uma proposta sobre a informação que isso implicaria aparece resumida no Esquema II.2. De acordo com esta proposta de modalidades (elaborada pela Venezuela), era possível saber, por exemplo, se se trata de uma *acção* que consiste na transferência de capacidades de um *parceiro* de maior desenvolvimento relativo para outro de menor; ou de uma *acção* orientada para a potenciação mútua de capacidades. Para além disso, era possível identificar as condições financeiras (reembolsáveis ou não) sob as quais foram realizadas essas acções.

### Esquema II.2. Modalidades de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral Proposta da Venezuela



Fonte: SEGIB com base nas declarações do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela



### Mapas de distribuição geográfica

Os Mapas II.1 e II.2 mostram a distribuição geográfica das acções de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* em 2008. Para o efeito, calculam-se as percentagens de participação que os países alcançaram, como *parceiros ofertante e receptor*, respectivamente, sobre o total das acções realizadas. Mediante o estabelecimento de faixas de intensidade dessas mesmas percentagens (menos de 2,5% das acções; entre 2,6 e 5,0%; entre 5,1% e 7,5%; entre 7,6% e 10,0% e acima de 10,1%), e atribuindo a cada faixa uma cor, os mapas permitem também visualizar facilmente quais os países da região que concentraram os maiores e os menores níveis de actividade de oferta e de recepção de *Cooperação Horizontal Sul-Sul*.

**Mapa II.1. Distribuição geográfica das acções de cooperação, segundo o parceiro ofertante**



**LEGENDA. Faixas de intensidade, segundo a percentagem de acções de cooperação oferecidas no ano de 2008:**

VALOR	COLOR
Menos de 2,5%	
Entre 2,6 e 5,0%	
Entre 5,1% e 7,5%	
Entre 7,6% e 10,0%	
Mais de 10,1%	

**Fonte:** SEGIB com base nas declarações das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação

Como se pode observar no Mapa II.1, em 2008, a actividade de cooperação, em termos de oferta, esteve muito concentrada. Na realidade, bastou 4 dos 19 países da região para justificar 80% das *acções*: por um lado, Cuba e Argentina, primeiro e segundo *parceiro ofertante* da região, contribuíram, em cada caso, com cerca de 28%; e, por outro lado, o México e o Brasil, terceiro e quarto *parceiro*, respectivamente, realizaram contribuições semelhantes, mas desta feita aproximando-se dos 11-12% das *acções* finalmente registadas. Dos 20% restantes destacam-se as contribuições dos sul-americanos Chile e Venezuela, países que explicaram conjuntamente 14% do total regional. O último 7% justificou-se pelo 1,5% do Uruguai, juntamente com as pontuais contribuições dos centro-americanos Costa Rica, Honduras, Nicarágua, El Salvador e Panamá; os andinos Peru e Equador; assim como do Paraguai.

**Mapa II.2. Distribuição geográfica das acções de cooperação, segundo o parceiro receptor**



**LEGENDA. Faixas de intensidade, segundo a percentagem de acções de cooperação recebidas no ano de 2008:**

VALOR	COLOR
Menos de 2,5%	Branco
Entre 2,6 e 5,0%	Bege
Entre 5,1% e 7,5%	Amarelo
Entre 7,6% e 10,0%	Amarelo-alaranjado
Mais de 10,1%	Vermelho escuro

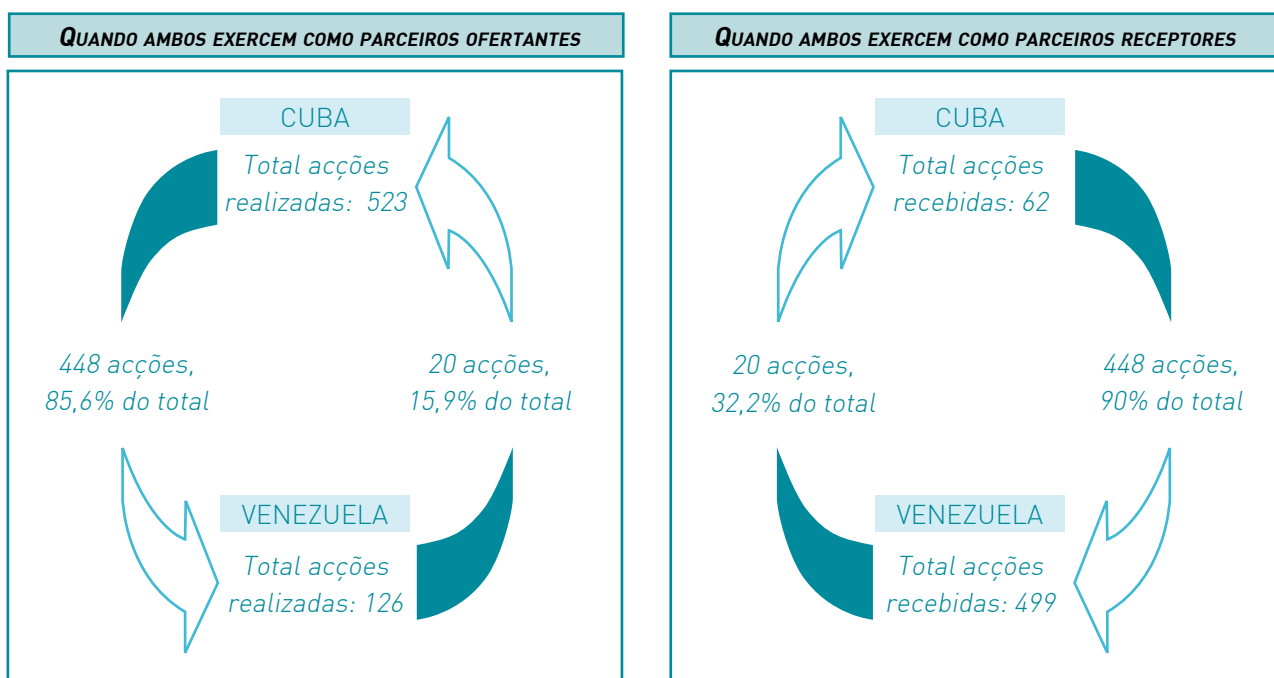
**Fonte:** SEGIB com base nas declarações das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação

O Mapa II.2. apresenta uma distribuição das acções segundo o *parceiro receptor* muito mais dispersa. Ainda assim, três países (também dispersos geograficamente) explicaram um pouco mais da metade das 1.879 acções registadas: a Venezuela e o Paraguai, primeiro e segundo *parceiro receptor*, respectivamente, com contribuições na ordem dos 26% e dos 18%; e El Salvador, terceiro *parceiro receptor* com mais de 10% das acções. Foram seguidos pela Bolívia, país que participou no registo final com 7,7%.

O restante conjunto de acções, 37,5%, dividiu-se entre dois grandes grupos. O primeiro, esteve composto por países que, de maneira individual, receberam entre 2,6% e um máximo de 4% da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*, realizada a nível regional. Com a excepção da Costa Rica, eram *parceiros receptores* que se classificaram como Países de Rendimento Médio Baixo e que se distribuíram geograficamente entre a bacia caribenha (Cuba e República Dominicana); América Central (Nicarágua e Honduras); e a região andina (Equador, Peru e Colômbia). O segundo foi integrado pelos países cuja participação sobre o total das acções recebidas não superou os 2,5%. Da mesma forma, a agora com a excepção da Guatemala, todos eles se classificaram como Países de Rendimento Médio Alto e localizaram-se no Norte e na América Central (México e Panamá), bem como no Cone Sul (desde o Brasil e o Uruguai até à Argentina e ao Chile).

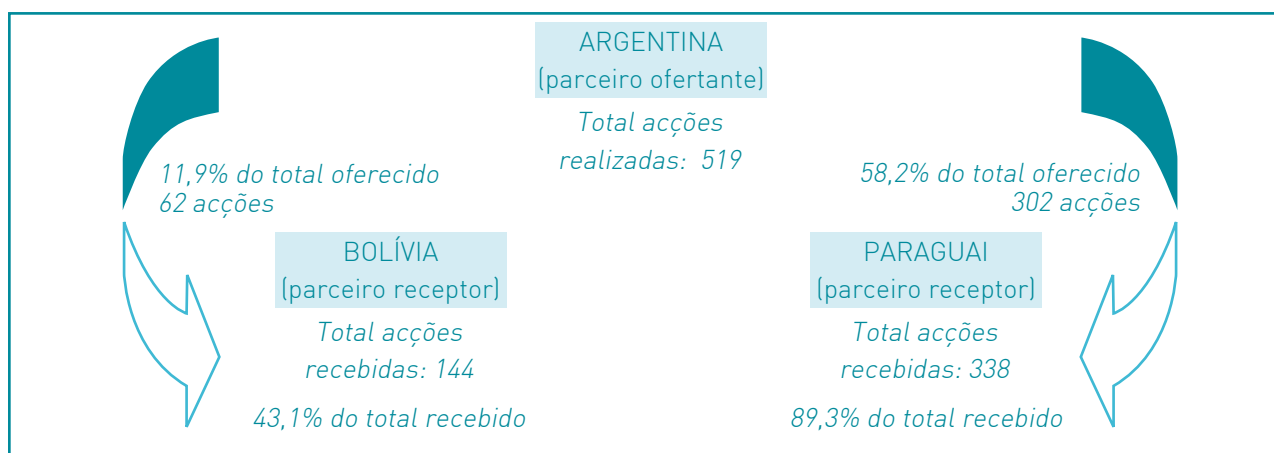
### Esquema II.3. A intensa cooperação entre os principais *parceiros ofertantes e receptores*. 2008

#### II.3.A. O caso de Cuba e da Venezuela

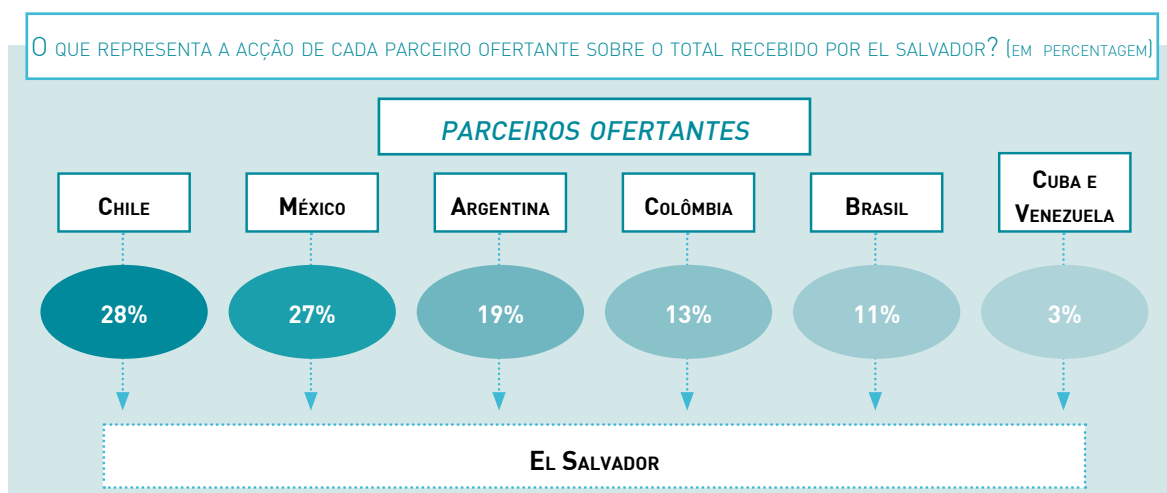


## Esquema II.3. A intensa cooperação entre os principais parceiros *ofertantes* e *receptores*. 2008 (continuação)

### II.3.B. O caso da Argentina, da Bolívia e do Paraguai



### II.3.C. Origem das ações realizadas em El Salvador, segundo os *parceiros ofertantes*



**Fonte:** SEGIB, a partir dos dados das Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais de Cooperação

A concentração de *ações* num pequeno grupo de países, tanto na classificação por *parceiro ofertante* (Cuba, Argentina, México e Brasil) como na de *parceiro receptor* (Venezuela, Paraguai, El Salvador e Bolívia) explica-se, em grande parte, pela intensa cooperação mantida entre estes mesmos países. Designadamente, e como se pode observar nos Esquemas II.3:

- A liderança, quer em termos de oferta (Cuba) quer de recepção (Venezuela), explica-se pela elevada intensidade da relação entre os *dois parceiros*. De facto, as 448 ações que Cuba executou em 2008 na Venezuela, representaram mais de 85% do total das oferecidas pelo primeiro e 90% do recebido pelo segundo.
- Quase 70% das ações executadas pelo segundo *parceiro ofertante* (Argentina) tiveram como destino o Paraguai (mais de 58%) e a Bolívia (12%). Por seu lado, estas ações representaram cerca de 90% do total recebido pelo Paraguai (segundo *parceiro receptor*) e 43% do executado na Bolívia (quarto *parceiro receptor*).

c) Em 2008, 87% da cooperação recebida por El Salvador (terceiro *parceiro receptor*) foi proveniente de 4 dos 5 países mais activos no papel de *parceiros ofertantes*: Chile, México, Argentina e Brasil, com contribuições respectivas de 28%, 27%, 19% e 11%.

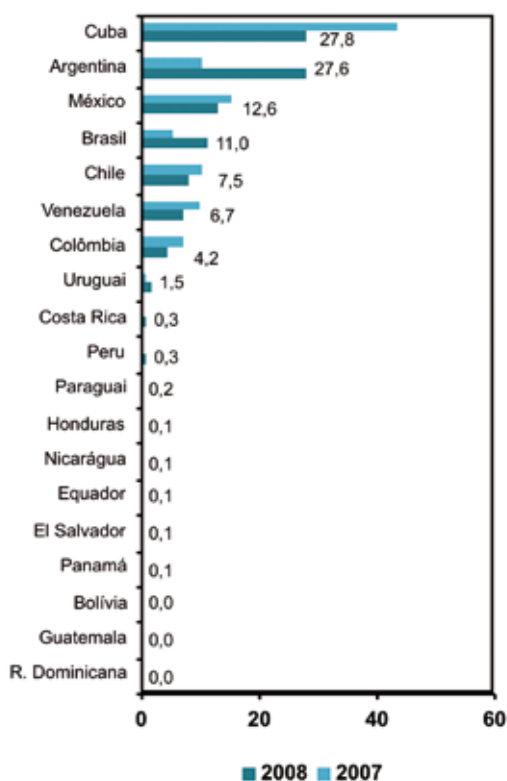
Finalmente, cabe destacar em que medida, entre 2007 e 2008, os países perderam ou ganharam posições na sua participação relativa sobre o total das *açções*. Para ilustrar essas alterações elaboraram-se os Gráficos II.3, os quais comparam os pesos relativos de cada *parceiro* para cada um desses dois anos, no exercício do seu correspondente papel. Conforme se pode constatar nesses gráficos, as variações registadas estão muito relacionadas com o que se mencionou numa secção anterior,<sup>4</sup> quando se analisava o que cada país tinha contribuído de um ano para o outro, relativamente ao aumento das *açções* de *Cooperação Horizontal Sul-Sul*.

Neste sentido, entre os que ganharam pontos de participação e melhoraram a sua classificação destacaram-se, como *parceiros ofertantes*, a Argentina e o Brasil; e como *parceiros receptores*, o Paraguai e a Bolívia. Por outro lado, entre os que perderam pontos de participação e tenderam a perder posição no âmbito de uma classificação regional, destacaram-se como *parceiros ofertantes*, Cuba, a Colômbia e a Venezuela; e como *receptores*, a Venezuela, a Guatemala, o Equador e a Nicarágua.

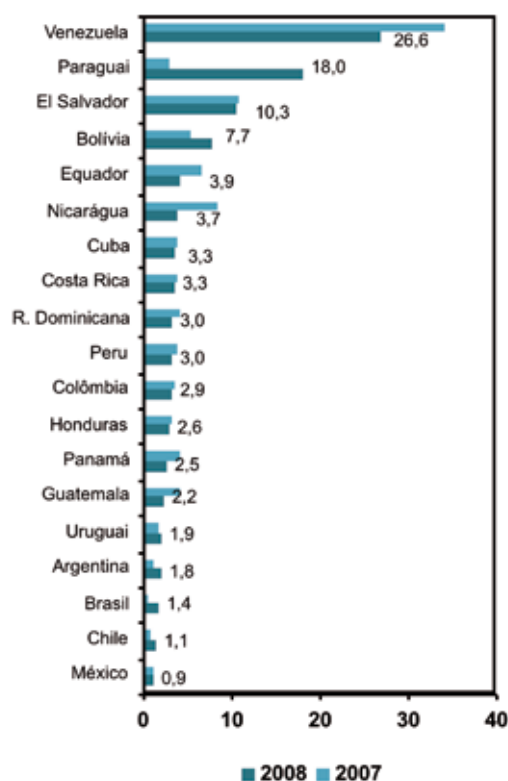
**Gráfico II.3. Alteração na participação sobre o total de açções, segundo o parceiro ofertante ou receptor. 2007-2008.**

Participação, em percentagem

**II.3.A. Parceiros ofertantes**



**II.3.B. Parceiros receptores**



Fonte: SEGIB, a partir dos dados das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação.

## *Padrões de cooperação e determinantes de fluxos*

O relatório anterior levou a cabo um primeiro exercício de identificação dos determinantes dos fluxos de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* na Ibero-América. Foi possível concluir que, em termos gerais, um dos principais factores que explicam o motivo que levou os fluxos de cooperação a assumirem determinadas direcções e não outras, estava relacionado com o nível de desenvolvimento relativo dos países e, associado a isso, com as possibilidades que estes tinham tido para desenvolver, ou não, determinadas *capacidades sectoriais*.

As *capacidades* de uns e as *necessidades* de outros estão implícitas na direcção dos fluxos. Contudo, um estudo da distribuição por países da cooperação, disponibilizado pelo México, pela Venezuela e pelo Chile, indicava que existiam, para além disso, outras motivações (geopolíticas, históricas ou de outra índole) que se revelavam determinantes. Nomeadamente, observava-se como o México, na tentativa de fortalecer o desenvolvimento dos seus *parceiros* fronteiriços, tendia a cooperar com a América Central; a Venezuela, por seu lado, apostava por reforçar as capacidades dos países, com os quais impulsionava outros projectos de carácter regional (como o ALBA ou o Petroamérica); por último, o Chile, reproduzindo de algum modo e para um padrão Sul-Sul os compromissos da Cimeira do Milénio e de Monterrey, dirigia as suas acções aos países centro-americanos e andinos, com um menor desenvolvimento relativo ao nível da região.

A ideia de que os factores implícitos na direcção dos fluxos de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* são múltiplos, é reforçada com o estudo de casos do presente ano, focalizado em outros três dos principais *parceiros ofertantes*: Cuba, Argentina e Brasil. Com esta finalidade, elaboraram-se os Mapas II.3, II.4 e II.5, sendo que cada um deles mostra a distribuição geográfica, consoante a intensidade, das suas respectivas *acções* de cooperação.

A observação do Mapa II.3 ilustra o enorme grau de concentração da cooperação cubana. Na realidade, em 2008 e tal e como já foi mencionado anteriormente, 85% das suas *acções* de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* concentraram-se no seu principal parceiro, a Venezuela, com a qual Cuba mantém, desde há muitos anos, fortes ligações políticas e económicas. Porém, a tradição solidária da ilha, integrada na sua política exterior, explica que 15% das *acções* restantes distribuíram-se, sem excepção, entre os outros países da região, com participações relativas, necessariamente pequenas, que não ultrapassaram os 2,5 pontos percentuais. Assim, e à margem da Venezuela, a cooperação cubana distribuiu-se principalmente entre os seus parceiros caribenhos (R. Dominicana); centro-americanos (Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá) e andinos (Bolívia, Equador e Colômbia).

De acordo com o Mapa II.4, a cooperação argentina também mostrou um elevado grau de concentração, visto que dividiu 60% das suas *acções* com o Paraguai e a Bolívia. A escolha não foi igualmente aleatória. De facto, entre os cinco países com os quais a Argentina faz fronteira, o Paraguai e a Bolívia são os que apresentam um nível de desenvolvimento relativo inferior, comparativamente com o Brasil, o Chile e o Uruguai, os quais apenas somaram 1,4% das *acções*. Disto se deduz que, ao impulsionar a sua estratégia de *Cooperação Horizontal Sul-Sul*, a Argentina prestou atenção ao fortalecimento do desenvolvimento dos países limítrofes que mais o necessitavam. Da mesma forma, a restante cooperação argentina dispersou-se pelo território latino-americano, indo de maior a menor proximidade geográfica, desde o Peru, à Venezuela e ao Panamá até a El Salvador.

Finalmente, o Mapa II.5 permite observar a enorme dispersão da cooperação brasileira, distribuída muito homogeneamente entre países. Deste modo, o primeiro *parceiro receptor*, a Costa Rica, apenas concentrou 13% do total da cooperação executada pelo Brasil em 2008. Seguiram-se El Salvador e a Venezuela, que, juntamente com o primeiro, acabaram por explicar um terço do total das *acções*. Contudo, cabe destacar que, tal como ocorre com a Argentina, e dada a particular dimensão do Brasil, o critério fronteiriço voltou a ter um certo peso. Não é por acaso que entre os onze países que receberam uma maior cooperação por parte do Brasil, pode-se identificar os sete com os quais faz fronteira: a Venezuela, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Bolívia (33% das *acções*); o Paraguai, a Argentina e o Uruguai (aproximadamente 20%).

### Mapa II.3. Distribuição geográfica das acções de cooperação oferecidas por Cuba



LEGENDA. Faixas de intensidade, segundo a percentagem de acções de cooperação oferecidas no ano de 2008:

VALOR	COLOR
Menos de 2,5%	
Entre 2,6 e 5,0%	
Entre 5,1% e 7,5%	
Entre 7,6% e 10,0%	
Mais de 10,1%	

Fonte: SEGIB com base nas declarações das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação

## Mapa II.4. Distribuição geográfica das acções de cooperação oferecidas pela Argentina



LEGENDA. Faixas de intensidade, segundo a percentagem de acções de cooperação oferecidas no ano 2008:

VALOR	COLOR
Menos de 2,5%	Branco
Entre 2,6 e 5,0%	Amarelo claro
Entre 5,1 e 7,5%	Amarelo
Entre 7,6 e 10,0%	Amarelo escuro
Mais de 10,1%	Verde escuro

Fonte: SEGIB com base nas declarações das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação



## Mapa II.5. Distribuição geográfica das acções de cooperação oferecidas pelo Brasil



**LEGENDA. Faixas de intensidade, segundo a percentagem de acções de cooperação oferecidas no ano de 2008:**

VALOR	COLOR
Menos de un 2,5%	Branco
Entre un 2,6 y un 5,0%	Amarelo claro
Entre un 5,1 y un 7,5%	Amarelo
Entre un 7,6 y un 10,0%	Amarelo escuro
Mais de un 10,1%	Laranja

**Fonte:** SEGIB com base nas declarações das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação

## Acções e sectores de actividade

A Informação disponibilizada este ano, permitiu classificar as 1.879 acções de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* realizadas em 2008 na região, por sectores de actividade. Apesar das dificuldades que enfrenta essa classificação (ver Quadro II.2), estas acções puderam ser também organizadas em função da sua dimensão sectorial. Designadamente, e utilizando o mesmo critério que do ano passado, as acções foram agrupadas consoante se referiam a actividades de uma *Dimensão Social* (Educação e Saúde, entre outros); *Económica* (referida tanto à criação de condições para o funcionamento da economia –*Infra-estrutura e Serviços Económicos*– como aos *Sectores produtivos*); ou a *Outra*, mais heterogénea, onde coexistiriam acções que vão desde o Fortalecimento Institucional à Prevenção de Catástrofes.

### Quadro II.2. Dificuldades para classificar as acções por sectores de actividade

A classificação das acções de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* por sectores de actividade enfrenta problemas de diferente natureza:

- Uma parte dos problemas resulta da classificação sectorial a utilizar. A principal referência é proporcionada pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, o qual aplica uma classificação cuja última revisão data do ano de 2004, e que agrupa todos os sectores em sete grandes grupos que incluem actividades muito diversas que vão desde a “Educação” e a “Saúde” até às destinadas ao “Alívio da Dívida”, entre outras.
- Outra fonte de problemas é o carácter multi-sectorial que acompanha muitas acções de cooperação. A título de exemplo, as acções que têm lugar ao nível da biotecnologia podem estar relacionadas simultaneamente: devido às suas características, com o sector da Ciência e da Tecnologia; e pelas aplicações que dela se derivam, com qualquer actividade agropecuária, de segurança alimentar ou de medicina e saúde. Outro exemplo, pode ser uma actividade destinada ao saneamento de águas residuais que poderia ser entendida, ao mesmo tempo, como uma actividade de potabilização de águas ou como uma questão ambiental.

Dado que as opções são várias, está-se a trabalhar na classificação e nos critérios de atribuição que melhor permitam reflectir a realidade da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* na nossa região. Contudo, e de momento, optou-se pelo seguinte:

- A classificação sectorial utilizada (incluída no anexo), obtém-se após ter sido alterada a do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE. Em resumo, assumem-se apenas cinco dos sete grandes grupos de actividade que compõem a classificação do CAD. Em concreto, e dada a natureza fundamentalmente técnica da cooperação intercambiada entre os países da região, excluem-se os grupos cinco e seis referentes à “Ajuda em forma de fornecimento de bens e ajuda geral para programas” e às “Actividades relacionadas com a dívida”. Os cinco restantes, também com alguma variante, agrupam-se de acordo com três dimensões: uma Dimensão Social que inclui actividades relacionadas com as “Infra-estruturas e os serviços sociais”; uma Dimensão Económica que inclui, por um lado, as “Infra-estruturas e os serviços económicos” e por outro, os “Sectores produtivos”; Outras dimensões de actuação que incluem actividades heterogéneas que vão desde a “Cultura” e o “Ambiente” (nesta classificação com entidade própria, apesar de que com o CAD são meros descritores de grupo); ao “Governo e a Sociedade Civil”; ou à “Ajuda humanitária e de emergência.”
- Dado que os países membros da Conferência Ibero-americana dispunham desta classificação sectorial alternativa à do CAD, no momento de atribuir uma acção de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* a um sector de actividade, respeitou-se plenamente o critério de atribuição adoptado por cada país. Por conseguinte, e para o caso especialmente sensível das actividades com um claro perfil multi-sectorial, foram os próprios países que decidiram qual era o sector que actuava como núcleo fundamental de cada acção.

**Matriz II.3. Acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por sectores de actividade. 2008<sup>5</sup>**

**II.3.A. Dimensão social**

Em unidades

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																		TOTAL
		PRM-BAIXO											PRM-ALTO							
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R.Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai	
PRM-BAIXO	Bolívia																			
	Brasil	4		1	6	3	4		2	4	7	3		3		4		3	5	
	Colômbia						8	1			2	4		1				1		
	Cuba	2	2	5		8	1	6	5	4	3	1	3	2	1	1	1	4	3	68
	Equador																			
	El Salvador																			1
	Guatemala																			
	Honduras																			
	Nicarágua																			
	Paraguai																		1	
	Peru																			
R. Dominicana																				
PRM-ALTO	Argentina	21	6				10			7		3			5		4	1	1	
	Chile	11			2	2	12	1	1	3		1			1			2		
	Costa Rica			1																
	México	4	2	2		4	11	3	1			4					4	2	1	
	Panamá																			
	Uruguai		5	1	1				1		1			5	5		2			
	Venezuela	9	1	1	4	2	3	2	3	8	2	3	2	2	1	3		2		
<b>TOTAL</b>	<b>51</b>	<b>16</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>19</b>	<b>49</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>16</b>	<b>25</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>71</b>	<b>392</b>

**Matriz II.3. Acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por sectores de actividade. 2008<sup>5</sup> (continuação)**

**II.3.B. Dimensão económica. Infra-estrutura e serviços económicos.**

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																	TOTAL		
		PRM-BAIXO											PRM-ALTO								
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R.Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá		Uruguai	Venezuela
PRM-BAIXO	Bolívia																				
	Brasil	2		2	3	1	3		3	1	2	1	2		10			1	8		39
	Colômbia	1			2		6			1	1				3	1	3				18
	Cuba	2					1					2					1		227		233
	Equador																				
	El Salvador																				
	Guatemala																				
	Honduras																				
	Nicarágua																				
	Paraguai																				
	Peru																				
R. Dominicana																					
PRM-ALTO	Argentina				3	4	2			18	2	1			5		5		2		42
	Chile	1		1	1		2										2				7
	Costa Rica			1																	1
	México	6		6	1	7	1		1		3	5	1				1	1			33
	Panamá																				
	Uruguai					1										1					2
	Venezuela	2		1	3	3			2										1		
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>		<b>11</b>	<b>13</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>21</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>3</b>		<b>18</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>237</b>		<b>388</b>	

**Matriz II.3. Acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral,  
por sectores de actividade. 2008<sup>5</sup> (continuação)**

**II.3.C. Dimensão económica. Sectores produtivos**

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																	TOTAL		
		PRM-BAIXO											PRM-ALTO								
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R.Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá		Uruguai	Venezuela
PRM-BAIXO	Bolívia																				
	Brasil	3		1	9	5	4	2	1	1	2	2	3	1		5		1	4	12	56
	Colômbia				1		1	1					1			2					6
	Cuba	3		1									2						1	131	138
	Equador																			1	1
	El Salvador																				
	Guatemala																				
	Honduras																			1	1
	Nicarágua																			2	2
	Paraguai																			2	2
	Peru			1																	1
R. Dominicana																					
PRM-ALTO	Argentina	13			3	4	14	1	4	5	202	16	2				4		12	280	
	Chile	1			2	4	18		1				1	1						28	
	Costa Rica			1																1	
	México	6		1	1	1	11	5	6	1		2		1	1		5			41	
	Panamá																				
	Uruguai															1			3	4	
	Venezuela	2	9		14	3				12	1			10					3		54
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>30</b>	<b>17</b>	<b>48</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>19</b>	<b>205</b>	<b>20</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>164</b>	<b>615</b>	

**Matriz II.3. Acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por sectores de actividade. 2008<sup>5</sup> (continuação)**

**II.3.D. Outras dimensões**

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																	TOTAL		
		PRM-BAIXO											PRM-ALTO								
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R.Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá		Uruguai	Venezuela
PRM-BAIXO	Bolívia																				
	Brasil	4		8	1	3	10	1	1	4	2	3	4		8			2	1		53
	Colômbia				1	1	11	6	5	2	1				8		2	1			38
	Cuba	2		3				1				2								22	30
	Equador																				
	El Salvador																				
	Guatemala																				
	Honduras																			1	1
	Nicarágua																				
	Paraguai																				
	Peru			2						1											
R. Dominicana																					
PRM-ALTO	Argentina	28		4	4	4	11		1		75	5			2	2				3	139
	Chile	9		3		4	22	3		1	2	3	3		6	2		4			62
	Costa Rica			2										1							3
	México	5				9	29	5	5	6		2	16	1	7			5	1		91
	Panamá			1																	1
	Uruguai													1							1
	Venezuela	3	1			1			1	3	2										
<b>TOTAL</b>	<b>51</b>	<b>1</b>	<b>23</b>	<b>6</b>	<b>22</b>	<b>83</b>	<b>16</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>85</b>	<b>13</b>	<b>24</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>24</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>27</b>	<b>433</b>	

De acordo com os critérios do Banco Mundial, os países foram classificados segundo os níveis de rendimento: Médio-Baixo (varia entre 936 e 3.705 dólares); Médio-Alto (entre 3.706 e 11.455 dólares por cada habitante).

Fonte: SEGIB com base nas declarações das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação.

A discriminação das acções por sectores de actividade e por *parceiros ofertante e receptor*, permitiu também elaborar as Matrizes II.3, cada uma delas referente a uma dimensão sectorial (*Social*, "Infra-estrutura e serviços económicos", "Sectores Produtivos" e *Outras*). A Tabela II.2 e o Gráfico II-4 resumem, igualmente, a informação incluída nessas matrizes.

**Tabela II.2. Acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por sectores de actividade. 2008**

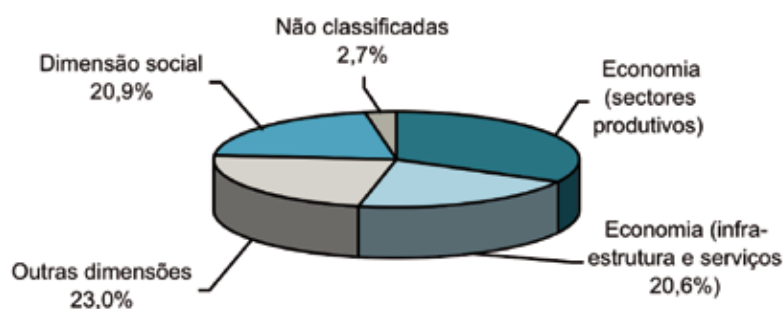
Valor, em unidades; participação, em percentagem

Dimensão sectorial	Acções		
	Número	Participação	
		Sobre económicas	Sobre total
Social	392	----	20,9
Económica	1.003	100,0	53,4
<i>Infra-estruturas e serviços económicos</i>	388	38,7	20,6
<i>Sectores produtivos</i>	615	61,3	32,7
Outras	433	---	32,7
<i>Não classificadas</i>	51	---	2,7
<b>Todas</b>	<b>1.879</b>	<b>---</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEGIB, a partir dos dados das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação

**Gráfico II.4. Acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por sectores de actividade. 2008.**

Participação, em percentagem



Fonte: SEGIB, a partir dos dados das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação

Tal como observamos nos gráficos anteriores, em 2008 aproximadamente 1.000 *acções* (quase 55% das 1.879 registadas no conjunto da América Latina) foram destinadas ao fortalecimento das capacidades na área económica. As restantes *acções* (cerca de 850) foram distribuídas em proporções muito semelhantes (aproximadamente 21-23%), entre as que foram impulsionadas para melhorar as *condições sociais* da população latino-americana e as que pretenderam obter resultados positivos *em áreas* como a Cultura, o Género, o Fortalecimento institucional, a Ajuda humanitária, a Prevenção de catástrofes ou o Ambiente. Apenas 2,7% das *acções* registadas a nível regional não puderam ser classificadas sectorialmente.

No âmbito das actividades económicas, a maioria (mais de 60%) tiveram como núcleo de actuação um "Sector Produtivo". De facto, e de conformidade com uma parte importante da realidade latino-americana, a Agricultura foi o sector no qual a *Cooperação Horizontal Sul-Sul* foi mais dinâmica. Num continente onde existem importantes reservas de hidrocarbonetos, o segundo sector em que se concentraram um maior número de *acções* de cooperação foi o sector Extractivo. Entretanto, a actividade noutros sectores primários como a Pesca ou a Silvicultura teve um carácter quase simbólico. Bem pelo contrário, a cooperação nos sectores da Indústria, do Comércio e do Turismo recebeu um impulso renovado. Particularmente interessante foi o caso do sector turístico, considerado de há uns anos para cá como uma actividade que poderia ser chave nas novas estratégias de desenvolvimento económico (Quadro II.3).

### Quadro II.3. Turismo, cooperação e desenvolvimento

Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), o turismo internacional terminou o ano de 2008 com receitas de aproximadamente um bilião de dólares. Este valor consolidou o sector como a quarta indústria mais importante do comércio mundial, superada apenas pelo petróleo, a química e os automóveis. Da mesma forma, a OMT assegura que mil milhões de turistas viajaram pelo mundo inteiro. Embora os principais destinos continuassem a estar localizados na Europa e na América do Norte, os países em desenvolvimento ganharam espaço como receptores. Aliás, em 2007, dois países em desenvolvimento (a Turquia e o México) foram, em termos de visitantes, o nono e o décimo destino turístico mais procurado do mundo.

O facto de haver cada vez mais países em desenvolvimento a envolverem-se no sector tem a ver com a aceitação generalizada de que o turismo é um sector que pode actuar como um motor de desenvolvimento dos países receptores. Na realidade, a relação entre o turismo e o desenvolvimento é estabelecida através do potencial que este sector tem para gerar:

- receitas em divisas; por exportação de serviços e também pelos investimentos que pode atrair;
- um efeito de arrasto ou multiplicador sobre outras actividades que actuam como fornecedoras deste sector;
- emprego, tanto directo (no próprio sector) como indirecto (nas actividades que foram "arrastadas").

Os benefícios potenciais deste sector para o desenvolvimento, contudo, nem sempre se transformam numa realidade. De facto, muitos economistas criticam esta aposta, porque pode levar as economias nacionais a tornarem-se muito dependentes de uma actividade muito vulnerável a todos os acontecimentos que repercutam negativamente sobre a procura. Neste sentido, entre os factores de contracção da actividade podemos encontrar acontecimentos de diversa índole, desde um desastre natural até à actual crise económica mundial.

A região participou também nesta dinâmica. Segundo a SEGIB-OMT (2008) e a CEPAL, os 19 países ibero-americanos em desenvolvimento receberam, em 2007, aproximadamente 55 milhões de turistas, que geraram 41.000 milhões de dólares (5% das receitas regionais pela exportação de bens e serviços). 40% do turismo chegou ao México, um país que é uma potência mundial no sector e que captou, também, mais de 30% das receitas regionais. Seguiram-se o Brasil e a Argentina, com participações, tanto em chegadas como em receitas, relativamente menores, e que rondaram, em cada caso, os 10%. Os restantes países registaram participações relativas muito inferiores.



### Quadro II.3. Turismo, cooperação e desenvolvimento (continuação)

#### Acções de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* no sector do turismo. 2008.

Número de acções

Parceiro ofertante	Parceiro receptor							
	Equador	El Salvador	Guatemala	Panamá	Paraguai	Peru	Venezuela	Total
Argentina	2	1		2	4	2		11
Brasil		1						1
Chile		3						3
Cuba			1				4	5
México		4	4					8
Total	2	9	5	2	4	2	4	28

Fonte: SEGIB com base nas declarações das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação

A importância do turismo nas estratégias de desenvolvimento nacional, assim como a enorme diferença que existe entre as capacidades desenvolvidas pelos diferentes países da região, poderiam explicar o facto de que existam cada vez mais acções de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* dedicadas ao intercâmbio de experiências neste sector. Concretamente, e tal como se observa na tabela anterior, em 2008 registaram-se 28 acções deste tipo. A maioria foi oferecida pela Argentina e pelo México e, em menor medida, por Cuba, pelo Chile e pelo Brasil. Por seu lado, fortaleceram o seu sector turístico, na parte centro-americana, El Salvador, a Guatemala e o Panamá; e a Sul, o Equador, o Paraguai, o Peru e a Venezuela.

Das acções registadas destacam-se:

- As destinadas a melhorar a oferta turística em condições de qualidade (“Workshop de preparação em Turismo Responsável de Avistamento de Cetáceos” –oferecida pela Argentina ao Panamá-; elaboração de “Planos para a promoção do Turismo Social” –intercâmbios entre Cuba e a Venezuela-; ou assessorias em “Produtos Ecoturísticos” –do México a El Salvador-);
- As orientadas para o fortalecimento institucional do sector (“Plano de Acção para a elaboração da Conta Satélite do Turismo” e “Fortalecimento do sistema de informação estatística do turismo” –oferecido pelo México ao Panamá e à Bolívia-; “Intercâmbio de experiências em segurança e capacitação do pessoal envolvido na Esquadra de Segurança Turística e nos pontos seguros do Distrito Metropolitano de Quito” –da Argentina ao Equador-).

Fonte: Organização Mundial de Turismo (OMT) ([www.unwto.org](http://www.unwto.org)); base estatística da Comissão Económica Para a América Latina e para as Caraíbas (CEPAL) ([www.eclac.org](http://www.eclac.org)); SEGIB-OMT (2008).

Ainda na área económica, as outras acções (quase 40% das mais de 1.000 acções registadas) tiveram como objectivo o fortalecimento das “Infra-estruturas e dos serviços” que tornam possível o funcionamento das economias. Neste sentido, foram ganhando terreno as acções orientadas tanto para o impulso do tecido produtivo (especialmente cooperativas e pequenas e médias Empresas) como para as políticas de Emprego. Sectores económicos fundamentais como o do Transporte e o das Finanças começaram a concentrar uma certa atenção. Destacara-se, contudo, tal como tinha acontecido nos anos anteriores, a cooperação relacionada com os sectores da Geração ou do Fornecimento Eléctrico; das Comunicações; e da Ciência e da Tecnologia. Neste último sector surgiram cada vez mais acções vinculadas a um sector que tem também efeitos positivos nas áreas da agricultura e da saúde: a biotecnologia (Quadro III.4).

#### Quadro II.4. A cooperação no sector da biotecnologia: um valor acrescentado

Segundo a Real Academia da Língua Espanhola (RAE), a biotecnologia refere-se ao ramo da ciência que *“utiliza células vivas para a obtenção e a melhoria de produtos úteis, como os alimentos e os medicamentos”*. Como se entende através da definição, trata-se de um sector que se desenvolve no âmbito da investigação aplicada e que gera múltiplos impactos sobre actividades fundamentais para o desenvolvimento da economia e da sociedade num país: a saúde; a segurança alimentar; a agricultura; ou a inserção comercial nos mercados internacionais; entre outras.

Pelas suas características, o sector requer elevados e constantes investimentos financeiros e materiais, e também recursos humanos. Em muitas ocasiões, no entanto, as possibilidades que um país em desenvolvimento tem para sustentar ao longo do tempo este nível de esforço são limitadas. Perante isto, a cooperação em biotecnologia ganha um novo “valor acrescentado”, porque permite aos países partilharem tanto os esforços como os resultados.

As vantagens que esta cooperação oferece podem ser ilustradas através dos intercâmbios que, durante o ano 2008, mantiveram três países ibero-americanos com grandes capacidades no sector. Falamos de Cuba, da Argentina e do Brasil.

A aposta de Cuba pela biotecnologia remonta à época em que as suas relações externas se focalizavam na extinta União Soviética. Fruto dessa trajectória, Cuba conta hoje com uma instituição de referência mundial: o Centro de Engenharia Genética e de Biotecnologia (CIGB) da Cidade de Havana. Esta instituição dispõe de uma potente infra-estrutura analítica que aplica os resultados das suas investigações tanto aos sectores agro-pecuários como aos biomédicos. Entre os seus êxitos principais estão, por um lado, a luta contra as pragas, as doenças causadas por fungos e as doenças virais em cultivos fundamentais para a alimentação; e por outro lado, o desenvolvimento de mais de 20 produtos (entre eles vacinas) eficazes na prevenção e na terapia, entre outros, dos cancro do colo do útero e do pulmão.

O sector biotecnológico cubano enfrenta, contudo, vários desafios. Um deles está relacionado com a política que Cuba mantém de partilhar os seus êxitos com os outros países da região. Neste sentido, trata-se não apenas de exportar os seus produtos a preços que garantem a sua acessibilidade mas, sobretudo, de facilitar aos outros países o desenvolvimento das suas próprias investigações e produtos. Outro dos desafios está relacionado com a necessidade que Cuba tem de diminuir os coeficientes de importação de alimentos (80% do total consumido no mercado interno) e, por consequência, de substituir esses alimentos por produtos próprios, entre eles a soja geneticamente modificada.

A resposta ao primeiro dos desafios passa, parcialmente, pela cooperação com a Argentina e, mais especificamente, com duas instituições de referência: os Institutos Nacionais de Investigações Agro-Pecuária e Tecnológica (INTA e INTI, respectivamente). Através destes Institutos, a Argentina desenvolveu uma grande capacidade para elevar à escala industrial os resultados das suas investigações. Como resultado disso, no intercâmbio de experiências entre ambos os parceiros, os dois países ganham: Cuba transfere parte das suas ferramentas de investigação, ao mesmo tempo que aprende da Argentina técnicas industriais que facilitam uma melhor distribuição dos seus produtos.

Para fazer face ao segundo desafio, Cuba apoia-se, neste caso, no Brasil. Através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agro-pecuária (EMBRAPA), o Brasil lidera todas as questões referentes ao tratamento, à melhoria, ao cultivo e ao aproveitamento da soja. Através da cooperação entre ambos os países, Cuba avança na sua política de substituição da importação de alimentos e o Brasil assimila novas técnicas de investigação.

**Fonte:** Entrevistas e visita à página digital do Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia (CIGB) ([www.cigb.edu.cu](http://www.cigb.edu.cu)); Instituto Nacional de Investigação Tecnológica (INTI); Ministério de Comércio Exterior e de Investimento Estrangeiro da República de Cuba.

No que diz respeito à cooperação focalizada nas questões sociais, os dois sectores que mais acções absorveram foram novamente a Educação e a Saúde e, de um modo crescente, uma área específica desta última como é a Saúde Reprodutiva. Foi ainda identificado um número cada vez maior de acções destinadas ao Saneamento e à potabilização de águas; assim como a actividades tão diversas como são o desporto ou as políticas de habitação, todas elas incluídas nesta dimensão da cooperação sectorial. Devemos destacar, ainda, as acções que tiveram como objectivo o intercâmbio de experiências relacionadas com o impulso dado às políticas sociais, tão necessárias na luta contra a desigualdade, a pobreza e a indigência (Quadro II.5).

## Quadro II.5. A coordenação de políticas sociais na luta contra a indigência e a pobreza

Segundo a CEPAL (2009), em 2002, 44% e 13,3% da população latino-americana vivia, respectivamente, abaixo do limiar da pobreza e da indigência. Em 2007, a situação tinha de certa forma melhorado e as percentagens anteriores tinham-se reduzido para 34% e 12,5%, em cada caso. Ainda assim, a situação da região com maior desigualdade do mundo era preocupante: 185 milhões de latino-americanos eram pobres e 70 milhões destes, eram indigentes.

A melhoria experimentada, contudo, não foi por acaso, mas sim fruto do esforço que os países latino-americanos tinham feito para impulsionar políticas sociais mais efectivas na luta contra a pobreza e a indigência. De facto, o período de melhoria coincidiu com um contexto político muito marcado pela incorporação do aspecto social na agenda pública.

### Evolução da pobreza e da indigência na América Latina, no Chile e no Uruguai. 2002 a 2007.

Em percentagem sobre a população total

População abaixo do limiar...	Chile		Uruguai		América Latina (e Haití)	
	2003	2006	2004	2006	2002	2007
... da pobreza	18,7	13,7	31,9	27,4	44,0	34,1
... da indigência	4,7	3,2	3,9	2,9	13,3	12,6

Fonte: SEGIB com base nas declarações da CEPAL (2008) e Svaestuen (2007)

Como se observa na tabela anterior, dois países que contribuíram para o resultado obtido na região foram o Chile e o Uruguai. São dois países que, além disso, não se limitaram a fazer um esforço individual na luta contra a pobreza. Bem pelo contrário, no final de 2007, e após ser demonstrada a efectividade das suas respectivas políticas, o Chile e o Uruguai decidiram partilhar as suas experiências através de um Acordo Binacional de Coordenação de Políticas Sociais. Através deste acordo, ambos os países viabilizaram o intercâmbio de acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul em matéria social entre o Ministério do Planeamento (MIDEPLAN) chileno e o Ministério de Desenvolvimento Social (MIDES) uruguaio.

### Enumeração e descrição dos principais programas sociais do Chile e do Uruguai.

Uruguai		Chile	
Programa	Breve descrição	Programa	Breve descrição
Receitas dos Cidadãos	Transferência monetária para a população abaixo do limiar da pobreza	Chile Solidário	Sistema de protecção da população em condições de especial vulnerabilidade
Emprego Transitório	Trabalho transitório com valor comunitário		
Alimentar Nacional	Apoio ao acesso a alimentos por parte dos mais pobres e dos estudantes	Chile Cresce Contigo	Sistema de Protecção Integral à Primeira Infância de carácter universal, focalizada nos grupos vulneráveis
De Emergência Sanitária	Cobertura atenção sanitária a agregados familiares mais vulneráveis		
Educação em Contexto Crítico	Ajuda e apoio a escolas e liceus em contexto crítico	Ficha Protecção Social	Sistema de identificação famílias vulneráveis. Mede recursos económicos; necessidades; riscos
De Assentamentos Precários e Pensões	Ajuda para a melhoria das condições de habitabilidade		
De Apoio aos Sem- Abrigo	Sistema de refúgio em conjunto com apoio de reinserção laboral	Sistema Integral de Informação Social	Plataforma tecnológica de informação para atribuir prestações sociais

Fonte: SEGIB com base nas declarações de Courtoisie e Da Costa (2006), MIDES ([www.mides.gub.uy](http://www.mides.gub.uy)) e MIDEPLAN ([www.mideplan.cl](http://www.mideplan.cl))

## Quadro II.5. A coordenação de políticas sociais na luta contra a indigência e a pobreza (continuação)

Em 2008, a implementação do acordo resultou no “Projecto de Cooperação em Experiências de Protecção Social e Protecção Integral à Infância”. Com financiamento conjunto e dentro da modalidade de custos partilhados, o projecto permitiu estágios de técnicos nos diferentes Ministérios para conhecer os respectivos programas. Concretamente:

- O Uruguai mostrou interesse em conhecer os programas chilenos (ver tabela anterior) orientados para a protecção da infância, especialmente em famílias muito vulneráveis. São programas que incluem não apenas a articulação de medidas de protecção mas, também, a geração de sistemas de informação que optimizem a utilização dos recursos atribuídos para este fim.
- O Chile, por seu lado, mostrou um interesse especial no denominado Programa de Alojamento de Pessoas que vivem na Rua ou de Apoio aos Sem-Abrigo; um sistema uruguaio de refúgio diurno/nocturno para pessoas e famílias que Vivem na rua às quais, além de um espaço para se alimentarem, assearem e descansarem, é-lhes prestado um serviço de assistência social que facilite a sua reinserção sócio-cultural e laboral.

**Fonte:** CEPAL (2008); Courtoisie e Da Costa (2006); Svalestuen (2007); entrevistas no Ministério de Desenvolvimento Social (MIDES) do Uruguai e consultas da sua página digital (<http://www.mides.gub.uy/mides>); Ministério do Planeamento (MIDEPLAN) do Chile ([www.mideplan.cl](http://www.mideplan.cl))

Finalmente, em 2008, foram desenvolvidas mais de 400 acções de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* em sectores de uma dimensão diferente da sócio-económica. A maior parte destas acções tiveram lugar no âmbito do Governo e da Sociedade Civil. O seu destino principal foi o fortalecimento institucional da justiça; a luta contra a impunidade; a formação de quadros do Estado; e o reforço de sistemas estatísticos; entre outros. Foram ainda levadas a cabo acções orientadas para a construção de sistemas de cooperação, que afectaram tanto aquilo que diz respeito à cooperação internacional, como a própria *Cooperação Sul-Sul*. Um bom exemplo é o modo em que a própria *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* contribuiu para a criação do novo sistema de cooperação uruguaio (Quadro II.6).

As restantes acções dirigiram-se, em primeiro lugar, às áreas da Cultura e do Ambiente. Com carácter pontual abordaram-se também questões relacionadas com o Género e a construção de modelos de Desenvolvimento. Por último, a Ajuda Humanitária abarcou um número cada vez maior destas acções de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*. Como podemos observar no Quadro II.7, as circunstâncias dramáticas vividas em 2008 por alguns países da região (por culpa dos furacões, das depressões tropicais, das inundações e dos incêndios, entre outros), obrigaram a América Latina a recorrer à *Cooperação Sul-Sul* como ferramenta de solidariedade para enfrentar situações de emergência. Uma ajuda que podemos também dizer que foi concebida cada vez mais como um complemento das acções realizadas em termos de Prevenção de Catástrofes, o que significou uma tentativa de reforçar a capacidade de resposta dos países afectados pelos desastres naturais, ao mesmo tempo que os ajudava a criar as condições para minimizar os danos provocados por este tipo de fenómenos.

## Quadro II.6. O sistema de cooperação do Uruguai: contribuições para a sua construção

Os países latino-americanos apresentam uma enorme heterogeneidade no momento de dirigir e gerir a cooperação em que participam. Os seus respectivos sistemas de cooperação baseiam-se em fórmulas institucionais e jurídicas de natureza muito diversa. Tal como observamos no quadro seguinte:

- A maioria dos países mantém o seu sistema de cooperação dependente da Direcção-Geral de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores ou de uma Secretaria da Presidência do Governo.
- Os outros países dividem-se entre aqueles que optam por Institutos e/ou Agências de Cooperação com um funcionamento autónomo, e os que apresentam fórmulas que dependem da acção coordenada e simultânea de dois organismos ou instituições do estado (Presidência; Ministério de Exteriores, ou outros).

### Fórmula institucional dos diferentes sistemas de cooperação, segundo cada país.

<i>Fórmula institucional</i>	<i>Países que utilizam essa fórmula</i>
Instituto e/ou Agências de Cooperação	Brasil (ABC); Chile (AGCI); Equador (AGECI); Peru (APCI); e Uruguai (em formação)
Direcções-Gerais de Cooperação (Ministérios das Relações Exteriores)	Argentina; Costa Rica; El Salvador; México; Nicarágua; Panamá; Venezuela
Secretarias ou outros (Presidência)	Guatemala; Honduras; República Dominicana
Outras	Bolívia; Colômbia; Cuba; Paraguai

Fonte: SEGIB

Neste âmbito tão heterogéneo, a *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* transformou-se num bom instrumento para que os países da região troquem experiências e transfiram as suas respectivas capacidades. Um dos resultados mais visíveis deste intercâmbio foi a forma como esta modalidade de cooperação contribuiu para a construção do novo sistema de cooperação internacional do Uruguai; um sistema cujo pilar será o Instituto de Cooperação Internacional. Este Instituto será responsável pela gestão da cooperação internacional que receba o Uruguai e irá dispôr de uma unidade específica destinada, por sua vez, à gestão da Cooperação Sul-Sul.

Neste sentido, no ano de 2008, a construção do sistema de cooperação uruguaio contou com o apoio de:

- A cooperação chilena, que se focalizou nos aspectos institucionais, jurídicos e legais do novo sistema. Na verdade, a Agência Chilena de Cooperação Internacional (AGCI) actuou como a principal referência do futuro Instituto uruguaio.
- A cooperação mexicana, por seu lado, focalizou-se no programa de *Cooperação Horizontal*, transformando-se dessa forma no modelo de referência para a unidade que deverá gerir a Cooperação Sul-Sul.
- Finalmente, a cooperação colombiana permitiu ao Uruguai avançar na construção do seu próprio mapa de cooperação, uma ferramenta imprescindível para dar cobertura a todas as tomadas de decisão.

Fonte: Gabinete de Planeamento e Orçamento (GPP) da Presidência da República do Uruguai; Acção Social e Direcção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia

## Quadro II.7. A resposta solidária da Ibero-América face aos desastres naturais

Lamentavelmente, 2008 foi outro ano no qual a região latino-americana sofreu o impacto de uma série de catástrofes de diversa natureza. Destacamos apenas alguns:

- Depois de mais de três meses de chuvas persistentes, em meados de Fevereiro um decreto do Governo declarou na Bolívia o estado de “*desastre nacional*”. As inundações fizeram mais de meia centena de mortos e provocaram danos a mais de 45.000 famílias (*La República*, 13 de Fevereiro de 2008).
- Em apenas 8 dias, entre finais de Agosto e início de Setembro, os furacões Gustav e Ike assolaram a ilha de Cuba. A magnitude do impacto foi tal que as perdas ultrapassaram os 10.000 milhões de dólares, equivalentes a 20% do PIB e ao total do valor das importações de 2007 (*Granma*, 16 de Setembro de 2008). O furacão Paloma, a princípios de Novembro, agravou ainda mais esta situação.
- Em finais de Maio, ocorreu a sul da América Central a primeira depressão tropical da temporada. O primeiro impacto atingiu a Nicarágua, embora os efeitos da tempestade afectassem também as Honduras. Aos danos materiais provocados em ambos os países somou-se a morte de 3 pessoas.
- O Equador sofreu, por um lado, o impacto de umas chuvas que duraram meses e que provocaram cheias que deixaram sem casa mais de 300.000 pessoas em quase metade do território nacional; e por outro lado, sofreu os constantes processos eruptivos do Vulcão Tungurahua que forçou o deslocamento de milhares de pessoas em pelo menos três províncias do país ([www.unicef.org/spanish/infobycountry/](http://www.unicef.org/spanish/infobycountry/)).
- Finalmente, o Paraguai enfrentou dois surtos epidémicos (o de dengue e o de febre amarela -desaparecida praticamente durante um século, já que não se conhecia nenhum caso desde o ano de 1904-); e a seca extrema que afectou a região de Chaco, onde não choveu durante mais de 6 meses.

Perante estes desastres, a região respondeu com um autêntico exercício de solidariedade. De facto, praticamente todos os países (incluindo os centro-americanos e os andinos, que se encontram entre os mais pobres da região) se solidarizaram com os países afectados e, na medida das suas possibilidades, mobilizaram parte dos seus recursos para ajudar a atenuar os efeitos terríveis destes desastres. Tal como exige este tipo de situações, a resposta dada materializou-se através de diferentes instrumentos, entre os quais podemos destacar:

- Os donativos em espécie, que incluíram: alimentos; materiais para a reconstrução (desde cabos eléctricos até vigas para o tecto); roupas de todo o género (casacos, mantas, toalhas...); colchões; produtos de higiene e limpeza; medicamentos; pastilhas potabilizadoras e tanques para água; são apenas alguns exemplos.
- As doações financeiras ou em dinheiro.
- O apoio logístico, por exemplo, para o transporte de materiais ou das brigadas de socorro (cedência de aviões ou helicópteros); ou para assistência médica (envio de brigadas de pessoal sanitário); entre outros.

Podemos encontrar exemplos mais detalhados desta ajuda nas seguintes tabelas, nas quais se apresenta a ajuda humanitária que a Colômbia e a Venezuela mobilizaram, durante o ano de 2008, para enfrentar estas situações

## Quadro II.7. A resposta solidária da Ibero-América face aos desastres naturais (continuação)

### Ajuda Humanitária oferecida pela Colômbia e pela Venezuela aos países afectados por desastres naturais. 2008.

#### A. Colômbia

País afectado	Tipo de desastre	Tipo de ajuda	Ajuda
Bolívia	Inundações	Em espécie e financeira	9 toneladas (t) de "bienestarina"; 2 caixas de medicamentos; e 10.000\$US
Cuba	Furacão Gustav	Em espécie	10 toneladas (t) de lâminas de zinco e telhas
Equador	Erupção do vulcão Tungurahua	Em espécie	8 t de "bienestarina"; 1,2 t de mantas; e 0,3 toneladas de medicinas
Guatemala	Temporada de Inverno	Financeira	13.000\$US
Honduras	Temporada de Inverno	Financeira	12.000\$US

#### B. Venezuela

País afectado	Tipo de desastre	Tipo de ajuda	Ajuda
Bolívia	Inundações	Em espécie; transporte de material; assistência com recursos humanos venezuelanos	51,65 toneladas (t) de produtos; 2 voos; brigadas de 50 profissionais
Cuba	Furacões Gustav, Ike e Paloma		Brigadas para a reconstrução de escolas e da linha eléctrica Mariel-Pinar del Río
Honduras	Furacão Alma		15t de produtos; 1 voo; brigadas de 10 profissionais
Nicarágua	Depressão tropical		20t de produtos; 1 voo; brigadas de 10 profissionais
Paraguai	Epidemias de dengue e febre amarela		Um total de 35t de produtos; 2 voos; brigadas de 20 profissionais
Equador	Inundações	Em espécie	Doação de equipamentos e materiais

Fonte: SEGIB com base nas declarações dos Ministérios de Relações Exteriores da Colômbia e da Venezuela.

### Perfil regional das necessidades e das capacidades

Um apelo permanente dos países que participam na *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* é a identificação do perfil de *necessidades* e *capacidades* dos diferentes parceiros. Neste sentido, todas as melhorias da eficácia na atribuição dos fluxos desta modalidade de cooperação passam por conhecer, por um lado, em que tipo de sectores concentram a sua força os *parceiros ofertantes* e, por outro lado, em quais apresentam carências os *parceiros receptores*.

A informação a que se teve acesso neste Relatório permite traçar o perfil regional mais completo de sempre. De facto, as Tabelas II.3 e II.4 apresentam a estrutura da participação das diferentes dimensões sectoriais em relação ao total das *acções* nas quais participaram os principais *parceiros ofertantes* e *receptores* em 2008. Devemos mencionar que, para que a distribuição percentual fosse suficientemente significativa, analisaram-se apenas as estruturas dos países que nesse ano receberam ou ofereceram no mínimo 50 *acções*.

Em relação aos principais *parceiros ofertantes*, e tal como observamos na primeira tabela, nenhum dos sete países analisados concentrou a maior parte da sua cooperação nos sectores de dimensão social. Embora estas *acções* não fossem em nenhum dos casos as predominantes, a participação relativa deste tipo de *acções* em relação ao total das *acções* oferecidas situou-se numa margem muito ampla que variou entre o mínimo de 11% no caso argentino e o máximo de quase 40% no caso venezuelano. Por conseguinte, tendo em consideração os dados anteriores, os perfis de especialização dos principais *parceiros ofertantes* concentraram-se na área económica (aproximadamente metade das *acções* oferecidas pelo Brasil e pela Venezuela; 60% das desenvolvidas pela Argentina; e mais de 70% das cubanas); e em áreas classificadas à margem do parceiro económico (aproximadamente 45% das chilenas e cerca de 50% das colombianas).

A desagregação da informação anterior por sectores de actividade permite uma abordagem mais correcta do perfil de especialização de cada um desses *parceiros*. Assim, e no âmbito social, Cuba e a Venezuela concentraram a maior parte da sua actividade na transferência de capacidades nos subsectores da Saúde e da Educação. Quanto à Colômbia e ao Brasil, apresentaram um perfil mais especializado na Educação, no primeiro dos casos, e em questões relacionadas com as políticas de Saúde e inclusivamente com uma parte específica desta, a Saúde Reprodutiva, no caso do Brasil. Por outro lado, o Chile, o México e a Argentina mantiveram uma cooperação mais diversificada, designadamente na Educação, na Saúde e nas acções relacionadas com as Políticas Sociais e a Potabilização e o Abastecimento de água.

**Tabela II.3. Grupo sectorial no qual se situam as acções dos principais parceiros ofertantes. 2008**

Valor, em unidades; participação, em percentagem

Acções							
Dimensão sectorial	Cuba	Argentina	México	Brasil	Chile	Venezuela	Colômbia
Social	120	58	38	49	36	50	17
Económica	371	322	74	95	35	66	24
<i>Infra-estruturas e serviços</i>	233	42	33	39	7	12	18
<i>Sectores produtivos</i>	138	280	41	56	28	54	6
Outras	30	139	91	53	62	11	38
Não classificadas	2	0	33	9	7	0	0
<b>Todas</b>	<b>523</b>	<b>519</b>	<b>237</b>	<b>206</b>	<b>140</b>	<b>126</b>	<b>79</b>

Estrutura de participação							
Dimensão sectorial	Cuba	Argentina	México	Brasil	Chile	Venezuela	Colômbia
Social	22,9	11,2	16,1	23,8	25,7	39,4	21,5
<i>(Ec) Infra-estruturas e serviços</i>	44,6	8,1	14,0	18,9	5,0	9,4	22,8
<i>(Ec) Sectores produtivos</i>	26,4	53,9	17,4	27,2	20,0	42,5	7,6
Outras	5,7	26,8	38,6	25,7	44,3	8,7	48,1
Não classificadas	0,4	0,0	14,0	4,4	5,0	0,0	0,0
<b>Todas</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Nota: Para que a participação relativa fosse significativa, só se contabilizaram os países com mais de 50 acções oferecidas.

Fonte: SEGIB com base nas declarações das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação



Na área económica, Cuba destinou praticamente 45% do total das suas acções para o fortalecimento das “Infra-estruturas e dos Serviços Económicos”. Para a Argentina e a Venezuela, a cooperação dedicada à transferência de capacidades relacionadas com os Sectores Produtivos representaram, respectivamente, 45% e 54% do total das acções nas quais desempenharam o papel de *parceiro ofertante*. Enquanto isso, o Brasil apresentou uma distribuição mais equitativa das acções impulsionadas nesta área: 27% das acções totais foram dedicadas ao reforço dos Sectores Produtivos; praticamente 20% foram destinadas à criação de condições para um melhor funcionamento das economias receptoras. Neste sentido, e entrando em detalhes, entre as acções oferecidas por Cuba predominaram as relacionadas com dois sectores fundamentais para qualquer avanço económico, como são as Comunicações e a Ciência e a Tecnologia. Nos casos da Argentina e da Venezuela predominaram as acções dedicadas ao fortalecimento da Agricultura, assim como à Pesca e ao Sector Extractivo, respectivamente. O Brasil, mantendo a homogeneidade anterior, combinou acções que abarcaram desde os sectores da Agricultura e da Energia (tanto na sua vertente extractiva como de Geração e Abastecimento de electricidade) até às actividades de Ciência e Tecnologia, de Empresas e de Emprego.

**Tabela II.4. Grupo sectorial no qual se situam as acções dos principais parceiros receptores. 2008.**

Valor, em unidades; participação, em percentagem

Acções											
Dimensão sectorial	Venezuela	Paraguai	El Salvador	Bolívia	Equador	Nicarágua	Costa Rica	Cuba	R. Dominicana	Peru	Colômbia
Social	71	25	49	51	19	16	12	13	13	11	11
Económica	401	226	62	42	33	25	26	43	18	28	16
<i>Infra-estruturas e serviços</i>	237	21	14	14	16	6	18	13	9	8	11
<i>Sectores produtivos</i>	164	205	48	28	17	19	8	30	9	20	5
Outras	27	85	83	51	22	12	24	6	24	13	23
Não classificadas	0	2	0	0	0	17	0	0	2	4	4
<b>Todas</b>	<b>499</b>	<b>338</b>	<b>194</b>	<b>144</b>	<b>74</b>	<b>70</b>	<b>62</b>	<b>62</b>	<b>57</b>	<b>56</b>	<b>54</b>

Estrutura de participação											
Dimensão sectorial	Venezuela	Paraguai	El Salvador	Bolívia	Equador	Nicarágua	Costa Rica	Cuba	R. Dominicana	Peru	Colômbia
Social	14,2	7,4	25,3	35,4	25,7	22,9	19,4	21,0	22,8	19,6	20,4
<i>(Ec) Infra-estruturas e serviços</i>	47,5	6,2	7,2	9,7	21,6	8,6	29,0	21,0	15,8	14,3	20,4
<i>(Ec) Sectores produtivos</i>	32,9	60,7	24,7	19,4	23,0	27,1	12,9	48,4	15,8	35,7	9,3
Outras	5,4	25,1	42,8	35,4	29,7	17,1	38,7	9,7	42,1	23,2	42,6
Não classificadas	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	24,3	0,0	0,0	3,5	7,1	7,4
<b>Todas</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Nota: Para que a participação relativa fosse significativa, só se contabilizaram os países com mais de 50 acções oferecidas.

Fonte: SEGIB com base nas declarações das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação

Finalmente, e no âmbito da cooperação classificada sectorialmente dentro da categoria de *Outras dimensões*, destacaram-se as capacidades transferidas pelo Chile, pela Colômbia e pelo México. A maior parte das suas acções estiveram relacionadas, por sua vez, com o fortalecimento das instituições do Estado e do Governo dos respectivos *parceiros receptores*. Estes três países tornaram-se também uma referência no impulso das actividades relacionadas com o Ambiente, a Ajuda Humanitária e a Prevenção de Catástrofes.

No que diz respeito aos principais *parceiros receptores*, o perfil da procura de 2008 também apresentou uma certa heterogeneidade. Neste sentido, apenas a Bolívia concentrou a proporção mais elevada das acções recebidas (35,4%) nos sectores sociais. Ainda assim, todos os países contemplados (Cuba e a República Dominicana; a Costa Rica, El Salvador e a Nicarágua; a Colômbia, o Equador e o Peru) apresentaram percentagens de participação das acções de carácter social em relação às totais recebidas, próximas ou superiores a 20%. As únicas excepções foram a Venezuela e o Paraguai, com 14% e 7,5%, respectivamente.

Da mesma forma, a Venezuela, Cuba e o Paraguai concentraram entre 70 e 80% da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* em sectores relacionados com a economia. Para o Peru e a Nicarágua, a cooperação recebida nesta área também foi a mais importante, embora apresentasse participações relativas (50% e 35%) inferiores às dos países antes mencionados. Os outros principais *parceiros receptores* (El Salvador, a Costa Rica, a Colômbia, o Equador e a República Dominicana) concentraram a maior parte da sua actividade receptora em sectores que foram classificados como *outras categorias* diferentes da económica e da social. Essa proporção, contudo, variou entre os 30% do Equador (o país que – tal como acontecia antes com o Brasil – mostrou uma distribuição por dimensões sectoriais mais homogénea) e os 43% registados por El Salvador.

Por actividades e no aspecto social, a Bolívia concentrou a maior parte das acções recebidas nos sectores da Educação e da Saúde. A Colômbia e a República Dominicana, por outro lado, cobriram sobretudo necessidades do âmbito sanitário. Os outros principais *parceiros receptores* receberam uma cooperação mais diversificada que abarcou desde a Saúde e Educação até às Políticas Sociais e de Habitação. Um caso que devemos destacar foi o de El Salvador, que destinou 40% dos projectos recebidos ao fortalecimento das capacidades relacionadas com o Saneamento das águas e o Abastecimento à população (Quadro II.8).

### **Quadro II.8. A Cooperação para a universalização do acesso à água potável. O caso salvadorenho.**

A Meta 7.C. da Declaração do Milénio estabelecia a necessidade de “reduzir para metade, até 2015, a percentagem de população sem acesso sustentável à água potável e aos serviços básicos de saneamento” ([www.un.org/millenniumgoals](http://www.un.org/millenniumgoals)). No ano de 2006, e de acordo com os dados das Nações Unidas (2009), o mundo tinha avançado na consecução desta Meta. Contudo, o próprio Relatório considerava esses avanços insuficientes. De facto, em 2006, 2.500 milhões de pessoas careciam de acesso a retretes, latrinas e a outros tipos de saneamento; e 884 milhões não tinham acesso a água potável. Segundo esse mesmo Relatório, a grande maioria dessa população vivia em zonas rurais.

Tal como observamos na seguinte tabela, a região latino-americana não foi uma excepção a esta problemática. Em 2006, aproximadamente 110 milhões de latino-americanos (20% da população) não tinham acesso a serviços de saneamento; por outro lado, quase 45 milhões (8% dos latino-americanos) não tinham acesso a fontes de água potável. A situação era especialmente grave nas áreas rurais. Segundo as Nações Unidas (2009), a América Latina constituía a segunda região do mundo com menor abastecimento de água potável nas zonas rurais. Para além disso, metade desta população não dispunha de serviços básicos de saneamento ([www.eclac.org/estadisticas/bases](http://www.eclac.org/estadisticas/bases)).

## Quadro II.8. A Cooperação para a universalização do acesso à água potável. O caso salvadorenho. (continuação)

### Indicadores de acesso ao saneamento e a fontes de abastecimento de água melhoradas. 2006

Em percentagem sobre a população

	...acesso a serviços de saneamento			...acesso a fontes de abastecimento de água		
	Nacional	Área Urbana	Área Rural	Nacional	Área Urbana	Área Rural
El Salvador	86	90	80	84	94	68
América Latina	79	86	50	92	97	72

Fonte: SEGIB de acordo com a Base Estatística da CEPAL ([www.eclac.org/estadisticas/bases](http://www.eclac.org/estadisticas/bases))

No caso de El Salvador, nos últimos anos obtiveram-se avanços notáveis no acesso a serviços de saneamento. Este facto permitiu que a percentagem de população (total, urbana e rural) que acede a estes serviços seja superior à média latino-americana. As carências concentram-se no acesso à água potável. Assim, em termos relativos, os salvadorenhos têm menos possibilidades de acesso a água potável que o conjunto dos latino-americanos.

Tanto nos avanços obtidos como na tentativa de superar as carências actuais, El Salvador contou com a *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* proveniente de outros países da região. De facto, aproximadamente 40% das acções que El Salvador recebeu em 2008 na área social (19/49), consistiam em assistências técnicas e capacitações em diferentes aspectos relacionados com o abastecimento e o saneamento da água. Esses projectos provinham de países como a Argentina, o Chile, a Colômbia e o México, a maior parte dos quais obtiveram avanços notáveis neste terreno. Alguns destes projectos são apresentados na seguinte tabela.

#### Projectos destinados a El Salvador para abastecimento e saneamento de águas, segundo o parceiro ofertante. 2008.

Parceiro ofertante	Nome do projecto (assistência técnica e capacitações em...)
Argentina	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de sistemas de água potável e redes de esgotos nas áreas urbanas e rurais</li> <li>- Melhoria dos processos de análise e criação de estações de tratamento de águas residuais</li> <li>- Processo de facturação e controlo da qualidade por serviços de aqueduto e redes de esgotos</li> <li>- Aplicação de metodologias modernas para a elaboração de estudos de pré-investimento e análise de rentabilidade económica e social em projectos de água potável e redes de esgotos</li> <li>- Controlo e vigilância da qualidade da água</li> </ul>
Chile	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de diagnósticos ambientais específicos de sistemas de abastecimento de água potável e canalização sanitária</li> <li>- Planeamento estratégico focalizado no sector da água potável e do saneamento</li> <li>- Implementação de sistemas de qualidade conformes à norma internacional ISO/IEC 17025:2005</li> <li>- Utilização e operação de equipamentos para a realização de análises sobre a qualidade da água</li> <li>- Conhecimento de novas tecnologias e experiências na gestão e no tratamento de águas superficiais, para abastecer e fornecer água de elevada qualidade</li> </ul>
México	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planeamento estratégico para instituições do sector da água potável e do saneamento</li> <li>- Diagnósticos ambientais em sistemas de abastecimento de água potável e canalização sanitária</li> </ul>

Fonte: Ministério das Relações Exteriores de El Salvador

Fonte: SEGIB com base nas declarações das Nações Unidas (2009); base estatística da Comissão Económica Para a América Latina (CEPAL) ([www.eclac.org/estadisticas/bases](http://www.eclac.org/estadisticas/bases)) e Ministério das Relações Exteriores de El Salvador

Na área económica, a Venezuela recebeu cooperação muito focalizada (47,5%) na melhoria das “Infra-estruturas e dos serviços” sobre os que funcionou a sua economia. Às acções recebidas no âmbito das Comunicações e da Ciência e da Tecnologia juntaram-se outras relacionadas com o Emprego e o fomento de diferentes fórmulas de organização empresarial; mas houve também uma cooperação orientada para fortalecer os Sectores Produtivos (um terço do total da cooperação recebida), entre os que se destacaram a Agricultura e a Indústria. De facto, o recurso a este perfil de cooperação está relacionado com o esforço que o país tem feito para “semear o seu petróleo”: dito noutros termos, para superar a sua dependência estrutural dos hidrocarbonetos e transformar esta riqueza num aparelho produtivo diversificado (Quadro II.9).

## Quadro II.9. Cooperação e transformação produtiva. O caso venezuelano.

A força económica da República Bolivariana da Venezuela é bem conhecida. Rico em petróleo e em gás, o país andino possui a maior reserva de hidrocarbonetos da região. A Venezuela é ainda o primeiro produtor e exportador de produtos energéticos da América Latina e o quinto a nível mundial (Acosta e Schuldt, 2006).

Contudo, ao contrário daquilo que se poderia esperar, o facto de dispôr de tanta riqueza em termos de hidrocarbonetos nem sempre garante o desenvolvimento económico. São dois os problemas que enfrentam normalmente este tipo de economias: por um lado, tornam-se excessivamente dependentes do petróleo e, por consequência, muito vulneráveis a qualquer problema do sector; por outro lado, sofrem a denominada “doença holandesa”, uma combinação explosiva entre o excesso de rendimentos, a tendência para a apreciação cambial e a propensão para a importação, o que resulta na incapacidade para desenvolver um aparelho produtivo nacional sólido e suficientemente diversificado.

A economia venezuelana não foi imune a estes problemas. Assim, nos anos noventa a dependência do petróleo provocou que a actividade do sector significasse: 25% do Produto Interno Bruto (PIB); 70% das receitas pela exportação de bens e serviços; e mais de 40% das receitas do Estado (Herrera e Nakatani, 2008). Do mesmo modo, o insuficiente desenvolvimento do aparelho produtivo condenou a Venezuela a uma produção agrícola deficitária que obrigou o país a importar mais de 30% dos seus alimentos (um coeficiente de importação bastante elevado).

Devido a este problema, a Venezuela estudou durante anos a forma de “semear o petróleo”, ou seja, como fazer com que essa riqueza se traduza numa diversificação produtiva e num desenvolvimento económico pleno. Durante a última década, as tentativas de “semear o petróleo” apoiaram-se, fundamentalmente, num conjunto de medidas de política económica. Mas estes esforços também se basearam noutro instrumento: o intercâmbio de experiências de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* com outros países latino-americanos.

Neste sentido, uma parte da cooperação que a Venezuela recebeu no âmbito económico contribuiu para a transformação produtiva do país. Mais além da cooperação cubana (90% das acções que o país recebeu no âmbito económico), destacam-se as acções desenvolvidas pela Argentina e pelo Brasil. Muito focalizadas no âmbito agro-pecuário, foram concebidas de acordo com um “plano de actuação integral” que tenta que essas acções provoquem um “efeito de arrasto” sobre outras actividades complementares e ao mesmo tempo resultem em melhorias sociais.

### Acções de cooperação da Argentina e do Brasil em relação à Venezuela, segundo o sector económico. 2008.

#### Número de acções

Parceiros ofertantes	Subsector económico			Total
	Transporte e armazenamento	Emprego (fomento do cooperativismo)	Agricultura	
Argentina		2	12	14
Brasil	8		12	20
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>24</b>	<b>34</b>

Fonte: SEGIB com base nas declarações dos Ministérios das Relações Exteriores da Argentina e da Venezuela.

## Quadro II.9. Cooperação e transformação produtiva. O caso venezuelano. (continuação)

De facto, as actuações da Argentina e do Brasil (resumidas por subsectores na tabela anterior) partilham uma lógica de actuação própria do impulso de pólos de desenvolvimento local ou, na denominação venezuelana, Núcleos de Desenvolvimento Endógeno (NUDE). Procuram incidir sobre os municípios com situações especialmente críticas em termos de desemprego e actuar nos elos da cadeia agro-alimentar capazes de gerar “efeitos de arrasto” sobre outros elos. Tanto a cooperação argentina como a brasileira pretendem, além disso, criar condições para que os venezuelanos interiorizem o que aprenderam e sejam capazes de replicá-lo, seja de maneira autónoma, ou noutros pontos do país.

A maior parte das acções consiste na transferência de tecnologia, insumos e conhecimentos que facilitem a instalação de unidades agro-industriais em diferentes pontos do país. Entre os projectos implementados destacam-se:

- Pela parte argentina: a concepção de unidades industriais para o processamento de alimentos; o fornecimento de máquinas agrícolas; as assistências técnicas no campo da inovação tecnológica para otimizar (quantitativa e qualitativamente) a produção de produtos lácteos; e assessorias para a melhoria da base genética do rebanho bovino.
- Pela parte brasileira: a construção de sistemas de rega; a implementação de uma estratégia para fazer o diagnóstico e o controlo de doenças que afectam a produção e a reprodução do gado; a transferência de tecnologia e a conseqüente capacitação para a sua utilização em 6 fábricas de diferentes áreas de actividade; o apoio a pequenos e médios empresários do sector agro-pecuário; entre outros.

Finalmente, devemos mencionar que numa grande parte destas acções participaram entidades argentinas e brasileiras de reconhecido prestígio. Destacam-se: o INTI e o INTA, Institutos Nacionais de Tecnologia Industrial e Agro-pecuária da Argentina; assim como os brasileiros ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planeamento).

**Fonte:** Acosta e Schuldt (2006); Herrera e Nakatani (2009); Ministério das Relações Exteriores da Argentina; Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (INTI) da Argentina; Ministério do Poder Popular para as Comunas da República Bolivariana da Venezuela.

Por outro lado, Cuba (que necessitava reduzir o seu coeficiente de importação de alimentos) focalizou a maior parte da cooperação económica recebida no fortalecimento do seu sector agrícola. Numa linha parecida, o Paraguai recebeu abundante cooperação noutro sector primário fundamental para a segurança alimentar, como é o caso da Pesca, neste caso fluvial. O Peru combinou a cooperação agrícola e a pesqueira e a Nicarágua pôde reforçar as suas capacidades num sector fundamental para o desenvolvimento como é o da Geração e do fornecimento de electricidade.

Finalmente, os outros principais *parceiros receptores* conseguiram fazer com que a *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* recebida de outros países latino-americanos contribuísse para o fortalecimento das suas respectivas instituições governamentais e do Estado. Um caso particular foi o boliviano, com uma grande parte dessa cooperação a ser orientada para a formação dos seus funcionários (Quadro II.10). O impacto negativo de alguns desastres naturais que atingiram países como a Bolívia, a República Dominicana e o Equador, explica também porque é que uma parte desta cooperação se destinou a acções de Ajuda Humanitária e à Prevenção de Catástrofes. A Colômbia e o Equador puderam também melhorar a sua capacidade para conservar o Ambiente.

## Quadro II.10. O fortalecimento institucional na cooperação entre a Argentina e a Bolívia

A cooperação no âmbito do fortalecimento institucional pode afectar diversas dimensões do Governo e/ou do Estado de um país. Segundo a classificação sectorial do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE (na qual se baseia a classificação aplicada neste Relatório), essa cooperação pode incluir acções orientadas para o planeamento económico do desenvolvimento; para a gestão do sector público; para a modernização do Estado; para a sua governabilidade; para os Direitos Humanos; para a justiça e a luta contra a impunidade; para os processos de consolidação da paz que se levem a efeito no âmbito das Nações Unidas; ou para o fortalecimento das capacidades estatísticas; entre outras.

Durante o ano de 2008, este género de tarefas esteve muito presente na *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* que mantiveram a Argentina e a Bolívia: das 62 acções nas quais a Argentina actuou como parceiro ofertante da Bolívia, 28 (praticamente metade) foram orientadas para o fortalecimento institucional. Entre estas destacaram-se:

- As orientadas para fortalecer a gestão do sector público boliviano. Para isso, o Fundo Argentino de Cooperação Horizontal (FOAR) facilitou o estabelecimento de um acordo de cooperação entre o INAP (Instituto Nacional de Administração Pública) da Argentina e o SNAP (Serviço Nacional de Administração de Pessoal) da Bolívia. No âmbito deste acordo, impulsionou-se uma série de capacitações e investigações orientadas para a formação de quadros do Estado a nível estatal, local e comunitário. Essa formação focalizou-se em aspectos vinculados à governabilidade e à gestão estratégica.
- As impulsionadas para reforçar determinadas instituições do Estado, como são os casos do Exército e do Sistema de Justiça. Identificam-se assim, por exemplo, um Programa de Capacitação para a Força Naval Boliviana e a celebração de um Seminário Internacional para a Luta Contra a Impunidade.
- As localizadas no quadro dos Direitos Humanos. Além das acções orientadas para reforçar a luta contra a impunidade, identificam-se outras para capacitar a Recuperação, a Análise e a Identificação de Restos de Pessoas Desaparecidas ou Mortas nas sucessivas ditaduras sofridas pelo povo boliviano.
- As dedicadas ao desenvolvimento de capacidades estatísticas, por exemplo, para a Monitorização do Avanço dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) a um nível de desagregação regional.

**Fonte:** Fundo Argentino de Cooperação Horizontal (FOAR) e Instituto Nacional de Administração Pública (INAP) ([www.sgp.gov.ar/inap](http://www.sgp.gov.ar/inap))

## Recursos mobilizados para financiar a cooperação

Tal como observámos anteriormente, a abordagem à realidade da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* na Ibero-América feita apenas através das acções desenvolvidas tem as suas limitações. Uma delas resulta do facto de que por detrás dessas acções existem realidades muito heterogéneas (desde assistências técnicas de três semanas até projectos superiores a dois anos); esta característica pode deturpar tanto a dimensão real desta cooperação como a importância relativa que os diferentes parceiros têm dentro dessa cooperação.

Uma forma de verificar e precisar as conclusões obtidas através de uma análise baseada no número de acções, consiste na procura de outros indicadores. Tal como se menciona no Quadro II.11., uma opção poderá ser a identificação do *custo económico* (não o *valor*, é um conceito diferente) dessas acções. Dito noutros termos, trata-se de conhecer o valor dos pagamentos necessários (ajudas de custo, deslocações, investimento em equipamentos ou outros) para desenvolver a cooperação. Dado que a *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* se desenvolve dentro da modalidade de custos partilhados, devemos assinalar também que esse custo deve corresponder, por sua vez, à soma das contribuições económicas de cada participante.

## Quadro II.11. O valor económico da Cooperação Horizontal Sul-Sul. Nota metodológica

Outra forma de abordarmos a realidade da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* é conhecendo a quantidade de recursos (financeiros, humanos, técnicos, entre outros) que se mobilizaram para tornar possível a execução de *acções* e/ou projectos. O tratamento dessa informação requer, contudo, a sua redução a uma unidade comparável: o valor económico de todos os recursos; um valor que deve por sua vez ser reduzido a uma única unidade monetária.

A dificuldade no momento de identificar este *valor* reside, sobretudo, em que, no âmbito da solidariedade, a mobilização de recursos nem sempre tem como contrapartida o pagamento de um bem ou de um serviço. Por esse motivo, o valor económico vai mais além: implica, por exemplo, aplicar o valor que se venha a estabelecer (de mercado ou inferior), o qual se teria que pagar a um profissional da medicina que participa numa assistência técnica noutro país, isso supondo que a prestação do seu serviço não tivesse sido num âmbito solidário, mas sim à margem dele.

Por agora não há um consenso sobre os critérios a aplicar para realizar esse exercício, e isso em questões tão básicas como, por exemplo, os honorários ou a taxa de câmbio a aplicar ao converter os dados na moeda nacional. A possibilidade de valorizar a Cooperação Horizontal Sul-Sul enfrenta também obstáculos derivados dos próprios sistemas de informação, que têm dificuldades para discriminar os dados ao nível que esta valorização exige.

Um modo alternativo de abordarmos (embora parcialmente) o valor económico das *acções* e/ou dos projectos desenvolvidos é através do seu custo económico: dito noutros termos, e devido a que se trata de uma cooperação de custos partilhados, conhecendo a quanto ascendeu o dinheiro com que se financiou esta cooperação. Para obter esse dado, bastaria saber qual foi a parte do custo total (ou a contribuição financeira) que assumiu cada parceiro.

Tal como se observa na seguinte tabela, a informação à qual se acedeu para elaborar este Relatório, mesmo representando um avanço importante, é incompleta. Neste sentido, apenas nove países proporcionaram dados que fizessem referência pelo menos a alguns dos seguintes aspectos: a contribuição que eles próprios fizeram para as *acções* nas quais participaram; a contribuição das suas contrapartes *receptoras* ou *ofertantes*; ou a soma de ambos os valores.

### Informação acerca do financiamento proporcionado por cada parceiro, segundo o papel desempenhado. 2008.

#### A. Declarações dos países no desempenho do papel de *parceiro ofertante*

Tipo de financiamento declarado	Parceiros ofertantes					
	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	México	Uruguai*
- proporcionado pelo próprio	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
- proporcionado pelo receptor	NÃO	Deduzível	NÃO	NÃO	NÃO	Deduzível
- proporcionado por ambos	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM

#### B. Declarações dos países no desempenho do papel de *parceiro receptor*

Tipo de financiamento declarado	Parceiros receptores					
	Chile	Colômbia	Equador*	Panamá	Peru	Uruguai*
- proporcionado pelo próprio	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
- proporcionado pelo ofertante	NÃO	NÃO	Deduzível	SIM	Deduzível	Deduzível
- proporcionado por ambos	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM

\* Proporciona informação apenas sobre algumas das *acções* em que participa. Fonte: SEGIB.

Fonte: SEGIB, a partir dos dados do Ministério das Relações Exteriores da Argentina e da Venezuela.

## Quadro II.11. O valor económico da *Cooperação Horizontal Sul-Sul*. Nota metodológica (continuação)

Esta informação permitiu, no entanto, e pela primeira vez, elaborar, de maneira parcial e incompleta, a Matriz II.4 sobre os recursos financeiros que se mobilizaram para sufragar uma parte das acções de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* que tiveram lugar na região em 2008. Essa matriz obteve-se, por sua vez, através da soma de duas matrizes anteriores, incluídas no anexo: a A.2 e a A.3. Na primeira, o valor de cada casa refere-se sempre e exclusivamente ao financiamento que provém do parceiro ofertante; na segunda, o valor de cada casa corresponde ao valor com que contribuiu apenas o parceiro que exerceu o papel de receptor. Ao agregar ambas as matrizes, o número atribuído a cada casa da Matriz II.4 (a que resultou das anteriores), apresenta o total dos recursos financeiros proporcionados por ambos os parceiros para custear as acções em que participaram.

Ao preencher as casas, encontrámos ainda três tipos de problemas. Em várias ocasiões não foi possível preencher com nenhum dado a casa requerida, por não ter sido proporcionada qualquer informação por parte de nenhum dos parceiros. Noutras situações, foi possível aceder à informação apresentada por um dos parceiros e foi este o valor atribuído. No terceiro caso, tanto o parceiro A como o parceiro B proporcionaram a sua própria estimativa económica, o que obrigou a ter de validar apenas um dos valores; para fazer face a esta situação e como critério geral, optou-se pelo valor económico facilitado pelo próprio parceiro, do qual se considerou, para esse mesmo intercâmbio, o número de acções de 2008 (Matriz II.1).

Em todo o caso, e devido à parcialidade e às carências da informação, presume-se que as quantidades registadas em cada casa são na realidade valores mínimos, muito inferiores aos que lhes corresponderam realmente. Conforme o mencionado, devemos insistir, por último, em que a leitura da Matriz II.4 deve fazer-se com cautela. Por conseguinte, a prudência na interpretação dos resultados deve acompanhar o que não deixa de ser um primeiro exercício de valorização económica da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* na Ibero-América.

Neste sentido, e para este Relatório, os países proporcionaram alguns dados que permitiram realizar uma primeira abordagem, preliminar, parcial e incompleta, do custo económico de uma parte das acções levadas a efeito em 2008. Enfatizam-se as carências destes dados para destacar que a matriz que os resume, a II.4., deve ser interpretada com cautela. Deve entender-se também, e tal como se insiste no Quadro II.11. que, com toda a certeza, os valores económicos apontados por essa matriz são muito inferiores aos que teriam sido obtidos com mais informação e com um melhor tratamento metodológico. Ainda assim, este exercício preliminar serve para começar a obter algumas conclusões e, sobretudo, para estimular um avanço na *valorização económica da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* que se impulsiona na região latino-americana. Neste sentido, e portanto com todas as reservas, a Matriz II.4 sugere que o *custo económico* de uma parte das acções desenvolvidas na região em 2008 superou, no mínimo, os 13 milhões de dólares.<sup>6</sup>

Quando os valores são discriminados por países podemos afirmar (Gráfico II.5) que cerca de 80% desses 13 milhões (aproximadamente 10.300.000 dólares) corresponderam ao financiamento assumido para desenvolver as acções participadas pelo Brasil no seu papel de *parceiro ofertante*. Outros 9% (pouco mais de 1.215.000 dólares) foram destinados a financiar a cooperação do Chile com outros países da região. Por outro lado, as acções nas quais a Argentina e o México desempenharam o papel de *parceiro ofertante* tiveram um custo mínimo de cerca de 900.000 e 450.000 dólares, respectivamente, equivalentes, de forma conjunta, a 10% do total. Finalmente, em todas as acções em que participou a Colômbia como *ofertante*, gastaram-se aproximadamente 165.000 dólares [1,3%].



**Matriz II.4. Abordagem do custo económico ao qual ascendem as acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2008.**

(Informação parcial e incompleta)

Em dólares

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES							
		PRM-BAIXO							
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras
PRM-BAIXO	Bolívia								
	Brasil	419.592		290.992	1.138.195	536.221	353.931	197.350	304.477
	Colômbia	10.153			29.962	12.073	5.357	25.547	29.864
	Cuba	n.d.*	n.d.	5.933		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Equador								
	El Salvador								
	Guatemala								
	Honduras								
	Nicarágua								
	Paraguai								
	Peru			5.654					
	R. Dominicana								
PRM-ALTO	Argentina	191.097	16.839	12.888	34.164	55.535	70.271	4.375	27.454
	Chile	175.489		17.833	33.989	51.174	71.586	24.851	10.068
	Costa Rica			14.617					
	México	17.907	1.236	32.536	4.401	31.117	61.089	24.132	22.964
	Panamá			1.778					
	Uruguai		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.			n.d.
	Venezuela	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
TOTAL		814.238	18.075	382.231	1.240.711	686.120	562.234	258.255	394.827

				PRM-ALTA							TOTAL
Nicaragua	Paraguai	Peru	R.Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai	Venezuela	
203.375	2.647.353	783.387	n.d.	479.364		813.107	29.690	422.477	1.688.496	n.d.	10.290.017
	9.738	11.631	2.516	1.946		1.703	1.954	22.325	n.d.		164.769
n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	13.500	n.d.	n.d.	19.433
										n.d.	n.d.
										n.d.	n.d.
										n.d.	n.d.
										n.d.	n.d.
									n.d.	n.d.	n.d.
n.d.	n.d.										5.654
											n.d.
36.402	223.185	104.254	25.038			22.179	3.548	57.083	n.d.	3.014	887.326
1.859	18.090	18.746	n.d.	3.485		33.980	702.377	35.891	35.594		1.235.012
					n.d.						14.617
22.364		66.282	15.840	1.374	n.d.	1.355		140.815	3.972	n.d.	447.384
											1.778
	n.d.			13.860	1.800		4.000			n.d.	19.660
n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.		n.d.
264.000	2.898.366	984.310	43.394	500.029	1.800	872.324	741.569	692.091	1.728.062	3.014	13.085.650

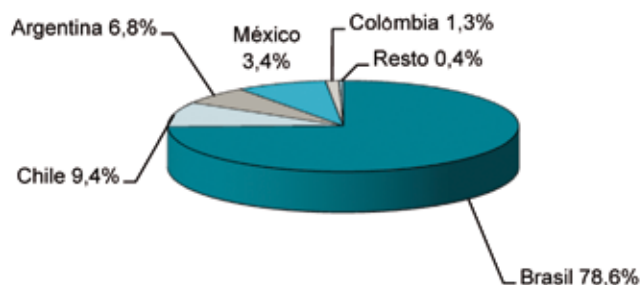
De acordo com os critérios do Banco Mundial, os países foram classificados por níveis de rendimento: Médio-Baixo (varia entre 936 e 3.705 dólares); Médio-Alto (entre 3.706 e 11.455 dólares por habitante).

n.d.\*: Não disponível

Nota: O valor de cada casa refere-se ao custo económico a que ascendeu o total das *acções* participadas por cada conjunto de países em 2008 e no exercício dos seus papéis correspondentes (como *parceiro ofertante*, na horizontal; ou como *parceiro receptor*, na vertical). Tendo em consideração que as *acções* se desempenharam numa modalidade de custos partilhados, o valor final obtém-se através da soma da contribuição para essas *acções* do *parceiro ofertante* e da contribuição do *parceiro receptor*. Devemos salientar, contudo, que não se acedeu a essa informação em todos os casos e que, quando se acedeu, esta podia ser incompleta.

### Gráfico II.5. Distribuição do custo económico da cooperação, segundo os parceiros ofertantes. 2008

Participação, em percentagem

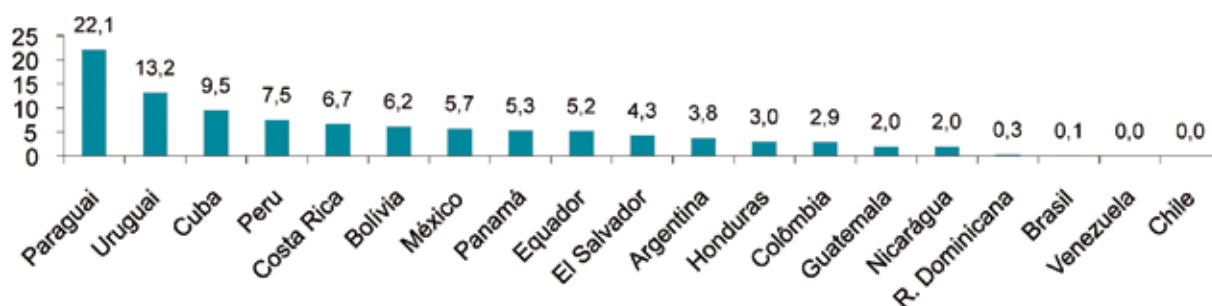


Nota: As percentagens correspondem ao peso que o custo económico das acções, nas quais os países assinalados participaram exclusivamente no papel de parceiro receptor, tem sobre os 13 milhões a que ascendeu no mínimo o custo de toda a cooperação de 2008. Fonte: SEGIB, a partir dos dados das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação.

Por outro lado, dos 13 milhões de dólares aos quais se estima que ascendeu a cooperação em 2008, cerca de 2.900.000 (mais da quinta parte do total) corresponderam ao custo económico das acções em que o Paraguai participou como *parceiro receptor* (Gráfico II.6). Tendo em consideração os dados disponíveis, o Uruguai mobilizou como *receptor* 13% do total (mais de 1.725.000 dólares). Do mesmo modo, as acções nas quais Cuba participou neste mesmo papel tiveram um custo mínimo de 1.250.000 dólares. Por outro lado, a cooperação recebida pelos países andinos Peru, Bolívia e Equador, assim como pelos centro-americanos Costa Rica, Panamá e El Salvador em conjunto com a Argentina e o México, significou a mobilização de um financiamento que variou, em cada caso, entre os 500.000 e o milhão de dólares. Por último, o custo da cooperação na qual foram *receptores* a Colômbia, por um lado, e as Honduras, a Guatemala e a Nicarágua por outro, variou entre os 250.000 e os 400.000 dólares. Para os restantes países registaram-se quantidades menores e/ou não significativas.

### Gráfico II.6. Distribuição do custo económico da cooperação, segundo os parceiros receptores. 2008.

Participação, em percentagem



Nota: As percentagens correspondem ao peso que o custo económico das acções, nas quais os países assinalados participaram exclusivamente no papel de *parceiro receptor*, tem sobre os 13 milhões a que ascendeu no mínimo o custo de toda a cooperação de 2008. Fonte: SEGIB, a partir dos dados das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação.

---

Por outro lado, e tendo em consideração os dados de que se dispunha (ver Matrizes A.2 e A.3 incluídas no anexo) é muito difícil conhecer a estrutura da distribuição dos custos por países. Ainda assim, uma parte da informação sugere que, na modalidade de custos partilhados, a divisão de custos tende a ser de 80% (a cargo do *parceiro ofertante*) e de um mínimo de 20% (assumido pelo *parceiro receptor*). Como exemplo disso temos o Brasil (que assumiu cerca de 8,5 milhões dos 10.300.000 a que ascendeu o custo de todas as acções que ofereceu) e a Colômbia (que contribuiu com 140.000 de um total de 165.000 dólares).

Uma experiência única na região no que respeita ao financiamento com custos partilhados é constituída pela cooperação entre dois dos países mais activos: o Chile e o México. Neste sentido, ambos os países chegaram a um acordo para intercambiar experiências de cooperação e co-financiá-las através do denominado “Fundo Conjunto México-Chile”. Assim, em 2008 e através deste fundo, o Chile (neste caso concreto *parceiro ofertante*) e o México (*parceiro receptor*) financiaram 50% dos quase 700.000 dólares do projecto destinado à “Reforma do Sistema Penal Mexicano”.

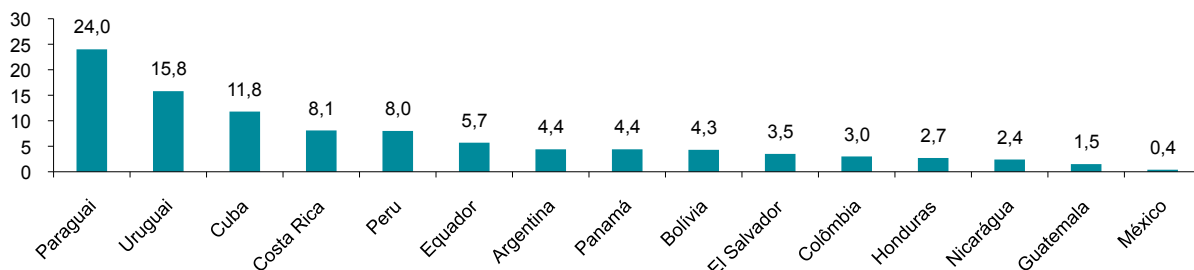
Finalmente, e tal como observamos no Gráfico II.6., quando se observa exclusivamente o financiamento proporcionado pelos principais *parceiros ofertantes* (Matriz A.2 do anexo),<sup>7</sup> podemos fazer uma estimativa da sua atribuição por países. Assim, e de uma forma resumida:

- 40% dos recursos mobilizados pelo Brasil (aproximadamente 3,5 milhões de dólares) tiveram como destino dois dos países com os quais faz fronteira: o Paraguai (25%) e o Uruguai (15%). Outros 30% foram divididos em proporções praticamente iguais entre Cuba, a Costa Rica e o Peru. O restante foi distribuído entre uma dezena de *parceiros receptores*, desde o mínimo do México (0,4%) até ao máximo do Equador (5,7%).
- Entretanto, cerca de 25% do valor que o México destinou a financiar *acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*<sup>8</sup> teve como destino final El Salvador. Os 75% restantes foram distribuídos entre os *parceiros andinos* (o Peru, o Equador e a Colômbia); centro-americanos (a Guatemala, as Honduras e a Nicarágua) e caribenhos (a R. Dominicana).
- A Argentina reproduziu o seu padrão por *acções* e dedicou cerca de metade dos seus recursos (aproximadamente 400.000 dólares) à cooperação com os seus vizinhos Paraguai e Bolívia. Do valor restante, receberam quantidades superiores aos 50.000 dólares quatro países: num eixo imaginário de Sul para Norte, Peru, Equador, Panamá e El Salvador.
- 40% dos mais de 850.000 dólares mobilizados pelo Chile correspondem à contribuição realizada ao Fundo que mantém com o México. Uma quinta parte desse dinheiro, entretanto, foi destinada à vizinha Bolívia. El Salvador e o Equador receberam outros 15% (cerca de 125.000 dólares): Os outros *parceiros receptores* receberam quantidades menores, que não superaram os 35.000 dólares do Panamá.
- Por último, os três principais destinos da cooperação colombiana (Cuba, as Honduras e a Guatemala) receberam cada um uma quinta parte (uns 30.000 dólares) dos 140.000 que este país mobilizou como ofertante. Outros dois países andinos, o Equador e a Bolívia, e ainda o Paraguai, receberam em conjunto outros 20%. O restante foi distribuído de maior para menor valor desde El Salvador (quase 4%) até à vizinha Venezuela (um menor 0,3%).

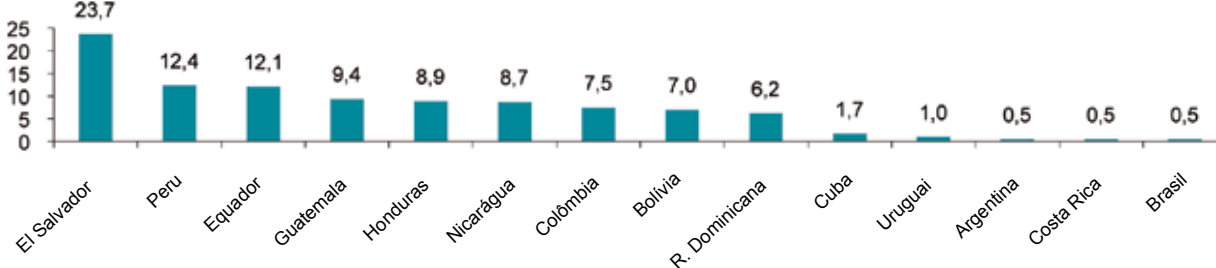
**Gráfico II.7. Distribuição da contribuição financeira de cinco países, segundo o parceiro receptor. 2008**

Em percentagem

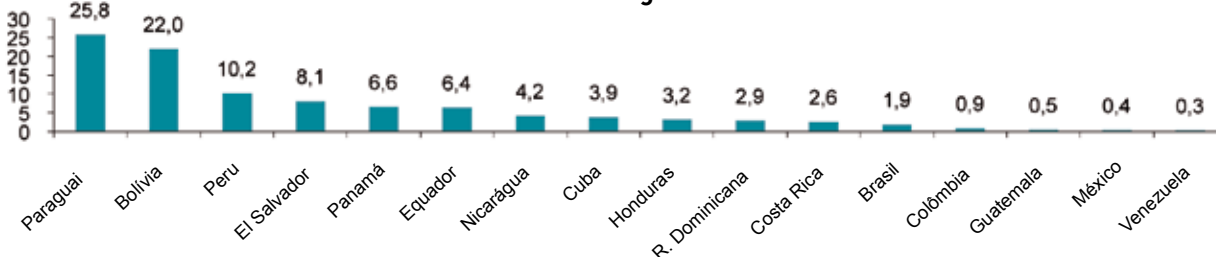
**II.7.A. Brasil**



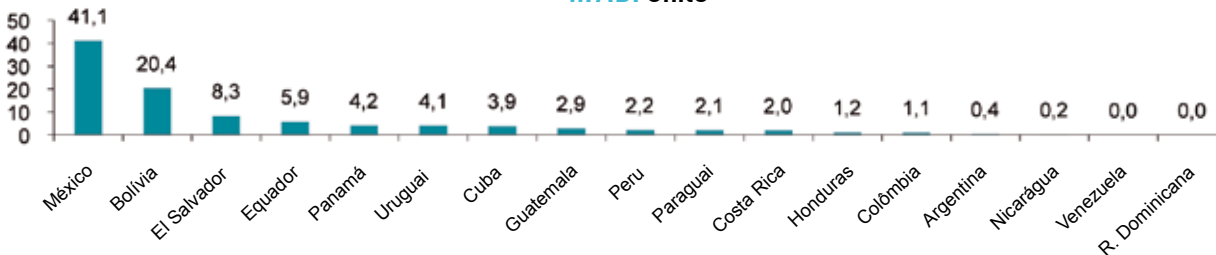
**II.7.B. México**



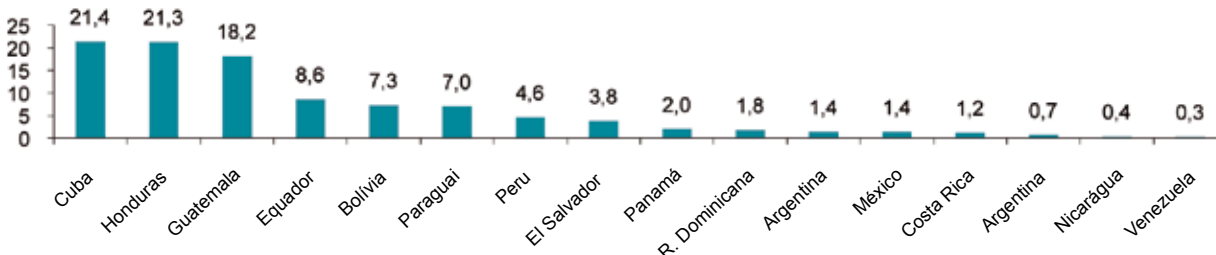
**II.7.C. Argentina**



**II.7.D. Chile**



**II.7.E. Colômbia**



Nota: A distribuição não se calcula sobre os dados incluídos na Matriz II.4, mas sim sobre a Matriz A.2 incluída no anexo, a qual apresenta, para cada um destes *parceiros ofertantes*, o valor com que cada um deles contribuiu em 2008 para o financiamento das ações nas quais participou com cada um dos seus respectivos *parceiros receptores*. Fonte: SEGIB com base nas declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais de Cooperação.

---

Como apontamento final, e como já foi mencionado, qualquer avanço na medição económica (tanto em termos de *custo* como de *valor*) da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*, é um requisito para se obter uma melhor abordagem da autêntica dimensão desta cooperação. Para atingir este objectivo, contudo, deveria haver um avanço nos consensos relativos aos critérios a utilizar em qualquer *valorização económica*, bem como adequar os sistemas de informação nacionais para gerar dados homogéneos com os quais se podem realizar os imprescindíveis exercícios de agregação e comparação. Uma parte deste esforço, como se verá de uma forma mais detalhada no Capítulo V, poderá ser realizada no quadro do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (aprovado na Cimeira de São Salvador de 2008), cujo objectivo fundamental passa precisamente pela melhoria desses sistemas de informação.

### **Destinatários da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral***

---

Tal como foi assinalado no início deste capítulo, qualquer avanço na descrição de um panorama o mais completo possível da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* na Ibero-América, obriga a abordar esta cooperação numa tripla perspectiva: em relação ao que se está a fazer, aos recursos que o possibilitam, e aos impactos que se obtêm. Assim, e num exercício de abordagem a estes resultados, um primeiro passo pode consistir na identificação dos *destinatários* da cooperação, ou seja, conhecer a quem e a quantos se destinou esta cooperação, assim como comprovar que a realização das correspondentes *acções* e/ou projectos provocou nestes países um impacto positivo.

Por agora, os sistemas de informação de que dispõem os países geram poucos dados relacionados com os *destinatários*. Tal como sucedeu no Relatório anterior, os dados aos quais se acede não oferecem um panorama completo da situação, mas incorporam elementos de reflexão que ajudam a avançar nesta medição.

Assim, e de uma forma sintética, o *II Relatório* mostrava as dificuldades para sistematizar a informação sobre os destinatários, em parte devido à enorme heterogeneidade de *unidades* em que estes se podiam apresentar. De facto, podíamos encontrar quer pessoas singulares quer colectivas (como é o caso de 80 dirigentes agrícolas panamianos ou de uma cooperativa leiteira nicaraguense); ou grupos específicos (crianças e adolescentes que vivem nas ruas do Paraguai); até grupos mais genéricos (como é o caso da população do bairro de El Capotillo na República Dominicana).

Na mesma linha, este terceiro Relatório apresenta outros elementos que dificultam a sistematização da informação relativa aos *destinatários*. Neste caso, essas dificuldades surgem da necessidade de identificar dois tipos de impactos: os directos (sobre grupos de destinatários muito mais concretos) e os indirectos (que afectam grupos mais amplos). A informação referente a alguns Programas de Bolsas de Cuba e da Venezuela, assim como da cooperação recebida pelo Peru proveniente da Argentina, da Colômbia e do México, são exemplo disso.

Cuba articula uma parte da sua *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* através de Programas de Bolsas. Entre estes destaca-se o Programa que permite aos estudantes de outros países estudar na Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM) de Havana. Da mesma forma, a Venezuela também promoveu as bolsas como um instrumento de cooperação e, entre outros programas, impulsiona o de Bolseiros Internacionais. Uma característica comum identifica ambos os programas: o seu objectivo não se limita à formação de jovens estrangeiros que provêm de famílias com poucos recursos e a garantir o seu acesso à formação universitária; querem criar também as condições para que esses jovens, depois de formados, regressem aos seus países de origem para aplicar os conhecimentos adquiridos e contribuir de uma forma positiva para o desenvolvimento nacional.

Sendo assim, e tal como se observa na Tabela II.5, no ano de 2008, 6.359 jovens de outros países ibero-americanos (desde os 327 das Honduras -5% do total- até aos 632 da Venezuela -10%-) estudaram através de bolsas na ELAM cubana. Outros 642 estudantes (praticamente 85% dos que provinham da Bolívia, da Nicarágua e do Equador) beneficiaram do sistema de bolsas venezuelano para estudar cursos superiores. A estes *destinatários directos* devemos acrescentar, ainda, outros *indirectos*: as populações das comunidades nacionais, nas quais estes jovens se vão inserir profissionalmente.

**Tabela II.5. Jovens bolsеiros em Programas de Formação Universitária. Cuba e Venezuela. 2008.**

Valor absoluto, em número; participao, em percentagem

Cuba			Venezuela		
	Jovens	Percentagem		Jovens	Percentagem
Venezuela	632	10,1	Bolívia	346	53,9
Bolívia	536	8,6	Nicarágua	105	16,4
Equador	534	8,5	Equador	84	13,1
México	506	8,1	Paraguai	20	3,1
Paraguai	496	7,9	Panamá	16	2,5
Brasil	474	7,6	Honduras	15	2,3
Panamá	455	7,3	México	14	2,2
Peru	441	7,0	Chile	13	2,0
Colômbia	415	6,6	Peru	13	2,0
Nicarágua	346	5,5	El Salvador	12	1,9
Argentina	387	6,2	Uruguai	3	0,5
El Salvador	368	5,9	Guatemala	1	0,2
Guatemala	342	5,5			
Honduras	327	5,2			
<b>Total</b>	<b>6.259</b>	<b>100,0</b>	<b>Total</b>	<b>642</b>	<b>100,0</b>

Nota: Foram apenas incluídos os dados referentes aos jovens bolsеiros na Escola Latino-americana de Medicina (ELAM) (Cuba) e no Programa de Bolsеiros Internacionais da Venezuela. Fonte: Ministério do Comércio Exterior e de Investimento Estrangeiro da República de Cuba e o Ministério do Poder Popular para as Relaoes Exteriores (MPPRE) da Venezuela.

Por outro lado, a Agência Peruana de Cooperao Internacional (APCI) reflecte também sobre a importância de ter em conta a cadeia de destinatários e os impactos indirectos que podem gerar determinadas acoes de Cooperao Horizontal Sul-Sul Bilateral. Isto  especialmente sensível no caso de algumas actividades (por exemplo, as fitossanitárias) ou quando a acoo afecta um grupo muito específico (como podem ser pequenos grupos de agricultores ou de pescadores cuja actividade seja local ou de muito pequena escala). A Tabela II.6 apresenta alguns casos em que se identificam essas cadeias de impactos indirectos.

Entre estes exemplos destacam-se os projectos fitossanitários que tanto a Argentina como a Colômbia e o México desenvolveram em 2008 no Peru. Os seus *destinatários directos* foram, respectivamente, 350 ganadeiros, 1.000 agricultores e 100 investigadores. Nos dois primeiros casos, a cooperao irá melhorar as condioes de produoo de ganadeiros e de agricultores, o que beneficiar ainda: as suas famílias (pela melhoria na capacidade de geraoo de receitas); a populaoo das suas comunidades (sobre a qual deveria haver um *efeito de derramamento* do incremento das receitas antes mencionadas); a populaoo em geral (devido  consequente melhoria da segurança alimentar). No terceiro caso, a cadeia de efeitos terá início no elo anterior, o da investigaoo, e o seu impacto irá adquirir um nível mais "macro", ao afectar o conjunto do sistema agro-productivo e o conjunto daqueles que participam nesse sistema, incluindo as indústrias e os consumidores finais.

**Tabela II.6. Destinatários da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral desenvolvida no Peru. 2008**

Parceiro ofertante	Breve descrição da acção	Sector	Destinatários		
			Directos		Indirectos
			Categoria Grupo	Valor	
Argentina	Assistência técnica alimentação do gado	Agro-pecuário	Ganadeiros	50	Famílias dos ganadeiros (por incremento das receitas); da população das suas comunidades (por efeito derramamento); da população em geral (garantias de segurança alimentar);...
	Assessoria e melhoria alimentação do gado	Agro-pecuário	Ganadeiros	30	
	Assessoria metodologia fitossanitária	Agro-pecuário	Ganadeiros	150	
	Assessoria metodologia fitossanitária	Agro-pecuário	Ganadeiros	200	
	Assessoria e melhoria competitividade indústria láctea	Industria	Ganadeiros	50	
	Capacitação em Redes Educativas Rurais	agro-pecuária	Docentes	50 1.000	
	Implementação de semente alta qualidade vinha	Agro-pecuário	Alunos	100	
	Capacitação e melhoria competitividade empresas agro-exportadoras	Agro-pecuário	Agricultores	50 100	
	Revisão Plano Estudos Carreira Veterinária	Industria	Docentes	20 80	
<b>Total</b>				<b>Alunos</b>	
Colômbia	Capacitação sobre biodiversidade marinha	Pesca	Investigadores	200	Pescadores e as suas comunidades; indústria pesqueira; segurança alimentar da população...
	Controlo de qualidade praguicidas agrícolas	Agro-pecuário	Agricultores	1.000	Comunidades agricultores; indústria agrícola; segurança alimentar da população...
<b>Total</b>				<b>1.200</b>	
México	Desenvolvimento protocolos segurança manipulação plantas transgénicas	Agro-pecuário	Investigadores	100	Agricultores e as suas comunidades; indústria agrícola; segurança alimentar da população...
	Impacto poluentes químicos apicultura	Agro-pecuário	Apicultores	100	Famílias apicultores; populações residentes nos focos de contaminação;...
	Capacitação projectos tecnológicos aquicultura	Pesca	Aquicultores	500	Famílias aquicultores; comunidades; sector pesqueiro; segurança alimentar da população;...
	Assessoria tecnologia ambiental	Emprego/Indústria	Docentes Alunos	20 100	
	Cooperação em incubadoras de base tecnológica	Ciência e tecnologia	Docentes	50	Empresas tecnológicas
<b>Total</b>				<b>870</b>	
<b>TOTAL</b>				<b>3.950</b>	

Fonte: SEGIB com base nas declarações da Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI)



---

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Ver Quadro II.2 na página 32 do II Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América.

<sup>2</sup> Por razões metodológicas é importante assinalar aqui que, enquanto que o valor das acções totais atribuídas a cada país se obtém através do cruzamento das informações tanto próprias como dos parceiros correspondentes (ver nota da Matriz II.1); a participação dos projectos em relação ao total das acções obtém-se exclusivamente com base nas declarações que esse país fez em relação às acções e aos projectos em que participou.

<sup>3</sup> Aplica-se a percentagem de projectos em relação às acções da Tabela II.1, ao total das acções atribuídas aos países (Matriz II.1), no seu papel de *parceiro ofertante ou receptor*, conforme o caso.

<sup>4</sup> Ver Gráfico II.1. deste mesmo capítulo.

<sup>5</sup> As Matrizes II.3.A, II.3.B, II.3.C, II.3.D incluem as acções de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* discriminadas por sectores de actividade organizados em diferentes dimensões: Dimensão social; Dimensão Económica em relação às Infra-estruturas e aos serviços económicos; Dimensão Económica em relação aos Sectores Produtivos) e II.3.D (Outras dimensões), respectivamente. Quando a estas dimensões adicionamos a Matriz A.1. (incluída no anexo) e que apresenta as acções que não foram decompostas, obtemos a Matriz II.1, que apresenta o total de acções desenvolvidas em 2008.

<sup>6</sup> Como já foi assinalado, os valores são elevados mas, com toda a certeza, inferiores aos reais. Para reforçar esta ideia basta mencionar o facto de que, por exemplo, existe muito pouca informação sobre o custo económico das acções de dois parceiros muito importantes, como são Cuba e a Venezuela

<sup>7</sup> De facto, já não se considera o valor total das acções em que estes países participaram como *parceiros ofertantes*, independentemente de quem assumia o financiamento; considera-se apenas o que se pôde registar como quantidades assumidas integralmente por estes países e no desempenho desse papel *ofertante*.

<sup>8</sup> Recordar aqui que é no papel de *parceiro ofertante*; excluem-se portanto os cerca de 350.000 dólares com que contribuiu o Fundo Misto com o Chile, e que estão associados ao papel de *parceiro receptor*.

**CAPÍTULO III**  
*A COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR*  
*NA IBERO-AMÉRICA*

### **Cooperação Sul-Sul e Triangular: uma modalidade no auge**

Segundo se deduz do Relatório que o Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) preparou para o primeiro Fórum de Alto Nível sobre a Cooperação para o Desenvolvimento, celebrado em 2008, a *Cooperação Sul-Sul e Triangular*<sup>1</sup> constitui uma modalidade que atinge o seu auge. Exemplo disso, e sempre de acordo com o Relatório, são os casos da Argentina, do Brasil e do Chile; três países que, tal como outros países em desenvolvimento, tiveram uma tendência para canalizar uma parte crescente da sua Cooperação através desta modalidade triangular.

Para esta dinâmica de expansão da Cooperação Triangular no quadro da Cooperação Internacional, contribuem tanto os doadores tradicionais como os países em desenvolvimento:

- a) No quadro Norte-Sul, a prioridade que a Declaração do Milénio concede aos países de menor desenvolvimento relativo não satisfaz da mesma forma todos os doadores tradicionais. Este facto é especialmente relevante nos casos dos doadores que, por razões históricas, políticas ou de outra índole, mantêm uma forte relação com alguns países receptores de rendimentos médios (como é o caso da Espanha, por exemplo, em relação à América Latina). Nestes casos, os doadores tentam cumprir com as suas obrigações face aos Países Menos Avançados (PMA) e aos Países de Rendimento Baixo (PRB), ao mesmo tempo que ensaiam novas fórmulas para canalizar uma parte da sua cooperação para os seus *parceiros receptores* tradicionais.
- b) No quadro Sul-Sul, a *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* consolida-se como uma ferramenta que permite aproveitar as capacidades sectoriais alcançadas por uns países para cobrir as carências manifestadas por outros. O baixo custo relativo destas acções é uma grande vantagem desta modalidade. No entanto, ainda em demasiadas ocasiões, os países em desenvolvimento devem enfrentar dois problemas que travam um impulso ainda maior: a relativa escassez de recursos financeiros e o desenvolvimento institucional muitas vezes débil ou insuficiente.

De acordo com isso, os países associam à Cooperação Triangular uma série de vantagens:

- 1) Para os doadores tradicionais, esta modalidade de Cooperação torna-se a ferramenta que facilita a manutenção do seu trabalho e da sua relação particular com os países de Rendimentos Médios, o que permite, por sua vez, a extensão a outros parceiros. Isto produz-se em harmonia e complementaridade em relação à sua actuação bilateral e, o que é mais importante, sem que estes doadores tradicionais tenham de faltar aos compromissos que assumiram na Declaração do Milénio.
- 2) No caso dos países em desenvolvimento, a Cooperação Triangular assume-se como um reforço da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*. As possibilidades financeiras e institucionais que esta cooperação oferece permitem aprofundar a Cooperação já existente e até mesmo estendê-la a outros países; e tudo isso feito de uma forma mais efectiva e de acordo com a realidade dos receptores. Esta modalidade permite igualmente impulsionar projectos de uma maior duração e envergadura, e também mais sustentáveis a longo prazo (AECID, 2009).

As vantagens que oferece a Cooperação Triangular permitem, por conseguinte, que esta modalidade ganhe espaço no cenário da cooperação internacional. Tal como assinalava o ECOSOC (2008), uma parte dos países que mais contribuem para este impulso são, precisamente, os ibero-americanos. As seguintes secções reforçam esta ideia através de uma abordagem da realidade da *Cooperação Sul-Sul e Triangular* que teve lugar na Ibero-América em 2008

**Tabela III.1. Cooperação Triangular, com o Chile como primeiro parceiro ofertante. 2008**

Segundo parceiro ofertante	Parceiro receptor	Actividade	Sector de actividade	Dimensão Cooperação	Custo económico (dólares)				Destinatários
					Chile	Segundo parceiro ofertante	Parceiro receptor	Total	
Canadá	Bolívia	Transferência de conhecimentos em Defensoria Penal Pública	Governo e Sociedade Civil	Outra	9.116	150.997	n.d.	160.113	n.d.*
Alemanha	Colômbia	Fortalecimento da gestão de resíduos perigosos	Meio Ambiente	Outra	7.455	18.020	n.d.	25.475	n.d.
Alemanha	Colômbia	Fortalecimento dos mecanismos de protecção do consumidor	Governo e Sociedade Civil	Outra	1.506	4.611	n.d.	6.117	n.d.
Japão	Colômbia	Fortalecimento do sistema de reabilitação de pessoas com deficiência	Governo e Sociedade Civil/Saúde	Outra/Social	3.411	2.098	n.d.	5.509	n.d.
Japão	Costa Rica	Modelo de atenção biopsicossocial CENARE	Outros (Políticas Sociais)	Social	31.417	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Japão	Equador	Curso sobre Restauração Ambiental para uma Gestão Sustentável das Bacias Hidrográficas	Meio Ambiente	Outra	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Japão	Equador	Curso sobre Produção Bovina Sustentável nas Pequenas e Médias Empresas	Agricultura/Empresa	Económica	n.d.	n.d.	n.d.	11.150	n.d.
Japão	Equador	Fortalecimento do sistema de reabilitação para pessoas com deficiência	Governo e Sociedade Civil/Saúde	Outra/Social	n.d.	n.d.	n.d.	10.900	n.d.
Alemanha	El Salvador	Habitação social	Outros (Política de Habitação)	Social	4.651	7.333	n.d.	11.984	n.d.
Alemanha	El Salvador	Novas iniciativas de protecção social	Outros (Políticas Sociais)	Social	3.263	2.492	n.d.	5.755	n.d.
Japão	El Salvador	Promoção de exportações	Comércio	Económica	3.248	19.442	n.d.	22.690	n.d.
Japão	Guatemala	Tributação especialista terceiro país	Governo e Sociedade Civil	Outra	0	4.254	n.d.	4.254	n.d.
Alemanha	Honduras	Novas iniciativas de protecção social	Outros (Políticas Sociais)	Social	4.046	6.992	n.d.	11.038	n.d.
Japão	Nicarágua	Curso sobre Produção Bovina Sustentável nas Pequenas e Médias Empresas	Agricultura/Empresa	Económica	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Funcionários do Ministério Agro-Pecuário e Florestal (MAGFOR)
Japão	Nicarágua	Fortalecimento do sistema de reabilitação para pessoas com deficiência	Governo e Sociedade Civil/Saúde	Outra/Social	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Ministério da Saúde e outras instituições governamentais e não governamentais
Japão	Nicarágua	Curso sobre Restauração Ambiental para uma Gestão Sustentável das Bacias Hidrográficas	Meio Ambiente	Outra	3.812	13.967	1.052	18.831	Funcionários do Instituto Nacional Florestal (INAFOR)
Alemanha	Paraguai	Habitação Social	Outros (Política de Habitação)	Social	6.551	11.594	n.d.	18.145	n.d.
Alemanha	Paraguai	Transferência de metodologia desenvolvimento territorial	Governo e Sociedade Civil	Outra	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Instituições da região de Apa
Alemanha	Paraguai	Impulso à cooperação público-privada para o desenvolvimento económico local	Outros (Desenvolvimento Local)	Outra	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Departamento de Concepción
Espanha	Paraguai	Fortalecimento da Direcção-Geral de Coordenação Interministerial	Governo e Sociedade Civil	Outra	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Funcionários dos Ministérios
Japão	Paraguai	Atenção precoce a crianças com deficiência	Saúde	Social	12.328	11.889	n.d.	24.217	Crianças com necessidades transitórias ou permanentes
Alemanha	Peru	Curso sobre metrologia	Governo e Sociedade Civil	Outra	309	7.588	n.d.	7.897	n.d.
Alemanha	R. Dominicana	Emprego e Juventude	Emprego	Económica	11.998	7.112	n.d.	19.110	n.d.
Japão	R. Dominicana	Agricultura especialista terceiro país	Agricultura	Económica	n.d.	6.522	n.d.	n.d.	n.d.

n.d.\* Não disponível.

Fonte: SEGIB a partir dos dados das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação

**Tabela III.2. Cooperação Triangular, com o México como primeiro parceiro ofertante. 2008**

Segundo parceiro ofertante	Parceiro receptor	Actividade	Sector de actividade	Dimensão Cooperação	Custo económico (dólares)				Destinatários
					México	Segundo parceiro ofertante	Parceiro receptor	Total	
Alemanha	Equador	Fortalecer a gestão integral dos resíduos sólidos	Meio Ambiente	Outra	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Promotores ambientais da Associação de Municipalidades do Equador
Japão	Equador	Capacitação em Ensaios Não Destrutivos	Indústria	Económica	8.700	n.d.	n.d.	n.d.	Funcionários
Japão	Equador	Capacitação em Robótica Aplicada	Indústria	Económica	26.400	n.d.	n.d.	n.d.	Funcionários
Japão	Equador	Programa de Protecção Civil e de Prevenção de Desastres	Prevenção de Desastres	Outra	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Funcionários
Japão	El Salvador	Melhoria da tecnologia para a construção de habitação popular resistente aos sismos	Políticas de Habitação/ Prevenção de Desastres	Social/Outra	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Ministério da Habitação e do Desenvolvimento Urbano, população com baixos recursos que vive em zonas de risco sísmico
Japão	El Salvador	Identificação de espécies marinhas de interesse comercial e aplicação da tecnologia para o seu processamento	Pesca	Económica	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Centro de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura (CENDEPESCA)
Japão	El Salvador	Capacitação do aproveitamento dos restos do café para processar proteína que enriqueça a alimentação	Agricultura	Económica	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Escola Nacional de Agricultura (ENA)
Japão	El Salvador	Transferência de técnicas para combater as pragas e as doenças das hortaliças	Agricultura	Económica	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Centro Nacional de Tecnologia Agro-pecuária e Florestal (CENTA)
Espanha	Guatemala	Capacitação dos sistemas de denominação de origem	Agricultura/ Comércio	Económica	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Organizações produtoras de café
Japão	Guatemala	Assessoria na gestão de resíduos sólidos	Meio Ambiente	Outra	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Comissão Nacional de Gestão dos Resíduos Sólidos
Japão	Guatemala	Curso de prevenção e controlo do cancro do colo do útero	Saúde Reprodutiva	Social	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Ministério de Saúde Pública
Japão	Guatemala	Curso sobre conectividade e gestão de áreas protegidas	Meio Ambiente	Outra	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Técnicos do Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
Japão	Honduras	Capacitação em produção de tilápia em gaiolas flutuantes	Pesca	Económica	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Pescadores do Golfo de Fonseca
Japão	Nicarágua	Curso de prevenção e controlo do cancro do colo do útero	Saúde Reprodutiva	Social	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Ministério da Saúde Pública
Japão	Nicarágua	Seminário-Workshop de Reabilitação da Coluna Vertebral	Saúde	Social	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Ministério da Saúde (MINSa)
Japão	Nicarágua	Assistência técnica na prevenção e mitigação de desastres	Prevenção de Desastres	Outra	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Sistema Nacional de Prevenção, Mitigação e Prevenção de Desastres (SINAPRED)
Japão	Paraguai	Promoção e Fortalecimento dos sistemas de "maquilas"	Indústria	Económica	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Conselho Nacional das Indústrias "Maquiladoras" de Exportação
Alemanha	R. Dominicana	Fortalecer a gestão integral dos resíduos sólidos	Meio Ambiente	Outra	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Secretaria de Estado da Economia, da Planificação e do Desenvolvimento

n.d.\* Não disponível.

Fonte: SEGIB a partir dos dados das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação

**Tabela III.3. Cooperação Triangular, com o Brasil e a Argentina como primeiros parceiros ofertantes. 2008**

Segundo parceiro ofertante	Parceiro receptor	Actividade	Sector de actividade	Dimensão Cooperação	Custo económico (dólares)				Destinatários	
					Primeiro parceiro ofertante	Segundo parceiro ofertante	Parceiro receptor	Total		
Brasil	Espanha	Bolívia	Consultoria em matéria de água e saneamento	Abastecimento e Saneamento de águas	Social	n.d.	17.612	n.d.	n.d.	450.000 pessoas de 26 municípios
	Japão	Equador	Curso Internacional de Técnicas de Resgate e Primeiros Socorros a aplicar em situações de emergência	Prevenção de Desastres	Outra	n.d.	n.d.	n.d.	136.590	n.d.
	Japão	Equador	Curso sobre Práticas de Gestão Urbana	Governo e Sociedade Civil	Outra	n.d.	n.d.	n.d.	98.250	n.d.
	Japão	Equador	Capacitação em Técnicas Agro-florestais	Agricultura/Silvicultura	Económica	n.d.	n.d.	n.d.	114.370	n.d.
	Japão	Equador	Curso sobre Diagnóstico de Parasitas em Animais de Produção	Agricultura	Económica	n.d.	n.d.	n.d.	82.519	n.d.
	Japão	Equador	Curso sobre Desenvolvimento Imunobiológico para a Saúde	Saúde	Social	n.d.	n.d.	n.d.	98.210	n.d.
	Japão	Equador	Curso sobre Sistemas de Comboios Urbanos	Transporte	Económica	n.d.	n.d.	n.d.	47.520	n.d.
	Japão	Nicarágua	Curso Internacional de Técnicas de Resgate e Primeiros Socorros a aplicar em situações de emergência	Prevenção de Desastres	Outra	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Ministério da Governação (MIGOB)
	Japão	Nicarágua	Curso de Tratamento de Canalizações Domésticas	Abastecimento e saneamento de águas	Social	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Institutos estatais das Águas e Redes de Esgotos; C.M. de Manágua
	Itália	Nicarágua	Curso de Gestão Integrada do Saneamento	Abastecimento e saneamento de águas	Social	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Institutos estatais das Águas e Redes de Esgotos
	Japão	Nicarágua	Curso sobre Desenvolvimento Imunobiológico para a Saúde	Saúde	Social	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Ministério da Saúde (MINSA)
Argentina	Japão	Equador	Cursos sobre a avaliação e a redução da contaminação em ambientes aquáticos	Meio ambiente	Outra	5.670	n.d.*	n.d.	n.d.	n.d.
	Japão	Equador	Curso dirigido a agentes de conservação que desempenham as funções de Guardas Florestais	Meio ambiente	Outra	12.520	n.d.	n.d.	n.d.	Funcionários das reservas naturais
	Japão	Equador	Curso Internacional de Capacitação em Sensores Remotos com Dados Aster	Geologia; Meio Ambiente	Outra	10.900	n.d.	n.d.	n.d.	Funcionários do Instituto Geográfico Militar
	Japão	Equador	Curso sobre tratamento de doenças virais nas plantas	Agricultura	Económica	6.475	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Japão	Equador	Curso para promoção e autoprodução de alimentos	Agricultura	Económica	13.770	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Japão	Nicarágua	Curso dirigido a agentes de conservação que desempenham as funções de Guardas Florestais.	Meio ambiente	Outra	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Funcionários das reservas naturais
	Japão	Nicarágua	Curso Internacional de Capacitação em Sensores Remotos com Dados Aster	Geologia; Meio Ambiente	Outra	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Funcionários do Instituto Nicaraguense de Estudos Territoriais (INETER)
	Japão	Paraguai	Assistência técnica para a melhoria das condições de segurança dos ensaios em microbiologia	Ciência e Tecnologia	Económica	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Japão	Paraguai	Workshop de Planificação de Projectos- Metodologia Gestão do Ciclo de Projecto	Governo e Sociedade Civil	Outras	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Funcionários responsáveis pela elaboração de projectos de Cooperação	

n.d.\* Não disponível.

Fonte: SEGIB a partir dos dados das Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais de Cooperação

**Tabela III.4. Cooperação Triangular, segundo os parceiros (bilaterais ou outros). 2008**

	Segundo parceiro ofertante	Primeiro parceiro ofertante	Parceiro receptor	Actividade	Sector de actividade	Dimensão Cooperação	Custo económico (dólares)			Destinatários	
							Primeiro parceiro ofertante	Segundo parceiro ofertante	Parceiro receptor		Total
País	Japão	Bolívia	Equador	Curso sobre os avanços em gastroenterologia e endoscopia	Saúde	Social	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Japão	Colômbia	Equador	Curso de Supervisão e Automatização totalmente integradas	Ciência e Tecnologia	Económica	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Alemanha	Costa Rica	Bolívia	Transferência de experiências na gestão pública do turismo nas áreas protegidas	Turismo/ Meio Ambiente	Económica/ Outra	4.000	n.d.	n.d.	n.d.	Funcionários do Meio Ambiente
	Alemanha	Costa Rica	Bolívia	Assistência técnica no pagamento de serviços ambientais e de reflorestação	Meio Ambiente	Outra	17.329	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Alemanha	Costa Rica	Colômbia	Transferência de experiências de êxito em turismo rural comunitário, agricultura orgânica e gestão de bosques	Turismo/ Agricultura/ Meio Ambiente	Económica/ Outra	31.189	n.d.	n.d.	n.d.	Ministérios da Agricultura e Pecuária; Ministério do Ambiente, entre outros
	Alemanha	Costa Rica	Colômbia	Fortalecimento do sector ecoturístico	Turismo/ Meio Ambiente	Económica/ Outra	n.d.	18.265	6.560	n.d.	Funcionários colombianos
	Japão	Costa Rica	Colômbia	Gestão e aproveitamento sustentável de florestas naturais	Meio Ambiente	Outra	n.d.	39.651	2.854	n.d.	n.d.
	Alemanha	Costa Rica	Nicarágua	Fortalecimento gestão de áreas silvestres protegidas	Meio Ambiente	Outra	5.673	n.d.	n.d.	n.d.	Ministério dos Recursos Naturais
Outros	IICA  Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	Chile	Paraguai	Várias actividades: Capacitação Prática Trigo e Soja; Saúde animal e vegetal; conhecimento, organização e funcionamento do Gabinete de Estudos e Políticas Agrárias (ODEPA) do Chile	Agricultura	Económica	12.289	8.524	n.d.	20.813	n.d.
	Petrocaribe	Cuba	Honduras	Substituição de lâmpadas comuns por lâmpadas de baixo consumo	Abastecimento de energia	Económica	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

n.d.\* Não disponível.

Fonte: SEGIB a partir dos dados das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação

### Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América: uma caracterização

Para sintetizar aquilo que aconteceu na Ibero-América em 2008, em relação à *Cooperação Sul-Sul e Triangular*, foram elaboradas as Tabelas III.1 a III.4. Essas tabelas classificam um total de 72 acções/projectos registados na região no último ano. Da mesma forma, cada relação de acções tem como referência a *Cooperação Triangular* na qual participaram alguns países ibero-americanos no desempenho do papel de *primeiro parceiro ofertante* (dito por outras palavras, no papel do parceiro no qual recai normalmente a execução técnica dos projectos).

Em relação a cada um desses parceiros, as tabelas apresentam dados sobre: quais foram os outros dois participantes na acção/projecto de *Cooperação Triangular*; uma breve descrição da acção concreta; o sector de actividade em que se situaram, assim como a dimensão sectorial que lhes correspondeu; o custo económico da acção/projecto (diferenciando, na medida do possível, a parte do custo assumido por cada parceiro); e, finalmente, uma referência aos destinatários dessa acção de cooperação.

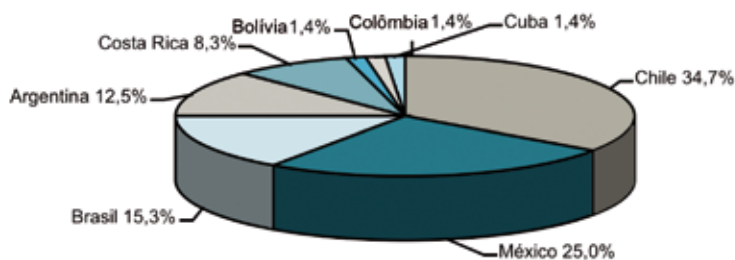
## Parceiros e participação na Cooperação Triangular

Os Gráficos III.1. resumem a informação referente à participação relativa dos diferentes países na Cooperação Triangular na Ibero-América em 2008. Como observamos nos gráficos, podemos afirmar, em primeiro lugar, que o Chile e o México foram os *primeiros parceiros ofertantes* que participaram num maior número de acções de Cooperação Triangular; um número equivalente, em cada caso, a 35% e 25% do total registado. Foram seguidos, por ordem de importância relativa, pelo bloco formado pelo Brasil, pela Argentina e pela Costa Rica, três países que, de forma conjunta, apresentaram outro terço do total da cooperação realizada nesta modalidade. As acções impulsionadas pela Bolívia, pela Colômbia e por Cuba tiveram, contudo, um carácter pontual, representando em cada caso 1,5% das 72 acções triangulares.

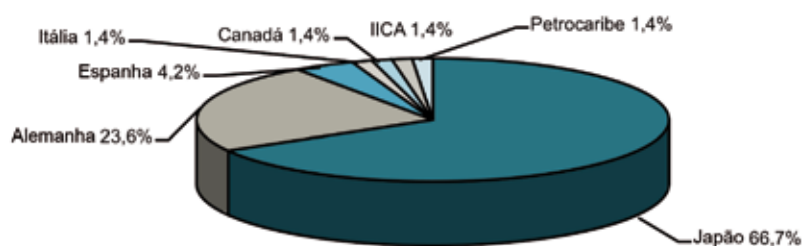
### Gráfico III.1. Participação dos diferentes parceiros na Cooperação Triangular, segundo o papel. 2008

Em percentagem

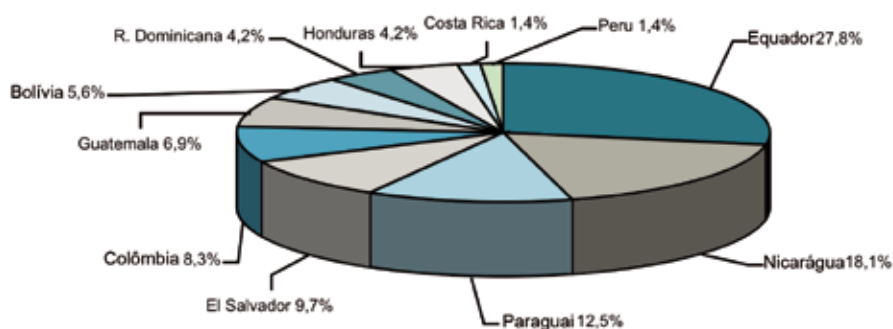
#### III.1.A. Primeiro parceiro ofertante



#### III.1.B. Segundo parceiro ofertante



#### III.1.C. Parceiro receptor





---

No que diz respeito aos *segundos parceiros ofertantes*, os principais financiadores da *Cooperação Triangular* realizada na região no último ano foram o Japão e a Alemanha, dois países que desempenharam este papel em 67% e 24% das ocasiões, respectivamente. Este nível de actividade contrasta com aquele que se registou nos restantes *segundos parceiros ofertantes*, os quais participaram apenas nos projectos de Cooperação Triangular de uma maneira pontual. Foi o caso da Espanha, que participou em 3 acções,<sup>2</sup> equivalentes a 4% do total; assim como da Itália e do Canadá, cuja participação equivaleu apenas a 1,4%. Do mesmo modo, para 2008, só em duas ocasiões o parceiro que assumiu a maior parte do financiamento não foi um país, mas sim um organismo intergovernamental (o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura –IICA-) e um Acordo de Cooperação Energética (Petrocaribe).

O facto de que tanto o Japão como a Alemanha se destaquem como *segundos parceiros ofertantes*, bem como de que no desempenho deste papel a Espanha comece a mostrar uma maior actividade, está relacionado com o modo em que estes países estão a integrar a triangulação nas suas próprias estratégias de cooperação. Assim, tal como aconteceu no ano passado, a Agência de Cooperação Japonesa (JICA) há vários anos que impulsiona esta modalidade. Para esse efeito, o Japão assina acordos com os seus *primeiros parceiros*. Através destes acordos, realizam ambos a cooperação num terceiro país: organizam cursos e replicam no receptor um projecto que anteriormente o Japão executava bilateralmente no país que agora é também ofertante.

Neste sentido, em 2008, a estratégia de cooperação da Agência Alemã (GTZ) seguiu as directrizes estabelecidas pelo Ministério Federal da Cooperação Económica e do Desenvolvimento. De acordo com estas directrizes, a Alemanha impulsionou projectos de Cooperação Triangular com os denominados *países-âncora*<sup>3</sup> (entre eles o Chile, o Brasil, o México e a Costa Rica), bem como com os *países emergentes*. Através desta cooperação, a Alemanha pretende reforçar as estruturas nacionais de cooperação desses países e potenciar que estes repliquem noutros lugares as suas próprias experiências de desenvolvimento (Ashoff, 2009).

Finalmente, o novo *Plano Director da Cooperação Espanhola 2009-2012* estabelece explicitamente o apoio à *Cooperação Sul-Sul e Triangular*. Concretamente, estabelece que a Cooperação Triangular seja “*outro dos instrumentos de ajuda (a impulsionar) durante o período de vigência*” desse mesmo Plano. Acrescenta ainda que “*(...) o apoio às capacidades dos parceiros e (...) a sua capacidade para a Cooperação Sul-Sul será uma das prioridades da Cooperação com estes países*”. Para esse efeito, a Espanha impulsionou, já em 2008, acordos com países ibero-americanos de Rendimentos Médios com capacidade “*para potenciar de uma maneira específica a Cooperação Triangular com países terceiros de menor desenvolvimento relativo*” (AECID, 2009). O enquadramento desses acordos, assim como os projectos resultantes, são apresentados no Quadro III.1.

No que diz respeito à participação dos *parceiros receptores*, as acções foram distribuídas entre um elevado número de países. Ainda assim, destacou-se a cooperação destinada ao Equador, país que concentrou praticamente 27% do total das acções realizadas dentro desta modalidade. Agrupados por critérios geográficos, a restante Cooperação Triangular distribuiu-se entre os centro-americanos, Nicarágua (18%), El Salvador (10%), Guatemala (7%), Honduras (4%) e Costa Rica (1,4%); os andinos, Colômbia (8%), Bolívia (quase 6%) e Peru (1,4%); e no Cone Sul, o Paraguai (o terceiro em termos de importância relativa, com mais de 12% do total da cooperação registada); e a R. Dominicana (4%), nas Caraíbas.

### Quadro III.1. Espanha e a Cooperação Triangular com outros parceiros ibero-americanos. 2008

Com a celebração da Conferência de Madrid em Março de 2007, a Espanha deu um passo em frente no seu percurso a favor da manutenção da cooperação para o desenvolvimento com os Países de Rendimento Médio. Nesse sentido, a Espanha entendia que, no actual contexto da Cooperação Internacional, todos os receptores tradicionais (incluindo os de receitas relativamente mais elevadas) deviam continuar a receber cooperação. Como argumento fundamental apontava-se a necessidade de consolidar os esforços realizados até ao momento. Contudo, e assumindo as diferenças que existem entre os países em desenvolvimento, aceitava-se que deviam ser reformulados os critérios de atribuição e devia ser estabelecida uma “cooperação diferenciada segundo o nível de desenvolvimento” relativo de cada receptor (AECID, 2009b).

Ao aplicar esta “doutrina”, o *Plano Director da Cooperação Espanhola 2009-2012* defende a atribuição dos recursos da cooperação tendo em conta um critério de concentração geográfica e sectorial. Fruto disso mesmo, os possíveis receptores classificam-se num dos três grupos seguintes: o A (de Associação ampla); o B (de Associação focalizada); e o C (de Associação para a consolidação de êxitos de desenvolvimento). No âmbito da Cooperação que se deveria implementar neste último grupo de países, deu-se preferência à “promoção da Cooperação Sul-Sul e Triangular”, fundamentalmente “com os Países de Rendimento Médio com um maior grau de desenvolvimento” (AECID, 2009a).

Nesta visão da cooperação foram enquadrados também os projectos triangulares nos quais a Espanha participou em conjunto com outros parceiros ibero-americanos em 2008. A seguinte tabela identifica estes projectos, destinados à Bolívia, ao Paraguai, à América Central e às Caraíbas, e cujos executores técnicos foram o Brasil, o Chile e o México.

#### Cooperação Triangular com a Espanha, em conjunto com outros parceiros ibero-americanos. 2008.

Primeiro parceiro ofertante	Parceiro receptor	Actividade	Sector e dimensão	Contribuição espanhola (dólares)	Destinatários
Brasil	Bolívia	Consultoria em matéria de água e saneamento em cidades de tamanho médio. Sobre elaboração de Programas de Investimento e Projectos de Impacto	Abastecimento e Saneamento de águas (Outra)	17.612	450.000 pessoas de 26 municípios
México	Guatemala	Capacitação para o estabelecimento de um sistema de denominação de origem	Agricultura/ Comércio (Económica)	n.d.	Organizações produtoras de café
Chile	Paraguai	Trabalhos com a Direcção-Geral da Coordenação Interministerial	Governo e Sociedade Civil (Outra)	n.d.	Funcionários dos Ministérios
México	América Central e as Caraíbas	Fortalecimento da função pública	Governo e Sociedade Civil (Outra)	n.d.	População dos parceiros receptores

Fonte: SEGIB com base nas declarações da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)

Devemos mencionar aqui que, nos casos do México e do Chile, o impulso dado a estes projectos não foi algo pontual, mas sim experiências impulsionadas no quadro de acordos de triangulação bastante mais amplos. Neste sentido, o Plano de Actuação Especial (PAE) da AECID no México (2006-2008), já fazia referência à possibilidade de impulsionar projectos de Cooperação Triangular em áreas como a Governabilidade, as Necessidades Sociais ou o Meio Ambiente. Essa intenção fica plasmada formalmente na XIII Subcomissão Mista entre a Espanha e o México (2007-2011). Da mesma forma, e para facilitar esse acordo, os dois países decidiram criar um Fundo Misto que garantisse a assunção dos custos derivados desses projectos..

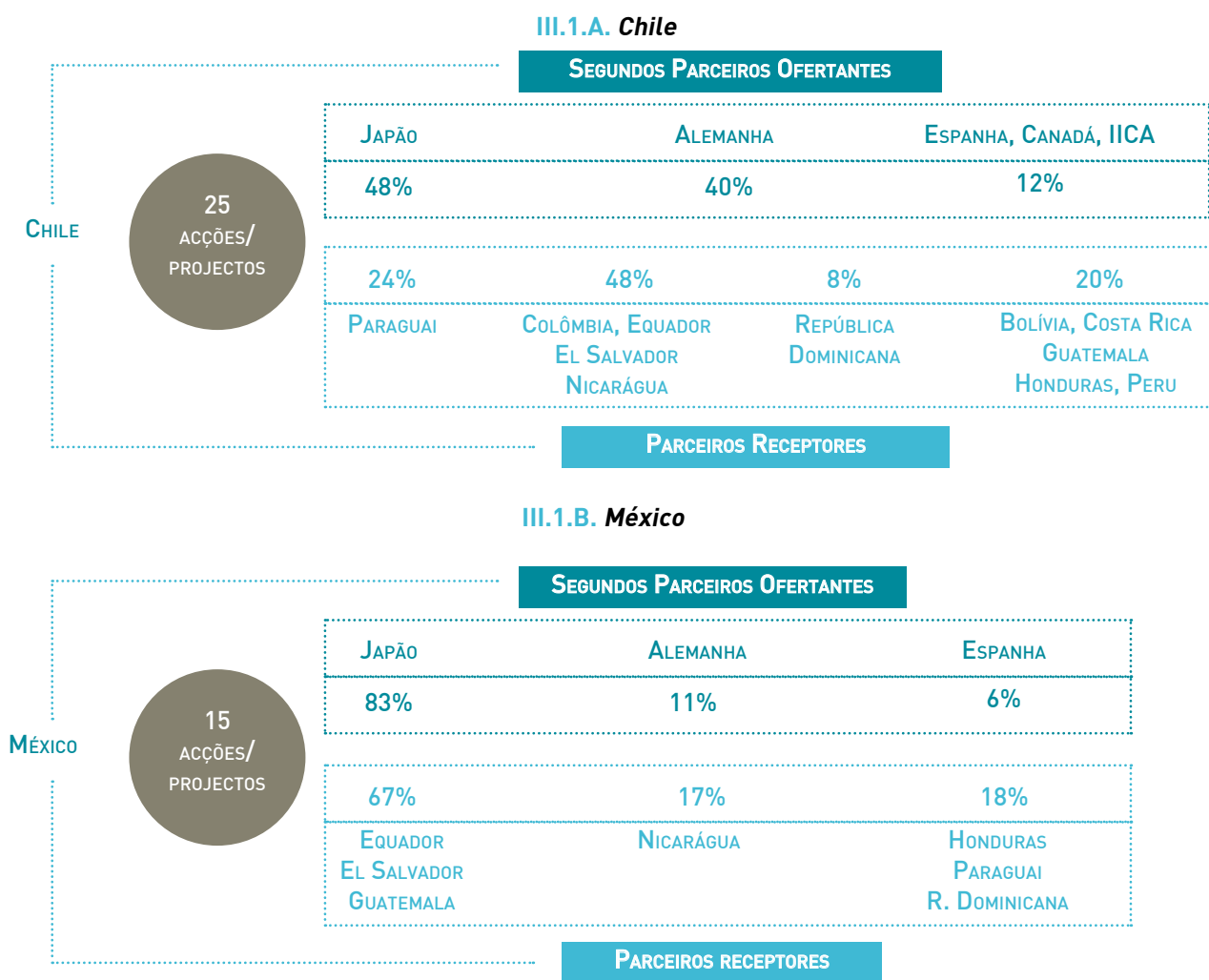
### Quadro III.1. Espanha e a Cooperação Triangular com outros *parceiros ibero-americanos*. 2008 (continuação)

No caso da colaboração entre o Chile e a Espanha, iniciou-se o caminho para o estabelecimento de um Programa-Quadro de Cooperação Triangular. Para isso impulsionou-se, previamente, a elaboração de um *Catálogo de Capacidades de Cooperação do Chile*, baseado na sua experiência em Cooperação Sul-Sul. Esse estudo significava o ponto de partida para identificar a base de capacidades nas quais a associação do Chile e da Espanha deveria seleccionar os projectos de Cooperação Triangular a desempenhar com terceiros países da região.

À margem daquilo que foi dito anteriormente, a Espanha também realizou outras acções de Cooperação Triangular no Haiti. De facto, tratou-se de três projectos com o Brasil, o Chile e o México nos âmbitos do Meio Ambiente e da Segurança Alimentar. Além disso, a Espanha também participou juntamente com a Costa Rica num Seminário de Gestão Transfronteiriça, cujo co-financiamento recaiu, como *segundos parceiros ofertantes*, numa actuação conjunta da Espanha com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O *parceiro receptor* foi a Costa Rica, que necessitava de aprender mais sobre a gestão das suas fronteiras com a Nicarágua e o Panamá. O *segundo parceiro ofertante* foi o Peru, que partilhou com os costa-riquenhos a sua experiência de gestão do Plano de Desenvolvimento Binacional Transfronteiriço que mantém com o Equador.

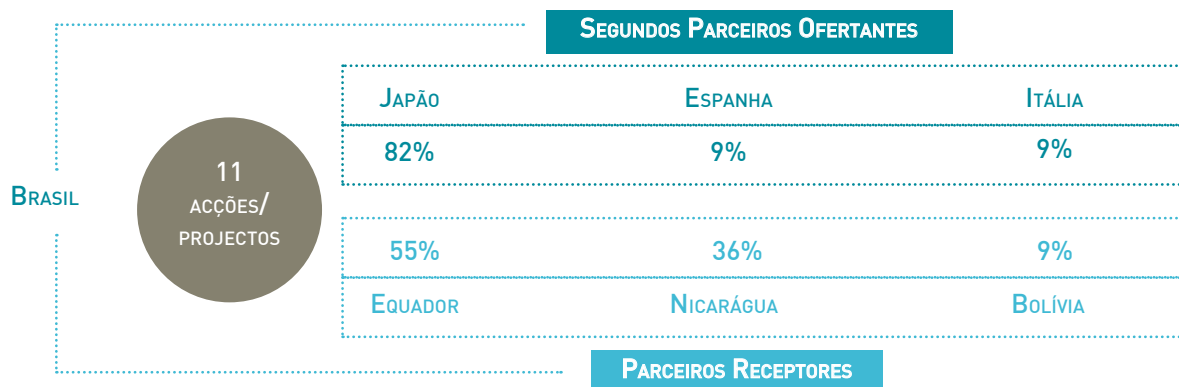
Fonte: : SEGIB com base nas declarações da AECID (2009a e 2009b)

### Esquema III.1. Estrutura da relação triangular, principais *primeiros parceiros ofertantes*. 2008

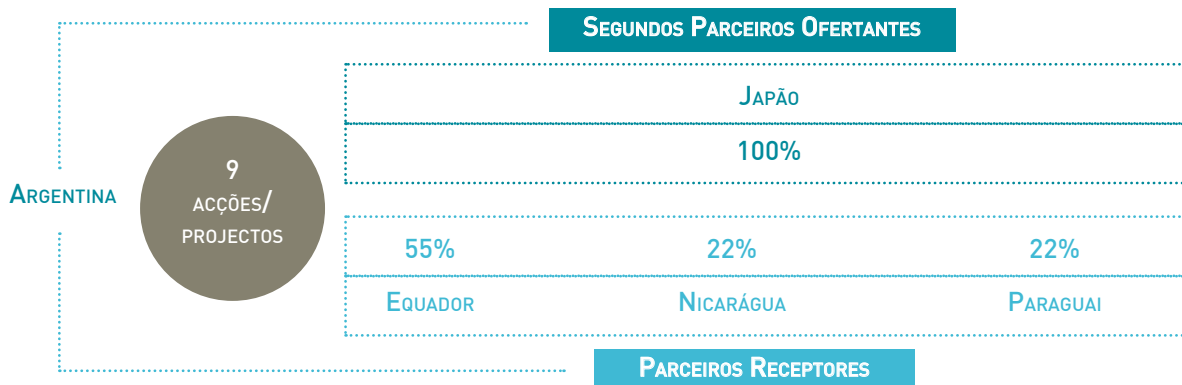


### Esquema III.1. Estrutura da relação triangular, principais *primeiros parceiros ofertantes*. 2008 (continuação)

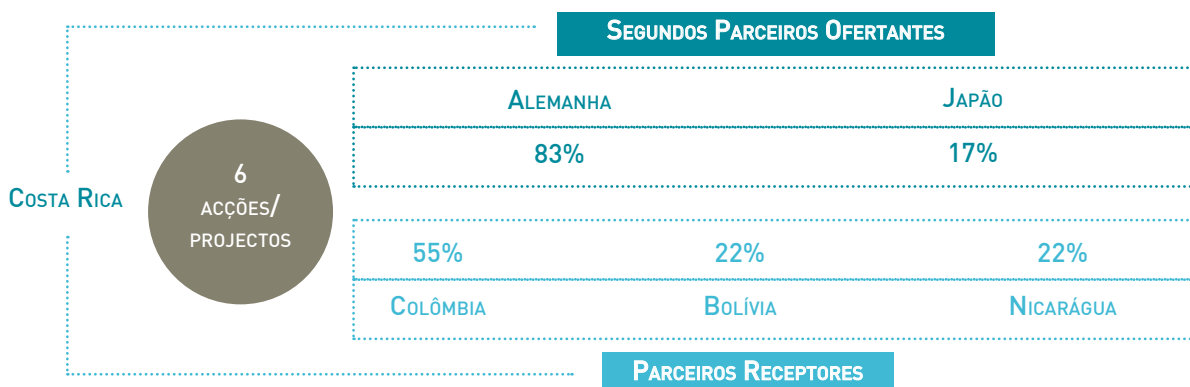
#### III.1.C. Brasil



#### III.1.D. Argentina



#### III.1.E. Costa Rica



Fonte: SEGIB com base nos dados das Agências de Cooperação e/ou Direções-Gerais.

De acordo com o que foi apresentado anteriormente, resulta interessante observar o padrão que seguiram as relações estabelecidas entre os diferentes parceiros. Neste sentido, tal como observamos nos Esquemas III.1., os principais *parceiros* executores da Cooperação Triangular mantiveram uma relação com os seus respectivos co-financiadores muito concentrada num único país. O caso mais emblemático é o da Argentina, país que impulsionou triangulações cooperando apenas com o Japão. Na mesma linha, o México e o Brasil financiaram mais de 80% das ações e projectos triangulares que impulsionaram, com fundos igualmente provenientes da Agência Japonesa.

---

Os acordos que mantêm a Cooperação costa-riquenha explicam, por outro lado, que em mais de 80% das suas triangulações, o co-financiamento fosse proveniente da Alemanha. O Chile, por outro lado, marcaria a diferença, e o papel do seu *segundo parceiro ofertante* distribuiu-se, numa proporção de aproximadamente 50-40%, entre o Japão e a Alemanha. Neste último caso, o restante 10% provinha da Espanha (também presente nas acções do México e do Brasil), do Canadá e de um organismo intergovernamental (o IICA ou Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura).

Da mesma forma, na relação que se estabeleceu entre os principais *parceiros ofertantes* e os seus respectivos *receptores*, também podemos distinguir dois padrões. Por um lado, as triangulações realizadas pela Costa Rica, pela Argentina e pelo Brasil (países que realizaram no mínimo 6 acções e não mais de 11) destinaram-se, em cada um dos casos, a um máximo de três países. Os *parceiros receptores* situaram-se geograficamente na América Central (Nicarágua); na região andina (Bolívia, Colômbia e Equador); e na América do Sul (Paraguai). Por outro lado, o Chile e o México impulsionaram triangulações (entre 15 e 25) num maior número de países; países que, contudo, mantiveram o perfil regional dos anteriores. Assim, como *parceiros receptores* da Cooperação Triangular mexicana e chilena, devemos adicionar a Costa Rica, El Salvador, a Guatemala e as Honduras; e o Peru com a República Dominicana.

#### *Sectores de actividade e perfis de capacidades e necessidades*

Tal como observamos nas Tabelas III.1 a III.4, neste Relatório teve-se acesso a uma informação muito detalhada sobre o sector de actividade no qual se desenvolveram as acções de Cooperação Triangular realizadas na Ibero-América em 2008. Uma revisão desses sectores permite definir duas das linhas que caracterizam esta modalidade de Cooperação:

- a) Em primeiro lugar, trata-se de uma Cooperação com um forte carácter multisectorial. De facto, muitas das actividades localizam-se simultaneamente em vários sectores. Como exemplo disso, destacam-se os projectos que potenciam o ecoturismo ou os projectos destinados à construção de habitação popular preparada para resistir a fenómenos sísmicos. A primeira seria classificada num sector produtivo (o do Turismo) e no Meio Ambiente; o segundo estaria vinculado a Políticas sociais e de Prevenção de desastres.
- b) Em segundo lugar, trata-se de actividades de uma maior complexidade científico-tecnológica. De facto, esta complexidade obrigaria uma acção que podia ter sido *Horizontal Sul-Sul Bilateral* a apoiar-se financeiramente num terceiro actor e acabasse por ser Triangular. Um dos casos mais emblemáticos é o das capacitações “*em sensores remotos com dados Aster*”, relacionadas com a aprendizagem em processamento e interpretação de imagens de satélite aplicáveis a campos tão diversos como a geologia, os recursos naturais não renováveis, a tecnologia ou a indústria mineira.

De acordo com aquilo que foi referido anteriormente, não é de estranhar, portanto, o tipo de sectores nos quais acabou por se concentrar a Cooperação Triangular de 2008. Um dos sectores que concentrou um maior número de acções foi o sector do Meio Ambiente, através de actividades complexas como são a gestão dos resíduos sólidos ou das bacias hidrográficas. Destacaram-se, além disso, as triangulações orientadas para fortalecer institucionalmente os Governos e os Estados dos *parceiros receptores*, em áreas tão diversas como a aplicação de metodologias de desenvolvimento territorial e de gestão urbana. A Agricultura abarcou, por outro lado, a maior parte dos projectos de carácter económico. O seu perfil esteve muito relacionado com as investigações e as aplicações de carácter fitossanitário, tanto no campo da sanidade vegetal como no da sanidade animal. O espectro de actividades económicas foi completado, embora com uma participação relativa bastante menor, por acções orientadas para fortalecer o tecido industrial e produtivo dos *receptores* (principalmente em sectores como os do Transporte, da Ciência e da Tecnologia, das Políticas de emprego e das Empresas).

Finalmente, devemos discriminar as acções e os projectos realizados com finalidades sociais. Neste âmbito, destacaram-se as acções orientadas para a Saúde e para a Saúde Reprodutiva. De facto, tratou-se de projectos que abarcaram desde o âmbito da investigação em questões como o desenvolvimento imunobiológico ou a prevenção e o tratamento do cancro do colo do útero, até à aplicação dos seus resultados, por exemplo, em técnicas cirúrgicas como a endoscopia. Neste sentido, devemos destacar as acções relacionadas com a aprendizagem em políticas sociais e políticas de habitação sismo-resistentes, bem como a sempre necessária e complexa tarefa do saneamento e do abastecimento de água potável à população.

Menção especial merece a identificação, também em 2008, de algumas actividades triangulares (não incluídas nas tabelas anteriores): as de Ajuda Humanitária. Na verdade, as terríveis consequências derivadas da passagem de três furacões por Cuba em menos de três meses mobilizaram (como já vimos no capítulo anterior) a solidariedade latino-americana. Entre as acções de assistência humanitária que se registaram, destacam-se duas de carácter triangular realizadas, por um lado, pelo Programa Alimentar Mundial (PAM) e pelo Equador; e por outro lado, pelo Brasil e pela Espanha (Quadro III.2).

### **Quadro III.2. Perante os furacões que afectaram Cuba: Ajuda Humanitária e Triangular**

Tal como comentámos no Quadro II.7., em apenas 3 meses, entre finais de Agosto e início de Novembro de 2008, três furacões (o Gustav, o Ike e o Paloma) assolaram a ilha de Cuba e provocaram perdas superiores a 10.000 milhões de dólares. Segundo um balanço oficial das autoridades cubanas, estas perdas (equivalentes à quinta parte do PIB) incluíram: 440.000 casas danificadas; 90.000 destruídas; mais de 200.000 famílias temporalmente sem casa; perdas de infra-estruturas eléctricas, hidráulicas, de comunicações e de transportes; além de colheitas dificilmente recuperáveis, tanto para a exportação como para o prioritário mercado interno.

Perante esta situação extremamente crítica, a resposta da comunidade internacional foi imediata. Assim, um total de 89 países ofereceu colaboração a Cuba, quer com assistência de emergência quer com projectos destinados à reconstrução. Para ambos os casos, o total de recursos mobilizados ascendeu a 250 milhões de dólares. Devemos acrescentar que quase dois terços desse total (aproximadamente 166 milhões de dólares) provinham da solidariedade de 17 países latino-americanos (concretamente a Argentina, a Bolívia, o Brasil, a Colômbia, a Costa Rica, o Chile, o Equador, El Salvador, a Guatemala, as Honduras, o México, a Nicarágua, o Panamá, o Peru, a R. Dominicana, o Uruguai e a Venezuela).

Contudo, a grande novidade em relação à solidariedade, cujo objectivo foi enfrentar este desastre, tem a ver com a identificação de experiências de assistência humanitária que respondem a um formato próprio da Cooperação Triangular. Mais especificamente:

- Em Setembro de 2008 chegou a Cuba uma doação em espécie que consistia em 9 toneladas de atum em conserva destinadas aos habitantes da *Isla de la Juventud*. O produto foi adquirido com financiamento proveniente do Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas. A entrega a Cuba, por seu lado, ficou a cargo do Governo do Equador, que se responsabilizou por todas as questões logísticas, incluindo o transporte num avião das Forças Aéreas Equatorianas. Como se pode deduzir, a acção deu origem a uma Cooperação de carácter Triangular entre o PAM, o Equador e Cuba (<http://emba.cubaminrex.cu>).

## Quadro III.2. Perante os furacões que afectaram Cuba: Ajuda Humanitária e Triangular (continuação)

- Em finais de 2008, durante a celebração da Cimeira Ibero-Americana de San Salvador, os Governos do Brasil e de Espanha acordaram cooperar para entregar alimentos às vítimas dos furacões Gustav e Ike em Cuba, no Haiti e nas Honduras. No caso cubano, esse acordo estabelecia que o Brasil contribuía com alimentos (19.400 toneladas de arroz), enquanto que a Espanha assumia o transporte até à ilha em condições CIF (com as taxas alfandegárias pagas), a retirada da mercadoria na alfândega, o armazenamento do arroz e a sua posterior distribuição. A doação total foi avaliada em cerca de 12,5 milhões de dólares (aproximadamente 9,6 milhões de euros), e a entrega tornou-se efectiva 6 meses depois, em Março de 2009 (*El Economista de México*, 20 de Março de 2009). Sob esta mesma fórmula, o Haiti e as Honduras receberam outras 25.000 toneladas de arroz

**Fonte:** SEGIB, a partir dos dados do Ministério de Comércio Exterior e de Investimento Estrangeiro de Cuba

No que se refere ao perfil de capacidades dos *parceiros* sobre os quais normalmente recai a realização da Co-Operação Triangular, a experiência desenvolvida nos últimos anos pela Costa Rica no campo do ecoturismo explica que as suas triangulações estejam orientadas quer para a potenciação do sector turístico quer para uma adequada gestão do Meio Ambiente. Entretanto, a Argentina apresenta também um enorme potencial no que diz respeito às acções meio-ambientais e às actividades relacionadas com o Sector agro-pecuário (não é por acaso que é um dos principais produtores e exportadores mundiais de grão, soja e carne bovina).

O Brasil, por sua vez, aproveita a modalidade triangular para intercambiar também experiências na Agricultura, especialmente no campo da soja, no qual é uma referência mundial. Combina esse facto com a execução de projectos focalizados na Prevenção de desastres, assim como nos sectores da Saúde (tem programas de cobertura universal que são também uma referência em todo o mundo) e do Saneamento e da potabilização da água.

Os países mais activos como executores técnicos de acções de Cooperação Triangular (o México e o Chile) mostram um perfil mais diversificado. Neste sentido, o México apresenta um perfil de capacidades que abarca diferentes sectores, desde o Meio Ambiente, a Agricultura e a Pesca, até à Saúde reprodutiva. Destacam-se, contudo, as acções relacionadas com o Fortalecimento do tecido industrial e produtivo dos *parceiros receptores*. O Chile, entretanto, destina uma boa parte das suas acções a transferir as suas capacidades na área das Políticas Sociais (como já acontecia nas suas acções de *Cooperação Horizontal Bilateral*) e do Fortalecimento Institucional. Completam o perfil as triangulações impulsionadas nas áreas de dimensões tão diferentes como a Saúde, a Agricultura e o Meio Ambiente.

Finalmente, no que diz respeito ao perfil de necessidades dos *parceiros receptores*, devemos destacar que, na maioria dos casos (especialmente em relação aos países que participam num máximo de 7 ou 8 acções de Cooperação Triangular), os projectos encontram-se sectorialmente dispersos. Ainda assim, podemos afirmar que, nesta modalidade de cooperação, países como El Salvador ou o Paraguai cobrem preferentemente carências no âmbito do fortalecimento das suas respectivas instituições estatais e governamentais, e que a Guatemala e a Bolívia fazem o mesmo na área do Meio Ambiente. Entretanto, o Equador e a Nicarágua concentram uma grande parte das acções recebidas na cobertura de deficiências tanto sociais (sector da Saúde) como meio-ambientais. O país andino reforça além disso as suas capacidades no sector Agro-pecuário, tal como acontece com o seu vizinho colombiano, que completa o seu perfil com a recepção de projectos económicos relacionados com a Pesca e o Comércio, assim como com o Fortalecimento das sempre necessárias Políticas sociais.

### *Financiamento da Cooperação Triangular e Destinatários*

Tal como acontecia com a *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*, a análise da *Cooperação Triangular* não dispõe de informação suficientemente completa e homogénea nem do volume de recursos financeiros que se mobilizaram para sufragar as acções desempenhadas, nem de quais e quantos foram os seus destinatários. Neste sentido, uma das possíveis fontes desta informação poderiam ser os doadores tradicionais. O Relatório do ECOSOC (2008; p.15) confirma, no entanto, que o organismo que poderia reunir esta informação, o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), nem mede (nem tem previsto medir por agora), por exemplo, “*qual é a parte dos fluxos de AOD dos doadores do Norte que é enviada para as Agências do Sul para realizar Cooperação Triangular*”. De acordo com isso, a informação disponibilizada (embora parcial) provém, quase na sua totalidade, daquilo que declaram essas mesmas Agências.

Por conseguinte, as Tabelas II.1 a II.4 incluem a informação a que se acedeu no caso da Ibero-América. Assim, e em relação aos dados disponíveis sobre o custo económico ao qual ascenderam as 72 acções/projectos de Cooperação Triangular nas quais participaram os parceiros ibero-americanos em 2008, podemos afirmar o seguinte:

- a) Os países que contam com dados mais completos são o Chile e o Brasil. Através desses dados ficamos a saber que os projectos que ambos os países impulsionaram como *primeiros parceiros ofertantes* ascenderam, no mínimo, a aproximadamente 950.000 dólares (pouco mais de 575.000 no caso brasileiro e uns 365.000 no caso chileno). Da mesma forma, sabe-se que cerca de 30% do valor dos projectos realizados pelo Chile foram sufragados pelo próprio país. No caso do Brasil, não existe informação suficientemente discriminada que nos permita conhecer o valor dessa participação.
- b) No desempenho desse mesmo papel, a informação relativa à Argentina, à Costa Rica e ao México é muito parcial. Assim, não se conhece a quanto ascendeu o custo das acções impulsionadas tanto pelos argentinos como pelos costa-riquenhos, mas sabemos que estes países mobilizaram no mínimo entre 50.000 e 58.000 dólares, respectivamente. No caso do México, apenas dispomos de um dado relativo à sua contribuição para duas triangulações com o Japão e o Equador (cerca de 35.000 dólares).
- c) Por sua vez, nas suas triangulações com o Chile e com a Costa Rica como *primeiros parceiros ofertantes*, o Japão contribuiu economicamente para a Cooperação Triangular na Ibero-América com um valor mínimo de aproximadamente 110.000 dólares. Com estes mesmos parceiros, a Alemanha fez o mesmo, e a sua contribuição ascendeu a cerca de 85.000 dólares. Entretanto, e tendo em conta apenas os dados relativos às triangulações com o Chile, o Canadá mobilizou no mínimo 150.000 dólares. Da Espanha apenas se sabe que contribuiu com 17.612 dólares para facilitar uma triangulação com o Brasil e a Bolívia.
- d) Os dados são ainda mais escassos no que diz respeito às contribuições realizadas pelos países que actuaram como *parceiros receptores*. Ainda assim, e para acções muito pontuais, são conhecidas as contribuições da Colômbia (cerca de 9.500 dólares); e da Nicarágua (aproximadamente 1.052, para um curso impulsionado pelo Japão e pelo Chile).

Finalmente, no momento de designar os destinatários da Cooperação Triangular, normalmente são vários os critérios que confluem. Neste sentido, os destinatários tendem a ser identificados pela instituição, organização (governamental ou não) à qual pertencem os afectados, aos grupos (de pessoas ou de profissionais) a quem possa estar dirigida e, inclusivamente, ao espaço geográfico (região, departamento...) em que se executou. Em qualquer caso, o destinatário é igualmente identificado quer pelo tipo de instrumento que foi utilizado (Workshop, Seminário, Assessoria...), quer pelo sector de actividade em que a cooperação teve lugar.

Exemplos do exposto:



- 
- a) Em relação aos Funcionários e às Instituições governamentais, os cursos sobre restauração ambiental para uma gestão sustentável das bacias hidrográficas impulsionados pelo Japão e pelo Chile na Nicarágua, assim como os relacionados com o tratamento das águas residuais que tanto o Japão como a Itália co-financiaram em conjunto com o Brasil nesse mesmo país centro-americano, tiveram como destinatários directos os trabalhadores públicos de várias Instituições Públicas nicaraguenses, entre outras: o Instituto Nacional Florestal (INAFOR), o Instituto Nicaraguense de Aquedutos e de Redes de Esgotos Sanitários (INAA) e a própria Câmara Municipal de Manágua. Na mesma área de actividade temos ainda o projecto sobre fortalecimento na gestão integral dos resíduos sólidos que a Alemanha e o México impulsionaram na República Dominicana, que teve como destinatários finais os funcionários da Secretaria de Estado da Economia, do Planeamento e do Desenvolvimento (SEEPeD) desse país.
- b) No que diz respeito aos grupos, a capacitação sobre sistemas de denominação de origem que a Espanha e o México impulsionaram na vizinha Guatemala, teve como principais destinatários as organizações de produtores de café do país centro-americano. Do mesmo modo, o projecto de formação sobre a gestão da produção de tilápias em gaiolas flutuantes, articulado conjuntamente pelo Japão e pelo México nas Honduras, foi dirigido aos pescadores do Golfo de Fonseca, uma enseada protegida da costa do Pacífico.
- c) Como exemplo de grupos que pelas suas características foram designados como destinatários de acções/projectos de Cooperação Triangular, destacam-se, num projecto sobre atenção precoce a pessoas com deficiência impulsionado pelo Japão e pelo Chile no Paraguai, as crianças com evidentes necessidades transitórias ou permanentes. Outro grupo poderia ser o integrado pela população que vive em zonas de risco sísmico em El Salvador, ao qual se dirigiria o projecto japonês-mexicano sobre construção de habitação popular nas regiões onde poderia ocorrer um terremoto.
- d) Por último, os critérios geográficos identificariam com uma maior precisão os destinatários de um projecto chileno-alemão dedicado à transferência de metodologias para o desenvolvimento territorial, o qual se focalizaria nas Instituições do Estado responsáveis por esse tema na região paraguaia de Apa, na fronteira com o Brasil.

---

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Ao longo do texto e, para abreviar, utilizaremos a denominação Cooperação Triangular e não a de Cooperação Sul-Sul e Triangular. Contudo, esta última utiliza-se no início do texto para enfatizar o carácter Sul-Sul desta modalidade de cooperação. Neste sentido, quando se fala de Cooperação Triangular devemos entender que, na sua origem, e para além de ser um doador tradicional que proporcione a maior contribuição financeira, encontramos uma acção Horizontal Sul-Sul entre dois países em desenvolvimento.

<sup>2</sup> Não se contabiliza aqui um projecto mexicano que será posteriormente incluído no Quadro III.1 deste mesmo capítulo. Optou-se por não o incluir depois de constatarmos que a informação referente aos seus *parceiros receptores* (América Central e as Caraíbas) era demasiado genérica. Esta generalização impedia incluí-lo na classificação dos projectos segundo o *parceiro receptor*.

<sup>3</sup> Trata-se de países que pelo seu elevado peso económico exercem uma influência considerável no desenvolvimento da sua respectiva região, sendo também actores importantes na gestão da globalização (Assoff, 2009).



**CAPÍTULO IV**  
*COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL.*  
*ANÁLISE CASUÍSTICA.*

## Introdução

No *Relatório* do ano anterior caracterizaram-se os sistemas de cooperação de alguns dos principais esquemas de concertação e de integração da região latino-americana. A revisão destes sistemas pretendia estabelecer até que ponto a sua dinâmica de funcionamento dava lugar a projectos/programas de cooperação que pudessem responder a um padrão próprio da denominada *Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional*.

No âmbito desta modalidade de cooperação entendia-se que os países concebiam e executavam os programas de cooperação, contando para tal com o apoio administrativo e técnico das secretarias de cada sistema. Da mesma forma, pressupunha-se que uma parte do financiamento necessário para o efeito provinha das contribuições realizadas pelos próprios países membros. Finalmente, esperava-se que esses projectos/programas fossem enquadrados num plano de desenvolvimento nacional, que por sua vez tivessem sido reforçados mediante estratégias regionais.

**Tabela IV.1. Características dos Sistemas de Cooperação Regional.**

Organismo regional	Sistema de cooperação e de funcionamento	Áreas e Programas de Cooperação	Origem do financiamento
<b>Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA)</b>	Em Setembro de 2007 foi aprovada a criação de uma Secretaria Técnica que deveria funcionar sob a dependência dos Conselhos de Ministros e de Presidentes. Actualmente, os projectos são aprovados nas Cimeiras de Chefes de Estado	A maioria dos projectos está relacionada com as áreas energética e social (educação, saúde e desporto)	Interna, contribuições económicas e técnicas provenientes dos países membros (sobretudo da Venezuela e Cuba, respectivamente)
<b>Comunidade Andina (CAN)</b>	Dispõe de um Sistema de Cooperação Técnica Internacional. Os órgãos da CAN apresentam propostas à Secretaria-Geral, a qual procura os fundos, estabelece a linha dos programas, apoia-os e acompanha-os através de uma Unidade de Cooperação Técnica	Os programas são aplicados sobre sectores que vão desde o desenvolvimento fronteiriço à cooperação policial e judicial ou à promoção da democracia e dos direitos humanos	Mista, alia fundos da cooperação internacional com contribuições variáveis dos países membros
<b>Conferência Ibero-americana</b>	Articula-se em torno dos Programas Ibero-americanos de Cooperação. As propostas provêm dos países membros. Cada Programa tem uma Secretaria Técnica, cuja sede se situa num Ministério do país impulsionador ou num organismo ibero-americano	Normalmente, pertence a uma destas três áreas: Cultural, Económica e Social	Interna, proveniente dos países participantes nos Programas (com a particularidade de que dois desses países são a Espanha e Portugal, que, por sua vez, são doadores de cooperação internacional)
<b>Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)</b>	O seu sistema articula-se sobre dois mecanismos: o Comité de Cooperação Técnica (CCT) e o Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM)	Destacam-se os que visam o fortalecimento de sectores económicos e comerciais, ou, seja, do próprio sistema de integração	Depende de se a cooperação é realizada através do CCT (financiamento externo) ou do FOCEM (financiamento interno, com contribuições de países, em função das suas capacidades)
<b>Sistema de Integração Centro-americana (SICA)</b>	O sistema encontra-se em formação. De momento, a Direcção-Geral de Cooperação Internacional é quem faz a coordenação com as instituições adscritas à formulação, gestão e acompanhamento dos programas regionais	Destacam-se projectos em âmbitos diversos como o do Ambiente, do Turismo, da Cultura, da Economia e das Áreas sociais	Mista, alia fundos da cooperação internacional com contribuições variáveis dos países membros

Fonte: SEGIB (2008)

Como se pode observar na Tabela IV.1 (elaborada a título de resumo), a revisão dos sistemas de cooperação da Comunidade Andina (CAN), do Sistema de Integração Centro-americano (SICA), do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), da Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e da Conferência Ibero-americana, proporciona as seguintes conclusões: por um lado, constatou-se que cada esquema regional mostrava características próprias, o que sugeria a existência de sistemas de cooperação muito heterogéneos entre si.

Além disso, as iniciativas de carácter horizontal surgiam apenas de uma forma pontual e não como resultado da dinâmica de funcionamento dos sistemas; por outro lado, os esquemas de integração revelavam distintos modelos de financiamento: apoiado maioritariamente no financiamento externo (o Comité de Cooperação Técnica do Mercosul); no financiamento próprio (ALBA, Conferência Ibero-americana e FOCEM do Mercosul); numa combinação de ambos (CAN e SICA). Deste modo, apresentava-se como principal desafio um maior e mais explícito fortalecimento da horizontalidade destes sistemas de cooperação.

**Tabela IV.2. Sistemas de Cooperação no quadro do MERCOSUL.**

Principais características	Comité de Cooperação Técnica (CCT)	Fundo para a Convergência Estrutural (FOCEM)
<b>Funções</b>	Órgão de identificação, selecção, negociação, aprovação, acompanhamento e avaliação de acções horizontais de Cooperação Técnica. Depende do Grupo Mercado Comum.	Órgão responsável pela correcção de assimetrias entre os países membros; pelo fomento da convergência estrutural; pelo desenvolvimento da competitividade; pela facilitação da coesão social (em particular, das economias menores); e pelo fortalecimento da estrutura institucional do MERCOSUL.
<b>Tipo de cooperação</b>	Apenas técnica (capacitações, workshops, transferência de conhecimentos, estudos e diagnósticos), mas em conformidade com o objectivo de fortalecer a integração regional	Não se limita à Cooperação Técnica; a maioria são Projectos de Investimento
<b>Génese dos projectos</b>	As iniciativas podem ser apresentadas pelo organismo doador ou pelo órgão do MERCOSUL demandante. O CCT procura o financiamento, por vezes, como resposta às propostas de fundos extra-regionais. Porém, tudo é negociado e chega-se a um consenso.	Os projectos são apresentados pelos Estados Membros junto da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL e aprovados pelo Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL.
<b>Responsáveis/ Coordenadores da Execução</b>	Um ou vários órgãos do MERCOSUL realizam a cooperação nos restantes países. Um dos Estados parte é designado como coordenador do projecto.	O projecto é atribuído a uma área/instituição específica de um ou de dois países membros. Os mesmos serão responsáveis pela realização da cooperação. Uma instância técnica da Secretaria do Mercosul e do Grupo Ad Hoc de Especialistas é responsável pela avaliação, pelo acompanhamento e pela execução dos projectos
<b>Origem do Financiamento</b>	Externa. Normalmente são contribuições de doadores tradicionais, tanto bilaterais como multilaterais. Destacam-se o Japão, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a União Europeia (UE)	Interna. Contribuições anuais (não reembolsáveis) dos Estados parte. Proporcionais às suas capacidades, segundo a média histórica do seu PIB: 70% Brasil, 27% Argentina, 1% Paraguai e 2% Uruguai. Montante anual no valor de 100 milhões de dólares. Para o desenvolvimento dos projectos, contudo, admitem-se contribuições provenientes de terceiros países, organismos ou instituições

**Fonte:** Ministério de Relações Exteriores, Comércio Exterior e Culto da Argentina; Resoluções do Mercosul (MERCOSUL/GMC/RES 26/92; MERCOSUL/GMC/RES 57/05).

Um dos organismos que melhor ilustrava estas tendências era o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Como mostram as Tabelas IV.1 e IV.2, o MERCOSUL articula a sua cooperação mediante dois mecanismos de características distintas: o Comité de Cooperação Técnica (CTC) e o Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM). As diferenças entre ambos afectam determinados aspectos como os instrumentos de execução (cooperação técnica face a projectos de investimento, respectivamente); a origem do financiamento (externo e próprio, em cada caso); ou as entidades responsáveis pela execução dos programas (um ou vários órgãos do MERCOSUL no CCT; áreas/instituições de um ou de dois países membros do FOCEM).

A análise da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional* para 2008 baseia-se, novamente, num estudo de casos. Mas desta vez não se trata apenas de rever os diversos esquemas de concertação, mas sim de identificar experiências que, no âmbito dos organismos regionais, apresentem características próprias desta modalidade de cooperação. Para esta identificação, analisa-se tanto o modo como essas experiências surgiram como a dinâmica de desenvolvimento que fez com que os projectos seleccionados se realizassem com uma marcada horizontalidade.

## A Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional através de uma selecção de casos

Para este capítulo identificaram-se vários projectos regionais de *Cooperação Horizontal Sul-Sul*. Tal como já foi exposto anteriormente, trata-se de experiências que, embora englobadas nesta modalidade de cooperação, nasceram e desenvolveram-se de diferentes maneiras. De facto, a génese e o desenvolvimento destes projectos permitiram agrupá-los em três grandes grupos:

- a) Projectos que derivaram de outros, cujo original se enquadrou numa Cooperação Norte-Sul. São experiências que têm por base dois projectos, um da Agência Japonesa de Cooperação (JICA) e outro da União Europeia (UE), os quais deveriam aplicar-se no MERCOSUL, designadamente nas áreas da “*melhoria tecnológica de embalagens*” para a correcta comercialização e exportação de algumas epígrafes e da “*melhoria dos sistemas nacionais de recolha e tratamento nacional de dados estatísticos*”, respectivamente (Quadro IV.1). Neste sentido, na implementação de ambos os projectos constatou-se que, determinados organismos nacionais, os quais deveriam actuar como *parceiros receptores* (os institutos de investigações tecnológicas da Bolívia e do Paraguai, no primeiro caso; e o Instituto Nacional de Estatística do Paraguai, no segundo) necessitavam de desenvolver mais as suas capacidades para poder aproveitar plenamente os projectos do Japão e da Europa. Como tal, e no quadro do MERCOSUL, previamente à realização dos projectos originais, teve-se que impulsionar algumas assistências técnicas a partir dos países com maiores capacidades para aqueles com menos capacidades (da Argentina para a Bolívia e do Brasil para o Paraguai, relativamente ao primeiro projecto; e da Argentina e do Brasil para o Paraguai, com respeito ao segundo projecto).

### Quadro IV.1. Assistências técnicas intra-regionais no quadro do MERCOSUL

No quadro do MERCOSUL, identificam-se dois projectos de assistência técnica intra-regional, cuja origem reside na cooperação bilateral entre o Japão e a União Europeia (UE) através deste esquema de integração sul-americano. Na realidade, trata-se de projectos cujas implementação, por parte do Japão ou da UE, não teriam sido viáveis se não se realizasse previamente assistências técnicas entre os próprios países membros do MERCOSUL. A título de exemplo, destacam-se:

- 1) Em primeiro lugar, o Projecto da Agência Japonesa de Cooperação (JICA) denominado “Estudo sobre a Melhoria da Tecnologia de Embalagens para a Distribuição de Mercadorias no MERCOSUL”. O objectivo deste estudo era avaliar o estado em que se encontravam as rotas de comercialização de algumas das principais epígrafes de produção e exportação do MERCOSUL (designadamente, os electrodomésticos de linha branca e os produtos lácteos), assim como levar a cabo, no que diz respeito às embalagens, as melhorias técnicas necessárias para garantir que os produtos chegassem ao seu destino final em perfeitas condições. Realizado o diagnóstico era fundamental disponibilizar, às quatro instituições nacionais correspondentes, as principais ferramentas para melhorar essas embalagens.

A execução do projecto por parte do Japão deparou-se com um obstáculo: algumas das instituições nacionais não se encontravam suficientemente preparadas para assumir o referido projecto. Por esse motivo, no quadro do próprio MERCOSUL decidiu-se arrancar com um conjunto de assistências técnicas desde as instituições nacionais com uma maior capacidade desenvolvida (a Argentina e o Brasil) para as que registavam um nível menor (as correspondentes ao Uruguai e ao Paraguai). As assistências realizaram-se entre 2003 e 2007, através do financiamento proveniente do próprio Japão.

- 2) Em segundo lugar, o Projecto de Capacitação Estatística da União Europeia (UE), cuja segunda fase encontra-se actualmente em execução. Trata-se de um projecto destinado a melhorar os sistemas de recolha e de tratamento de dados dos Institutos Nacionais de Estatística dos países membros do MERCOSUL. Enquadrado nos projectos realizados no âmbito do Comité de Cooperação Técnica (CCT) deste esquema de integração, o projecto recebeu uma dotação de 2 milhões de euros.

### Quadro IV.1. Assistências técnicas intra-regionais no quadro do MERCOSUL (continuação)

Conforme é exigido neste tipo de projectos, a coordenação foi atribuída a uma instituição de um dos Estados membros, neste caso ao Instituto de Estatísticas e Censos (INDEC) da Argentina. Porém, num processo semelhante ao aplicado no projecto japonês de embalagens, foi necessário realizar previamente uma série de assistências técnicas intra-regionais a fim de corrigir as assimetrias. Neste caso, eram assistências técnicas desde os institutos de estatística da Argentina e do Brasil para o Paraguai, tendo este último país conseguido fortalecer institucionalmente o seu instituto de estatística, até então a funcionar com escassos recursos técnicos e humanos.

**Fonte:** Ministério de Relações Exteriores da Argentina; Resoluções do Mercosul (MERCOSUL/GMC/RES 26/92; MERCOSUL/GMC/RES 57/05).

b) Projectos que nasceram como *Horizontal Sul-Sul Bilateral*, e que acabaram por ser integrados numa dinâmica *Regional*. Os projectos que mais claramente reproduziram essa dinâmica foram os realizados no âmbito da Conferência Ibero-americana e da Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA).

- No caso da Conferência Ibero-americana foi seleccionado o Programa de Bancos de Leite Humano (Quadro IV.2). Trata-se de um Programa adoptado na XVII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo do Chile (2007), mas cuja origem está associada aos projectos de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* que o Brasil já tinha desenvolvido em outros países latino-americanos. O seu arranque, ao abrigo da Conferência Ibero-americana, implicou a sua ampliação a uma execução de carácter regional em, pelo menos, todos os países subscritos ao Programa (entre estes, a Argentina, o Brasil, a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai, a Venezuela e a Colômbia). O financiamento ficou coberto com as contribuições realizadas pelos próprios participantes, assumindo o Brasil os principais gastos.

### Quadro IV.2. O Programa Ibero-americano de Bancos de Leite Humano

Durante os últimos anos, o Brasil converteu-se numa referência na luta contra a mortalidade infantil. Na verdade, o Brasil praticamente cumpriu com a Meta 4 da Declaração do Milénio, reduzindo em 15 anos a sua taxa de mortalidade infantil para menores de 5 anos, em quase dois terços (de 57 por mil de 1990 para 20 por mil de 2006).

Para alcançar este resultado (e como já foi referido no II Relatório), foi determinante o desenvolvimento da denominada Rede de Bancos de Leite Humano (Rede BLH-BR). É uma Rede (a maior e a mais complexa do mundo) composta por quase 200 centros especializados no processamento de leite materno (187 em funcionamento e 10 em fase de implementação). Através destes centros, muito avançados tecnologicamente e com pessoal extremamente qualificado, o leite materno é armazenado, a partir das mães que doam o excedente, e redistribuído aos recém-nascidos (em geral, oriundos de famílias de baixos rendimentos), cujas mães não podem amamentar.

A reconhecida eficácia desta Rede explica o facto de, em poucos anos, ter passado de um projecto de âmbito nacional para um dos projectos principais na Cooperação Horizontal Bilateral Sul-Sul que o Brasil impulsionou em outros países da região. Aliás, e só em 2006, o Brasil impulsionou a implementação de redes nacionais de Bancos de Leite Materno na Argentina, no Equador, no Paraguai, na República Dominicana e no Uruguai. A cooperação brasileira desembolsou para estes efeitos 170.000 dólares destinados fundamentalmente à capacitação do pessoal dos centros receptores. Para além disso, a necessidade de transferir, paralelamente, a sua tecnologia avançada, facilitou a incorporação destes projectos de doadores tradicionais, como a UNICEF, o que deu lugar a experiências agora situadas no âmbito Triangular.



## Quadro IV.2. O Programa Ibero-americano de Bancos de Leite Humano (continuação)

Para além dos seus formatos Bilateral e Triangular, a XVII Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo celebrada no Chile, em Novembro de 2007, permitiu partir para experiências enquadradas na Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Na dita Cimeira, a Argentina, o Brasil, a Bolívia, a Espanha, o Paraguai, o Uruguai, a Venezuela e a Colômbia, decidiram impulsionar o Programa Ibero-americano de Bancos de Leite Humano. Conforme já foi mencionado e como se indica no seu documento de formulação, o seu objectivo é “apoiar a implementação de, pelo menos, um Banco de Leite Humano em cada país Ibero-americano, como um espaço para o intercâmbio do conhecimento e da tecnologia no campo do aleitamento materno, perseguindo a redução da mortalidade infantil”.

Em 2008, o Programa já se encontrava em execução e produziu os seus primeiros resultados. Entre estes, e segundo o relatório de avaliação para o efeito (<http://www.segib.org/upload/BLH%202008%20INFORME.pdf>), foram implementados Bancos de Leite no Brasil (11), no Equador (4), na Argentina (3), e mesmo nas Honduras, na Guatemala, no Uruguai e incluso em Espanha (um em cada caso): Foram igualmente elaborados os correspondentes projectos de implementação para este e para outros países, entre os quais se deve adicionar Cuba, a Costa Rica, a Colômbia, a Bolívia e o Paraguai. No total, facilitou-se formação a 514 profissionais, atendeu-se 719.808 mulheres, outras 66.987 doaram leite, e, desta forma, deu-se assistência a 85.961 crianças. O Programa foi dotado, para um período de dois anos, de um orçamento no valor de 250.000 dólares, financiado na sua totalidade pelas contribuições realizadas pelos países participantes.

- No âmbito da Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) o sistema de cooperação foi-se moldando em distintas fases, coincidentes com a progressiva incorporação dos seus países membros. Neste sentido, o sistema de cooperação começou com o arranque de projectos de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral* entre os seus dois membros fundadores: Cuba e a Venezuela. À medida que foram aderindo outros países (a Bolívia e a Nicarágua), a cooperação passou a adoptar uma modalidade Triangular, que consistia na réplica em terceiros países dos projectos realizados com êxito pela cooperação cubano-venezuelana. Na maioria destas experiências, a Venezuela foi quem contribuiu com o financiamento e Cuba com a execução técnica. Com a integração da República Dominicana, das Honduras e mais recentemente do Equador, estas “triangulações Sul-Sul-Sul” converteram-se em *projectos “grannacionais”*. Tal como se observa no Quadro IV.3, o formato destes últimos projectos enquadra-se naqueles que se entende como *Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional*.

## Quadro IV.3. A ALBA e os seus projectos grannacionais

Segundo o Banco de Comércio Exterior (Bancoex) da Venezuela (2007), a Alternativa Bolivariana dos Povos para a Nossa América (ALBA) impulsiona uma cooperação baseada nos projectos grannacionais, cujo âmbito de actuação é “a totalidade territorial das nações que integram” este acordo. Estes projectos são concebidos para “fusiona(r) as capacidades instaladas” nos países, “potenciando as vantagens mútuas e harmonizando os objectivos de médio e curto prazo num único mapa estratégico”.

Este esquema de cooperação aplica-se em distintos sectores e países. Como por exemplo:

- Ao nível da alfabetização realizou-se o Projecto Grannacional Alba-Educação. O seu antecedente foi o Programa cubano de Alfabetização “Eu Sim Posso”. No seu alargamento para os países membros da Alba, bem como para outros da América Latina e das Caraíbas (entre eles o Haiti), replicou-se a triangulação que a Venezuela e Cuba desenvolveram com êxito na Bolívia, país declarado posteriormente pelas Nações Unidas “livre de analfabetismo”. O objectivo do programa é alargar a educação e convertê-la na principal fortaleza das transformações que possam ocorrer no quadro de construção da ALBA.

### Quadro IV.3. A ALBA e os seus projectos grannacionais (continuação)

- No âmbito energético impulsionou-se o Projecto Grannacional Alba-Energia. Tem como antecedentes os projectos de cooperação triangular que reproduzem experiências de êxito, de carácter bilateral. Um exemplo disso foi a instalação de grupos electrogêneos na Nicarágua. Este Projecto realizou-se sob uma modalidade Triangular, com financiamento por parte da Venezuela, ao mesmo tempo que Cuba, através da União Nacional Eléctrica (UNE), procurava os equipamentos e a capacitação técnica correspondente.

*O Projecto Grannacional Alba-Energia vai, contudo, mais além, visto que foi elaborado com a finalidade de atingir os objectivos do Tratado Energético da ALBA, o qual fomenta tanto a utilização de fontes de energia alternativas como a aplicação de critérios de consumo que potenciem a poupança e a eficiência. Actualmente, o projecto combina um componente investidor (construção de duas unidades de extracção de gás e melhoria da eficiência na utilização da energia eléctrica mediante a substituição de equipamentos ineficientes por outros mais economizadores, na Bolívia; ou a remodelação e implementação de uma refinaria em Cuba), com outro de formação e capacitação para uma gestão correcta dos equipamentos e das instalações.*

De momento, este tipo de projectos (cujo custo ascendeu, só em 2008, a 7,6 e 347 milhões de dólares) foi financiado com fundos principalmente venezuelanos. Contudo, a ideia é ir substituindo estes fundos pelos provenientes do Banco da ALBA. Trata-se de um Banco de Desenvolvimento Regional que aspira a converter-se num instrumento de captação de recursos da região e para a região. Depois de seis reuniões técnicas, a Acta Fundacional do Banco foi assinada a 26 de Janeiro de 2008, durante a celebração da VI Cimeira da ALBA-TCP (Tratado de Comércio dos Povos). O capital subscrito foi de 1000 milhões de dólares. Cada país contribuirá em função das suas possibilidades financeiras. Quando começar a funcionar e como já foi mencionado, os seus fundos serão usados para financiar todos os Projectos Grannacionais provenientes do quadro das Cimeiras da ALBA. Ditos fundos serão concedidos em condições reembolsáveis, a taxas de juros variáveis, consoante a área de actividade, mas sempre abaixo daquelas que regem nos mercados internacionais.

**Fonte:** Ministério do Comércio Exterior e do Investimento Exterior de Cuba; Ministério do Poder Popular para a Educação da Venezuela; Banco de Comércio Exterior (Bancoex) da Venezuela (2007); Rodríguez Asien (2007)

c) Projectos criados nos próprios quadros regionais, desenvolvidos com um forte carácter horizontal e com o financiamento proveniente dos participantes. Podemos exemplificar este tipo de experiências a partir de dois casos: o Programa de Biocombustíveis impulsionado no âmbito do Projecto Mesoamericano e do Plano Andino de Saúde em Fronteiras (PAMAFRO) desenvolvido pela Comunidade Andina de Nações (CAN) e pelo Organismo Andino de Saúde (OAS), este último pertencente ao Sistema Andino de Integração:

- No caso Mesoamericano (Quadro IV.4) tratar-se-ia da construção de unidades de processamento e de produção de biocombustíveis em comunidades desfavorecidas de El Salvador e das Honduras. A execução e o financiamento do projecto foram da responsabilidade da Colômbia, país esse que se comprometeu a realizar, em 2009, semelhantes projectos na Guatemala (pendente desde 2008), no México, no Panamá e na República Dominicana. Estes projectos tiveram um impacto positivo em termos de segurança energética, ao colocar ao alcance das comunidades receptoras o acesso a fontes energéticas sustentáveis; mas também a nível social, ao proporcionar às populações uma alternativa económica à agricultura.

- No caso da CAN e do OAS (Quadro IV.5) o projecto realizou-se a partir de assistências técnicas bilaterais entre países andinos que fazem fronteira entre si: por um lado a Colômbia e a Venezuela, e por outro, o Equador e o Peru. Através dessas iniciativas, os países abordaram e enfrentaram, de uma maneira conjunta, um problema de saúde pública, como é o da luta contra a malária. A cooperação baseou-se no intercâmbio de experiências, ao nível da promoção e no fortalecimento da organização social e comunitária no combate a esta doença.

#### Quadro IV.4. O Programa Mesoamericano de Biocombustíveis

O Programa Mesoamericano de Biocombustíveis surgiu em San Salvador, em Maio de 2007, no quadro da III Reunião da Comissão Executiva e do Grupo Técnico Interinstitucional do Projecto Mesoamérica. O Programa foi desenvolvido para “garantir a segurança energética nos países” através da implementação de “esquemas de produção energética (...) compatíveis com o ambiente”. Da mesma forma, perseguia um duplo objectivo: o fomento de fontes de energia alternativas com o apoio “à reactivação das economias locais (e a melhoria) das condições de vida dos (seus) habitantes”. Para tal, o Programa devia aumentar a produção de insumos bioenergéticos e a construção de unidades de tratamento nas comunidades desfavorecidas.

A sua primeira fase foi realizada sob a liderança colombiana, durante o ano de 2008. Com efeito, nesse mesmo ano, o Governo Colombiano impulsionou a construção de 3 unidades de biocombustíveis nas Honduras (Município de Tocoa, no Departamento de Colón), em El Salvador (Departamento da La Libertad) e na Guatemala (Município de Jocotán, no Departamento de Chiquimula). Eram unidades com capacidade para produzir 10.000 litros diários de Biodiesel e de processar qualquer tipo de matéria-prima (entre estas, óleo de palma, rícino e óleo vegetal usado). Todas elas estariam dotadas, para além disso, do correspondente sistema de software para a gestão do processo produtivo.

Os três milhões de dólares, valor correspondente à construção dessas unidades, deviam ser, na sua totalidade, assumidos pela Colômbia. Contudo, só se implementaram unidades nas Honduras e em El Salvador. Os recursos para a sua instalação (2.294.200 dólares) foram disponibilizados pelo Ministério da Agricultura da Colômbia, no âmbito de um acordo assinado com a Cooperação Colombiana de Investigação Agropecuária (CORPOICA), uma entidade mista público-privada responsável pela execução técnica do projecto.

Durante o ano de 2009, previa-se a construção da unidade da Guatemala, finalmente reprogramada para este ano. Por outro lado, iniciar-se-ia a segunda etapa do projecto, com a instalação das 3 unidades adicionais no México, no Panamá e na República Dominicana. Tudo isto complementar-se-ia com a configuração da Rede Mesoamericana de Investigação e Desenvolvimento em Biocombustíveis, impulsionada pelo México, e que visa o fomento do estudo e a transferência de tecnologia nesta área, a fim de potenciar a conservação e o aproveitamento sustentável do solo, da água e da vegetação das unidades produtivas.

**Fonte:** Direcção-Geral de Cooperação da Colômbia; Corporação Colombiana de Investigação Agropecuária (CORPOICA) ([www.corpoica.org.co](http://www.corpoica.org.co)) e Projecto Mesoamérica (<http://portal2.sre.gob.mx/mesoamerica>)

#### Quadro IV.5. O Plano Andino de Saúde nas Fronteiras (PAMAFRO)

Em 2002, e no quadro da Comunidade Andina de Nações (CAN) e do Organismo Andino de Saúde (OAS), nasceu a iniciativa dos Ministros da Saúde da Colômbia, do Equador, do Peru e da Venezuela – o Projecto “Controlo da Malária nas Zonas Fronteiriças da Região Andina: Uma Abordagem Comunitária”, convertido, em 2005, no Plano Andino de Saúde nas Fronteiras ou PAMAFRO.

Como todas as iniciativas enquadradas neste esquema regional, o projecto estava concebido para reunir os países que fazem fronteira entre si, para analisar os problemas e aplicar soluções comuns num âmbito regional. No caso concreto do PAMAFRO, o Plano tinha como objectivo “reduzir a malária nas zonas mais pobres localizadas nas fronteiras dos quatro países, dando prioridade às localidades de maior incidência da doença, onde (houvesse) uma carência ao nível de serviços de saúde e problemas de acessibilidade geográfica” ([www.orasconhu.org](http://www.orasconhu.org)).

### Quadro IV.5. O Plano Andino de Saúde nas Fronteiras (PAMAFRO) (continuação)

Para alcançar essa meta, o Plano foi estruturado em duas fases (2005-2007 e 2008-2010), nas quais se fomentaria a cooperação técnica de carácter bilateral entre países fronteiriços (por um lado, a Colômbia e a Venezuela, e por outro, o Equador e o Peru). A cooperação basear-se-ia na promoção e no fortalecimento da organização social e comunitária na luta contra a malária, no aumento do acesso ao diagnóstico e no tratamento da população, no investimento nas investigações que desenvolvem fórmulas de controlo e de prevenção da malária, na implementação de sistemas de informação e de vigilância, entre outros. O financiamento (de aproximadamente 26 milhões de dólares para estes cinco anos) proviria do Fundo de Luta contra a Malária, a Tuberculose e a SIDA.

A avaliação da primeira fase teve um resultado positivo. De facto, estima-se que entre 2002 e 2008, e só na fronteira colombiana-venezuelana, os casos de malária registados passaram de 92.657 para menos de 42.000.

**Fonte:** Ministério do Poder Popular para a Saúde e Protecção Social da Venezuela; Organismo Andino de Saúde (<http://www.orasconhu.org>); Organização Panamericana da Saúde (OPS)

## Avanços e desafios na Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional

Até ao momento, as análises casuísticas sobre a *Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional* baseiam-se numa abordagem na qual o *normativo* (como *deveria ser* esta modalidade) contrasta com o *positivo* (qual é a *realidade* desta cooperação). Neste sentido, a análise levada a cabo baseou-se numa definição dos traços básicos que, a priori, deveriam caracterizar esta modalidade de cooperação. Posteriormente, explorou-se a realidade da cooperação regional na tentativa de encontrar nela as mencionadas características (primeiro através dos sistemas de cooperação dos organismos e depois das experiências concretas). Como resultado deste exercício e a título de conclusão geral, verificou-se que não existe uma *Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional* que nasça sistematicamente dos próprios esquemas de concertação, mas sim das experiências que, pontualmente, mostraram um vincado carácter horizontal e que resultam de uma génese e de um desenvolvimento muito determinado.

Cabe ainda adiantar que, nem mesmo sob esta abordagem, as experiências seleccionadas se ajustam, exacta e plenamente, a esta modalidade “pré-concebida” de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional*. Como exemplo, tanto os projectos seleccionados para o MERCOSUL como o referente à CAN e ao OAS, foram financiados com fundos externos: no primeiro caso, com fundos do Japão e da União Europeia (UE); na segunda situação, com o Fundo da Luta contra a Malária, a Tuberculose e a SIDA. Por seu lado, a cooperação impulsionada pela Colômbia, ao abrigo do Mesoamericano não foi realizada por instituições estatais, mas sim por uma entidade (Corpoica) dependente do Ministério da Agricultura, mas de carácter misto público-privado.

Conforme o exposto anteriormente, o contraste entre o *normativo* e o *positivo* impõe, nesta altura, uma revisão de ambas as perspectivas: por um lado, a conceptualização da *Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional* deve ajustar-se ao que realmente *pode ser e é* esta modalidade de cooperação; por outro lado, tanto os organismos de concertação como os seus países membros podem avançar para uma cooperação sistematicamente mais horizontal e mais ajustada ao que eles próprios sugerem que *deveria ser* a *Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional*. Para avançar nesses dois sentidos, faz falta um esforço de maior geração de informação, assim como um renovado exercício de debate sobre o que dela se vai obtendo.



**CAPÍTULO V**  
*BOAS PRÁTICAS DE COOPERAÇÃO*  
*HORIZONTAL E TRIANGULAR*

### Definição e Identificação de Boas Práticas de Cooperação Sul-Sul

---

Ao longo dos últimos anos, a Cooperação Sul-Sul penetrou com força nos fóruns internacionais onde se debate sobre a Cooperação para o Desenvolvimento. Um dos debates nos quais esta tendência foi mais evidente foi, sem dúvida, aquele que afecta a Eficácia da Cooperação. Assim, a Cooperação Sul-Sul passou de ser a grande ausente do Fórum de Harmonização de Roma, em 2003, para converter-se num ponto relevante da agenda de discussão sobre a que se articulou o 3.º Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda de Acra, em 2008.

De facto, nesse Terceiro Fórum, a relação entre a Cooperação Sul-Sul e a Eficácia estabeleceu-se através de uma dupla perspectiva. Por um lado, debateu-se sobre a idoneidade de aplicar a Declaração de Paris (nomeadamente, o princípio de *apropriação*)<sup>1</sup> à Cooperação Sul-Sul. Por outro lado, realizou-se um processo de identificação de acções que pudessem servir de guia sobre o modo em que se deve executar a Cooperação Sul-Sul para que esta seja mais eficaz: a das denominadas “*boas práticas*”, “*melhores prácticas*” ou “*experiências de êxito*”. De facto, dos debates internos do Fórum (grande parte dos quais podem ser consultados através de relatórios públicos) ficou clara a ideia de que o impulso para uma *maior e melhor* Cooperação Sul-Sul requeria avançar tanto na identificação dessas Boas Práticas, como na definição dos critérios sobre os quais essa identificação se deveria sustentar.

O debate, contudo, reflectia simplesmente aquilo que alguns países em desenvolvimento já tinham proposto em fóruns anteriores. Neste sentido, parte desta mesma discussão tinha-se iniciado já em 2007, no âmbito da Conferência Ibero-Americana. Assim, e tal como se deduz do Quadro V.1, desde o momento em que na Conferência se começou a tentar identificar aquilo que a região estava a fazer em termos de Cooperação Sul-Sul, surgiu uma discussão paralela sobre qual seria a melhor forma de impulsionar e fortalecer essa Cooperação. Os esforços orientados nesta direcção culminaram na Cimeira de San Salvador, em Outubro de 2008, com a adopção do *Programa para o Fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul na Ibero-América*; um programa cujos dois eixos de acção principais são a construção de um Banco de Boas Práticas de cooperação, assim como o fortalecimento das capacidades institucionais necessárias para avançar na elaboração das metodologias e dos sistemas de informação requeridos para a identificação dessas experiências de êxito.

O Programa de Fortalecimento iniciou a sua actividade ao longo deste mesmo ano de 2009. Os consensos que no marco desse Programa se forem alcançando irão tendo reflexo, indubitavelmente, nas sucessivas edições deste Relatório e, muito especialmente, deste capítulo, com o qual partilha objectivos. De facto, este capítulo foi concebido para começar a identificar as experiências que poderiam ser entendidas como Boas Práticas; mas, sobretudo, e através desse exercício, para seleccionar e definir os primeiros critérios de identificação dessas experiências.

## Quadro V.1. O Programa Ibero-Americano de Fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul

Ao longo dos últimos anos, os países ibero-americanos foram tomando consciência das vantagens que implica dar um maior impulso à Cooperação Sul-Sul. Dessa forma, contudo, os países foram identificando também algumas das debilidades que apresenta esta modalidade de cooperação, assim como os desafios que deve enfrentar para ser mais efectiva. Entre as debilidades e os desafios destacam-se os relacionados com “a falta de sistemas que permitam o cômputo, o acompanhamento e a coordenação” desta cooperação; assim como “a inexistência de uma metodologia que permita a acumulação sistemática de Boas Práticas e de experiências de êxito” (PRCOOPSS-SEGIB-RC3 XVIII-E 23/01/2009-pg.3/16).

Tendo em conta o anterior, e tal como apresenta a seguinte tabela, os Responsáveis de Cooperação da Conferência Ibero-Americana começaram a trabalhar para impulsionar um *Programa para o Fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul* que ajudasse tanto na melhoria das metodologias e dos sistemas de cômputo, como na identificação das experiências de êxito que pudessem servir de guia para uma Cooperação Horizontal Sul-Sul progressivamente mais eficaz. Esses trabalhos tiveram reflexo nos compromissos da Cimeira de Santiago do Chile (2007) e culminaram na de San Salvador (2008), na qual se aprovou o Programa de Fortalecimento.

### Cronologia do Programa para o Fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul na Ibero-América

Ano	Evento	Contributo
2007	Reuniões dos Responsáveis de Cooperação no quadro da Conferência Ibero-Americana	Preparação da “Estratégia de Cooperação no quadro da Conferência Ibero-Americana”. No ponto 5 fazia referência à necessidade de impulsionar um Programa Ibero-Americano de Cooperação Sul-Sul que incluisse: sistemas de informação sobre actividades; formação de pessoal; financiamento de algumas acções pontuais; e intercâmbio de posições e de boas práticas.
	XVII Cimeira Ibero-Americana, Santiago do Chile	No Programa de Acção da Cimeira era apresentada a aprovação da “Estratégia” elaborada pelos Responsáveis de Cooperação. A esse respeito, o ponto 38 do Programa considerava que a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) “apoiará a preparação de Iniciativas de Cooperação Ibero-Americana para a promoção da Cooperação Sul-Sul e Triangular, tendo como base o relatório anual sobre esta cooperação realizado pela Secretaria e orientada para fortalecer os programas binacionais, sistematizar e documentar as Boas Práticas e os casos de êxito”.
2008	Reuniões dos Responsáveis de Cooperação no quadro da Conferência Ibero-Americana	Ao longo de todo o ano discutiu-se sobre a possível formulação do Programa para o Fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul na Ibero-América. A proposta concreta surgiu da Colômbia, da Espanha e da própria Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB).
	XVIII Cimeira Ibero-Americana, San Salvador	O ponto 13 do Programa de Acção da Cimeira apresentava a aprovação do Programa da Cooperação Horizontal Sul-Sul na Ibero-América, inicialmente apoiado por catorze países (a Argentina, a Bolívia, o Chile, a Colômbia, a Costa Rica, Cuba, o Equador, El Salvador, a Espanha, o México, a Nicarágua, o Paraguai, o Peru e o Uruguai). A Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) ficou encarregue das acções necessárias para a sua implementação em 2009. Em 2009 aderiram ainda outros dois países (concretamente, a Guatemala e a República Dominicana).

Fonte: SEGIB.

Neste sentido, o Documento de Formulação do Programa fixou como objectivo principal o de “fortalecer e dinamizar a Cooperação Horizontal Sul-Sul ibero-americana, contribuindo para a qualidade e para o impacto das suas acções, assim como para a extensão das boas práticas associadas às mesmas”. O estabelecimento desse objectivo principal implicava por sua vez a consecução de outros três objectivos mais específicos (PRCOOPSS-SEGIB-RC3 XVIII-E 23/01/2009-pg.2/16) relacionados com:

1. A identificação e a divulgação dos projectos e das práticas de êxito de Cooperação Sul-Sul, assim como a sua integração num Banco de Boas Práticas.
2. O fortalecimento das capacidades institucionais dos organismos que administram a cooperação nos diferentes países ibero-americanos
3. O apoio a projectos e a acções replicáveis e inovadoras de Cooperação Sul-Sul, especialmente aquelas que pudessem surgir do Banco de Boas Práticas.



## Quadro V.1. O Programa Ibero-Americano de fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul (continuação)

O Programa foi implementado em Janeiro de 2009 e terá uma duração mínima de quatro anos. Sob o seu abrigo, encontra-se agora este *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*. Neste sentido, o Relatório e o Programa retroalimentam-se mutuamente. Assim, o Relatório irá contribuir, sem dúvida, para atingir os objectivos 1 e 2 do Programa; enquanto isso, o desenvolvimento do Programa permitirá alimentar metodologicamente este Relatório e nele se vão basear as Boas Práticas que integrarão este capítulo.

**Fonte:** Documento de Formulação do Programa para o Fortalecimento da Cooperação Horizontal Sul-Sul na Ibero-América; Programas de Acção da XVII (Santiago do Chile) e da XVIII (San Salvador) Cimeiras Ibero-Americanas.

Por conseguinte e de maneira provisória, estabelece-se que uma Boa Prática de Cooperação Horizontal Sul-Sul (e inclusivamente Triangular) deveria cumprir com um conjunto de requisitos que afectem ao mesmo tempo tanto o seu impacto como a sua génese e o seu desenvolvimento. Uma Boa Prática deveria referir-se, designadamente, a uma acção ou a um projeto de cooperação que:

- a) tenha surgido de um consenso entre países considerados como parceiros; um consenso preferentemente pactuado no âmbito de uma Comissão Mista ou equivalente;
- b) quando conclua, tenha deixado instalada uma nova capacidade, pelo menos, num dos parceiros.

Como critério adicional, considera-se igualmente que a avaliação e a posterior selecção como Boa Prática deveriam provir, de forma preferencial embora não exclusiva, do *parceiro receptor*.

Esta primeira conceptualização, contudo, está sujeita a diversos matizes. Na realidade, e tal como sugerem as Boas Práticas seleccionadas e apresentadas nas secções posteriores, os critérios utilizados para identificar estas *experiências de êxito* no quadro da própria Conferência Ibero-americana são ainda muitos e com acepções muito vastas.

## Quadro V.2. Critérios para identificar uma Boa Prática. A opção da Argentina

Segundo a Direcção-Geral de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores, do Comércio Internacional e Culto da República da Argentina, em alguns casos concretos, a identificação de uma Boa Prática de Cooperação Horizontal Sul-Sul pode responder ao cumprimento dos seguintes critérios:

- 1) Impacto. Uma Boa Prática deveria demonstrar um impacto positivo e tangível sobre as condições de vida das pessoas, sobre a dos pobres e das pessoas que se encontram numa situação de desvantagem.
- 2) Associação. As Melhores Práticas deveriam fundamentar-se em associações de dois ou mais actores. Tratar-se-ia de lograr um trabalho em redes; e isto quer no plano nacional (articulação de ministérios) quer no internacional (articulação de países e organizações internacionais).
- 3) Sustentabilidade: As Melhores Práticas deveriam conseguir alterações tangíveis e duradouras, pelo menos, numa das seguintes áreas:

## Quadro V.2. Critérios para identificar uma Boa Prática. A opção da Argentina (continuação)

- a) Quadros legislativos e regulamentares, normas subsidiárias ou standards, que ofereçam um conhecimento formal de temas e problemas aos quais se dirigiram;
  - b) Políticas sociais e/ou estratégias sectoriais que tenham possibilidade de réplica;
  - c) Âmbitos institucionais e processos para a adopção de decisões, que atribuam funções claras e responsabilidades a vários níveis e a grupos de actores, como a organizações governamentais, centrais e locais, ou a organizações comunitárias de base;
  - d) Sistemas de gestão eficientes, transparentes e responsáveis que tornem mais eficazes os recursos humanos, técnicos, financeiros e naturais.
- 4) Liderança e “empoderamento” comunitário. Uma Boa Prática deveria “empoderar” as pessoas ou a sociedade que nela participam, bem como liderar e inspirar uma mudança, nomeadamente no quadro das políticas públicas.
- 5) Igualdade de género e inclusão social. Ficariam incluídas entre as Melhores Práticas aquelas iniciativas que aceitam e respondem à diversidade social e cultural de uma sociedade; que reforçam a igualdade e a justiça social baseando-se nos rendimentos, no sexo, na idade, na condição mental e física, no reconhecimento e no valor das diferentes capacidades.
- 6) Inovação entre contexto local e transferência. Trata-se de saber até que ponto a cooperação impulsionada utilizou meios inovadores para partilhar ou transferir o conhecimento; e, também, até que ponto outros terceiros puderam aprender ou beneficiar da iniciativa.

**Fonte:** Direcção-Geral de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores da Argentina

A título de exemplo, a chancelaria Argentina (Quadro V.2) sugere identificar uma Boa Prática a partir de uma combinação de critérios que abordem os seus possíveis impactos (em termos quer de resultados directos quer de efeitos colaterais sobre questões como a igualdade de género e a inclusão social e a sua capacidade para *empoderar* as comunidades receptoras); a sua sustentabilidade; o seu carácter inovador (especialmente no que se refere aos meios utilizados); e o seu desenvolvimento, relativamente à sua capacidade para gerar uma cooperação baseada no fomento da associação de distintos actores.

### Boas Práticas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

As Tabelas V.1 e V.2 apresentam alguns dos projectos que os países Ibero-americanos indicaram como Boas Práticas de *Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral*. Trata-se de projectos seleccionados, em todos os casos, por terem recebido uma classificação positiva: tanto no que se refere à forma em que foram geridos e desenvolvidos, como em termos do resultado que produziram.

Por outro lado, tal como podemos observar nas mencionadas tabelas, os projectos seleccionados foram levados a cabo em sectores de actividade muito diversos, embora tivessem primazia os económicos e os destinados ao fortalecimento institucional. Quase metade deles foi seleccionada pelos *parceiros receptores*. Os restantes dividem-se entre os declarados pelos *parceiros ofertantes* e aqueles que, tendo sido declarados por um dos dois participantes, foram posteriormente ratificados pelo outro.

Nomeadamente, caracterizam-se oitos projectos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Os inseridos na Tabela V.1.A (um projecto mexicano, que se destina à concepção dos percursos do transporte urbano de Manágua, e um argentino, que visa o desenvolvimento de um Plano Estratégico de Turismo Sustentável na zona centro-sul de El Salvador) foram seleccionados pelos países que exerceram o papel de *parceiro receptor*. Por outro lado, os indicados na Tabela V.1.B e V.2 (um projecto aquícola do México no Panamá, outro sobre o desenvolvimento local da Venezuela no Uruguai e dois da Argentina na Bolívia e no Paraguai relacionados com os Direitos Humanos) foram declarados pelos correspondentes *parceiros ofertantes*. Por último, os da Tabela V.1.C (os participados por Cuba e pela Colômbia nas áreas da segurança alimentar e da sericultura) foram seleccionados por uma das duas partes e ratificados pela outra.

Deste modo, e no que se refere à génese e ao desenvolvimento que experimentaram os projectos, os países tenderam a destacar que se tratou de uma cooperação enquadrada nas suas correspondentes Comissões Mistas e/ou nos seus Programas Bilaterais de Cooperação. Acrescentaram ainda que quase todos estes projectos nasceram de uma procura por parte do *parceiro receptor*, a qual nem sempre teve origem no âmbito estritamente governamental, embora, finalmente, fosse dirigida a ele. De facto, as solicitações provenientes de organismos e de instituições públicas de distinto nível (como o Ministério da Justiça da Bolívia, a Intendência Municipal do Departamento de Canelones do Uruguai ou a Câmara Municipal da capital nicaraguense) contrastaram com as das associações não governamentais (como a Associação de Familiares de Detidos, Desaparecidos e Mártires pela Libertação Nacional –ASOFAMD– da Bolívia). Por outro lado, o início de determinados projectos remonta a há alguns anos (alguns projectos mexicanos datam, por exemplo, de 2001) o que espelha a solidez da cooperação realizada e a consciência que dela têm os países envolvidos.

**Tabela V.1. Boas Práticas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, segundo o parceiro receptor**

**V.1.A. Boas Práticas com a Nicarágua e El Salvador como parceiros receptores**

		Projecto 1: "Concepção da Rede de Percursos do Transporte Urbano Colectivo de Manágua"	Projecto 2: "Formulação do Plano Estratégico de Turismo Sustentável para a Região de El Bálsamo"
Descrição	Parceiros	Parceiro ofertante: México Parceiro receptor: Nicarágua	Parceiro ofertante: Argentina Parceiro receptor: El Salvador
	Em que consiste?	Cursos, workshops e formação ministrados por especialistas mexicanos sobre: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inquéritos de origem-destino.</li> <li>• Caracterização dos operadores.</li> <li>• Análise da informação da procura.</li> <li>• Critérios para a reestruturação de percursos de transporte.</li> <li>• Modelização da oferta e da procura.</li> <li>• Negociação com os operadores.</li> </ul>	Desenvolver um plano estratégico sustentável para a região de Bálsamo (no Departamento de La Libertad). Através deste plano pretende-se a visão, a missão e os valores característicos da região; os objectivos a curto, médio e longo prazo; as suas áreas estratégicas; as suas metas e os programas estratégicos de acção requeridos para a respectiva implementação.
	Área de actividade	Política de Transportes	Turismo
Avaliação	Génese	Nasce de um estudo da responsabilidade da Câmara Municipal de Managua no sector do transporte em autocarro. Procura adaptar a oferta à procura, mediante as modificações a aplicar em: traçado das linhas, localização das paragens, frequências, horários e tarifas. Pretende também adaptar a oferta para que não haja lugar a duplicações; e assegurar a viabilidade da exploração dos percursos.	Enquadra-se no Programa de Cooperação Bilateral 2007-2008
	Resultados	Positivos. Cumpre-se 100% dos objectivos propostos. E tanto é assim que a Câmara Municipal de Manágua está disposta a implementar uma nova fase deste projecto para o próximo biénio.	Cumpe-se o objectivo, pelo menos em termos da formação exigida para o impulso do Plano.

**Tabela V.1. Boas Práticas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, segundo o parceiro receptor (continuação)**

**V.1.B. Boas Práticas com o Panamá e o Uruguai como parceiros receptores**

		Projecto 1: "Produção de sementes, de moluscos e de cultivos do mar"	Projecto 2: "Núcleo de Desenvolvimento Endógeno (NUDE) de Pueblo Bolívar"
Descrição	Parceiros	Parceiro ofertante: México Parceiro receptor: Panamá	Parceiro ofertante: Venezuela Parceiro receptor: Uruguai
	Em que consiste?	A adequação do laboratório de moluscos do Centro de Maricultura do Pacífico panamense, no que se refere ao tratamento da água para a reprodução de moluscos como requisito indispensável para promover o desenvolvimento de cultivos no mar e as actividades de repovoamento.	A promoção de um Núcleo de Desenvolvimento Endógeno (NUDE) de Pueblo Bolívar, a 100 km de Montevideo. Trata-se de uma iniciativa orientada para o desenvolvimento local, através da promoção de projectos produtivos extremamente integrados nas comunidades, e com fortes impactos a nível social. Inclui a construção da infra-estrutura produtiva, social e básica.
	Área de actividade	Aquicultura; Pesca	Desenvolvimento local
Avaliação	Génese	Enquadrou-se na Cooperação Técnica e Científica desenvolvida entre o México e o Panamá, a partir do ano de 2001. Com base nesta experiência, durante 2006 e 2008, a cooperação mexicana empenhou os seus esforços na criação de projectos de cultivo de êxito que atendessem nichos de mercado, e que, ao mesmo tempo, representassem uma fonte de receita para os pescadores artesanais; procurou igualmente consolidar a auto-suficiência do Panamá na produção de determinadas sementes e cultivos.	Foi criado em 2005, a partir de uma colaboração entre o Governo Bolivariano da República Bolivariana da Venezuela, a Empresa estatal de Petróleos venezuelana (Pdvs), a comunidade de Pueblo Bolívar, a Intendência Municipal do departamento de Canelones da República do Uruguai, bem como com outras Instituições Governamentais uruguaias
	Resultados	Repovoou-se a população da vieira <i>Argopecten ventricosus</i> na costa do Pacífico do Panamá; introduziram-se novas espécies de moluscos potencialmente cultiváveis; fomentou-se a comercialização dessas espécies, como apoio aos pescadores e cooperativas panamenses (em especial na província de Coclé). O impacto ecológico foi positivo e sustentável, uma vez que se repovoou a vieira <i>Argopecten ventricosus</i> no seu habitat natural, o qual já tinha sido explorado anteriormente de maneira irracional.	Implementou-se uma parte da infra-estrutura social (centro cívico, policlínico de saúde, casas, escolas) e uma parte da produtiva (projecto apícola, promoção e produção familiar, turismo social;...). Integrou-se a população (especialmente os jovens) nos projectos, uma parte dela recebeu formação, constituíram-se comissões de trabalho e organizaram-se a partir da sociedade civil.

**V.1.C. Boas Práticas com Cuba como parceiro receptor e a Colômbia como parceiro ofertante**

		Projecto 1: "Agrosaúde ou Projecto de biofortificação de cultivos de arroz e feijão"	Projecto 2: "Investigação e produção sustentável e artesanal da seda"
Descrição	Parceiros	Parceiro ofertante: Colômbia Parceiro receptor: Cuba	Parceiro ofertante: Colômbia Parceiro receptor: Cuba
	Em que consiste?	Visa a melhoria da segurança alimentar nutricional, mediante o desenvolvimento de cultivos denominados nutritivos (cultivos com maiores conteúdos de nutrientes e melhores características agronómicas, obtidos pelo fitomelhoramento tradicional). Procura melhorar o acesso da população a este tipo de produtos (neste caso concreto, ao arroz e aos feijões).	Fomento da sericultura em Cuba, como alternativa ao sector agrário. A Sericultura possui um grande potencial para o aumento das receitas nas áreas rurais. Trata-se de uma actividade que não requer grandes investimentos, é simples de implementar e que em Cuba assume particulares perspectivas de mercado graças à importância do sector turístico.
	Área de actividade	Segurança alimentar; Agricultura	Sericultura, Agricultura e Indústria
Avaliação	Génese	Colaboração entre centros de investigações agro-pecuárias de ambos os países. Enquadra-se num projecto regional mais vasto (Agrosaúde, que agrupa instituições de toda a América latina e das Caraíbas), assim como na Comissão Mista na qual se estabelece a Cooperação Bilateral entre Cuba e a Colômbia.	Em meados dos anos noventa, introduziu-se em Cuba o cultivo da Amoreira, de elevado conteúdo nutricional, para ser utilizada em sistemas sustentáveis de alimentação animal. Sem recorrer a sistemas de rega, a propagação deste vegetal é de muito baixo custo. Após a visita a Cuba de um técnico colombiano especialista em Sericultura, surgiu a ideia de fomentar a implantação desta especialidade como uma alternativa de desenvolvimento para o sector agrário cubano. A colaboração final entre diversas instituições cubanas e colombianas é facilitada através da Cooperação Bilateral entre ambos os Governos
	Resultados	Contribuiu para uma melhoria da dieta da população que consome estes produtos, através de um aumento do seu conteúdo em ferro e zinco, nutrientes essenciais que o corpo humano requer em pequenas quantidades para as suas funções biológicas.	A promoção dos primeiros ateliers e a criação de emprego em zonas rurais de Cuba, designadamente nos municípios de Perico, Colon, Jovellanos e Martí da Província de Matanzas. Iniciou-se também a sua promoção na zona Oriental do país, a mais afectada pelos ciclones e pelas secas, e a menos industrializada.

**Fonte:** Agência Presidencial para a Acção Social e Direcção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia, Ministério para o Investimento Estrangeiro e da Colaboração Económica (MINVEC) de Cuba, Direcção-Geral de Cooperação Externa do Ministério das Relações Exteriores de El Salvador, Direcção-Geral de Cooperação Técnica e Científica da Secretaria das Relações Exteriores do México, Ministério das Relações Exteriores da Nicarágua e Ministério do Poder Popular para a Comunicação e a Informação da Venezuela.

Por seu lado, os países destacaram a enorme relação entre os objectivos fixados pelos projectos e os resultados obtidos. Estes resultados, que também em numerosas ocasiões tiveram um carácter multidimensional (económico, social, ecológico...) (por exemplo, o caso do projecto de desenvolvimento local venezuelano-uruguaio ou mesmo o que foi impulsionado pela cooperação mexicana-panamense no sector da aquicultura). Os países indicaram como outro dado positivo o facto de que alguns *parceiros receptores* tivessem solicitado a continuidade dos projectos mencionados, quer mediante o seu prolongamento (aplicando sucessivas fases à semelhança dos projectos de desenvolvimento local e de aquicultura já indicados) quer replicando-os em outras zonas do território nacional (o caso do projecto sobre sericultura que os colombianos começaram a levar do ocidente para o oriente de Cuba). Finalmente, salientaram a sua sustentabilidade. A título de exemplo, a Argentina explicou que a sustentabilidade dos projectos realizados no Paraguai e na Bolívia ficaria garantida, respectivamente, pela eventual criação de uma Secretaria de Estado em Direitos Humanos e pela atracção do novo financiamento proveniente de doadores tradicionais como a Dinamarca e a Suécia. Nestes dois casos, a Argentina acrescentou como elemento de avaliação o facto de se tratar de projectos que promoveram o associativismo entre distintas instituições público-privadas dos países participantes.

**Tabela V.2. Boas Práticas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, com a Argentina como parceiro ofertante**

		Projecto 1: "Assistência Técnica em Antropologia Forense. Apoio à Comissão da Verdade e da Justiça da Bolívia"	Projecto 2: "Assistência Técnica em Antropologia Forense. Apoio à Comissão da Verdade e da Justiça do Paraguai"
Descrição	Parceiro	Bolívia	Paraguai
	Em que consiste?	Assistência técnica para apoiar o esclarecimento das violações de direitos humanos ocorridas durante as ditaduras mantidas durante os anos 60 a 80. Materializou-se no mausoléu da Associação de Familiares de Detidos, Desaparecidos e Mártires pela Libertação Nacional (Asofamd), onde se realizou: a exumação arqueológica de 15 nichos, a análise antropológica forense de um total de 14 corpos, a recolha de amostras e as análises genéticas de laboratório, a elaboração de hipóteses de identidade, de um total de 16 casos.	Assistência técnica para a organização e investigação de detidos - desaparecidos e/ou execuções extra-judiciais - ocorridas durante a Ditadura (1954 -1989). Incluiu: capacitação, trabalhos de escavação, análises de laboratório sobre restos recuperados em diversas províncias do interior do país, verificação in loco de diversos locais presumíveis de albergar restos de vítimas da ditadura.
	Área de actividade	Antropologia forense, Direitos Humanos, Governo e sociedade civil	Antropologia forense; Direitos Humanos, Governo e sociedade civil
Avaliação	Génese	A solicitação foi apresentada pela Associação de Familiares de Detidos, Desaparecidos e Mártires pela Libertação Nacional (Asofamd) da Bolívia e posteriormente pelo Ministério da Justiça (nomeadamente pelo Conselho Interinstitucional para o Esclarecimento de Desaparecimentos Forçados -CIE-DEF-). Envolveu também técnicos e profissionais locais, tais como os médicos do IDIF (Instituto de Investigações Forenses) e da DINAR (Direcção Nacional de Arqueologia).	Solicitação do Paraguai ao Fundo Argentino (FO-AR) para a Cooperação Horizontal Sul-Sul
	Resultados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Impacto: Consciencializou sobre a importância da memória e dos recursos da antropologia forense para fortalecê-la.</li> <li>- Resultados concretos: 16 pessoas inumadas, 5 pessoas identificadas, restos restituídos aos seus familiares; Relatórios remetidos à Justiça; Antropologia Forense incluída na Pós-graduação da Faculdade de Ciências da Saúde Humana da Universidade Autónoma Gabriel Rene Moreno.</li> <li>- Associação: Participaram institutos públicos, grupos familiares das vítimas, profissionais arqueólogos, médicos e forenses.</li> <li>- Sustentabilidade: Ficou assegurada através da formação de capacidades locais, assim como da atracção de fundos provenientes de doadores tradicionais (nesto caso da Dinamarca e da Suécia)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Impacto: Positivo, pode medir-se na efectiva adopção, por parte do Estado Paraguai, da legislação internacional sobre os padrões mínimos que avaliam uma intervenção forense para que seja aceitável em termos processuais.</li> <li>- Resultados concretos. Permitiu: esclarecer as circunstâncias de desaparecimento e o destino final de um cidadão paraguaio desaparecido na Argentina em 1976; conceder um papel fundamental e privilegiado aos familiares das vítimas, concretizando o seu direito à informação; levar a cabo a primeira audiência pública da Comissão da Verdade da Justiça do Paraguai; publicar o Relatório da Comissão da Verdade e da Justiça.</li> <li>- Associação. Participaram: a sociedade civil, os funcionários do Estado, os organismos de Direitos Humanos, os grupos familiares.</li> <li>- Sustentabilidade: Espera-se que o Estado Paraguai adopte uma Secretaria de Direitos Humanos ou outra estrutura similar, o que garantiria, sem dúvida, a sustentabilidade do projecto.</li> </ul>

Fonte: Direcção-Geral de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores, do Comércio Internacional e do Culto da Argentina

---

## Boas Práticas de Cooperação Triangular

---

A Tabela V.3 inclui os dois projectos que os países destacaram como Boas Práticas de Cooperação Triangular. Trata-se de dois projectos declarados pelos respectivos *parceiros receptores*, o Paraguai na América do Sul e a República Dominicana nas Caraíbas. Como se pode observar na referida tabela, em ambos os casos a maior parte do financiamento recaiu sobre a cooperação alemã e a execução técnica em dois países geograficamente próximos dos *parceiros receptores*: o Chile no Cone Sul e o México, banhado também a este pelas águas caribenhas.

Por sectores, a triangulação Alemanha-Chile-Paraguai orientou-se no sentido de impulsionar um projecto de desenvolvimento local na região do rio Apa, no nortenho Departamento da Concepción. A correspondente à Alemanha-México e República Dominicana, por seu lado, esteve relacionada com a constituição de uma Rede de Promotores Ambientais responsáveis pela prevenção e gestão de resíduos sólidos, num mínimo de 23 municípios dominicanos. Contudo, é de assinalar que, em ambos os casos, o fortalecimento institucional (da cooperação público-privada, no primeiro, e da criação de uma completa malha de figuras e de organizações à volta da gestão de resíduos municipais, no segundo) foi uma componente importante.

Relativamente à origem dos projectos, tanto o Paraguai como a República Dominicana salientaram que as triangulações surgiram por solicitação própria e após o conhecimento obtido sobre o desenvolvimento positivo desse mesmo projecto no âmbito da cooperação bilateral Norte-Sul. Por conseguinte, trata-se de dois projectos de êxito da cooperação alemã, adaptados à realidade local e executados posteriormente no âmbito regional por aqueles que foram os seus primeiros receptores (o Chile e o México, respectivamente). Que as solicitações emanaram do Paraguai e da R. Dominicana e que ambos os projectos se realizaram no quadro dos correspondentes Acordos de Cooperação Triangular, assegurando-se o princípio de horizontalidade que deveria acompanhar o desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Finalmente, os resultados de ambos os projectos tiveram uma avaliação positiva. À semelhança do que sucedia nos casos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, os respectivos impactos foram multidimensionais. No caso do projecto de desenvolvimento local, por exemplo, obtiveram-se resultados simultâneos em vários sectores: económicos (promoção de novos produtos agrícolas e a criação de um gabinete regional de turismo) e ambientais (aplicação de técnicas de cultivo ecologicamente sustentáveis). Da mesma forma, o modo como se abordaram os resultados sugere que existe a intenção de dar continuidade aos dois projectos: estendendo-os a novos sectores (o caso do projecto de desenvolvimento local) ou a outros municípios (o caso da triangulação com o México e a R. Dominicana na gestão de resíduos sólidos).

**Tabela V.3. Boas Práticas de Cooperação Triangular, segundo o parceiro receptor**  
**V.3.A. Boa Prática com o Paraguai como parceiro receptor**

		Ficha Projecto 1: "Desenvolvimento Económico e Local na Zona do Rio Apa no Departamento de Concepción"
Descrição	Parceiros	Primeiro parceiro ofertante: Chile Segundo parceiro ofertante: Alemanha Parceiro receptor: Paraguai
	Em que consiste?	Impulsionar processos de cooperação público-privada para o desenvolvimento económico local sobre a base de potencialidades endógenas da zona norte do Departamento de Concepción (Eixo do Rió, San Lázaro.- Colonia José Félix López - San Carlos) e promover a formação de empreendedores e cadeias de serviços e de produção na região.
	Área de actividade	Governabilidade e Sociedade Civil
Avaliação	Génese	O Paraguai teve conhecimento de que o Chile tinha desenvolvido boas experiências no âmbito da cooperação entre o sector público e o sector privado, para o desenvolvimento económico local e territorial, através da cooperação do Programa "Descentralização e desenvolvimento regional – Região Activa" da Agência Alemã de Cooperação. Daí surgiu a ideia de que este conhecimento fosse transferido para as entidades do Paraguai.
	Resultados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eficácia nos trabalhos de coordenação.</li> <li>- Parcelas geridas de uma forma sustentável.</li> <li>- Produção de sementes (banco de provisão de sementes de milho: chipa, locro, Karapé Pyta e Tupi Pytá).</li> <li>- Motivação dos produtores para a boa execução do plano.</li> <li>- Criou-se o gabinete regional de Turismo.</li> </ul>

**V.3.A. Boa Prática com a República Dominicana como parceiro receptor**

		Ficha Projecto 1: "Rede GIRE SOL para o fortalecimento da gestão integral de resíduos sólidos"
Descrição	Parceiros	Primeiro parceiro ofertante: México Segundo parceiro ofertante: Alemanha Parceiro receptor: República Dominicana
	Em que consiste?	O projecto tem como objectivo constituir a Rede Dominicana de Promotores Ambientais para a Prevenção e Gestão Integral de Resíduos Sólidos (RED GIRE SOL DOMINICANA) e formar promotores ambientais dominicanos nesta matéria.
	Área de actividade	Ambiente
Avaliação	Génese	No México teve lugar um evento da Rede Giresol, no qual participou um técnico da Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais (SEMARENA), a convite da Agência Alemã de Cooperação na R. Dominicana. Ao ter conhecimento da experiência, o convidado nacional propôs replicar o projecto no país, para o qual se iniciaram as negociações entre a Agência Alemã de Cooperação, o México e as instituições pertinentes da R. Dominicana (a SEMARENA, o Conselho Nacional de Reforma do Estado –CONARE- e a Federação Dominicana de Municípios –FEDOMU-). Isto culmina com a ratificação do Acordo de Cooperação Triangular entre a República Dominicana, o México e a Alemanha.
	Resultados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de três encontros para capacitar a primeira geração de Promotores e de Promotoras Ambientais.</li> <li>- Constituição da Rede GIRE SOL Dominicana.</li> <li>- Constituição do Comité Coordenador Nacional (CCN).</li> <li>- Realização do Planeamento Estratégico do CCN.</li> <li>- Certificação de 28 promotores.</li> <li>- 90 acções ambientais.</li> <li>- 1600 beneficiários</li> <li>- 23 Câmaras Municipais capacitadas na primeira geração (incluindo o Distrito Nacional)</li> </ul>

Fonte: Secretaria Técnica de Planeamento (STP) do Paraguai e a Secretaria de Estado da Economia, Planeamento e Desenvolvimento (SEEPYD) da R. Dominicana

NOTAS

<sup>1</sup> Este princípio estabelece a necessidade, no quadro da cooperação, dos parceiros receptores exercerem uma autoridade efectiva sobre as suas políticas e estratégias de desenvolvimento, e que os doadores a respeitem.

CAPÍTULO VI  
*A IBERO-AMÉRICA NA  
AJUDA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO (AOD)  
MUNDIAL*



### Introdução

Neste capítulo analisamos a evolução da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) destinada à Ibero-América desde o início da década até à actualidade. A análise divide-se em três grandes blocos. O primeiro aborda uma síntese das tendências apresentadas pela AOD mundial destinada ao conjunto dos países em desenvolvimento desde o ano 2000 até 2007 ou até 2008, data dependente dos dados proporcionados pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), fonte de informação na qual se baseou esta parte da análise.

O segundo bloco divide a informação anterior tendo em conta aquilo que aconteceu aos 19 países da América Latina que, sendo membros da Conferência Ibero-Americana, continuam a estar classificados (novamente de acordo com o CAD) como países susceptíveis de receber Ajuda.<sup>1</sup> Neste sentido, estuda-se a tendência dos fluxos destinados à região, bem como o seu destino (em termos de países receptores) e a sua origem (em termos dos principais países doadores).

Em terceiro lugar, analisam-se os fluxos de AOD mobilizados entre os 22 países membros da Conferência Ibero-Americana: da Espanha, de Portugal e de Andorra para os 19 países latino-americanos. Uma grande parte desta análise focaliza-se naquilo que sucedeu entre os anos de 2007 e de 2008. Isso é possível porque, ao contrário dos blocos anteriores, a informação desta terceira parte provém das Agências e/ou Direcções-Gerais de Cooperação dos três países que actuam como *parceiros doadores*, o que facilita o acesso a uma informação mais actualizada.

### Fluxos internacionais da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD)

Tal como apresenta o Gráfico VI.1, entre os anos de 2000 e de 2008 o volume da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) mundial cresceu 140%: dos cerca de 50.000 milhões de dólares da primeira data até aos quase 120.000 milhões da segunda. Este crescimento (de 12% de média anual) não foi, contudo, gradual. Neste sentido, destacam-se no período de referência dois pontos máximos de crescimento coincidentes, por um lado, no biénio 2004-2005 (momento em que pela primeira vez a AOD mundial superou a barreira dos 100.000 milhões de dólares) e por outro lado, no biénio 2007-2008 (período no qual se inverteu a dinâmica de estancamento e inclusivamente a dinâmica de redução dos anos 2006-2007, e em que se deu um crescimento de 14%, uma taxa 2 pontos percentuais acima da média).

**Gráfico VI.1. Total AOD líquida destinada aos países em desenvolvimento. 2000-2008**



Fonte: SEGIB a partir de [www.oecd.org/dac/stats/idsonline](http://www.oecd.org/dac/stats/idsonline) e <http://www.oecd.org/document/>

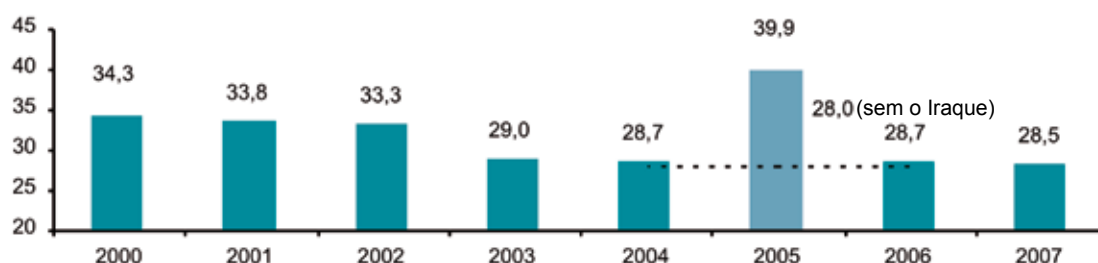
A trajetória seguida pela Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) mundial esteve marcada pelos compromissos assumidos pelos principais doadores em várias cimeiras internacionais, entre as quais se destacaram: a Cimeira do Milénio de 2000; a Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento de Monterrey (México) de 2002; e as Cimeiras do G8 e do Milénio+5,<sup>2</sup> celebradas em Julho e em Setembro de 2005 (OCDE, 2009). De facto, como já comentámos, no quadro destas Cimeiras os doadores assumiram diferentes metas: de aumento da AOD até 0,7% do PNB nacional (Cimeira de Monterrey); de incremento global da Ajuda em 50.000 milhões de dólares para 2010, relativamente à AOD do ano de 2004<sup>3</sup> (Cimeiras de 2005).

Foram ainda relevantes outros factores de carácter mais pontual. Assim, o crescimento verificado entre os anos de 2004 e de 2005 foi influenciado pelos fluxos de Ajuda Humanitária (10% dos 107.000 milhões de dólares de 2005) destinados a atenuar os danos provocados pelo tsunami que afectou os países do Oceano Índico e pelo terremoto no Paquistão; assim como a Ajuda ao Iraque (aproximadamente 26.000 milhões de dólares, equivalentes a 25% do total mundial), mais de metade desta ajuda sob a forma de cancelamento da dívida. De facto, foram também as operações de alívio da dívida (45.000 milhões de dólares só na aplicação da iniciativa HIPC para os Países Pobres Altamente Endividados em 2006) as que permitiram manter os fluxos de AOD mundial desse ano acima da barreira dos 100.000 milhões de dólares. Enquanto isso, a manutenção da AOD mundial em 2007 e o seu incremento em 2008 foram fruto do cumprimento dos compromissos de 2005. Esse cumprimento traduziu-se num aumento da Ajuda em 34.000 milhões de dólares em relação a 2004; uma substituição dos cancelamentos da dívida por outros instrumentos (especialmente programas e projectos de desenvolvimento bilateral); e a sua atribuição a um número cada vez maior de parceiros, tal como sugerem os dados sobre fragmentação da ajuda<sup>3</sup> (OCDE, 2009) ([www.oecd.org/dac/stats/idsonline](http://www.oecd.org/dac/stats/idsonline)).

Esta dinâmica traduziu-se também em mudanças na estrutura de distribuição da AOD mundial. Neste sentido, e tal como mostram os Gráficos VI.2 e VI.3, teve lugar uma redistribuição dos fluxos da ajuda, em primeiro lugar, desde os países com um maior nível de rendimento relativamente aos de menor nível; e em segundo lugar, e em parte como consequência do anterior, dos países da América Latina para os países das regiões da África e da Ásia. Assim, entre os anos de 2000 e de 2007, os Países de Rendimento Médio (PRM) foram afastados do papel de receptores de AOD mundial, e passaram de representar praticamente 35% do total da ajuda a significar apenas 28,5%. Entretanto, entre 2000 e 2007, e em relação à soma da AOD destinada à África, à Ásia e à América, os países americanos desceram os mesmos cinco pontos de participação relativa (de 13 a 8%) que subiram os africanos (de 43 a 48%).

### Gráfico VI.2. Peso dos Países de Rendimento Médio sobre o total da AOD mundial. 2000-2007.

Em percentagem

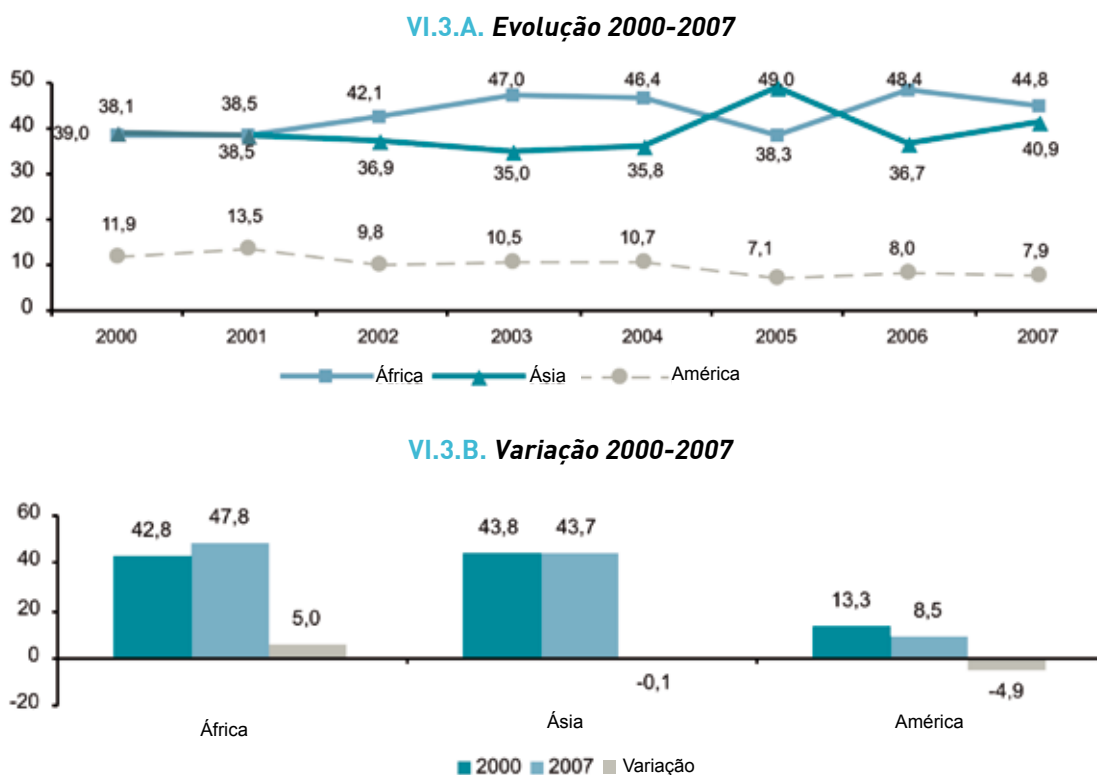


Calcula a participação dos Países de Rendimento Médio (tanto Baixo como Alto, de acordo com a classificação da OCDE) sobre o total da AOD em valores líquidos destinada aos países em desenvolvimento. Fonte: SEGIB a partir de [www.oecd.org/dac/stats/idsonline](http://www.oecd.org/dac/stats/idsonline)

Fonte: SEGIB a partir de [www.oecd.org/dac/stats/idsonline](http://www.oecd.org/dac/stats/idsonline)

### Gráfico VI.3. Participação das diferentes regiões na AOD líquida mundial. 2000-2007

Participação, em percentagem; variação, em pontos percentuais



A distribuição não é calculada sobre o total da AOD em valores líquidos destinada aos países em desenvolvimento, mas sim sobre o total da AOD destinada às regiões da África, da Ásia e da América.

Fonte: SEGIB a partir de [www.oecd.org/dac/stats/idsonline](http://www.oecd.org/dac/stats/idsonline)

## A Ajuda ao Desenvolvimento destinada à América Latina

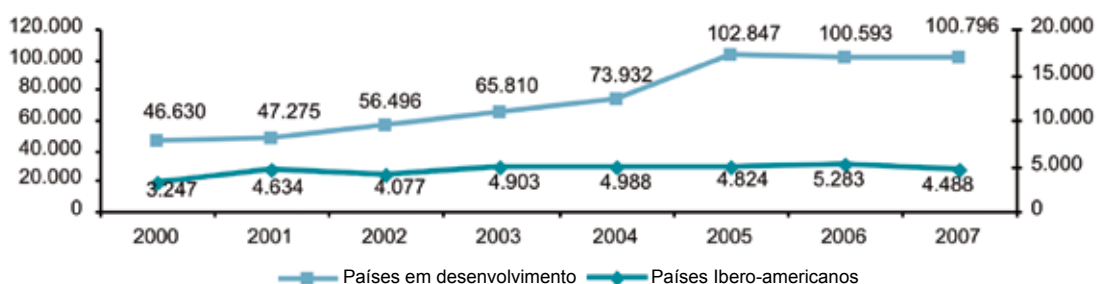
Durante o período de 2000-2007, a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) destinada aos países latino-americanos manteve uma trajetória irregular. Como observamos no Gráfico VI.4.A, a AOD destinada à região começou a década com valores aproximados de 3.250 milhões de dólares. Durante cinco anos encadeou sucessivos aumentos e reduções, mas sempre com valores inferiores à barreira dos 5.000 milhões de dólares. Em 2006, um novo impulso permitiu pela primeira vez elevar o valor final acima dos 5.250 milhões. No ano de 2007, a tendência voltou a inverter-se e a Ajuda destinada à América Latina voltou a sofrer uma forte queda (de 15%), situando-se novamente abaixo dos 4.500 milhões de dólares.

A irregularidade apresentada pela AOD que se destinou aos países latino-americanos entre 2000 e 2007 deu lugar a uma taxa de crescimento anual de 6%; uma taxa considerável, mas equivalente a praticamente metade da registada pela AOD destinada ao conjunto de todos os países em desenvolvimento (12%). Fruto dessa diferença nos ritmos de crescimento, e tal como se observa nos Gráficos VI.4, a região ibero-americana foi substituída como receptora da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, e passou de representar 6,5% no ano 2000 a menos de 4,5% em 2007.

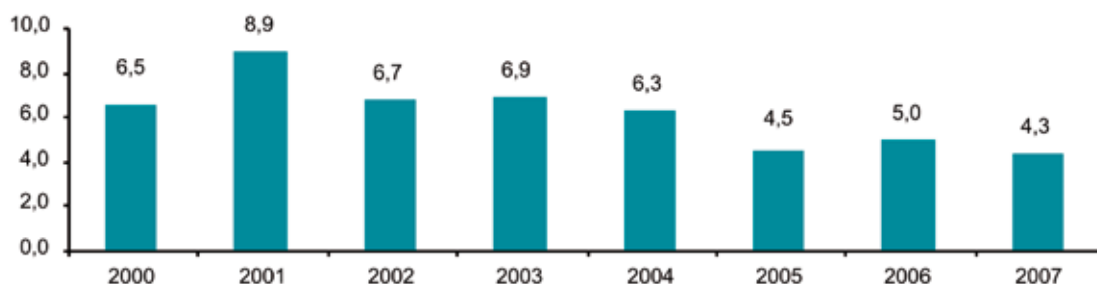
## Gráfico VI.4. AOD líquida destinada aos países Ibero-americanos e países em desenvolvimento. 2000-2007

Valores, em milhões de dólares; participação, em percentagem

### VI.4.A. Comparação de tendências



### VI.4.B. Participação da Ibero-América na AOD mundial



Nota: No Gráfico VI.4.A, ao total destinado aos países em desenvolvimento foi subtraída a parte destinada aos países ibero-americanos. Pretendia-se assim que a tendência apresentada pela AOD destinada ao conjunto dos países em desenvolvimento não fosse influenciada pela tendência apresentada pelos próprios países latino-americanos.

Fonte: SEGIB a partir de [www.oecd.org/dac/stats/idsonline](http://www.oecd.org/dac/stats/idsonline)

No que diz respeito ao destino desta AOD, em 2007 a Nicarágua e a Colômbia situaram-se como os principais receptores da região, com volumes de ajuda superiores a 850 e 750 milhões de dólares, respectivamente; ajudas que de modo conjunto significaram mais de um terço da AOD regional. Os seguintes 30% correspondem a três países, a Bolívia, as Honduras e a Guatemala, com uma AOD que rondou para cada um dos países entre 450 e 475 milhões de dólares. Como podemos observar, os cinco primeiros países pertencem às regiões centro-americana e andina, nas quais se concentra tradicionalmente a maior parte da AOD. A surpresa foi protagonizada pelo Brasil, um país que praticamente triplicou os fundos recebidos em 2006 e que surgiu na sexta posição desta classificação com quase 300 milhões de dólares. Uma parte importante deste aumento foi consequência da renovação dos compromissos de cooperação bilateral com a Alemanha, um país com quem o Brasil mantém uma trajetória de cooperação que remonta ao ano de 1962.

**Tabela VI.1. AOD líquida destinada aos países Ibero-americanos. 2006-2007**

Valores absolutos, em milhões de dólares; participação, em percentagem; variação, em milhões de dólares e em pontos percentuais.  
Ordem decrescente, segundo o grupo de rendimento e os dados de 2007

	Valores absolutos			Participação sobre o total		
	2007	2006	Varição	2007	2006	Varição
Nicarágua	834	732	102	18,6	13,9	4,7
Colômbia	731	987	-257	16,3	18,7	-2,4
Bolívia	476	844	-368	10,6	16,0	-5,4
Honduras	464	587	-123	10,3	11,1	-0,8
Guatemala	450	484	-34	10,0	9,2	0,9
Brasil	297	83	215	6,6	1,6	5,1
Peru	263	457	-194	5,9	8,6	-2,8
Equador	215	189	27	4,8	3,6	1,2
R. Dominicana	123	53	70	2,7	1,0	1,7
México	121	247	-125	2,7	4,7	-2,0
Chile	120	83	37	2,7	1,6	1,1
Paraguai	108	56	52	2,4	1,1	1,3
Cuba	92	78	14	2,1	1,5	0,6
El Salvador	88	157	-69	2,0	3,0	-1,0
Argentina	82	114	-32	1,8	2,2	-0,3
Venezuela	71	57	15	1,6	1,1	0,5
Costa Rica	53	24	29	1,2	0,4	0,7
Uruguai	34	21	13	0,8	0,4	0,4
Panamá	-135	31	-166	-3,0	0,6	-3,6
<b>Total</b>	<b>4.488</b>	<b>5.283</b>	<b>-795</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>0,0</b>

Fuente: SEGIB a partir de [www.oecd.org/dac/stats/idsonline](http://www.oecd.org/dac/stats/idsonline)

**Gráfico VI.5. Participação sobre o total da AOD da região, por países. 2006-2007**

Em percentagem

**VI.5.A. Participação em 2007**



**VI.5.B. Contributo para a variação 2006-2007**



Fuente: SEGIB a partir de [www.oecd.org/dac/stats/idsonline](http://www.oecd.org/dac/stats/idsonline)

---

Seguiram-se, por ordem de importância relativa, outros dois países andinos, o Peru e o Equador, países que receberam ajudas superiores a 200 milhões de dólares, um valor que lhes permitiu apresentar, de maneira conjunta, outra décima parte da AOD destinada à região. Abaixo destes países situaram-se a República Dominicana e o Paraguai, por um lado, e o México e o Chile, por outro. Trata-se de países com níveis de rendimento *per capita* bem diferentes mas que receberam uma ajuda semelhante e que rondou os 100-125 milhões de dólares. Com valores inferiores aos 100 milhões encontramos seis países: Cuba, El Salvador e a Costa Rica; a Argentina, a Venezuela e o Uruguai. Menção especial merece o caso do Panamá, o único país com um registo negativo de 135 milhões de dólares, que correspondem à devolução da AOD recebida em condições reembolsáveis.

Por outro lado, e em relação à queda de 800 milhões de dólares experimentada pela AOD regional entre 2006 e 2007, os países latino-americanos contribuíram sob formas e intensidades diferentes. De facto, e segundo a Tabela VI.1 e o Gráfico VI.5.B, os países que experimentaram maiores reduções da AOD recebida foram a Bolívia, a Colômbia e o Peru, com quedas que ascenderam a 368, a 257 e a 194 milhões de dólares, respectivamente. Contribuíram também para esta queda da AOD regional a diminuição de aproximadamente 550 milhões de dólares que, de forma conjunta, sofreu a cooperação recebida pelo Panamá, pelo México, pelas Honduras, por El Salvador, pela Guatemala e pela Argentina. As contribuições negativas anteriores foram compensadas pelo crescimento da Ajuda ao Desenvolvimento destinada ao Brasil (mais de 200 milhões de dólares); à Nicarágua, à República Dominicana e ao Paraguai (entre 50 e 100 milhões de dólares); e ao Chile, à Costa Rica, ao Equador, à Venezuela, a Cuba e ao Uruguai (todos eles com aumentos positivos na ajuda recebida, mas inferior a 50 milhões).

Finalmente, e em relação à origem dos fundos, devemos destacar a presença crescente da cooperação espanhola na região latino-americana. De facto, entre 2006 e 2007, a Espanha fez um esforço para aumentar de modo significativo a AOD destinada à América Latina. Consequentemente, a Espanha aumentou a sua Ajuda ao Desenvolvimento em mais de 50% e situou o valor de 2007 acima da barreira dos 1.000 milhões de dólares. Uma trajectória inversa seguiu a cooperação estado-unidense, a qual, com uma queda também equivalente a 50%, passou de quase 1.600 milhões de dólares em 2006 para menos de 1.050 milhões em 2007. Como resultado de tendências tão inversas, a Espanha passou a partilhar a liderança com os Estados Unidos como principais doadores da região, com contribuições relativas sobre o total da AOD destinada à América Latina de 23%.

Entretanto, o Japão continuou com a trajectória dos últimos anos, e a sua AOD para a região reduziu-se praticamente a metade, de 400 milhões em 2006 passou-se para 200 em 2007. Como consequência desta dinâmica, o Japão passou em poucos anos de ser o principal doador bilateral da região a ocupar agora apenas o terceiro lugar, com uma participação relativa de 4,5%. Devemos assinalar, contudo, que essa trajectória foi acompanhada por uma mudança na própria concepção da cooperação japonesa, uma aposta que se traduziu na substituição progressiva da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento por outras ferramentas, como é o caso da Cooperação Triangular.

Por outro lado, o conjunto dos doadores da União Europeia (UE), excluindo a Espanha, também registou uma queda significativa dos fundos destinados à região: cerca de 600 milhões de dólares entre 2006 e 2007, situando o valor do último ano em pouco mais de 500 milhões. No entanto, neste mesmo âmbito, a Comissão Europeia (CE) continuou a destinar progressivamente mais fundos para a região e consolidou-se como o primeiro doador multilateral da América Latina, contribuindo com praticamente 14% da AOD regional.

**Tabela VI.2. AOD líquida destinada aos países Ibero-americanos, segundo o doador. 2006-2007**

Valores, em milhões de dólares; participação, em percentagem; variação, em pontos percentuais

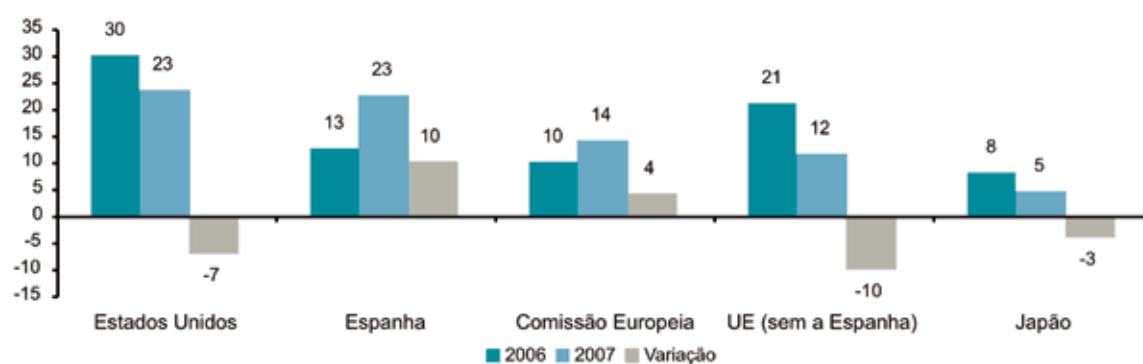
	Valores absolutos			Participação sobre o total		
	2007	2006	Varição	2007	2006	Varição
<b>Bilateral</b>						
Estados Unidos	1.046	1.582	-536	23,3	29,9	-6,6
Japão	203	414	-212	4,5	7,8	-3,3
Espanha	1.017	658	359	22,7	12,5	10,2
Países UE, sem a Espanha*	517	1.118	-601	11,5	21,2	-9,6
Outros países	565	300	264	12,6	5,7	6,9
<b>Total Bilateral</b>	<b>3.348</b>	<b>4.073</b>	<b>-725</b>	<b>74,6</b>	<b>77,1</b>	<b>-2,5</b>
<b>Multilateral</b>						
Comissão Europeia	624	531	93	13,9	10,1	3,9
Outros Organismos	516	679	-163	11,5	12,8	-1,4
<b>Total Multilateral</b>	<b>1.140</b>	<b>1.210</b>	<b>-70</b>	<b>25,4</b>	<b>22,9</b>	<b>2,5</b>
<b>Todos os doadores</b>	<b>4.488</b>	<b>5.283</b>	<b>-795</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>0,0</b>

\*Refere-se exclusivamente aos países que, sendo membros da UE, são também membros do CAD. Concretamente: a Alemanha, a Áustria, a Bélgica, a Dinamarca, a Espanha, a Finlândia, a França, a Grécia, a Holanda, a Irlanda, a Itália, o Luxemburgo, Portugal, o Reino Unido e a Suécia.

Fonte: SEGIB a partir de [www.oecd.org/dac/stats/idsonline](http://www.oecd.org/dac/stats/idsonline)

**Gráfico VI.6. Distribuição da AOD líquida destinada aos países Ibero-americanos, segundo o doador. 2006-2007**

Em percentagem. Ordem decrescente, de acordo com os dados do ano de 2007



A ajuda bilateral que provém da União Europeia contempla a soma da AOD de todos os países da UE que, por sua vez, são membros do CAD. Para este cálculo específico, a Espanha fica excluída.

Fonte: SEGIB a partir de [www.oecd.org/dac/stats/idsonline](http://www.oecd.org/dac/stats/idsonline)

## A AOD de Espanha, de Portugal e de Andorra em relação aos seus parceiros ibero-americanos

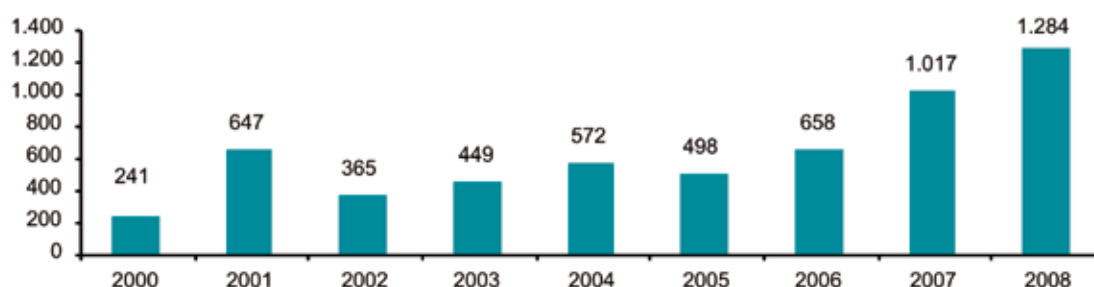
Nos últimos anos, a Espanha, Portugal e Andorra realizaram um esforço para aumentar os fundos destinados à região latino-americana. Estes esforços tiveram resultados positivos, embora variáveis na sua intensidade e nas suas possibilidades de manutenção. Em relação às dinâmicas sustentadas pelos três países, estas foram influenciadas por diversos factores, entre os quais se destacaram a relação histórica entre os parceiros, as capacidades orçamentais para a atribuição de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) ou a dimensão relativa (geográfica e económica) do doador.

No caso da Espanha, e tal como observamos no Gráfico VI.7.A, entre os anos de 2000 e de 2007 a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento em relação à América Latina quadruplicou, e passou dos cerca de 250 milhões de dólares do ano 2000 até aos mais de 1.000 milhões de 2007. A tendência para o crescimento manteve-se e, entre 2007 e 2008, a AOD aumentou em mais de 25%,<sup>5</sup> o que permitiu situar o volume da ajuda final num valor recorde, próximo dos 1.300 milhões.

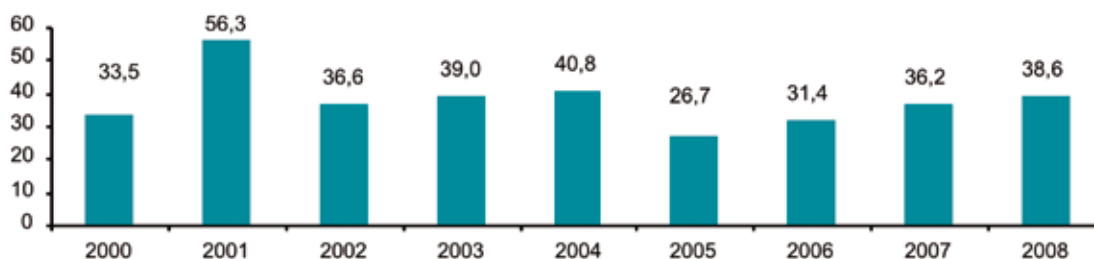
### Gráfico VI.7. AOD líquida bilateral que a Espanha destina a outros países da Ibero-América. 2000-2008

Valores, em milhões de dólares; participação, em percentagem

#### VI.7.A. AOD da Ibero-América



#### VI.7.B. Participação da Ibero-América sobre o total da AOD líquida bilateral espanhola



Nota: Os dados de 2008 obtiveram-se da AECID em Euros. A conversão em dólares foi efectuada através da aplicação da taxa média de câmbio do ano de 2008 (1€ = 1,4706\$) proporcionada pelo Banco Central Europeu

Fonte: SEGIB a partir de [www.oecd.org/dac/stats/idsonline](http://www.oecd.org/dac/stats/idsonline) e da Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e para o Desenvolvimento (AECID)



---

Devemos mencionar aqui que o valor de 2008 foi alcançado no quadro das directrizes incluídas no Plano Director da Cooperação Espanhola 2005-2008. Nesse Plano, os países latino-americanos foram tratados como “países prioritários” (as Honduras, a Nicarágua, El Salvador, a Guatemala, a República Dominicana, o Paraguai, a Bolívia, o Peru e o Equador), “países com atenção especial” (Cuba e a Colômbia), ou “países preferentes” (a Costa Rica, o Brasil, o México, o Chile, a Venezuela, o Panamá, a Argentina e o Uruguai) (páginas 99-101). No seu conjunto, e de acordo com este tratamento, o Plano comprometeu-se a “garantir o destino de, pelo menos, 40% da AOD (total) para a América Latina” (páginas 4 e 19). Por conseguinte, o objectivo foi praticamente atingido durante os anos de vigência do Plano, entre 2005 e 2008: a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento que a Espanha destinou ao conjunto dos países em desenvolvimento aumentou de pouco mais de 1.850 milhões de dólares para cerca de 4.900 milhões, e a participação da AOD destinada à América Latina sobre a AOD global também cresceu de 27% para 38,6% (Gráfico VI.7.B).

Para os próximos anos, e de acordo com o novo Plano Director da Cooperação Espanhola 2009-2012 (aprovado pelo Conselho de Ministros em Fevereiro de 2009), a cooperação espanhola em relação à América Latina, embora não marcasse objectivos quantitativos, deveria continuar a fortalecer-se. Neste sentido, este novo Plano defende que a cooperação espanhola deve manter “o compromisso (...) com os países da América Latina”, considerados “parceiros tradicionais” (página 195). Justifica este compromisso com motivos históricos e culturais, mas também geopolíticos e comerciais, bem como pela importância crescente da imigração de origem latino-americana na sociedade espanhola.

Por outro lado, e em termos do destino dos fundos espanhóis para a região, uma observação combinada da Tabela VI.3 e do Gráfico VI.8 mostra como, em 2008, a maior parte da AOD teve como destino países centro-americanos e andinos: a Guatemala (265 milhões de dólares, equivalentes a 20% do total); o Peru, a Nicarágua e as Honduras (entre 125-140 milhões de dólares que representaram, em cada um dos casos, entre 10 e 11% da ajuda espanhola). O elevado volume de ajuda destinado a três destes países esteve relacionado com as operações de dívida. Concretamente, a Espanha realizou uma anulação de parte da dívida guatemalteca pelo equivalente a cerca de 185 milhões de dólares (70% da AOD total destinada a esse país); e aplicou um programa de conversão na Nicarágua e nas Honduras que aliviou as respectivas dívidas em 58 e 100 milhões (43% e 85% do montante global recebido).

Por ordem de importância relativa, seguiram-se como principais receptores da cooperação espanhola países como a Bolívia, o Equador, a Colômbia e El Salvador, os quais receberam, respectivamente, fundos que rondaram os 100 milhões (cerca de 7-8% da AOD espanhola). Os restantes países (Cuba, a República Dominicana, o Brasil, a Argentina, o Paraguai, a Venezuela, a Costa Rica, o Uruguai, o Chile e o Panamá) registaram assistências que variaram entre os 50 e os 8 milhões de dólares. O único país que apresentou um registo negativo foi o México, a título de devolução de ajuda reembolsável.

Finalmente, devemos destacar que o aumento de 260 milhões de dólares que a AOD espanhola registou na região entre 2007 e 2008, deveu-se fundamentalmente aos incrementos na ajuda ao Peru, à Colômbia, à Bolívia e a El Salvador, países que contribuíram para a variação com valores que rondaram os 30 milhões e que significaram, em cada caso, mais de 10% do incremento total. Com contribuições de entre 5 e 10% situaram-se as Honduras, a República Dominicana, a Nicarágua, o Equador e Cuba. Por debaixo dos 5% situaram-se o Paraguai, a Guatemala, a Argentina, o Brasil, a Costa Rica, o México, o Chile e a Venezuela. Entre 2007 e 2008, apenas o Uruguai e o Panamá viram reduzida a ajuda recebida de Espanha, embora em quantidades pouco significativas e que representaram só 2% do aumento registado pela ajuda espanhola à região.

**Tabela VI.3. AOD líquida destinada pela Espanha aos países Ibero-americanos. 2007-2008**

Valores absolutos, em milhões de dólares; participação, em percentagem; variação, em pontos percentuais

Ordem decrescente, segundo o grupo de rendimento e os dados de 2008

	Valores absolutos		Participação sobre o total		
	2008	2007	2008	2007	Variação
Guatemala	264,9	252,8	20,6	24,9	-4,2
Peru	141,4	109,3	11,0	10,8	0,3
Nicarágua	136,7	115,1	10,6	11,3	-0,7
Honduras	125,7	110,8	9,8	10,9	-1,1
Bolívia	101,7	74,6	7,9	7,3	0,6
Equador	93,8	71,2	7,3	7,0	0,3
Colômbia	93,8	64,3	7,3	6,3	1,0
El Salvador	88,0	61,0	6,9	6,0	0,9
Cuba	48,1	23,9	3,7	2,4	1,4
R. Dominicana	43,6	27,3	3,4	2,7	0,7
Brasil	40,5	32,8	3,2	3,2	-0,1
Argentina	31,5	21,63	2,5	2,1	0,3
Paraguai	26,0	13,2	2,0	1,3	0,7
Venezuela	17,7	15,88	1,4	1,6	-0,2
Costa Rica	16,8	9,99	1,3	1,0	0,3
Uruguai	10,6	12,65	0,8	1,2	-0,4
Chile	8,9	6,70	0,7	0,7	0,0
Panamá	8,1	10,60	0,6	1,0	-0,4
México	-14,0	-17,15	-1,1	-1,7	0,6
<b>Total da Ibero-América</b>	<b>1.283,9</b>	<b>1.017,1</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>0,0</b>

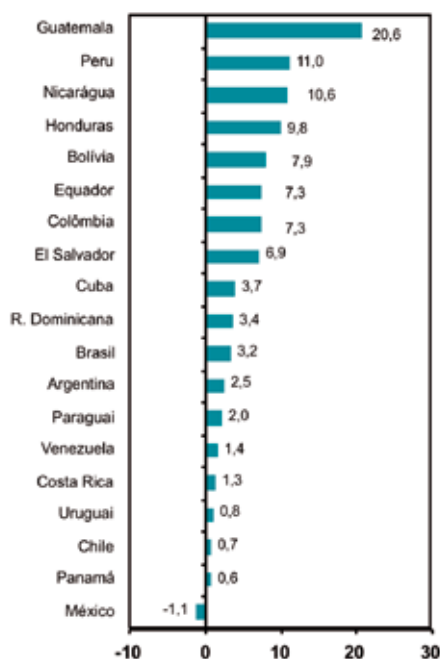
Nota: Os dados de 2008 obtiveram-se da AECID em Euros. A conversão em dólares foi efectuada através da aplicação da taxa média de câmbio do ano de 2008 (1€ = 1,4706\$) proporcionada pelo Banco Central Europeu.

Fonte: SEGIB a partir de [www.oecd.org/dac/stats/idsonline](http://www.oecd.org/dac/stats/idsonline) e da AECID.

**Gráfico VI.8. Participação dos países sobre a AOD destinada pela Espanha à região. 2007-2008**

Em percentagem

**VI.8.A. Participação em 2008**



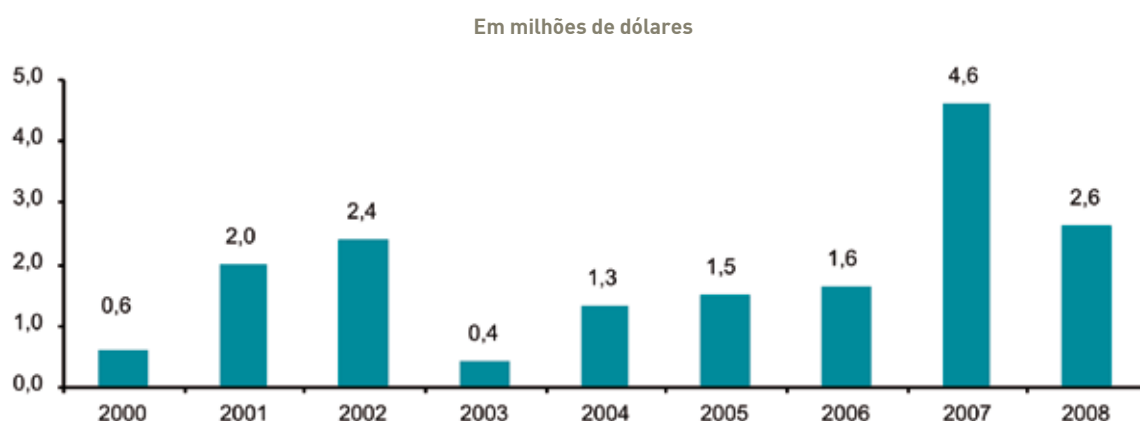
**VI.8.B. Contribuição para a variação 2007-2008**



Fonte: SEGIB com base nos dados da AECID

No que diz respeito a Portugal, o Gráfico VI.9 e a Tabela VI.4 resumem uma parte daquilo que sucedeu com a AOD destinada por este país à América Latina. Para entender a sua trajectória é necessário, contudo, apresentar primeiro uma caracterização da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento que este país destinou ao conjunto das nações em desenvolvimento. Neste sentido, devemos destacar que em 2008 a AOD bilateral portuguesa ascendeu a cerca de 633 milhões de dólares. 75% desta ajuda foi executada através de instrumentos de co-opeação técnica e os receptores priorizados foram os países de língua oficial portuguesa de África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e da Ásia (Timor Leste).

**Gráfico VI.9. AOD líquida bilateral que Portugal destina a outros países da Ibero-América. 2000-2008**



Nota: O dado do ano de 2008 provém da declaração do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, em euros. A conversão em dólares foi efectuada através da aplicação da taxa média de câmbio do ano de 2008 (1€ = 1,4706\$) proporcionada pelo Banco Central Europeu.

Fonte: SEGIB a partir de [www.oecd.org/dac/stats/idsonline](http://www.oecd.org/dac/stats/idsonline) e do IPAD.

Neste âmbito, são perceptíveis algumas das linhas da cooperação portuguesa em relação aos seus parceiros ibero-americanos: o seu baixo volume relativo (aproximadamente 2,6 milhões de dólares em 2008, equivalentes a 0,4% da sua AOD total); a sua concentração no Brasil (70% da assistência que Portugal destinou à América Latina em 2008); a sua trajectória irregular, muito dependente do início ou da finalização de alguns projectos de cooperação técnica (de facto, a redução dos 4,6 milhões de 2007 para os 2,6 de 2008 teve como explicação a finalização em 2007 de um programa de bolsas para estudantes brasileiros habilitados com o grau universitário, cujo custo ascendeu a 2 milhões de dólares). Ainda assim, a AOD portuguesa manteve os seus esforços por continuar a aumentar os fundos para a região (de 2003 a 2008, apesar da queda relativa do último ano, a trajectória foi ascendente); e por diversificá-los geograficamente (30% dos fundos de 2008 foram divididos entre 10 novos receptores, destacando-se a Argentina, a Venezuela e o Uruguai).

**Tabela VI.4. AOD líquida destinada por Portugal aos países ibero-americanos. 2007-2008**

Valores absolutos, em milhões de dólares; participação, em percentagem; variação, em pontos percentuais

Ordem decrescente, segundo os dados de 2008

	Valores absolutos		Participação sobre o total		
	2008	2007	2008	2007	Variação
Brasil	1.841.977	3.800.000	70,6	82,8	-12,2
Argentina	119.999	140.000	4,6	3,0	1,6
Venezuela	119.780	0	4,6	0,0	4,6
Uruguai	110.398	150.000	4,2	3,3	1,0
Chile	100.324	100.324	3,8	2,2	1,7
México	96.982	120.000	3,7	2,6	1,1
Honduras	58.883	20.000	2,3	0,4	1,8
Guatemala	58.233	0	2,2	0,0	2,2
Cuba	58.131	10.000	2,2	0,2	2,0
Colômbia	41.764	100.000	1,6	2,2	-0,6
Peru	1.590	60.000	0,1	1,3	-1,2
R. Dominicana	0	90.000	0,0	2,0	-2,0
<b>Total da Ibero-América</b>	<b>2.608.061</b>	<b>4.590.324</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>0,0</b>

Nota: O dado do ano de 2008 provém da declaração do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, em euros. A conversão em dólares foi efectuada através da aplicação da taxa média de câmbio do ano de 2008 (1€ = 1,4706\$) proporcionada pelo Banco Central Europeu. **Fonte:** SEGIB a partir de [www.oecd.org/dac/stats/idsonline](http://www.oecd.org/dac/stats/idsonline) e do IPAD.

Para finalizar, em 2008 Andorra destinou aos países em desenvolvimento cerca de 2,5 milhões de dólares a título de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Praticamente 15% desta ajuda (uns 360.000 dólares), foi destinada à América Latina. Como observamos na Tabela VI.5, a quinta parte destes fundos foi destinada à República Dominicana; 30% à Costa Rica e à Colômbia; 25% à Guatemala e ao Chile; quase 10% à Argentina; e os 12% restantes foram distribuídos em partes iguais entre Cuba e as Honduras. Devemos salientar que as atribuições a estes dois últimos países, assim como uma parte da ajuda atribuída à Guatemala, responderam a acções de Ajuda Humanitária. Do mesmo modo, e pelo que se deduz do *Plano Reitor da Cooperação para o Desenvolvimento de Andorra 2009/2010*, no próximo ano a AOD para a região deveria continuar a aumentar. De facto, no Plano assume-se que a cooperação andorrana dará prioridade aos países membros da Organização Internacional da Francofonia (OIF); mas também aos latino-americanos e, entre estes, aos países pertencentes ao Sistema de Cimeiras Ibero-Americanas.

**Tabela VI.5. AOD líquida destinada por Andorra aos países ibero-americanos. 2008**

Valores absolutos, em dólares; participação, em percentagem

	AOD total	Ajuda Humanitária	AH/AOD total	Peso por país
R. Dominicana	74.706	...		20,8
Costa Rica	64.293	...		17,9
Colômbia	47.824	...		13,3
Guatemala	52.942	8.824	16,7	14,7
Chile	41.912	...		11,7
Argentina	32.857	...		9,1
Cuba	22.888	22.888	100,0	6,4
Honduras	22.059	22.059	100,0	6,1
<b>Total</b>	<b>359.483</b>	<b>53.771</b>	<b>15,0</b>	<b>100,0</b>

Dados originais em euros, conversão à taxa média de câmbio dólar/euro do ano de 2008, segundo o BCE.

**Fonte:** SEGIB com base nos dados do Ministério dos Assuntos Exteriores e das Relações Institucionais do Principado de Andorra

---

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Até ao ano de 2007, a *Lista de receptores de AOD* do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) incluía os seguintes 19 países: a Nicarágua (Países de Rendimento Baixo); a Bolívia, o Brasil, a Colômbia, Cuba, o Equador, El Salvador, a Guatemala, as Honduras, o Paraguai, o Peru e a República Dominicana (Países de Rendimento Médio-Baixo); e a Argentina, o Chile, a Costa Rica, o México, o Panamá, o Uruguai e a Venezuela (Países de Rendimento Médio-Alto). Em 2008, a lista sofreu as seguintes modificações: a Nicarágua foi incorporada ao grupo dos Países de Rendimento Médio-Baixo; Cuba e o Brasil foram incorporados à lista dos Países de Rendimento Médio-Alto (<http://www.oecd.org/dataoecd/62/48/41655745.pdf> e <http://www.oecd.org/dataoecd/32/12/41751233.pdf>).

<sup>2</sup> Coincide com o 59º período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas.

<sup>3</sup> Os valores de 2004 baseiam-se nos preços e na taxa de câmbio contante.

<sup>4</sup> Segundo o último relatório da OCDE, mais de 24 países têm 15 ou mais doadores que provêm menos de 10% do total da AOD que recebem (OCDE, 2009).

<sup>5</sup> A AOD espanhola, relativamente à América Latina, de 2007 obteve-se do CAD em dólares e a de 2008 da AECID em euros, por isso foi convertida em dólares através da aplicação da taxa média de câmbio entre o dólar e o euro de 2008, de acordo com os valores publicados pelo Banco Central Europeu. Neste sentido, a taxa de crescimento foi calculada sobre os valores em dólares, por isso poderia estar influenciada pelas variações experimentadas pela taxa de câmbio entre ambas as divisas entre 2007 e 2008.

**CAPÍTULO VII**  
*A COOPERAÇÃO SUL-SUL  
PARA A FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO*

---

## A COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA A FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO

---

*Autores: Sistema Económico Latino-Americano e das Caraíbas (SELA)*

### Introdução

---

Tal como se destacou de maneira reiterada neste Relatório, nos últimos anos observou-se um aumento importante da Cooperação Sul-Sul na América Latina e nas Caraíbas. Este aumento é consequência, em parte, da queda da participação relativa da região nos fluxos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Essa tendência também reflectiu o interesse comum de fomentar a integração regional.

Simultaneamente, o tema da facilitação do comércio, caracterizado pela eliminação de todas as barreiras não alfandegárias físicas e técnicas que possam obstaculizar o comércio, adquiriu uma maior relevância na agenda da cooperação internacional. Nesse sentido, a cooperação para a facilitação do comércio garante a entrega da assistência técnica e financeira necessária para superar os obstáculos que impedem que muitos países beneficiem da sua participação no comércio internacional.

Tendo em consideração estas tendências, este capítulo analisa a Cooperação Sul-Sul para a facilitação do comércio, especialmente na América Latina e nas Caraíbas. Com esse objectivo, define-se e caracteriza-se em primeiro lugar a facilitação do comércio. Depois detalham-se as recentes tendências da Cooperação Norte-Sul no que diz respeito aos montantes e aos destinos da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para esse efeito. De seguida, o capítulo conceptualiza a Cooperação Sul-Sul que possa estar orientada para essa mesma facilitação do comércio, finalizando com algumas considerações sobre o futuro dessa cooperação para a região.

### A Facilitação do Comércio: uma abordagem

---

Além dos obstáculos formais ao comércio, como é o caso da barreira das taxas alfandegárias, existe ainda outra classe de impedimentos relacionados com os procedimentos comerciais. A falta de transparência e o acesso limitado à normativa de importação e exportação, os procedimentos alfandegários complicados e a excessiva burocracia vinculada à entrega de permissões e de licenças, são alguns elementos que podem obstruir o comércio. A “facilitação” do comércio tem a ver com a simplificação e a agilização destes trâmites.

As formas de “facilitar” o comércio consistem em: diminuir a tramitação no ponto de entrada num país (nas alfândegas); criar uma janela única para administrar todas as permissões necessárias; proporcionar um acesso expedito à normativa e aos requisitos de importação e/ou exportação, por exemplo através da Internet; bem como estandardizar a inspecção das mercadorias nos pontos de entrada ou de saída de um país.

Neste sentido, a notória falta de acordo sobre vários dos temas comerciais negociados na actual ronda de liberalização comercial da Organização Mundial do Comércio (OMC), a denominada Ronda de Doha, diluiu-se no que diz respeito à facilitação do comércio. De facto, essa facilitação continua a figurar no Programa de Trabalho da Ronda de Doha, que no parágrafo 27 estabelece a necessidade de “...agilizar ainda mais o movimento, o despacho das alfândegas e a circulação de mercadorias, incluídas as mercadorias em trânsito, e a necessidade de potenciar a assistência técnica e a criação de capacidades nesta esfera”.

A conclusão dessa ronda é fundamental para o futuro da facilitação do comércio, porque os acordos que se obtenham em relação a este tema vão determinar as prioridades da AOD e da assistência técnica a ser entregue aos países em desenvolvimento, entre os quais se encontram os países da América Latina e das Caraíbas.

## A Cooperação para a Facilitação do Comércio: tendências actuais

A cooperação para a facilitação do comércio evoluiu nos últimos anos, com o objectivo de melhorar a coordenação entre os países doadores da AOD e os organismos multilaterais, regionais e bilaterais que canalizam esses fundos e que oferecem ainda assistência técnica. Neste sentido, surgiu uma série de iniciativas multilaterais que distingue entre os actores, as suas funções, as actividades e os desembolsos. A monitorização e a divulgação contínua dessas actividades permitem estudar as tendências actuais da cooperação para a facilitação do comércio, tal como se explica a seguir.

### *Conteúdo da Cooperação Norte-Sul para a Facilitação do Comércio*

A Cooperação Norte-Sul para a facilitação do comércio tem vindo a ser executada tradicionalmente no contexto multilateral e bilateral da AOD. Nos últimos anos, os esforços por combinar as diferentes iniciativas e programas evidenciam-se através de uma maior coordenação entre os países doadores, os países receptores e os organismos internacionais.

Devemos destacar a Iniciativa da Ajuda para o Comércio da OMC, criada na V Conferência Ministerial de Hong Kong, que se celebrou em Dezembro de 2005, que tem como objectivo assistir os países em desenvolvimento e os países menos favorecidos na construção de capacidades e de infra-estruturas para se beneficiarem do comércio e para implementar os acordos da OMC. Essa ajuda contempla: oferecer actividades de assistência técnica e a criação de capacidades relacionadas com o comércio; construir infra-estrutura relacionada com o comércio; investir nas capacidades produtivas; e prestar ajuda para enfrentar a deterioração das preferências e dos termos de intercâmbio.

Nesse sentido, o conteúdo da Cooperação Norte-Sul para a facilitação do comércio também está fortemente vinculado ao mandato de assistência técnica e de criação de capacidade relacionadas com o comércio da OMC.<sup>1</sup> A implementação desse mandato consiste na revisão do Programa Integrado Conjunto de Assistência Técnica; na criação do Quadro Integrado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio com Países Menos Desenvolvidos; na elaboração de um Plano de Assistência Técnica da OMC, assim como na criação de um Fundo Fiduciário Global do Programa de Doha para o Desenvolvimento (ver Quadro VIII.1); na criação de uma Base de Dados sobre Assistência Técnica Relacionada com o Comércio e a Criação de Capacidade do Programa de Doha para o Desenvolvimento; e no seguimento de todos os pontos anteriores através de sistemas de monitorização e avaliação.

### **Quadro VII.1. O Plano de Assistência Técnica da Organização Mundial do Comércio (OMC)**

O Plano de Assistência Técnica da Organização Mundial do Comércio (OMC) inclui todas as actividades de assistência técnica e de criação de capacidade, relacionadas com o comércio, a serem executadas pela OMC, assim como os recursos destinados para atingir esse objectivo, tendo em conta os resultados da Conferência Ministerial de Hong Kong, em matéria de facilitação do comércio (OMC, 2005).

Como exemplo disso, o Plano mencionado contempla seminários regionais sobre a facilitação do comércio, com uma duração de 5 dias, em todas as regiões que recebem assistência, entre as quais se destacam a América Latina e as Caraíbas. Do mesmo modo, programa cursos em linha e sessões de informação para funcionários residentes nas capitais dos países membros (OMC, 2007).

Devemos acrescentar ainda que todas estas actividades são financiadas através do Fundo Fiduciário Global do Programa de Doha para o Desenvolvimento. Neste sentido, o Fundo Fiduciário Global nasce para consolidar os recursos externos e extraordinários dos doadores para as actividades de assistência técnica e de criação de capacidade relacionadas com o comércio da OMC.

**Fonte:** OMC (2005 e 2007)

<sup>1</sup> Mandato que se encontra detalhado nos parágrafos 38-41 do Programa da Ronda de Doha da OMC.



## Montantes, Destinos e Sectores da AOD para a Facilitação do Comércio

Os fundos destinados à facilitação do comércio são relativamente escassos, apesar dos contínuos esforços para melhorar a ajuda para o comércio desde a Conferência Ministerial de Hong Kong. Na Base de Dados sobre a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio da OMC e da OCDE, para o período 2001-2006, os doadores bilaterais e multilaterais comprometeram-se a entregar, a título de ajuda ao comércio, 81.860 milhões de dólares. Deste valor, apenas 5.217 milhões (6,4%) foram destinados à categoria “Políticas e Regulamentos Comerciais”; e um valor ainda menor, 1.373 milhões de dólares, foi a ajuda destinada especificamente à facilitação do comércio (dito noutros termos, 1,7% do total da ajuda para o comércio).

Apesar disso, a facilitação do comércio é a actividade dentro da categoria “Políticas e Regulamentos Comerciais” que recebeu a maior atribuição de fundos durante o período 2001-2006. Se analisarmos a facilitação do comércio numa perspectiva mais ampla e incorporarmos outras actividades vinculadas, como é o caso da “avaliação na alfândega” e das “reformas das taxas alfandegárias”, o montante comprometido soma 1.495 milhões de dólares, o que corresponde a 28,7% dos fundos totais para a categoria, como se detalha na Tabela VII.1.

**Tabela VII.1. Fundos para as “Políticas e Regulamentos Comerciais” e para a Facilitação do Comércio. 2001-2006**

Em milhões de dólares

Actividades	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2001-2006
33121 - Facilitação do comércio	100	134	267	308	170	393	1.373
33122 - Avaliação nas alfândegas	4	19	18	44	5	2	92
33123 - Reformas das Taxas Alfandegárias	0	0	1	1	13	15	31
Subtotal 33121+ 33122 + 33123	104	153	286	353	188	411	1.495
Total Categoria Políticas e Regulamentos Comerciais	643	661	917	813	916	1.267	5.217

Fonte: OMC/OCDE (2009), Base de Dados sobre Assistência Técnica Relacionada com o Comércio.

Em termos regionais, e neste mesmo período, os países da América Latina e das Caraíbas receberam 5.722 milhões de dólares para a assistência técnica e para a criação de capacidades relacionadas com o comércio, equivalente a 7% do total dos 81.860 milhões globalmente comprometidos. Este valor é visivelmente menor do que as contribuições para outras regiões como a África, a Ásia e a Europa, as quais receberam, respectivamente, 28,5%, 46,9% e 8,1% do total dos fundos.

Entre os países ibero-americanos que no quinquénio 2001-2006 receberam recursos próprios dentro da categoria de “Políticas e Regulamentos”, vários deles atribuem uma parte importante às suas actividades de facilitação do comércio, inclusivamente acima da participação a nível global (29% dos 5.217 milhões de dólares) e muito superior à parte destinada pela região (8% de um total de 673.152 milhões que correspondem ao total atribuído ao continente americano sob a forma de Políticas e Regulamentos Comerciais). Estes países são: a Venezuela, o Paraguai, a República Dominicana e o Brasil, que atribuem, respectivamente, 60%, 50%, 47% e 40% do total dos seus fundos para a facilitação do comércio, de acordo com os dados da Tabela VII.2.

**Tabela VII.2. Participação nos fundos para a Facilitação do Comércio, segundo o país e a actividade. 2001-2006**

Valores, em milhões de dólares; participação, em percentagem

Categoria	Total Políticas e Regulamentos Comerciais	33121- Facilitação do Comércio	33122 - Avaliação alfandegária	33123 – Reformas tarifas alfandegárias	Subtotal 33121+ 33122+ 33123	Percentagem de Fundos para a categoria
Colômbia	34.968	491	3	---	493	1%
Peru	31.695	578	13	972	1.563	5%
México	31.382	2.110			2.110	7%
Nicarágua	30.275	1.583	95	251	1.930	6%
R. Dominicana	27.827	12.843	7	125	12.975	47%
Bolívia	26.680	684	8	43	735	3%
Guatemala	20.921	1.106	95	445	1.646	8%
Honduras	19.847	333	55	222	610	3%
El Salvador	18.127	810	588	52	1.450	8%
Argentina	14.826	1.017			1.017	7%
Chile	11.962	720	19	13	752	6%
Equador	8.675	1.173	503	---	1.676	19%
Uruguai	8.308	32	32	783	847	10%
Brasil	8.036	3.202	---	---	3.202	40%
Paraguai	7.655	3.382	3	410	3.795	50%
Venezuela	3.155	2.072	11	---	2.082	66%
Costa Rica	2.449	1.013	90	121	1.223	50%
Panamá	2.285	82	3	---	84	4%
Cuba	734	29	0	----	29	4%
América do Norte e Central	358.546	31.632	1.508	2.620	35.760	10%
América do Sul	244.891	13.758	812	2.255	16.825	7%
América regional	69.714	1.950	114		2.064	3%
América	673.152	47.340	2.434	4.875	54.649	8%
<b>Total</b>	<b>5.217.293</b>	<b>1.372.658</b>	<b>91.917</b>	<b>30.737</b>	<b>1.495.312</b>	<b>29%</b>

Fonte: OMC/OCDE (2009), *Base de Dados sobre a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio*.

## A Cooperação Sul-Sul para a Facilitação do Comércio na América Latina e nas Caraíbas

Tal como evidenciaram outros capítulos deste Relatório, na América Latina e nas Caraíbas tiveram lugar experiências frutíferas em diversas áreas de cooperação, como a agricultura e a segurança alimentar; a educação; o turismo; e a administração e a gestão pública. A Cooperação Sul-Sul para a Facilitação do Comércio, por sua vez, é mais recente, pelo que é necessário abordar previamente a sua conceptualização.

Com o objectivo de conceptualizar a Cooperação Sul-Sul para a facilitação do comércio, assume-se, previamente e em primeiro lugar, que a Cooperação Sul-Sul tem lugar entre países em desenvolvimento. Em segundo lugar, consiste na transferência de capacidades, de conhecimentos e de experiências entre esses países, através (embora não exclusivamente) da Cooperação Técnica. Finalmente, e ao contrário da Cooperação Norte-Sul, descrita na secção anterior, a Cooperação Sul-Sul destaca-se não tanto pelo seu contributo financeiro, mas sim pelo contributo ao nível dos recursos humanos, do conhecimento técnico, da especialização e da gestão tecnológica.

Aplicado o referido anteriormente ao tema que estamos a abordar, a Tabela VII.3. apresenta as que poderiam ser as modalidades de Cooperação Sul-Sul para a facilitação do comércio.

**Tabela VII.3. Modalidades da Cooperação Sul-Sul para a Facilitação do Comércio**

<b>Modalidade</b>	<b>Caracterização</b>
<b>Actividades de capacitação e de treino</b>	Consiste em transmitir conhecimentos a funcionários vinculados ao sector comercial através de seminários, cursos e/ou workshops. O nível é normalmente muito técnico, já que tem como objectivo fortalecer o conhecimento e as destrezas dos funcionários responsáveis pelas alfândegas e pelos portos, pelos ministérios e pelas agências de promoção do comércio, entre outras instituições. Da mesma forma, inclui actividades de apoio e de formação para fortalecer as capacidades negociadoras e o conhecimento sobre o tema da facilitação do comércio em fóruns regionais e/ou multilaterais, bem como para melhorar o conhecimento e a gestão institucional da normativa vigente sobre alfândegas, regras de origem e taxas alfandegárias.
<b>Consultorias e assessorias</b>	Tem como objectivo partilhar experiências e abordagens sobre temas da reforma alfandegária; das taxas alfandegárias (as quais contemplam a simplificação das estruturas das taxas alfandegárias); e de métodos de avaliação nas alfândegas, entre outros. Trata-se de actividades de apoio por parte de um país que já abordou um destes aspectos da facilitação do comércio, que adquiriu experiência no processo e está capacitado para assessorar outro país que se inicia na matéria. Destacam-se as actividades destinadas a prestar apoio na implementação de uma nova normativa alfandegária; a emitir recomendações sobre como reduzir valores mais elevados das taxas alfandegárias e uniformizar essas tarifas; a ajudar a instrumentalizar uma classificação das taxas alfandegárias de acordo com os padrões internacionais; e a aconselhar sobre a aplicação de métodos de avaliação das mercadorias nas alfândegas.
<b>Divulgação de boas práticas</b>	Consiste em actividades de divulgação, de publicação e de consciencialização de boas práticas, de procedimentos, de medidas e de gestão. Estas actividades focalizam-se normalmente em aspectos de fortalecimento e de modernização institucional vinculados ao comércio, com o objectivo de melhorar a capacidade e a gestão de aspectos relacionados com a facilitação do comércio. Entre as actividades e os produtos desta modalidade incluem-se: a divulgação de padrões de inspecção e de avaliação nas alfândegas; guias de auditoria alfandegária; a elaboração de recomendações para facilitar a tributação, a melhoria da gestão alfandegária através de esquemas de integração e de cooperação administrativa; e a fixação de medidas e de parâmetros para melhorar a segurança e para reduzir o contrabando.
<b>Desenvolvimento transfronteiriço</b>	Nesta modalidade de cooperação destinam-se recursos para uma melhor adequação física das fronteiras que permita facilitar o comércio entre os países vizinhos. Incluem-se projectos que contemplam a melhoria das instalações e dos serviços alfandegários, a modernização da gestão e do tratamento de processos alfandegários, assim como os controlos e a segurança nas fronteiras entre países vizinhos. Também contempla uma melhoria da infra-estrutura, para a adequar às necessidades do comércio em trânsito e para reduzir o contrabando e o tráfico de drogas.
<b>Intercâmbio de Informação</b>	Inclui actividades vinculadas à entrega e ao pertinente acesso à informação comercial como uma modalidade de cooperação para a facilitação do comércio. Nesta modalidade procura-se proporcionar e intercambiar informação sobre as operações de trânsito nas alfândegas, designar oficiais e pontos de ligação para facilitar a consulta e a entrega dessa informação, partilhar opiniões técnicas em matéria de classificação das taxas alfandegárias, a avaliação e outros aspectos de índole normativo e técnico.

Fonte: SELA

---

## Como conclusão: desafios face ao futuro

---

Há várias expectativas criadas em relação à cooperação internacional para a facilitação do comércio, sobretudo se tomarmos em consideração as tendências recentes da AOD apresentadas neste capítulo. Por um lado, a notória falta de sustentabilidade do financiamento para a facilitação do comércio foi reforçada por uma descida relativa dos fundos destinados à ajuda para o comércio, num período em que a AOD aumentou 27%. Por outro lado, observa-se uma participação relativamente baixa da América Latina e das Caraíbas nessa mesma ajuda.

Perante estas tendências, a Cooperação Sul-Sul ganha ainda uma maior relevância para a facilitação do comércio na América Latina e nas Caraíbas. Essa cooperação entende-se, não tanto pelos contributos financeiros dos países, como acontece tradicionalmente na Cooperação Norte-Sul, mas sim através das seguintes modalidades de cooperação: actividades de capacitação e de treino; consultorias e assessorias, divulgação de boas práticas, desenvolvimento transfronteiriço e intercâmbio de informação. Na América Latina e nas Caraíbas, a Cooperação Sul-Sul para a facilitação do comércio foi liderada por países com um desenvolvimento relativo mais elevado, como são os casos do Chile e do México.

Devido às dificuldades para quantificar e medir as actividades da Cooperação Sul-Sul, todos os esforços que se fizerem no futuro para conhecer as actividades e as modalidades pontuais de cooperação e para melhorar essa cooperação devem focalizar-se num estudo de campo mais exaustivo. É necessário fazer um inventário das actividades de Cooperação Sul-Sul para a facilitação do comércio na América Latina e nas Caraíbas. Isso implicaria realizar uma pesquisa ao nível das organizações sub-regionais de integração, entre as quais figuram: o Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), a Comunidade Andina de Nações (CAN), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Comunidade das Caraíbas (CARICOM), a Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), o Sistema Económico Latino-Americano e das Caraíbas (SELA) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUR). Também se deve considerar neste exercício a banca de desenvolvimento, como por exemplo o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Corporação Andina de Fomento, entre outras organizações. Neste sentido, a recolha da informação sobre os montantes comprometidos, as atribuições de recursos e as modalidades de cooperação seria coordenada com os gabinetes e com as agências de cooperação internacional dos países que integram a região. Só assim se poderá identificar o estado da situação e as necessidades de facilitação do comércio, o que permitirá definir acções de cooperação regional para depois realizar encontros entre os responsáveis do tema. Este esforço permitirá fortalecer a Cooperação Sul-Sul através do intercâmbio de experiências de facilitação do comércio no futuro.



## BIBLIOGRAFIA

---

## BIBLIOGRAFIA

---

Acosta, A. y Schuld, J. (2006). "Petróleo, rentismo e subdesenvolvimento: uma maldição sem solução?" in *Revista Nueva Sociedad* n.º 204, Julho/Agosto, Buenos Aires, pp.71-90

Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) (2009a). III Plano Director da Cooperação Espanhola 2009-2011. AECID, 379 pp.

----- (2009b) *Análise das perspectivas para o fortalecimento da Cooperação Triangular Espanha-América Latina e as Caraíbas*. Relatório do seminário sobre o Fortalecimento da Cooperação Triangular entre a Espanha e a América Latina celebrado no dia 23 de Abril de 2009 em Assunção (Paraguai), 46 pp.

----- [AECID] (2005). II Plano Director da Cooperação Espanhola 2005-2008. AECID, 123 pp.

Alonso, J.A. (Dir.) (2007). *Cooperação com países de rendimento médio*, Editorial Complutense, Madrid, 408 pp.

Altman, J. (2009). "A ALBA, Petrocaribe e a América Central: Interesses comuns?" in *Revista Nueva Sociedad* n.º 219 Janeiro-Fevereiro pp. 128-144

Ashoff, Guido (2009). "Cooperação Triangular da Alemanha na América Latina: contexto, abordagem, perfil e experiências" na *Cooperação Sul-Sul: regionalizando a agenda do desenvolvimento da América Latina*, Workshop organizado pela FRIDE, pela Universidade Nacional da Colômbia e pela *Enlaza Colombia* em Bogotá, 6 de Março, 9 pp.

Ayllón, B. (2009). "Cooperação Sul-Sul (CSS) e governança multilateral do sistema de ajuda: implicações para a cooperação espanhola" in *Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior* (Fride), comentário

Cardona, D. (2008). "O ABC da UNASUR: doze perguntas e respostas" in *Revista de la Integración*, Secretaria-Geral da CAN, pp. 19-30

Comissão Económica Para a América Latina e as Caraíbas (CEPAL) (2008). *Panorama Social da América Latina 2008*. CEPAL, Santiago do Chile, 258 pp.

Courtoisie e Da Costa (2006). *Relatório sobre os primeiros meses do PANES no Uruguai*, in *Centro Latinoamericano de Economía Humana* (consultar em [www.claeh.edu.uy](http://www.claeh.edu.uy))

Das, De Silva, Zhou (2008). *South-South Development Cooperation: A Major Force on the International Scene*, informal contribution to the discussions of the ECOSOC DCF High-Level Symposium, 19-20 January, Cairo

ECOSOC (United Nations Economic and Social Council) (2008a). *Trends in South-South and Triangular development cooperation. Background Study for the Development Cooperation Forum*, New York, 58 pp.

----- (2008b). *Report of the First Development Cooperation Forum*, New York, 36 pp

Fundação para as Relações Internacionais e o Diálogo Exterior (FRIDE) (2008). "De Acra a 2011: Perspectivas da governança global da ajuda" in *Desarrollo en contexto* n.º 18, Setembro, 4 pp.

---

----- (2007). *IBSA: An International Actor and Partner for the EU?*, Activity Brief, 17 Outubro, FRIDE e Friedrich Ebert Stiftung, 11 pp.

Gomes Saravia, M. (2008). "As estratégias de cooperação sul-sul no quadro da política exterior brasileira de 1993 a 2007" in *Revista Española de Cooperación Internacional* n.º 22, Primavera-Verão, Instituto Universitário de Desenvolvimento e Cooperação (IUUC-UCM), pp. 121-143

Herrera e Nakatani (2008). "*Mudanças estruturais e planeamento na Venezuela revolucionária*", comunicação apresentada no XIII Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo, 17 pp.

John de Sousa, S-L. (2008). "*O Brasil como novo actor do desenvolvimento internacional, a cooperação Sul-Sul e a iniciativa IBSA*". FRIDE, comentário, Julho, 5 pp.

Lechini, G. (2009). *A América Latina e a África na Cooperação Sul-Sul*. Em edição, 7 pp.

----- (2007). "IBSA: uma opção de cooperação Sul-Sul" em Girón e Correa (comp.): *Do Sul para o Norte: Economia Política da ordem económica internacional emergente*, Outubro, CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, Buenos Aires, pp. 271-285

Martínez Vial, M.J. (2007): "*Banco do Sul: Lógica ou desafio?*" in *Política Exterior*, n.º 119, Setembro, 5 pp.

Nações Unidas (2009). *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Relatório 2009*. ECOSOC, Nações Unidas, Nova York, 60 pp.

Organização Mundial do Comércio (OMC)/ Organização para a Cooperação e para o Desenvolvimento Económico (OCDE) (2007), *Aid for Trade At a Glance 2007: First Global Review*.

----- (2006), *2006 Joint WTO/OECD Report on Trade-Related Technical Assistance and Capacity Building (TRTA/CB)*.

Organização Mundial do Comercio (OMC) (2007), *Plano Bienal de Assistência Técnica e Formação 2008-2009*, WT/COMTD/W/160, 2 de Novembro.

Organização para a Cooperação e para o Desenvolvimento Económico (OCDE) (2009). *Development Co-operation Report 2009*, OCDE, Paris, 256 pp

----- (2005). *Doha Work Programme Ministerial Declaration*, Adopted on 18 December 2005, WT/MIN(05)/DEC, 22 December.

----- (2001), *Ministerial Declaration, Work Programme*, adopted on 14 November 2001, Ministerial Conference, Fourth Session, Doha, 9-14 November 2001.

Oxfam Internacional (2006). *Patentes contra pacientes. Cinco anos depois da Declaração de Doha*, Oxfam, Relatório nº 95, 45 pp

Peña, F. (2009). "A integração do espaço sul-americano. A UNASUR e o MERCOSUL poderão complementar-se?" in *Revista Nueva Sociedad* nº219 Janeiro-Fevereiro p. 46-58



---

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2009). *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2007-2008. A luta contra a alteração climática: solidariedade face a um mundo dividido*. PNUD, Grupo-Mundi Prensa, Madrid, 386 pp

----- (2003). *Relatório sobre Desenvolvimento Humano 2003. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: um pacto entre as nações para eliminar a pobreza*. PNUD, Grupo-Mundi Prensa, Madrid, 367 pp

Rodríguez Asien, E. (2008): "O Banco do Sul e o Banco da ALBA" in Observatorio de la Economía Latinoamericana Nº 93, Fevereiro

Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB) – Organização Mundial do Comercio (OMT). *Turismo na Ibero-América. Panorama actual. Edição 2008* (consultar em [http://unwto.org/facts/eng/pdf/publications/turismo\\_iberoamerica\\_08\\_sp.pdf](http://unwto.org/facts/eng/pdf/publications/turismo_iberoamerica_08_sp.pdf))

Serbin, Andrés (2009). "A América do Sul num mundo multipolar: A UNASUR é a alternativa?" in Revista Nueva Sociedad nº219, Janeiro-Fevereiro p. 145-156

Sistema Económico da América Latina e das Caraíbas (SELA) (2005). *XVII Reunião de Directores de Cooperação Internacional da América Latina e das Caraíbas. Relatório*. Caracas, Venezuela, 2 a 4 de Maio.

Svalestuen (2007). Uma análise do Plano de Atenção Nacional à Emergência Social do Uruguai. Tese de pós-graduação. Universidade de Bergen, 172 pp

United Nations Development Programme (UNDP) (2004). *Forging a Global South. United Nations Day for South-South Cooperation*. UNDP; New York, 24 pp

ANEXO

**Tabela A.1. A Cooperação para o Desenvolvimento e os seus diferentes Sectores de Actividade**

Dimensão da Cooperação	Grupo CAD	Sector	Descrição
Social	Infra-estruturas e serviços sociais	Educação	Da básica à universitária. Acções relacionadas com políticas educativas, investigação, formação de professores, formação profissional...
		Saúde	Geral e básica. Política sanitária, serviços médicos, investigação médica, nutrição básica, infra-estrutura sanitária, educação sanitária, formação de pessoal sanitário, atenção sanitária básica...
		População e saúde reprodutiva	Programas e política sobre população, atenção saúde reprodutiva, planeamento familiar, luta contra a ETS, formação específica...
		Abastecimento e saneamento de água	Política de recursos hídricos, abastecimento e potabilização, desenvolvimento de bacias fluviais, formação...
		Outros	Serviços sociais, política de habitação...
Económica	Infra-estruturas e serviços económicos	Energia	Geração e fornecimento. Política energética, produção energética, distribuição de gás, centrais térmicas, hidroeléctricas, energia solar, investigação energética...
		Transporte e armazenamento	Política de transporte, transporte rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial, aéreo, armazenamento...
		Comunicações	Política de comunicação, telecomunicações, rádio, televisão, imprensa, tecnologia da informação e das comunicações ...
		Ciência e tecnologia	Desenvolvimento científico e tecnológico, apoio à transferência de conhecimentos que reforcem o sistema científico, universalização do acesso à tecnologia...
		Banca e finanças	Política financeira, instituições monetárias, ensino serviços financeiros...
		Emprego	Política de emprego...
	Sectorres produtivos	Empresas	Serviços e instituições de apoio à empresa, desenvolvimento de PME, privatizações, fortalecimento de processos de concorrência...
		Extractivas	Exploração e extracção de recursos minerais e energéticos. Planeamento e legislação mineira, geologia, carvão, petróleo, gás, minerais...
		Agricultura	Política agrária, terras cultiváveis, reforma agrária, soberania alimentar, pecuária, desenvolvimento agrário alternativo, cooperativas agrícolas...
		Silvicultura	Política florestal, desenvolvimento florestal, investigação em silvicultura...
		Pesca	Política pesqueira, serviços pesqueiros, investigação pesqueira...
		Construção	Política de construção
		Indústria	Política industrial, indústrias por sectores...
		Turismo	Política turística...
Outra	Multi-sectorial	Governo e sociedade civil	Planeamento económico do desenvolvimento, gestão do sector público, fortalecimento institucional e/ou da sociedade civil, modernização do Estado, governabilidade, Direitos Humanos (extensão de direitos da primeira, da segunda e da terceira geração), luta contra a impunidade, desmobilização, retirada de minas anti-pessoais, processos de consolidação da paz após os conflitos (ONU), capacitação estatística ...
		Cultura	Cultura e lazer, bibliotecas, museus...
		Ambiente	Protecção ambiental, políticas ambientais, biodiversidade, sanidade animal, investigação ambiental...
		Género	Programas e projectos que relacionem a mulher e o desenvolvimento, fomento e apoio a grupos e a organizações de mulheres...
		Outros	Desenvolvimento rural e urbano, desenvolvimento alternativo não agrário, desenvolvimento comunal ...
	Ajuda humanitária e de emergência	Ajuda humanitária	Ajuda alimentar de emergência, ajudas de qualquer tipo face a catástrofes e à reconstrução de infra-estruturas ou ao restabelecimento de serviços essenciais para facilitar o regresso às condições de vida normais
		Prevenção de catástrofes	Apoio logístico à previsão de catástrofes originadas por fenómenos sísmicos ou climáticos (furacões, ciclones, chuvas torrenciais...)...

Fonte: SEGIB com base na classificação do Comité de Ajuda para o Desenvolvimento (CAD) da OCDE (Novembro de 2004)

### Matriz A.1. Acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral entre os Países Ibero-americanos, não discriminadas sectorialmente

Em unidades

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																TOTAL		
		PRM-BAIXO										PRM-ALTO								
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México		Panamá	Uruguai
PRM-BAIXO	Bolívia	1																		
	Brasil		1					1		2	1					3	2			9
	Colômbia			1																
	Cuba				1							2								2
	Equador					1														
	El Salvador						1													
	Guatemala							1												
	Honduras								1											
	Nicarágua									1										
	Paraguai										1								1	
	Peru											1								
R. Dominicana												1								
PRM-ALTO	Argentina												1							
	Chile								7					1						7
	Costa Rica														1					
	México			4			2	10	10		3			4		1				33
	Panamá																1			
	Uruguai																	1		
	Venezuela																		1	
<b>TOTAL</b>			<b>4</b>			<b>2</b>	<b>11</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>		<b>4</b>		<b>3</b>	<b>2</b>			<b>51</b>	

Em conformidade com os critérios do Banco Mundial, os países foram classificados por níveis de rendimento: Médio-Baixo (entre 936 e 3.705 dólares); Médio-Alto (entre 3.706 e 11.455 dólares por habitante).

Nota: A Matriz mostra as acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que não foram discriminadas por sectores. Trata-se de acções nas quais participaram o Brasil, o México e a República Dominicana, estes três países facilitaram dados sobre a discriminação sectorial de todos os projectos nos quais declararam ter participado (um total de 273), mas não de todas as acções (aproximadamente 345). Parte destas acções não discriminadas são as que se incluem nesta Matriz.

Fonte: SEGIB com base nas declarações das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação.

**Matriz A.2. Aproximação preliminar à contribuição económica de cada parceiro ofertante, aquando da execução das acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2008. (Informação parcial e incompleta)**

Em dólares

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES							
		PRM-BAIXO							
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras
PRM-BAIXO	Bolívia								
	Brasil	365.892		255.131	998.228	483.005	295.381	130.150	228.101
	Colômbia	10.153			29.962	12.073	5.357	25.547	29.864
	Cuba	n.d.*	n.d.	5.933		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Equador								
	El Salvador								
	Guatemala								
	Honduras								
	Nicarágua								
	Paraguai								
	Peru			n.d.					
	R. Dominicana								
PRM-ALTO	Argentina	191.097	16.839	7.786	34.164	55.535	70.271	4.375	27.454
	Chile	175.489		9.836	33.989	51.174	71.586	24.851	10.068
	Costa Rica			n.d.					
	México	17.907	1.236	19.202	4.401	31.117	61.089	24.132	22.964
	Panamá			n.d.					
	Uruguai		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.			n.d.
	Venezuela	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
TOTAL		760.538	18.075	291.955	1.100.744	632.904	503.684	209.055	318.451

				PRM-ALTA							TOTAL
Nicaragua	Paraguai	Peru	R.Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai	Venezuela	
203.375	2.031.957	679.372	n.d.	374.306		688.239	29.690	373.255	1.344.106	n.d.	8.480.188
	9.738	6.423	2.516	1.946		1.703	1.954	2.775	n.d.		140.011
n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	13.500	n.d.	n.d.	n.d.
										n.d.	n.d.
										n.d.	n.d.
										n.d.	n.d.
										n.d.	n.d.
									n.d.	n.d.	n.d.
n.d.	n.d.										n.d.
											n.d.
36.402	223.185	88.754	25.038			22.179	3.548	57.083	n.d.	3.014	866.724
1.859	18.090	18.746	n.d.	3.485		33.980	353.863	35.891	35.894		877.801
					n.d.						
22.364		31.782	15.840	1.374	n.d.	1.355		n.d.	2.472	n.d.	257.235
											n.d.
	n.d.			13.860	1.800		4.000			n.d.	19.660
n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.		n.d.
264.000	2.282.970	825.077	43.394	349.971	1.800	747.456	393.055	469.004	1.381.472	3.014	10.641.619

Em conformidade com os critérios do Banco Mundial, os países foram classificados por níveis de rendimento: Médio-Baixo (entre 936 e 3.705 dólares); Médio-Alto (entre 3.706 e 11.455 dólares por habitante).

n.d.\*: Não disponível

Nota: O valor de cada casa refere-se à contribuição financeira que cada parceiro ofertante realizou em 2008 para executar as acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral nas quais participou.

Fonte: SEGIB com base nas declarações das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação.

**Matriz A.3. Aproximação preliminar à contribuição económica de cada parceiro receptor, aquando da execução das acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2008. (Informação parcial e incompleta)**

Em dólares

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES							
		PRM-BAIXO							
		Bolívia	Brasil	Colômbia	Cuba	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras
PRM-BAIXO	Bolívia								
	Brasil	53.700		35.861	139.967	53.216	58.550	49.200	76.376
	Colômbia	n.d.*			n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Cuba	n.d.	n.d.	5.933		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Equador								
	El Salvador								
	Guatemala								
	Honduras								
	Nicarágua								
	Paraguai								
	Peru			5.654					
	R. Dominicana								
PRM-ALTO	Argentina	n.d.	n.d.	5.102	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Chile	n.d.		7.997	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Costa Rica			14.617					
	México	n.d.	n.d.	13.334	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Panamá			1.778					
	Uruguai		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.			n.d.
	Venezuela	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
TOTAL		53.700	n.d.	90.276	90.276	53.216	58.550	49.200	76.376

				PRM-ALTA							TOTAL
Nicaragua	Paraguai	Peru	R.Dominicana	Argentina	Chile	Costa Rica	México	Panamá	Uruguai	Venezuela	
n.d.	615.396	104.025	n.d.	105.058		124.868	n.d.	49.222	344.390	n.d.	1.809.829
	n.d.	5.208	n.d.	n.d.		n.d.	n.d.	19.550	n.d.		24.758
n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	13.500	n.d.	n.d.	19.433
										n.d.	n.d.
										n.d.	n.d.
										n.d.	n.d.
										n.d.	n.d.
										n.d.	n.d.
										n.d.	n.d.
n.d.	n.d.										5.654
n.d.	n.d.	15.500	n.d.			n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	3.014	20.602
n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.	348.514	n.d.	700		357.211
					n.d.						14.617
n.d.		34.500	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.	1.500	n.d.	49.334
											1.778
	n.d.			n.d.	n.d.		n.d.			n.d.	n.d.
n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.		n.d.
n.d.	615.396	159.233	n.d.	105.058	n.d.	124.868	348.514	82.272	346.590	n.d.	2.303.216

Em conformidade com os critérios do Banco Mundial, os países foram classificados por níveis de rendimento: Médio-Baixo (entre 936 e 3.705 dólares); Médio-Alto (entre 3.706 e 11.455 dólares por habitante).

n.d.\*: Não disponível

Nota: O valor de cada casa refere-se à contribuição financeira que cada parceiro receptor realizou em 2008 para executar as acções de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral nas quais participou.

Fonte: SEIGB com base nas declarações das Agências de Cooperação e/ou Direcções-Gerais de Cooperação.





Secretaría General  
Iberoamericana

Secretaria-Geral  
Ibero-Americana

## Organismo Internacional da Conferência Ibero-americana

Com a colaboração de:

